

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

KAREN CALEGARI SANTOS CAMPOS

**A EDUCAÇÃO DO CORPO NO PROJETO REPUBLICANO NA CIDADE DE
VITÓRIA (1908-1912)**

VITÓRIA
2016

KAREN CALEGARI SANTOS CAMPOS

**A EDUCAÇÃO DO CORPO NO PROJETO REPUBLICANO NA CIDADE DE
VITÓRIA (1908-1912)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: Cultura, Currículo e Formação de Educadores.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Helena Silva Simões.

VITÓRIA

2016

C198e Campos, Karen Calegari Santos, 1983-
A educação do corpo no projeto republicano na cidade de Vitória
(1908-1912) / Karen Calegari Santos Campos. – 2016.
212 f. : il.

Orientador: Regina Helena Silva Simões.
Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Corpo humano – Educação. 2. Espírito Santo (Estado). 3.
Reforma do ensino – Espírito Santo (Estado). 4. República. I. Simões,
Regina Helena Silva. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO



KAREN CALEGARI SANTOS CAMPOS

**A EDUCAÇÃO DO CORPO NO PROJETO REPUBLICANO
NA CIDADE DE VITÓRIA (1908 - 1912)**

Tese apresentada ao Curso de
Doutorado em Educação da
Universidade Federal do
Espírito Santo como requisito
parcial para obtenção do Grau
de Doutor em Educação.

Aprovado em 18 de fevereiro de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Doutora Regina Helena Silva Simões
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Janete Magalhães Carvalho
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Antônio Henrique Pinto
Instituto Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Maria Alayde Alcântara Salim
Universidade Federal do Espírito Santo/CEUNES

Professor Doutor Tarcísio Mauro Vago
Universidade Federal de Minas Gerais

DEDICATÓRIA

Para meu irmão Kefren, o “Teté”. Quando criança, você me deu os livros que me ensinaram muito além do que amar a história. Ensinou-me que ser professor é assumir o compromisso de “nadar contra a corrente, só pra exercitar” e que o mundo pode ser do tamanho que desejamos. Você é o meu maior e mais poderoso exemplo.

AGRADECIMENTOS

Participar de um programa de doutoramento é um privilégio inestimável. Com ele aprendi que a formação acadêmica produz saberes que extrapolam a relação com a ciência. Nesses anos tive a oportunidade de viver encontros que potencializaram a vida e me fizeram crescer como sujeito e como professora. Ainda que a produção da tese tenha os seus momentos de escrita solitária, ela jamais poderia ser concluída a duas mãos.

Agradeço profundamente à professora Regina Helena Silva Simões por aceitar orientar este trabalho com segurança e me ensinar, com gentileza e seriedade, os caminhos para me tornar pesquisadora.

À professora Janete Magalhães Carvalho, pelos ensinamentos em suas aulas e pela leitura cuidadosa e generosa nos momentos da qualificação I e II.

À professora Maria Alayde Alcântara Salim, pela participação e orientação na qualificação II deste trabalho, com seu olhar atento e criterioso sobre a história do Espírito Santo e sobre os caminhos para o trabalho com as fontes.

Ao professor Antônio Henrique Pinto e suas contribuições na qualificação II, o qual apontou os importantes “espaços em branco” que permaneciam na escrita do trabalho.

Ao professor Tarcísio Mauro Vago, que, por meio das suas pesquisas, provocou um encantamento ao tema. Acompanhar as suas produções desde a graduação e tê-lo por integrante na banca é uma honra que não posso dimensionar.

Aos colegas do Nucaphe/CE/Ufes, pelo acompanhamento do processo de pesquisa e pelas contribuições na escrita deste texto.

Aos colegas do CEFD/Ufes, por todo carinho e apoio. Sobretudo à amiga Rosely Silva Pires, pelos braços, abraços, risos e ombros sempre disponíveis, e à amiga Fernanda Simone Lopes de Paiva, que me convidou a adentrar o universo

acadêmico e me ensinou a ser professora com generosidade e disponibilidade. Agradeço ainda ao amigo e “compadre” Ueberson Almeida, pela presença constante, carinho e amizade.

Ao amigo Aloizo Pires, pela presença e preocupação constante. Agradeço ainda por me presentear com a tradução do texto.

Aos funcionários do Arquivo Público do Espírito Santo agradeço a incansável disponibilidade na busca por documentos necessários à construção desta tese.

Às amigas de longa data Giselly Favalessa, Juliana Almeida, Kamilla Bolonha e Kenia Broedel, por compreenderem que o afastamento se faz necessário, mas que a amizade não se perde em meio aos momentos “desesperadores”. Obrigada por me fortalecerem nos momentos de angústia e por viverem comigo os de alegria.

Aos meus pais e irmãos, por me acompanharem desde cedo e apoiarem cada investimento no caminho da vida. Sem vocês jamais poderia ter realizado este sonho de viver a pós-graduação. Papai e mamãe, não há palavras para agradecer o esforço que fizeram para que os seus filhos pudessem ser escolarizados com qualidade, mesmo que as dificuldades se fizessem presentes. Vocês afirmam que sentem orgulho dos meus passos, mas eles jamais seriam possíveis sem suas mãos estendidas a mim.

Finalmente, gostaria de agradecer ao meu companheiro, meu marido, Wilson Igreja, pela paciência, apoio e compreensão dos momentos necessários de reclusão. Você se fez presente em cada momento da escrita deste texto. Obrigada pelo tanto que aprendemos juntos nos últimos tempos. Em meio ao doutorado e às intempéries da vida, juntos aprendemos que os laços de amor, cuidado e carinho se fortalecem também no momento da dor. A experiência nos ensinou que, mesmo nas mais complicadas circunstâncias, nada pode desfazer laços tão enraizados na amizade, no companheirismo e na solidariedade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por ter proporcionado o necessário apoio para a realização desta pesquisa.

Os corpos que se desviam dos padrões de uma normalidade utilitária não interessam (SOARES, 2005, p. 18).

RESUMO

Analisa historicamente a visibilidade dada ao corpo na cena urbana da cidade de Vitória entre 1908 e 1912, no contexto do governo de Jerônimo de Souza Monteiro. Busca compreender a constituição de um novo *ethos* que deslocaria o pensamento do exercício corpóreo associado tanto ao trabalho quanto às práticas legítimas de engrandecimento do espírito por meio do fortalecimento corporal e da visibilidade que o corpo passa a assumir na cena urbana como prática favorável e confluyente aos discursos em prol da modernidade e do progresso. Na esteira dessa proposta, voltamo-nos ao processo de constituição do ensino da ginástica nas instituições escolares e das práticas corporais esportivas em efervescência nos clubes e agremiações, investigando processos que objetivavam produzir a educabilidade dos corpos na cena urbana. Toma como cenário privilegiado de investigação a cidade de Vitória, capital do Espírito Santo que, durante o período analisado, concentrou parte significativa dos investimentos republicanos, constituindo-se como lócus modelar da modernidade e do progresso capixaba. O *corpus* documental constitui-se de mensagens de governo, relatórios da Secretaria de Instrução, artigos publicados na imprensa periódica local, leis e decretos, fontes bibliográficas e imagens. Para a análise das fontes, parte da compreensão de que a história se constitui em meio a relações de força produzidas no contexto investigado (Ginzburg, 1990, 2002, 2006, 2007). Dialoga com as noções de *teatrocracia* e *drama* em Balandier (1976, 1982) para análise de questões que envolvem o processo de espetacularização e encenação dos princípios republicanos vinculados à noção de modernidade. Considera que o governo do Espírito Santo se manteve atento ao debate sobre a valorização e o espraiamento do esporte, da ginástica e do civismo que chegam ao Brasil. À medida que esse espraiamento se expande como prática e prescrição corporal, agregando referências que se alinhavam à civilidade e ao progresso, torna-se mercadoria para consumo e produção de modos de educabilidade para o corpo republicano – indícios já observados nos estudos de Moreno (2001), Melo (2001), Linhales (2006) e Vago (1999).

Palavras-chave: Educação do Corpo. República. Reforma da Instrução Pública no Espírito Santo.

ABSTRACT

Historical analyze the visibility given to the body in the urban scene in Vitória between 1908 and 1912 during Jerônimo de Souza Monteiro government context. Seeks to understand the formation of a new ethic that would displace the thought of bodily exercise associated both work as the legitimate practice of increase of the spirit through the strengthening bodily and the visibility that the body begins to assume on the urban scene as favorable and confluent practice to speeches in favor of modernity and progress. In continuity of this proposal, we turn to the gymnastics teaching constitutional process in schools and sports physical practices priority in clubs and associations, investigating processes that aimed to produce the educability of the bodies in the urban scene. The privileged scenery of the research is Vitória, capital of Espírito Santo, during the period analyzed, focused a significant number of Republicans investments, establishing itself as exemplary place of modernity and the capixaba progress. The documentary corpus consists of government messages, the Education Department reports, articles published in the local periodical press, laws and decrees, bibliographic sources and images. For the analysis of the sources of the understanding that the story establish through relations of power produced in the context investigated (Ginzburg, 1990, 2002, 2006, 2007). Dialogues with the notions of staging and drama in Balandier (1976, 1982) for analysis of issues surrounding the process of speculation and staging of republican principles linked to the notion of modernity. Considers that the government of Espírito Santo kept alert to the debate about the valorization and the spreading of sports, gymnastics and the civism coming to Brazil. Soon this spreading expands as practice and bodily prescription, adding references that lined to the civility and progress, becomes merchandise for consumption and production the ways of educability for the Republican body – evidence already observed in studies of Moreno (2001), Melo (2001), Linhales (2006) and Vago (1999).

Keywords: Body Education. Republic. Reform of Public Instruction.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-----------|--|----|
| Figura 1 | – Relatório da Diretoria de Instrução em 1908..... | 34 |
| Figura 2 | – Relatório da Inspetoria de Ensino em 1909..... | 34 |
| Figura 3 | – Ata do Congresso Pedagógico Espírito-Santense, 1909..... | 35 |
| Figura 4 | – Mensagem do presidente de estado Jerônimo Monteiro, 1908..... | 36 |
| Figura 5 | – Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909- 1912..... | 36 |
| Figura 6 | – Posto Policial, inaugurado em 1912..... | 47 |
| Figura 7 | – Polícia estadual em exercícios militares..... | 48 |
| Figura 8 | – Dormitório do Quartel Central da Polícia..... | 48 |
| Figura 9 | – Banquete oferecido ao presidente marechal Hermes da Fonseca, 1912..... | 58 |
| Figura 10 | – Rua da Alfândega, 1912..... | 59 |
| Figura 11 | – Campinho ou Praça Moscoso em 1908..... | 62 |
| Figura 12 | – Grupo de casas do Campinho, 1911..... | 63 |
| Figura 13 | – Tipo de casas construídas no antigo Campinho, 1912..... | 64 |
| Figura 14 | – Campinho ou Praça Moscoso em maio de 1912, depois de concluídos os trabalhos de drenagem, aterro e ajardinamento..... | 65 |
| Figura 15 | – São José do Calçado..... | 67 |
| Figura 16 | – Anúncio “Casa Verde”..... | 70 |
| Figura 17 | – Anúncio “Pharmacia Ramos”..... | 70 |
| Figura 18 | – Propaganda “Elixir Depurativo das 3 Salsas”, Dr. Ramos e Irmão... 71 | |
| Figura 19 | – Propaganda de medicamentos para todas as moléstias..... | 71 |
| Figura 20 | – Propaganda “Pharmacia Silva”..... | 72 |
| Figura 21 | – Nota sobre as visitas sanitárias na cidade de Vitória..... | 73 |
| Figura 22 | – Inauguração da lavanderia pública, em 1912..... | 74 |
| Figura 23 | – Inauguração do bonde elétrico de acesso ao arrabalde de Santo Antônio..... | 77 |
| Figura 24 | – Santa Casa de Misericórdia, antes e depois da construção..... | 79 |
| Figura 25 | – Enfermaria do novo Hospital da Santa Casa de Misericórdia, 1912.80 | |
| Figura 26 | – Prédios construídos e reconstruídos em Vitória entre 1908 e 1912. 83 | |
| Figura 27 | – Café Rio Branco, situado na Rua da Alfândega..... | 85 |

| | | |
|-------------|---|-----|
| Figura 28 – | Café Globo..... | 86 |
| Figura 29 – | Praça Santos Dumont e Rua do Comércio..... | 87 |
| Figura 30 – | Praça 8 de Setembro, 1912..... | 87 |
| Figura 31 – | Parque Moscoso, 1912..... | 88 |
| Figura 32 – | Programa das festas de inauguração da estrada de ferro que liga Vitória ao Rio de Janeiro..... | 89 |
| Figura 33 – | Propaganda “Pelos Theatros”..... | 92 |
| Figura 34 – | Banquete no Teatro Melpomene. Destaque a Jerônimo Monteiro proferindo discurso, 1912..... | 92 |
| Figura 35 – | Teatro Melpomene e seu interior no governo de Jerônimo Monteiro..... | 93 |
| Figura 36 – | Teatro Melpomene..... | 93 |
| Figura 37 – | Propaganda de peça teatral a ser realizada no Teatro Melpomene..... | 94 |
| Figura 38 – | Propaganda de exibição cinematográfica a ser realizada no Teatro Melpomene..... | 94 |
| Figura 39 – | Comunicado de reunião sobre o carnaval..... | 95 |
| Figura 40 – | Propaganda Phenix Carnavalesca..... | 96 |
| Figura 41 – | Propaganda de produtos vendidos para o carnaval na Casa de Victor..... | 96 |
| Figura 42 – | Éden Parque, 1910..... | 97 |
| Figura 43 – | Baile de Carnaval no Éden Parque, 1912..... | 97 |
| Figura 44 – | Baile de Carnaval no Éden Parque, 1912..... | 98 |
| Figura 45 – | Éden Parque na noite do segundo dia de carnaval, 1912..... | 98 |
| Figura 46 – | Praça 8 de Setembro na noite do segundo dia de carnaval de 1912..... | 99 |
| Figura 47 – | Praça 8 de Setembro na noite do segundo dia de carnaval de 1912..... | 99 |
| Figura 48 – | Grupo de mascarados no Éden Parque, carnaval de 1912..... | 100 |
| Figura 49 – | Baile de Carnaval oferecido a Jerônimo Monteiro, 1912..... | 101 |
| Figura 50 – | Coluna Croquis..... | 102 |
| Figura 51 – | Escola Normal, 1912..... | 125 |
| Figura 52 – | Escola Modelo, ao lado da ladeira do Palácio, em 1908..... | 125 |

| | | |
|-------------|--|-----|
| Figura 53 – | Escola Modelo, em 1909, (foto frontal)..... | 126 |
| Figura 54 – | Escola Modelo, ao lado do Palácio, em 1912..... | 126 |
| Figura 55 – | Sala de aula do Grupo Escolar Gomes Cardim, 1910..... | 127 |
| Figura 56 – | Dr. Jerônimo Monteiro e alunas da Escola Modelo, 1912..... | 127 |
| Figura 57 – | Escola Modelo, em 1912..... | 128 |
| Figura 58 – | Formatura dos alunos do Escolar Gomes Cardim, 1912..... | 128 |
| Figura 59 – | Parada dos alunos de uma escola do interior do estado, 1908..... | 129 |
| Figura 60 – | Grupo de alunos da Escola de Fundão..... | 129 |
| Figura 61 – | Alunas da Escola da Vila do Alegre (atual Alegre), em 1911..... | 130 |
| Figura 62 – | Alunos da Escola de Boa Vista, em 1912..... | 130 |
| Figura 63 – | Escola Córrego da Ponte – Município de Colatina, 1910..... | 131 |
| Figura 64 – | Alunos das escolas masculinas e femininas de Cariacica quando foram cumprimentar Jerônimo Monteiro, 1912..... | 131 |
| Figura 65 – | Escolares em Anchieta, 1910..... | 132 |
| Figura 66 – | Escola pública do interior do estado, 1908..... | 132 |
| Figura 67 – | Sala de aula em uma escola de Argolas, 1910..... | 133 |
| Figura 68 – | Alunos da Escola de Vila Velha, 1912..... | 133 |
| Figura 69 – | Sala de diversões das Escolas Normal e Modelo..... | 135 |
| Figura 70 – | Boletim escolar de um aluno do 2.º ano da Escola Modelo Jerônimo Monteiro em 1909..... | 137 |
| Figura 71 – | Boletim escolar de um aluno do 2.º ano da Escola Modelo Jerônimo Monteiro em 1909 (frente e verso)..... | 137 |
| Figura 72 – | Boletim escolar de um aluno do 2.º ano da Escola Modelo Jerônimo Monteiro em 1909 (imagem interna)..... | 139 |
| Figura 73 – | Comprovante de vacinação efetuada no “posto n. 4” contra a varíola, 1908..... | 141 |
| Figura 74 – | “Attesto que a Srta. D. Eulalia Meirelles Fogos não sofre de molestia contagiosa e foi vaccinada com proveito”. Comprovante de vacinação efetuada por médico particular, 1908..... | 142 |
| Figura 75 – | Certificado de conclusão do ensino primário na “Escola Modelo Jerônimo Monteiro”, 1908..... | 143 |
| Figura 76 – | Requerimento de matrícula nos termos de gratuidade da lei, 16 de março de 1910..... | 143 |

| | |
|---|-----|
| Figura 77 – Escola Normal na ocasião da exposição dos trabalhos anuais, 1911..... | 144 |
| Figura 78 – Festa de Natal e exposição. Salão da Escola Normal, 1912..... | 145 |
| Figura 79 – Festa das escolas..... | 145 |
| Figura 80 – Desembarque dos alunos da Escola Modelo em Pedra D'Água, em 30 de novembro de 1909, para a realização da festa da árvore..... | 147 |
| Figura 81 – Desfile dos alunos da Escola Modelo na festa da árvore, em 1909 | 147 |
| Figura 82 – Embarque dos alunos da Escola Modelo para a festa da árvore, em 1909..... | 148 |
| Figura 83 – Praça da Misericórdia, em frente ao Palácio Anchieta, em 1908..... | 149 |
| Figura 84 – Propaganda do Éden Parque, em 24 de março de 1900..... | 161 |
| Figura 85 – Alunas da Escola Normal em exercício de ginástica sueca ao ar livre, no recreio da escola..... | 170 |
| Figura 86 – Alunas da Escola Normal em exercício de ginástica sueca ao ar livre, no recreio da escola, em 1911..... | 170 |
| Figura 87 – Alunos da Escola Modelo, em frente ao pavilhão de ginástica, em 1911..... | 172 |
| Figura 88 – Sala de ginástica das Escolas Normal e Modelo, em 1909..... | 173 |
| Figura 89 – Batalhão Infantil Jerônimo Monteiro, em evolução em uma rua de Vitória, 1911..... | 177 |
| Figura 90 – Lista de materiais adquiridos para o armamento e instrumentalização do Batalhão Infantil Jerônimo Monteiro..... | 178 |
| Figura 91 – Lista de materiais adquiridos para as aulas de ginástica..... | 178 |
| Figura 92 – Saldanha da Gama no início do século XX..... | 191 |
| Figura 93 – Saldanha da Gama antes do aterro da Beira-Mar na década de 1930..... | 191 |
| Figura 94 – Lateral do Clube Saldanha da Gama e o futebol de várzea..... | 192 |
| Figura 95 – Propaganda da fundação do primeiro clube de futebol infantil..... | 193 |
| Figura 96 – Palpites sobre a competição esportiva..... | 194 |
| Figura 97 – Coluna Riscos e traços..... | 196 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Distribuição das matérias de ensino na Escola Normal..... | 167 |
| Quadro 2 – Conteúdos do ensino da ginástica na Escola Normal..... | 168 |
| Quadro 3 – Aulas na sessão feminina na Escola Modelo Jerônimo Monteiro | 174 |
| Quadro 4 – Aulas na sessão masculina na Escola Modelo Jerônimo Monteiro | 175 |

LISTA DE SIGLAS

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBCE – Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CBHE – Congresso Brasileiro de História da Educação
CEFD – Centro de Educação Física e Desportos
Conbrace – Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
EF – Educação Física
FE – Fundo de Educação
Lesef – Laboratório de Estudos em Educação Física
Nucaphe – Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação
PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação
RBCE – Revista Brasileira de Ciências do Esporte
RBE – Revista Brasileira de Educação
RBHE – Revista Brasileira de História da Educação
Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----|
| 1 | APRESENTAÇÃO | 16 |
| 1.1 | QUESTÕES DE ESTUDO..... | 24 |
| 1.2 | ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO..... | 25 |
| 2 | ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E O DIÁLOGO COM AS FONTES | 27 |
| 2.1 | O MAPEAMENTO DAS FONTES E A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DOCUMENTAL..... | 32 |
| 3 | A CONSTITUIÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE O “CORPO EDUCADO” PROJETADO PELO ESTADO | 42 |
| 3.1 | A HIGIENE E OS ESCRITOS MÉDICOS: SABERES, PRESCRIÇÕES E INTERDIÇÕES QUE SÃO POSTOS A CIRCULAR NA CIDADE DE VITÓRIA..... | 50 |
| 3.2 | O CORPO EM(CENA): A RUA, AS ATIVIDADES E AS PRAÇAS COMO ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE REPUBLICANOS..... | 82 |
| 3.3 | A ESCOLA COMO MONUMENTO: A CONSTITUIÇÃO DO PROJETO/PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE AO “ATRASO NO DESENVOLVIMENTO”..... | 103 |
| 3.3.1 | O processo de escolarização no cenário capixaba (1908-1912)..... | 115 |
| 4 | O PROJETO DE ESCOLARIZAÇÃO DA GINÁSTICA EM ESCOLAS CAPIXABAS | 150 |
| 4.1 | ESCRITOS SOBRE A HISTÓRIA DA GINÁSTICA: RAÍZES EUROPEIAS E SUAS MATERIALIZAÇÕES NO BRASIL..... | 152 |
| 4.2 | A REFORMA GOMES CARDIM E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GINÁSTICA: SABERES, PRÁTICAS E PROPOSTAS CURRICULARES.... | 162 |
| 5 | O CORPO NA CIDADE E A ENCENAÇÃO ESPORTIVA: NOTAS PARA COMPREENDER A TEATRALIZAÇÃO DO ESPETÁCULO ESPORTIVO | 183 |
| 5.1 | OS SPORTS NA CIDADE DE VITÓRIA: POR UMA JUVENTUDE NÃO TRANSVIADA..... | 186 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 198 |
| | REFERÊNCIAS | 203 |

1 APRESENTAÇÃO

Sempre tento explicar aos meus alunos que o que existe de realmente excitante na pesquisa é o momento da ignorância absoluta. Penso que não se deve ter medo de ser ignorante, e sim procurar multiplicar esses momentos de ignorância, porque o que interessa é justamente a passagem da ignorância absoluta para a descoberta de algo novo (GINZBURG, 1990, p. 4).

O estudo tem por objeto a visibilidade dada ao corpo na cena urbana da cidade de Vitória entre 1908 e 1912, durante o governo de Jerônimo de Souza Monteiro. Busca compreender a constituição de um novo *ethos* que deslocaria o pensamento do exercício corpóreo associado tanto ao trabalho quanto às práticas legítimas de engrandecimento do espírito por meio do fortalecimento corporal e da visibilidade que o corpo passa a assumir na cena urbana como prática favorável e confluyente aos discursos em prol da modernidade e do progresso.

Na esteira dessa proposta, voltamo-nos ao processo de constituição do ensino da ginástica nas instituições escolares e das práticas corporais esportivas em efervescência nos clubes e agremiações, investigando processos que objetivavam produzir a educabilidade dos corpos na cena urbana.

Nesse período, o governo do Espírito Santo manteve-se atento ao debate sobre a valorização e o espraiamento do esporte e da ginástica que chegavam ao Brasil. À medida que esse espraiamento se expande como prática e como prescrição corporal, agregando referências que se alinhavam à civilidade e ao progresso, torna-se mercadoria para consumo e produção de modos de educabilidade para o corpo republicano – indícios já observados nos estudos de Moreno (2001), Melo (2001), Linhales (2006) e Vago (1999).

Desse modo, preocupa-nos perseguir os discursos sobre esse novo *ethos* que proliferaram em escolas e espaços urbanos, de modo atento ao seu processo de escolarização, partindo do entendimento de que, anteriormente à institucionalização das práticas corporais nas escolas, materializada por meio da Ginástica curricular, outros modos de exercitação corporal já circulavam na cidade de Vitória, a exemplo da fundação de clubes e agremiações esportivas. Com base nesse mote, problematizamos os modos pelos quais o esporte, a ginástica e outras práticas

corporais foram convidados a participar do processo de constituição da “forma ou fôrma” escolar (CARVALHO, 1998), com o propósito de anunciar que um novo e moderno modelo socializador estava em curso.

Dessa maneira, com o diálogo com as fontes, investigamos a visibilidade dos corpos em espaços sociais e escolares no período estudado. Por exemplo, localizamos, no jornal governista “Diário da Manhã” e no “Commercio do Espírito Santo”, entre outras fontes, registros que nos contam sobre a divulgação de eventos ligados a práticas corporais e esportivas diversas, bem como informam sobre o ensino da ginástica nas escolas. Reportam a saberes, prescrições e interdições sobre o corpo, os quais são postos a circular na cidade de Vitória.

A incursão na investigação sobre a temática da história da Educação Física no Espírito Santo remonta a um primeiro esforço de pesquisa ainda na graduação. Já às portas do fim do curso de licenciatura, dediquei-me¹ ao estudo desta temática sobre a qual pouco ou nada sabia. Chamava-me a atenção, na formação inicial, a ausência do debate sobre a constituição histórica da Educação Física no contexto local. Havia, decerto, a disciplina intitulada “História da Educação Física”, que se propunha a destilar linearmente, em suas unidades de ensino, fragmentos de uma história que tinha como berço a revolução industrial e como a maioridade o diálogo com a ciência e suas cenas de um *casamento infeliz*.²

Diante dessa experiência com a formação inicial, a decisão foi tomada, quase ingenuamente. Apesar da premissa da ignorância como a provocadora da excitação que impulsiona o ofício do historiador, tal qual Ginzburg (1990) nos lembra, os problemas que se seguiram para a realização da pesquisa foram diversos. Em um primeiro momento, a busca por estudos já realizados sobre a história da Educação Física no Espírito Santo na interface com o seu processo de escolarização apontou uma paisagem de escassez de pesquisas que tem essa temática como objeto de estudo. Desse modo, para a produção de um primeiro movimento, como o “caçador

¹ Na introdução deste trabalho, além de usar verbo na primeira pessoa do plural, valho-me da primeira pessoa do singular, pois se trata do relato de minha trajetória pessoal e acadêmico-profissional. Nos demais capítulos, uso o verbo na primeira pessoa do plural porque há a participação de outros no processo do desenvolvimento da tese.

² A expressão faz referência à produção de Bracht (1999), intitulada “Educação Física & Ciência: cenas de um casamento infeliz”.

agachado na lama, que escruta as pistas da presa” (GINZBURG, 2007, p. 154), foi preciso recorrer aos registros marcados pelo tempo, perceber as suas dobras, aquilo que está sob as sombras, intencionalmente ou não, aquilo que só se torna visível quando farejamos vestígios, indícios e sinais. Os documentos oficiais foram mobilizados na tentativa de entender o processo de institucionalização da Educação Física como componente curricular no ES, no século XIX.³

A escolha em focalizar o século XIX⁴ se deu, em grande medida, ao acompanhar o que outros estudos sobre a história da EF no Brasil sinalizavam: que as práticas corporais já se faziam presentes nos espaços escolares, inclusive o ensino da ginástica no Colégio Pedro II, criado com a pretensão de tornar-se modelar ao resto do país, sediado no Rio de Janeiro, capital do país à época (CUNHA JÚNIOR, 2004).

Para o meu espanto e aprendizado, percebi a ingenuidade dessa hipótese no encontro com os documentos. Mirando o olhar para as fontes elencadas e os estudos mapeados, foi possível perceber que o processo de escolarização da Educação Física no Espírito Santo, como também em diversos estados, ainda não se consolidaria nesse período. Nesse sentido, houve uma reordenação no estudo que implicou a busca das condições de possibilidade para que ela se constituísse em uma disciplina pertencente ao currículo escolar oitocentista capixaba. Nesse movimento, percebemos fortes indícios que apontaram a conformação de dispositivos que viriam a produzir orientações e prescrições sobre a educação do corpo por meio do discurso para sua higienização, os mecanismos de controle e imposição da disciplina na organização dos espaços-tempos escolares e na

³ Esse movimento da pesquisa, ainda na graduação, produziu algumas questões que seriam retomadas no âmbito da pós-graduação no mestrado em Educação Física na linha “História Cultural da Educação Física e dos Esportes” (PPGEF/UFES).

⁴ No Brasil, a escolarização nos oitocentos caracteriza-se basicamente pelo intenso embate presente em várias províncias – a do Espírito Santo inclusa – que discursavam sobre a urgência em instruir a população brasileira, com sensível atenção às camadas sociais mais baixas, e a discussão que cercava a necessidade ou não de educar mulheres, índios e negros. Tal discussão era embebida de uma forte influência político-administrativa baseada em uma economia escravocrata e paternalista. Além disso, havia a intervenção cada vez maior do Estado, que buscava deslegitimar a educação doméstica e chamar para si a responsabilidade de educar as massas estabelecendo o ensino público e de intencional qualidade para a população, a fim de colocar o Brasil na rota do processo civilizatório (VEIGA, 2002).

necessidade de conferir homogeneidade nos métodos de ensino, componentes fundamentais para a construção da forma escolar (SANTOS, 2008).

Acessar a história por meio dessa via possibilitou acompanhar o processo de institucionalização da rede de escolarização e igualmente acompanhar a produção dos discursos ao longo dos oitocentos, que afirmavam ser a educação a mola propulsora em direção “ao progresso e contra o atraso” em que se encontrava a província. Ao operar com esse conjunto de documentos, percebemos ainda as maneiras pelas quais o Estado construía modos de legitimação da instituição escolar e as suas interfaces com a ciência médica que, naquele momento, mantinha forte intervenção no que se refere às maneiras de pensar e produzir espaços urbanos e privados.

Com esse movimento de pesquisa, foi possível perceber uma indissociabilidade entre a História da Educação e a História da Educação Física, à proporção que a escola se constituía como instituição e se pretendia modelar ao constructo do sujeito civilizado, diversas maneiras de educabilidade dos corpos foram engendradas para que fosse possível cumprir a agenda republicana. Nesse palco, a Educação Física toma lugar importante na cena educativa e passa a contribuir de maneira específica: havia a crença de que, agindo sobre os corpos, ao conhecer as suas potências e fragilidades, por meio de um pensamento racional científico, seria possível também incorporá-los à forma escolar que se constituía. O que queremos afirmar com isso, assim como já sinalizou Paiva (2003), é que a Educação Física é produto de um paradigma da modernidade e encontra, no chão da escola, a sua marca identitária.

Evidentemente, na monografia de conclusão de curso, não foi possível dar grandes saltos qualitativos, mas, na continuidade da pesquisa, durante o mestrado, ao interrogar os documentos da Diretoria de Instrução Pública e os registros de inspeção às escolas, pude aproximar-me, ainda que de modo incipiente, do cotidiano das aulas, do debate sobre os métodos de ensino, de espaços e tempos que organizavam as rotinas escolares.

De modo geral, os resultados da dissertação mostraram que, durante o período imperial espírito-santense, a *Educação Physica* não se apresentava como uma disciplina pertencente ao currículo escolar oitocentista; entretanto, ela aparecia como um dos pilares que sustentariam a tríade da Educação Integral a ser promovida pelas/nas escolas, remetendo, em uma primeira instância, a uma ordem do plano cultural, a qual incidia sobre a educação do corpo nos *espaçostempos* escolares e igualmente nos espaços sociais.

Nessa história, contada com base em um conjunto de documentos oficiais, encontramos pistas que retratam um esforço de institucionalização da escola como local legítimo de educação dos sujeitos para além daquilo que o discurso anunciava: a educação por meio do conhecimento “científico”. Esse conhecimento, sempre exposto como uma bandeira de civilidade à população analfabeta e carente, esbarra em outros significados que, se não olharmos atentamente em suas dobras, nos passam despercebidos. É preciso ter sensibilidade para compreender que a *Educação Physica* foi um projeto tão ambicioso quanto o da legitimação da instituição escolar. Era preciso “dar civilidade” aos sujeitos, a qual precisava ser incorporada (literalmente) para incutir todos os novos ideais previstos pela modernidade. Isso se manifesta, por exemplo, com a grande visibilidade dada à discussão sobre a expansão e obrigatoriedade escolar.⁵

Originalmente o projeto de pesquisa submetido ao processo seletivo do doutorado contava com um conjunto de questões que visavam à continuidade da pesquisa desenvolvida no âmbito da graduação e do mestrado. Naquela perspectiva, a pesquisa teria como objeto a consolidação do ensino da ginástica, tendo por mote a reforma empreendida pelo paulista Gomes Cardim no governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912) no Espírito Santo, momento político em que se instituía, pela primeira vez, a cadeira de ginástica no currículo capixaba. A escolha em operar nessa temática e especificamente na constituição da disciplina Ginástica me parecia, naquele momento de entrada no programa, uma escolha “natural”.

⁵ Sobre a constituição das condições de possibilidade para a escolarização da Educação Física e os dispositivos de produção da educação do corpo nas escolas capixabas do século XIX, consultar Paiva & Santos (2006).

Contudo, os primeiros semestres me permitiram, e o trocadilho aqui cabe, deixar-me levar pelos fios das redes e saberes produzidos pelos sujeitos que compõem o pulsar desse programa de formação. A relação construída com os saberes que discutem o cotidiano e o currículo me descortinaram outro modo de pensar a produção humana e suas implicações com a/na escola. Assim, foi possível, no diálogo com a história, atentar-me para a necessidade de não perder de vista que a história é a ciência, conforme já alertava Marc Bloch (2001), dos homens no tempo. Homens e mulheres que produzem movimentos, afetos e são afetados pelos seus contextos e contingências. Desse modo, não caberia pensar na história como um registro linear de fatos e acontecimentos que sucessivamente engendrariam o ensino da ginástica nas escolas capixabas; seria necessário, portanto, mirar o passado sem desconectá-lo de sua dimensão humana.

Por outro lado, a aproximação aos escritos do historiador italiano Carlo Ginzburg⁶ provocou uma desestabilização do pensamento de que é possível compreender as disciplinas escolares, a escola, os seus sujeitos, as suas marcas no tempo, impulsionados somente pela sua forma escolar. Carlo Ginzburg atribui aos sujeitos que se dispõem ao ofício de historiador o estar sempre atento aos modos de constituição do cenário histórico, seus processos amplos ou centesimais, aquilo que nos está saltando aos olhos, como também as suas minúcias. Desse modo, não podemos afirmar que essa pesquisa seja pautada numa proposta de dimensões cultural, política ou econômica. Trata-se de compreender os modos de constituição de seu processo, de forma a não desconectar ou dar exclusividade a uma ou outra dimensão.

A pesquisa que se iniciou com uma simples pergunta – *O que sabemos sobre a história da Educação Física no Espírito Santo?* – me trouxe até aqui. Na esteira do

⁶ Essa aproximação foi possibilitada por meio da vinculação à linha de pesquisa “História da Educação no Espírito Santo” do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Regina Helena Silva Simões, que objetiva, em linhas gerais, “Inventariar, catalogar e analisar fontes relativas à História da Educação no Espírito Santo, enfatizando a formação e as práticas de professores e as políticas públicas para a educação no Espírito Santo, subsidiando, dessa forma, estudos e pesquisas sobre os temas”. No grupo foi produzido um movimento de aproximação ao pensamento de Carlo Ginzburg e privilegiadamente às suas propostas sobre a escrita da história. Igualmente o grupo possibilitou uma interlocução dos modos de construção da pesquisa em História da Educação, à medida que foram evidenciadas e postas em diálogo as pesquisas dos colegas vinculados ao programa de pós-graduação; seja no mestrado, seja no doutorado.

conselho de Carlo Ginzburg aos seus alunos, sigo produzindo perguntas à busca de novos estranhamentos, pois os debates se tornam novos à medida que estabelecemos outras maneiras de potencializar a escrita da história, seja por meio da interlocução entre o passado e o presente, seja pelos modos de produzir narrativas que possibilitem a escuta dos sujeitos e dos processos ainda silenciados.

Nessa possibilidade, localiza-se esta proposta de pesquisa, que busca revisitar o passado para nele encontrar pistas que nos ajudem a problematizar o presente, igualmente mirar o presente e encontrar pistas que nos auxiliem na compreensão mais alargada sobre a constituição do campo da EF, dos seus saberes e das suas práticas.

O diálogo entre presente e passado, já tomado como fundamental nos trabalhos de Marc Bloch (2001), oferece-nos tanto pistas para compreender os processos de constituição da EF como disciplina escolar quanto ferramentas para interrogar o passado à procura de descortinar o contexto que constitui a cena, a sua morfologia. Segundo nos alerta Ginzburg (2007), é imperativo ao historiador buscar, no contexto de produção das práticas, nos fios que produzem a trama, outras vozes que nos permitam, quando interrogadas, tornar visíveis estratos mais profundos, escamoteados pelos discursos que se sobrepõem e homogeneízam práticas e saberes que constituem os discursos que nos “contam” sobre o passado.

Desse modo, se há indícios de que o ensino da ginástica/EF caminhou para o processo de incorporação de uma “racionalidade no corpo das crianças, para atingir o objetivo desejado de transmutar crianças indigentes em cidadãos republicanos” (VAGO, 1999, p. 33), resta-nos compreender as *relações de força* (GINZBURG, 2002) que se estabeleciam no processo de legitimação de ações, intervenções e interdições sobre o corpo, no dúbio e complexo movimento de ora mantê-lo sob o controle, ora colocá-lo em evidência.

Nesse sentido, esse esforço de pesquisa, ao abordar o contexto capixaba, procura somar-se ao movimento historiográfico que se esmera em ampliar compreensões do ensino da EF para além do entendimento dela como berço de propagação do civismo, da disciplina e do controle dos corpos, ao partir da perspectiva de que,

assim como as relações humanas impõem um movimento de afetos, a história também deve ser pensada, não como dados que se encerram em frios papéis ou imagens teatralizadas, igualmente como movimentos que podem dizer-nos sobre os processos de negociação de poderes.

Nesse intento, propomos focalizar a cidade de Vitória e tomamos como marco temporal o governo do presidente Jerônimo de Souza Monteiro (1908-1912), marcado, entre outros elementos, pela reforma da instrução pública liderada pelo educador paulista Carlos Alberto Gomes Cardim, inspetor-geral do ensino entre junho de 1908 e julho de 1909. Cardim promoveu diversas medidas para modernizar o ensino, sendo uma das primeiras a criação da Escola Modelo por meio do Decreto n.º 108, regulamentado pelo Decreto n.º 109. Além de secretário da Instrução, Gomes Cardim foi nomeado diretor da Escola Modelo e da Escola Normal. Entre outras providências, instituiu, pela primeira vez, nos programas escolares a cadeira de Ginástica e exercícios militares, tudo isso em um contexto político na tentativa de tanto centralizar as ações promovidas pelo ensino capixaba quanto regular e homogeneizar os investimentos em relação ao ensino.⁷

Tomamos como lugares privilegiados de pesquisa a Escola Normal do Espírito Santo⁸ e a Escola Modelo Jerônimo Monteiro – esta anexa à Escola Normal –, por entendê-las, conforme já evidenciaram Franco, Simões e Salim (2009), como berço de investimento e monumento representativo do novo modelo escolar que se buscava instituir. Enquanto a Escola Normal objetivava formar professores aptos a educar sujeitos que, a um só tempo, se apropriariam da linguagem escrita, dos saberes científicos, dos seus direitos e deveres na sociedade republicana recém-instituída, à Escola Modelo foi imputada a tarefa de modelar as instituições de ensino primário, servindo ainda como escola de aplicação para o exercício prático de docentes em formação.

⁷ Contudo, é preciso evidenciar que será retomado o debate que circulou na transição política do império para a primeira república, para remontar aos discursos que tentavam instituir um ideário de progresso ante as “lamentações e penúrias” das décadas finais dos oitocentos.

⁸ Anteriormente denominada Colégio Normal e criada, em 1871, pelo Decreto n.º 4, de junho de 1892, passa-se a chamar Escola Normal do Espírito Santo. Em virtude da homenagem ao centenário do falecimento de D. Pedro II, a Escola Normal de Vitória, em 1926, passa a chamar-se Escola Normal Pedro II.

Esse recorte temporal também se tornou frutífero para mirar o investimento em clubes e agremiações esportivas recém-criadas no ES, particularmente na capital. Comumente acompanhamos diversas pesquisas que caracterizam os anos finais do século XIX até a década de 1920 como um grande *boom* dos *sports* no Brasil por meio da criação e consolidação de clubes que viriam a conglomerar atletas e público para a encenação do espetáculo esportivo. Contudo, as fontes nos permitiram vislumbrar que, assim como o discurso gímnico se escolariza diante das demandas que se constituíam em torno do ideal republicano, o *Sport* mobilizou a cena urbana extramuros da escola, provocando uma “esportivização” dos “bons costumes”, anunciado e posto a circular nos jornais governistas. Ao dirigir o olhar para o conjunto de documentos mobilizados até então, tornou-se difícil desvencilhar as aproximações entre o aparato ideológico presente no discurso gímnico escolarizado e no discurso esportivo dos espaços não escolares.

Encontramos um número significativo de documentos que registraram parte da história da constituição da Escola Normal e da Escola Modelo. Esses indícios nos mostram marcas deixadas pelo governo de Jerônimo Monteiro. Por meio de um acervo de documentos, percebemos a tentativa de consolidação e propagação de imagens que instaurariam um ideário encharcado pela valorização e expansão da instrução pública, da urbanização, da criação de vias de acesso, da indústria, do patriotismo e do civismo, que se somariam a uma nova ordem de educação estética, atravessada pelo discurso de investimentos sobre o corpo, individual e coletivamente.

Essa aposta nasce do encontro também ao “acaso”. E nos acasos reside a potência, conforme nos afirma Carlo Ginzburg, no cruzamento de fontes previstas e não previstas. A perspectiva de pensar a história como produção humana, que produz afetos e é afetada em diversas dimensões, possibilita-nos enxergar, pelas frestas do muro, uma nova paisagem.

1.1 QUESTÕES DE ESTUDO

A organização do estudo orientou-se pelas seguintes questões que mobilizaram o diálogo com as fontes em torno da visibilidade dos corpos em espaços sociais e

escolares durante o período investigado: *Quais os saberes, as prescrições e as interdições sobre o corpo postos a circular na cidade de Vitória? Quais os sentidos e os significados atribuídos ao ensino da ginástica nos espaços escolares? De que modo o projeto republicano de escolarização e os discursos acerca da exercitação dos corpos e da esportivização da sociedade ecoavam no ideário que ancorava o governo modernizador de Jerônimo Monteiro entre 1908 e 1912?*

Na esteira dessas questões, interessa-nos compreender:

- a) a constituição dos discursos sobre o “corpo educado” projetado pelo Estado;
- b) o projeto de escolarização da ginástica em escolas capixabas, focalizando os programas de formação na Escola Normal e Escola Modelo;
- c) as relações estabelecidas entre a constituição da Educação Física escolar e a exercitação dos corpos em outros espaços públicos e privados, voltados para as práticas corporais esportivas e visibilidade dos corpos.

1.2 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Com base nas intenções da pesquisa e nas questões apresentadas, este estudo se organiza da seguinte maneira:

No segundo capítulo, que tem como título *Orientações teórico-metodológicas e o diálogo com as fontes*, explicitamos a escolha em operar nos escritos de Carlo Ginzburg e Georges Balandier como interlocutores para o tratamento das fontes. Apresentamos alguns conceitos importantes para interrogar os documentos e compreender as relações políticas e culturais que constituíam o cenário da pesquisa no período analisado.

No terceiro capítulo – *A constituição dos discursos sobre o “corpo educado” projetado pelo estado* –, tratamos dos modos pelos quais o Estado, com outras instituições agenciadoras da educação do corpo, constituiu discursos que visavam inculcar saberes, prescrições e interdições sobre/nos corpos na cena urbana. Por meio do diálogo com a higiene e os escritos médicos, as festividades, a constituição das praças e parques na urbe, o debate que produziria a noção de corpo educado por meio da *educação physica* no interior das escolas, pretendemos acompanhar a

circulação de ideais que pretendiam colocar o Espírito Santo na rota do processo modernizador, evidenciado no governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912). Para tanto, buscamos as interlocuções possíveis entre documentos de naturezas diversas, como mensagens, a legislação, relatórios de governo e matérias publicadas em jornais e fotografias.

O quarto capítulo, intitulado *O projeto de escolarização da ginástica em escolas capixabas*, objetivou investigar, ancorado nos escritos sobre a história da ginástica e as suas materializações no Brasil, quais os saberes, as práticas e as propostas curriculares para o ensino da ginástica no contexto da reforma da instrução pública de Gomes Cardim (1908-1909). Buscamos, no conjunto de documentos mobilizados e no diálogo com algumas produções do campo da Educação Física, indiciar as maneiras pelas quais circularam, no Espírito Santo, informações sobre a ginástica europeia em período anterior à reforma e em espaços não escolares. Na sequência, discutimos de que maneira o projeto ginástico se materializaria em solo capixaba, tentando localizar pistas que nos contassem sobre possíveis tensões em sua institucionalização.

No quinto capítulo – *O corpo na cidade e a encenação esportiva: notas para compreender a teatralização do espetáculo esportivo* –, propomo-nos a reunir um conjunto de pistas e sinais sobre o modo como ocorreu no estado o espraiamento do fenômeno esportivo em efervescência no Brasil. No encontro com os documentos e no cruzamento com os estudos produzidos em outros estados, foi possível perceber, no Espírito Santo, singularidades no processo de esportivização da/na cidade de Vitória. Por meio de um conjunto de matérias publicadas nos jornais “Diário da Manhã” e o “Commercio do Espirito Santo”, encontramos, por exemplo, indícios sobre o ethos esportivo e a institucionalização de práticas corporais e esportivas na criação de clubes na capital.

2 ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E O DIÁLOGO COM AS FONTES

“Os gregos contam que Teseu recebeu de presente de Ariadne um fio. Com esse fio Teseu se orientou no labirinto, encontrou o Minotauro e o matou. Dos rastros que Teseu deixou ao vagar pelo labirinto, o mito não fala” (GINZBURG, 2007, p. 7).

Poderíamos interrogar: mas o que faz com que um historiador italiano que investiga, entre outras questões, temáticas que se aproximam dos processos inquisitoriais nos séculos XVI e XVII contribua para produzir inquietações para uma história da EF no Espírito Santo, no início do século XX?

Carlo Ginzburg (2007) nos mostra que é possível retomar a história de Teseu por meio de outra perspectiva, ao propor que, para além do fio deixado por Ariadne para conduzi-lo em seu retorno, Teseu fez uso de seus rastros deixados no labirinto para encontrar a saída. Esse ponto de vista sobre uma história possível a partir e para além de uma versão mais conhecida do mito vale para apresentar o que talvez seja a grande marca deixada por Ginzburg em seus escritos: a possibilidade de uma volta ao passado que se renova, uma vez que a ele impomos novas perguntas, novos desafios, em busca de pistas, indícios, sinais, vestígios deixados nas miudezas dos detalhes que comumente descartamos.

Leitor confesso de Marc Bloch (PALLARES-BURKE, 2000, p. 275), Ginzburg nos permite encontrar, em seus ensaios, ecos que fazem referência a um modo de pensar a história caro aos Annales. Não seria exagero afirmar que ambos, Ginzburg e Bloch, compartilham a ideia de que a pesquisa histórica nos possibilita mirar o passado e interrogá-lo numa tentativa de estabelecer interlocuções necessárias à compreensão do presente, pois “[...] a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente” (BLOCH, 2001, p. 65).

Já abandonada a concepção positivista da história como ciência do passado, que se baseia nos documentos como fonte inabalável da verdade, Carlo Ginzburg contribui

para a formulação de questões que nos desafiem a refletir sobre a história, de modo que nos permita problematizar o presente.

Não se trata obviamente de descartar a relação com os fios deixados pela história (em nosso caso, de descartar os fios deixados pela historiografia da Educação Física), mas consiste em perseguir os rastros deixados pelo caminho e compor outros fios possíveis na trama da tapeçaria, em que a pesquisa se compõe de uma “[...] trama densa e homogênea [em que] a coerência do desenho é verificável percorrendo o tapete com os olhos em várias dimensões” (GINZBURG, 2006, p. 170).

Ao formularmos as questões orientadoras da pesquisa, não foi possível escapar à responsabilidade historiográfica que Ginzburg nos impõe. De fato, com a escolha em operar nas noções que norteiam a sua produção narrativa, cerca-nos o compromisso de assumir as dificuldades e fragilidades que esta pesquisa poderá encontrar. De certo modo, Carlo Ginzburg é implacável: ele mobiliza temas como a necessidade da constituição da *prova*⁹ e nos pressiona, ao discutir implicações da narrativa ficcional e da narrativa historiográfica (GINZBURG, 2006).

Essas noções nos encaminham para a compreensão de que, para o desenvolvimento desta pesquisa, não podemos eleger um único objeto a ser investigado ou privilegiar um tipo de documento, pois Ginzburg nos chama a atenção para perspectivar o estudo dos sujeitos no seu tempo, não desvinculado de seu contexto, e problematizar as condições e as tramas em que são forjados os documentos como testemunhos.

Indícios, provas e testemunhos constituem um modo possível de conhecimento indireto do passado, visto que temos a clareza da impossibilidade de criar narrativas que expressem fielmente a verdade, pois

Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a ideia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário, a existência de uma profunda conexão que explica os

⁹ Para Ginzburg (2007), “A questão da prova permanece mais do que nunca no cerne da pesquisa histórica, mas seu estatuto é inevitavelmente modificado no momento em que são enfrentados temas diferentes em relação ao passado, com a ajuda da documentação que também é diferente” (GINZBURG, 2007, p. 334).

fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não foi possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la (GINZBURG, 2007, p. 177).

Nesse sentido, o que podemos, no cruzamento de variadas fontes e testemunhos, é chegar, entre as lacunas da história, à *verossimilhança*. Essa noção nos auxilia a compreender que “[...] os historiadores se movem no âmbito do verossímil (*eikos*), às vezes do extremamente verossímil, nunca do certo — mesmo que nos seus textos, a distinção entre „extremamente verossímil“ e „certo“ tenda a se desvanecer” (GINZBURG, 2002, p. 57-58). Desse modo, a verossimilhança permite o espaço para o provável e o previsível, por meio de um conjunto de ações indiciárias (GINZBURG, 2007). Para tanto, ele nos adverte:

As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os céticos: no máximo poderíamos comparar a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo [...]. Mas a construção [...] não é incompatível com a prova; a projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pela realidade. O conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível (GINZBURG, 2002, p. 44-45).

Ginzburg (2006) ainda nos lembra das implicações das escolhas do historiador na produção das narrativas. Ele observa a importância de tornar presentes nas produções historiográficas os modos pelos quais o lugar social que habitamos e o exercício cognitivo que cerca a constituição das narrativas produzem interferências nas práticas historiográficas. Segundo ele,

Raramente a distância entre reflexão metodológica e prática historiográfica efetiva foi tão grande quanto nos últimos decênios. Parece-me que o único modo de superá-la é tomar a sério o desafio céptico, procurando expressar o ponto de vista de quem trabalha com os documentos, no sentido mais amplo do termo. A solução que proponho transfere para o âmago da pesquisa as tensões entre narração e documentação (GINZBURG, 2006, p. 13-14).

Na esteira das questões mobilizadas, o meio de “entrada” para a leitura do passado esforça-se em seguir as orientações de Carlo Ginzburg, na tentativa de, no cotejo e cruzamento dos documentos, interrogá-los e nos aproximarmos ao que o autor denomina de *hors-texte*, “[...] o que está fora do texto”, mas que “[...] está também dentro dele, abriga-se em suas dobras” (GINZBURG, 2002, p. 42). Essa é a possibilidade que, com Ginzburg em interlocução com os documentos, buscamos explorar. Para tanto, há que se produzirem modos de compreender, mediante os

documentos, as relações de força que constituem a própria escolha que determinou o registro do documento no tempo. Desse modo,

[...] ao avaliar a prova, os historiadores deveriam recordar que todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si (GINZBURG, 2002, p. 43).

Conforme anunciado ao início, Carlo Ginzburg nos alerta sobre o entendimento de que, para perceber as marcas do homem no tempo, é imperativo captar as condições em que se constituem as relações humanas, sempre marcadas pelas relações de força. Nesse sentido, ao anunciar a necessidade de questionar os “espaços em branco” na história e observar a potência que neles reside, Ginzburg é tomado nessa proposta como inspiração para compreender uma possível história da Educação Física e da educação dos corpos no Espírito Santo e o modo como esses se relacionam com a cidade, as práticas esportivas, a cultura, a política.

Atentos a essas relações, percebemos a necessidade de dar visibilidade e analisar o discurso político que procurou instituir um conjunto de signos da modernidade. *Regenerar, civilizar, limpar os vícios e fortalecer* são expressões corriqueiras nos diversos documentos. Ao que parece, não bastava forjar dispositivos educativos para o controle sobre o corpo; tornou-se necessário criar uma imagem do sujeito estandarte, um personagem que comporia a *cena* no palco das relações de força e poder entre o governo e os sujeitos-alvo dessa nova ordem. Nas fontes percebemos que, então, o *poder* se tornava o elemento-chave para compreender os sentidos e significados do novo ethos que o discurso governamental pretendia instituir.

Nesse sentido, encontramos, em Georges Balandier, contribuições frutíferas para captar tentativas de projetar e incutir a centralidade dos cuidados ao corpo – na cidade, escolas, vida privada – e as interdições que incidem sobre o corpo: o proibido, o indócil e bárbaro a ser controlado, vigiado, isolado e, por fim, punido, por meio dos discursos sobre o poder. Trata-se de um poder que se deseja exercer por meio da construção de recursos simbólicos que viriam a agir sobre o imaginário social, de modo oculto, pois “[...] (o poder) só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial” (BALANDIER, 1982, p. 7).

Desse modo, enquanto Ginzburg nos atenta para entender o contexto em que as relações de força se produzem, Balandier nos permite compreender os jogos de poder como lugar de constituição do drama. Para o autor, ocultado por trás de todas as formas de organização social e dos poderes, reside inevitavelmente o que ele denomina “teatrocracia”. Para ele, os atores políticos buscam referências no drama para promover os jogos de poder como jogos de encenação, pois “[...] todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos, entre os quais os que se comparam às ilusões criadas pelas ilusões do teatro” (BALANDIER, 1982, p. 6), já que há um íntimo parentesco entre a arte da cena e a arte do governo. Assim sendo, o jogo de aparências, necessário ao movimento teatrocrático, constrói modos de comando da realidade por meio da manipulação do imaginário social. Em seu entendimento, “[...] o recurso ao imaginário está na convocação de um futuro em que o inevitável se transformará em vantagem para o maior número de súditos. As luzes da cena do futuro iluminam a do presente” (BALANDIER, 1982, p. 8).

Essa noção revela o poder que se exerce de modo travestido, transmutado em um conjunto de discursos e práticas de convencimento que incidem de maneira manipulativa. Na construção do drama capixaba, é possível ver as representações políticas recorrerem a forças complementares que criariam as insígnias, as aparências e os códigos de conduta do personagem republicano, seja o aluno obediente e ávido, seja o esportista saudável e incansável; seja o político devotado e servil, seja a mulher maternal e dócil, os quais constituíam personagens modelares no discurso governamental. O próximo passo, portanto, necessário à constituição da peça, seria o roteiro infalível que colocasse em curso o poder *em cena*.

O autor chama-nos a atenção para os rituais de espetacularização como estratégias de fazer circular orientações, prescrições e interdições sobre o sujeito individual e coletivo. A sociedade do espetáculo, por meio dos seus personagens, compõe um conjunto de significados imateriais a serem interiorizados pelos sujeitos; contudo, são produzidas maneiras concretas de visibilidade do conjunto de princípios e valores a serem interiorizados, pois o “[...] exemplo é convertido em espetáculo” (BALANDIER, 1982, p. 18).

No contexto da pesquisa, é possível ver a constituição do roteiro dramático que produz a “fôrma” – ou forma – dos processos de escolarização e de esportivização na/da cidade de Vitória. No encontro com os documentos, foi notável a abundância no registro de demonstrações públicas de exercícios ginásticos realizados pelos alunos das instituições em ocasiões de recepções e comemorações. O desfile cívico e as apresentações ginásticas são constantemente utilizados como recursos comemorativos: buscavam ser representativos sobre a ordem e a disciplina praticadas nos regimes escolares. “Na outra ponta” da cidade, a urbe se fazia útil como palco das manifestações esportivas; estas como instrumento de espetáculo, propagandeadas nos impressos governistas como um momento de conglomerar a sociedade em torno da grandiosidade oferecida pelas práticas corporais.

Todavia, nesse cenário há uma movimentação interessante a ser observada: ao passo que o corpo é colocado em evidência e se torna um possível receptáculo do personagem republicano, são forjados também discursos sobre os modos não autorizados de visibilidade dos corpos; desse modo, é perceptível o lugar de dubiedade ocupado pelo corpo na cena social. Igualmente é preciso criar um mito de corpo educado, de saúde e robustez que se oponha aos modos não autorizados de vida em sociedade; porém, é necessário que a presença do indesejado permaneça constante, para que se legitimem os discursos em prol do mito. Na leitura de Balandier (1982, p. 25),

A ordem social parece ter todas as regalias, compreendida a cumplicidade das consciências, fora dos períodos críticos. No entanto, ela é vulnerável; detrás da fachada de aparências, trabalha a desordem, o movimento transforma e a usura do tempo degrada.

2.1 O MAPEAMENTO DAS FONTES E A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DOCUMENTAL

Atentos às considerações de Ginzburg (2007) sobre verdade e ficção, em que se torna necessário ao pesquisador questionar o *status* de “autêntico e verdadeiro” dos documentos acessados, procuramos localizar e mobilizar registros diversos que nos permitissem acessar uma via possível do passado sem perder de vista que, “[...] em qualquer sociedade, a documentação é intrinsecamente distorcida, uma vez que as

condições de acesso à sua produção estão ligadas a uma situação de poder e, portanto, de desequilíbrio” (GINZBURG, 2007, p. 262).

Esse movimento de busca acenou para um conjunto de fontes que nos permitem uma aproximação tanto aos debates produzidos no âmbito do discurso oficial quanto às pistas sobre o cotidiano no sujeito ordinário. A documentação pôde ser acessada privilegiadamente no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo. Contudo, operar com o recorte temporal em princípios do século XX (1908-1912) contou com algumas limitações referentes à diversidade de fontes. Apesar de os documentos oficiais e oriundos da imprensa capixaba comporem um significativo volume, poucos sinais foram indiciados além dessas fontes. No exercício da leitura dos documentos a contrapelo e no cruzamento com demais estudos sobre o contexto capixaba, pudemos avançar na compreensão de algumas questões que esta pesquisa se propôs investigar.

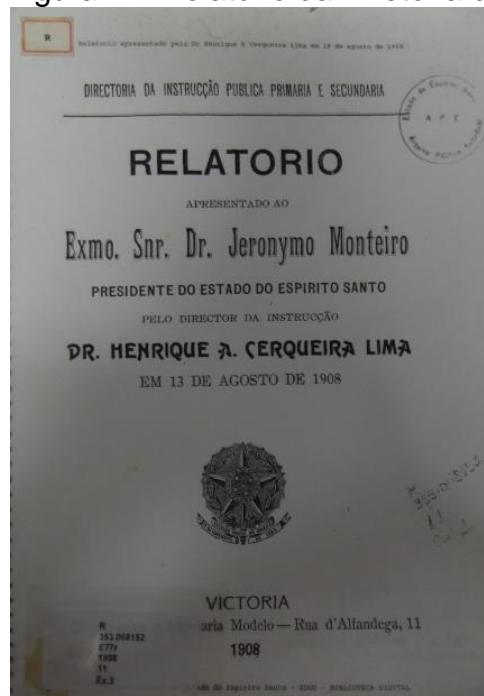
No Arquivo Público Estadual do Espírito Santo (APEES), o catálogo do Fundo de Educação (FE) nos permite acessar um variado acervo que conta com relatórios da Secretaria de Instrução Pública, relatórios dos inspetores escolares, mensagens, comunicados, abaixo-assinados, requerimentos, regulamentos de ensino, termos de matrículas e ofícios de diversas ordens.

Esse conjunto de documentos localizados no FE indicia, entre 1892 e 1920, uma movimentação na cena governamental sobre as determinações e prescrições produzidas para a constituição da rede de escolarização, a formação de professores e a produção do currículo escolar. Tais documentos nos fornecem fios importantes para a constituição da trama da tapeçaria, ao sinalizar o investimento e a importância discursivamente atribuída à educação no governo de Jerônimo Monteiro.

Entre outros importantes registros, identificamos o relatório do diretor de Instrução Henrique A. Cerqueira Lima em 1908, o relatório elaborado pelo inspetor geral de ensino Carlos Alberto Gomes Cardim em 1909 e a Ata do Congresso Pedagógico Espírito-Santense, escrita por Gomes Cardim em 1909. Esses se colocam como importantes documentos para construir a pesquisa, pois fornecem importantes pistas

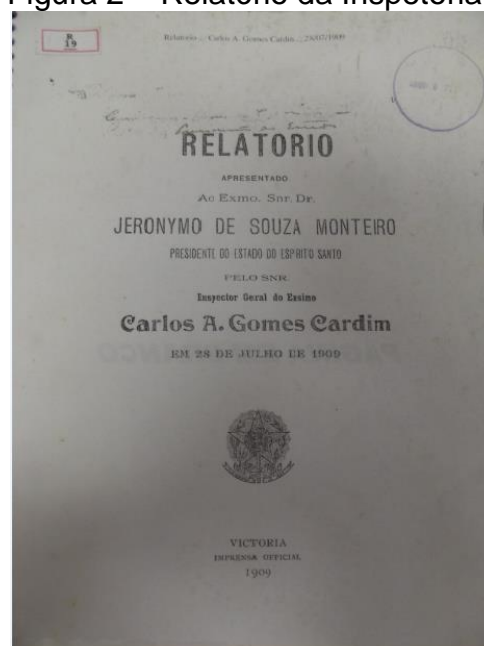
para problematizar o cenário da escolarização no governo de Jerônimo Monteiro, a reforma de ensino instaurada pelo educador Gomes Cardim (importante na compreensão do currículo que se engendra nos anos iniciais do século XX) e a formação de professores.

Figura 1 – Relatório da Diretoria de Instrução em 1908



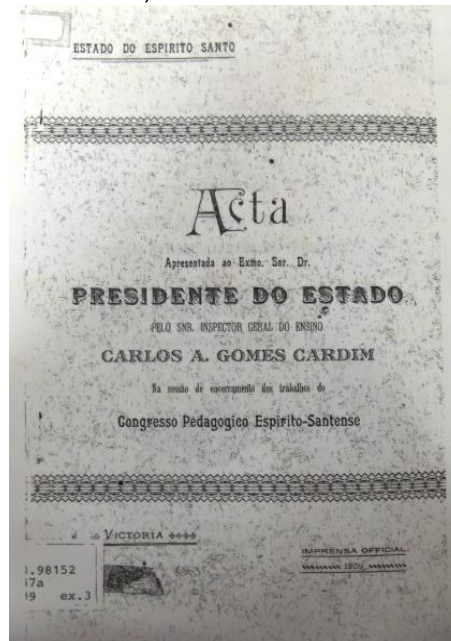
Fonte: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo (1908).

Figura 2 – Relatório da Inspetoria de Ensino em 1909



Fonte: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo (1909).

Figura 3 – Ata do Congresso Pedagógico Espírito-Santense, 1909

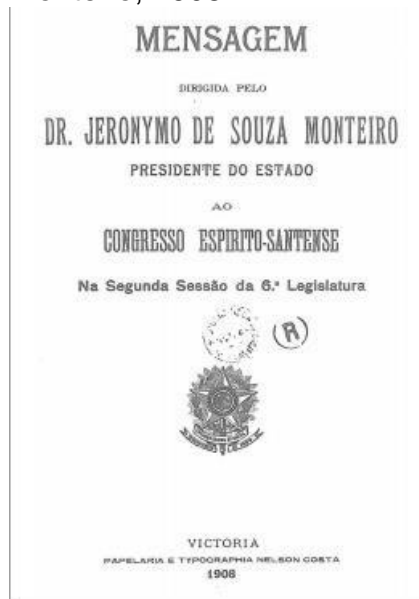


Fonte: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo (1909).

Especificamente sobre a constituição dos programas de Ginástica na Escola Normal e Modelo, encontramos documentos que informam a compra de materiais, o debate sobre a importância do ensino da ginástica como disciplina que viria a “disciplinar com alegria” por meio de um conjunto metódico de exercícios que potencializariam o aprendizado de normalistas e alunos. Há ainda um acervo de imagens que registram as festas escolares e os desfiles cívicos.

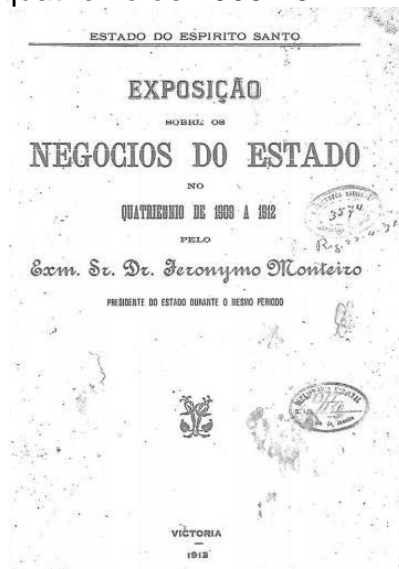
Ademais, existem as mensagens de governo produzidas pelo presidente Jerônimo Monteiro e dirigidas ao Congresso Espírito-Santense, em 1908, 1909, 1910 e 1911, bem como o relatório da “Exposição sobre os Negócios do Estado no Quatriênio de 1909-1912”, apresentado pelo mesmo presidente. Esses registros conferem visibilidade às representações sobre a política, a economia, a educação e a organização da cidade mediante o discurso dos responsáveis sobre a sua gestão, focando as maneiras como se constituía a cena da teatrocracia por meio da fonte oficial.

Figura 4 – Mensagem do presidente de estado Jerônimo Monteiro, 1908



Fonte: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo (1908).

Figura 5 – Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909-1912



Fonte: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo (1913).

Contudo, algumas observações sobre a produção desses documentos são pertinentes. Os relatórios dos presidentes de Estado, como documento informativo e de prestação de contas, constituíam uma coletânea de documentos produzidos por outros sujeitos subordinados ao presidente e responsáveis pelas instâncias administrativas. Desse modo, além do caráter informativo, é preciso voltar o olhar para maior alcance dos usos dessa importante ferramenta, pois era possível que

esses registros cuidadosamente elaborados passassem por certa assepsia numa tentativa de homogeneizar e/ou manipular o seu entendimento, ao virem a se tornar públicos.

No âmbito da imprensa capixaba, consultamos o jornal governista “Diário da Manhã”, fundado em 18 de agosto de 1907, que pode ser localizado no Arquivo Público Estadual, no formato de microfilme, ou no *site* da Biblioteca Nacional que, por meio de um projeto de digitalização, tem possibilitado o acesso virtual a jornais em território nacional.¹⁰

Além de informar as decisões que afetam a constituição da cena urbana e a organização da educação capixaba, podemos, com o “Diário da Manhã”, acompanhar a circulação de estratégias, mecanismos, tecnologias, produtos que modernizariam a sociedade capixaba por meio do investimento nos hábitos saudáveis. Sobre esse tema, encontramos propagandas que divulgariam o novo *ethos* da cidade de Vitória, como o anúncio de medicamentos responsáveis pelo fortalecimento e asseio corporal.

Nesse sentido, perspectivar o uso dos jornais como fonte para pesquisa histórica implica necessariamente pensá-lo como instrumento responsável tanto pela disseminação de saberes afetos à política, economia, cultura e comportamento quanto pela intervenção na vida da sociedade. Desse modo, o jornal governista “Diário da Manhã” é importante referência que nos conta sobre as tentativas de engendrar modos autorizados da conduta “urbana”, valoriza o governo e legitima as intervenções do estado, além de estimular a prática de um conjunto de significados imateriais a serem interiorizados pelos sujeitos capixabas: o cuidado com o corpo e a saúde, a valorização da ginástica e dos *sports*, na constituição do corpo individual e coletivamente educado.

Além do jornal, das mensagens de governos e relatórios referentes à diretoria e inspeção da instrução, espaços de pesquisa foram visitados. A biblioteca de obras raras do APEES foi importante para o mapeamento de produções sobre a histórica

¹⁰ A Hemeroteca da Biblioteca Nacional pode ser consultada *on-line* gratuitamente em <http://hemerotecadigital.bn.br/>.

política, econômica e cultural do Espírito Santo. Entre numerosas obras, destacou-se o conjunto de publicações produzidas e doadas pela professora Maria Stella de Novaes ao acervo da APEES, que nos auxiliou no processo de cruzamento de fontes primárias para entender o contexto histórico.

Buscamos ainda, nos arquivos da Escola Normal do Espírito Santo – atualmente Escola Estadual de Ensino Médio Maria Ortiz –, pistas sobre a materialização do ensino da ginástica nesse espaço. Infelizmente, pelas condições precárias de salubridade do arquivo, muitos documentos foram descartados ou interditados para consulta. Foi possível localizar algumas fontes esparsas referentes ao período desta pesquisa; contudo, foi possível acessar conjunto de fontes referentes às décadas de 1930 a 1970. A biblioteca dessa instituição conta algumas coleções de obras de difícil localização, o que nos favoreceu na composição de pistas para constituir uma via de possibilidade para assimilar o contexto histórico.

Já em relação às contribuições da historiografia da Educação e Educação Física, percebemos que o cenário das pesquisas acadêmicas que têm por objeto a constituição do campo da Educação Física aponta a produção de um contexto de crise epistemológica que, nas décadas de 1980 e 1990, questionava os saberes produzidos pela/na Educação Física.

O contexto dessa crise teria produzido ao menos dois interessantes movimentos: por um lado, foi impulsionada a circulação de estudos de cunho historiográfico que, em grande medida, problematizavam as teorias pedagógicas que permitiram o engendramento da EF como disciplina escolar; e, por outro, foram produzidas tentativas de equacionar a dúvida que pairava sobre a especificidade do objeto da EF mediante suas possíveis relações com a Ciência.

Caparróz (1997), na tentativa de compreender esses movimentos, observou que a produção na área passava por um período em que as denúncias caminharam para revelações e descobertas do papel que o ensino da EF desempenhava nas escolas. Segundo ele, a “[...] produção na área passa a ser intensa e versa, principalmente, sobre as concepções que historicamente vinham formatando e orientando as suas

práticas” (p. 8). Nesse cenário, surgem propostas¹¹ que buscavam romper com o estereótipo do ensino da EF como meio do exercício da submissão do corpo aos ditames da sociedade capitalista, que se manifestava historicamente nos usos e apropriações das atividades gímnicas e esportivas.¹²

Na tentativa de localizar estudos que se aproximassem da temática proposta, produzimos o rastreamento de pesquisas sobre a História da Educação e da Educação Física no Brasil e Espírito Santo, tomando, como ponto de partida, os anais de eventos que privilegiam o campo abordado, revistas especializadas que possuem representatividade acadêmica e regularidade em sua publicação e o banco de teses e dissertações disponível no sítio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Assim, foram mapeados os anais do Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE), de 2000 a 2011; a Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), de 2001 a 2012; a Revista Brasileira de Educação (RBE),¹³ de 1995 a 2011; os anais dos congressos da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), de 2000 a 2012; Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), de 1979 a 1981 e 1998 a 2012; e os anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace), de 2005 a 2011.¹⁴ Além de observar os temas das

¹¹ Segundo Caparróz (1997), as principais propostas são apresentadas nas seguintes obras: “Educação Física Escolar: uma abordagem desenvolvimentista” (TANI et al., 1988); “Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física” (FREIRE, 1989); “Educação Física Humanista” (OLIVEIRA, 1985); “Educação física escolar: uma abordagem fenomenológica”(MOREIRA, 1991); “Diretrizes gerais para o ensino do 2.º grau: núcleo comum – educação física” (CASTELANI FILHO, 1988); “Educação Física e Sociedade” (BETTI, 1991); “Metodologia do ensino da Educação Física” (SOARES et al., 1992).

¹² Sobre essa temática, um estudo profícuo foi produzido por Bracht (1986). O autor, no artigo “A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista”, causou impacto entre os pesquisadores e os professores que atuavam nas escolas, ao chamar a atenção para a aproximação entre os ditames do capitalismo e os signos que marcam as práticas esportivas. Segundo ele, a reprodução desses signos – o record, a competição, a técnica, a especialização – leva a uma reprodução do controle social, pela adaptação do praticante aos valores e normas dominantes.

¹³ A Revista Brasileira de Educação, apesar de não abordar privilegiadamente a História da Educação, foi acolhida no mapeamento por entendermos que ela é representativa no campo da Educação no Brasil, pois está vinculada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

¹⁴ Tanto a RBCE quanto o Conbrace fazem parte do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Criado em 1978, o CBCE é uma entidade científica que congrega pesquisadores ligados à área de Educação Física/Ciências do Esporte. É organizado em secretarias estaduais e em Grupos de Trabalho Temáticos (GTTs). Entre os grupos de trabalho temático, está o “Memórias da Educação

pesquisas, sugerimos como critério de inclusão que os estudos focalizassem as décadas finais do século XIX e as quatro primeiras décadas do século XX. Compreendemos a necessidade de constituir um panorama que nos dê condições de aproximação tanto do contexto de constituição de ideias quanto dos seus desdobramentos.

Já em relação às dissertações e teses mapeadas no banco digital da Capes, a busca foi organizada por meio do uso dos seguintes descritores: 1- Ginástica e Gymnastica; 2- História da Educação no Espírito Santo; 3 – Educação do corpo.

Com base no levantamento, percebemos que o estudo da Educação Física em interface com a História da Educação e à Educação do corpo no século XX no Espírito Santo se justifica pelo fato de que existe uma escassez de estudos sobre o período no cenário capixaba. No âmbito nacional, foi possível localizar pesquisas que abordam a temática da educação do corpo e as suas relações com a constituição da Educação Física escolar e a cidade. É preciso evidenciar que foram revigorados na área os estudos de abordagem histórica que têm se esforçado em construir relações entre a História da Educação Física e a história política, econômica, cultural, seja por meio de estudos que abordem processos com cronologias marcadas pela história política, seja por meio de categorias temáticas e até mesmo da micro-história.

Nesse cenário, é possível perceber a predominância de um grupo de pesquisadores que se esforçam, nas pesquisas empreendidas no âmbito da pós-graduação, em produzir mergulhos mais profundos sobre a constituição do campo da EF. Há uma recorrência de nomes, tais como: Carmem Lúcia Soares, que privilegiou o estudo da ginástica de matriz europeia e seus desdobramentos no Brasil; Fernanda Paiva, que, em sua tese, se propôs a percorrer os passos da formação de uma elite médica e ali compreender os modos de propagação dos saberes higiênicos na cidade e suas relações com a constituição do campo da Educação Física; Tarcísio Mauro Vago, que propõe um debate sobre o enraizamento da ginástica nas escolas de Belo

Física e do Esporte”, que foi contemplado nesse levantamento. Já o Conbrace se inicia em 1978 e, em 2003, passa a agregar o Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Tem periodicidade bianual e constitui um dos principais eventos do campo da Educação Física.

Horizonte articulado ao projeto republicano; Marcus Aurélio Tabora de Oliveira, que focalizou as práticas de educação do corpo produzidas pela escola paranaense em interface com disciplinas escolares; Victor Andrade de Melo, que investiu na pesquisa sobre a constituição de um cenário esportivo na cidade do Rio de Janeiro, nos finais do século XIX e início do XX; Andréa Moreno, que, mais recentemente, tem investido em pesquisas que buscam compreender a educação do corpo pretendida pelas escolas normais femininas e, em estudos anteriores, evidenciou a constituição da ginástica na cena carioca; e, por fim, Meily Assbú Linhales, que discutiu as relações entre o esporte e a educação escolar, tendo por espaço de análise as práticas discursivas realizadas pela Associação Brasileira de Educação (ABE).

Esses estudos se constituíram como basilares para a compreensão do objeto de estudo que propomos abordar, particularmente os de Vago (1999), Melo (2001) e Linhales (2006).

A seguir, tentamos sistematizar e responder, por meio da interseção entre os documentos, a historiografia e as nossas escolhas indiciárias, as questões da pesquisa que ora se apresenta.

3 A CONSTITUIÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE O “CORPO EDUCADO” PROJETADO PELO ESTADO

O corpo é o primeiro lugar onde a mão do adulto marca a criança, ele é o primeiro espaço onde se impõem os limites sociais e psicológicos que foram dados a sua conduta, ele é o emblema onde a cultura vem inscrever seus signos como também seus brasões (VIGARELLO, 1978, apud SOARES, 2005, p. 9).

Ao mapearmos a base de dados da Capes, chamou-nos a atenção o significativo número de pesquisas inclusas no descritor “educação do corpo”. O debate sobre a educação dos corpos está presente nas ciências naturais, humanas, exatas e da saúde. Este último campo, o qual faz parte a Educação Física, apontou um movimento já observado por Soares e Terra (2007) que demonstrou um investimento em tentar compreender aquilo que amplamente denominamos “educação do corpo”.

Os autores advertem que o corpo sofre hoje certa inflação de trabalhos, nem sempre com a densidade esperada por aqueles que o consideram objeto de estudo. Segundo Soares e Terra (2007, p. 11), num certo sentido,

Tudo o que diz respeito ao corpo é sempre mais difícil de ser captado se há uma distância em relação à naturalização clássica relativa aos fenômenos a ele ligados fornecidas pela medicina e pela biologia, campos que explicam “o corpo” buscando sempre, e em grande medida, generalizações e homogeneidades. [...] Se a visibilidade do corpo é incontestável, se o sentido agudo de sua presença acentua a necessidade de aprimoramento e refinamento de discursos que possam abarcar sua diversidade e polissemia em uma sociedade, o que é guardado, lembrado e esquecido da materialidade do corpo, de sua existência carnal é difícil de ser apreendido nessa mesma diversidade e polissemia mencionadas.

A busca pela compreensão do engendramento de saberes, prescrições e práticas sobre o controle dos corpos não é uma tarefa fácil. Dada a própria polissemia dos termos “corpo” ou “corporalidade”, perseguir os seus rastros e perscrutar os seus significados numa perspectiva histórica implica tomar os registros que acessamos como uma via de interpretação da história, conforme alerta Oliveira (2005, p. 6):

A linguagem que manifesta a corporalidade não é passível de ser apreendida plenamente nas formas textuais, orais, iconográficas, monumentais. As narrativas sobre aquelas práticas só podem ser aproximativas, não só no que se refere ao seu conhecimento, como naquilo que se refere à sua inscrição como fato histórico. As práticas corporais são fugidias, difíceis de serem registradas e apreendidas, impossíveis de serem reduzidas a quaisquer formas discursivas.

Partindo da afirmação de Oliveira (2005) e tomando Ginzburg (2002) como um interlocutor para entrever, nas rachaduras do tempo, o cenário capixaba e acessar pistas e sinais que nos contem uma história possível da educação do corpo na cidade de Vitória, buscamos, nesse momento, interrogar as maneiras pelas quais se faziam presentes tentativas de produzir esse movimento. Acessando as representações sobre a constituição da república na cena local, os escritos sobre a organização da segurança pública e os seus significados para o ordenamento da capital, percebemos, à guisa de primeiras análises, a tentativa de construir o corpo republicano e a institucionalização da segurança como dispositivo de controle. Essa análise permite-nos indiciar discursos a favor da “normalidade” contra os sujeitos “desviantes”. No bojo desse drama, constituíram-se diversos personagens modelares para a urbe capixaba.

Sem perder de vista que o contexto nos apresenta diversas cenas de um mesmo quadro, faz-se necessário também exercitar o movimento a contrapelo, tal qual nos ensinou Walter Benjamin (1994). Situado em fluxos mais amplos, os registros sobre o corpo podem traduzir, revelar, indiciar formas de educação e modos de inserção do corpo em dada sociedade, atentando para os modos de existência desses corpos no mundo. Nesse sentido, inúmeras são as fontes que nos fornecem pistas, indícios e sinais dos corpos e suas dimensões sociais, culturais, políticas.

Desse modo, examinamos os projetos em circulação que visavam à educação dos corpos em um sentido que busque depreender o exercício do poder que pretende docilizá-los e investigar a sua imersão em um contexto de relações de força que compõe o cenário capixaba.

Atento à problematização sobre os modos pelos quais se forjam dispositivos de controle sobre os corpos, seja coletivamente, seja de modo privado, Michel Foucault (1999), por meio do conceito de disciplina como tecnologia de poder, nos fornece uma via de compreensão em que “esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de „as disciplinas”” (FOUCAULT, 1999, p. 133).

Apesar de não tomá-la como eixo analítico nesta pesquisa, a noção de disciplina como tecnologia de poder nos interessa como elemento de análise e discussão sobre as tentativas de projetar e incutir uma educação do/no corpo que possibilite instaurar um governo dos corpos. Essa noção nos ajuda a entender os modos de produção dessa tecnologia sutil e refinada, na qual coexistem a centralidade da educação do corpo – na cidade, nas escolas, na vida privada – e as interdições que incidem sobre o corpo: o proibido, o indócil e bárbaro a ser controlado, vigiado, isolado e, por fim, punido.

Com Foucault (1999, 2001), vimos a transição de um modelo punitivo pautado no flagelo público dos corpos, como exemplo e prevenção aos “desvios”, para dispositivos mais sutis e microfísicos de controle e vigilância sobre os sujeitos e suas ações. Segundo ele, para a produção da docilização dos corpos, foi preciso legitimar, por meio do discurso jurídico e médico, o protocolo dos sujeitos desviantes. Se não nos é mais possível investir sobre os corpos de modo a marcá-los fisicamente e tê-los como um estandarte dos vexames provocados pela punição aos desvios,¹⁵ são constituídas formas mais sofisticadas de ações sobre o indivíduo.

Essa manobra traz um forte respaldo científico que, no período analisado, ganha fôlego no Estado: o corpo passa a ser desenhado pela anatomia, seu funcionamento revelado pela fisiologia, seus movimentos compreendidos pela biomecânica, sua limpeza garantida pelos saberes higiênicos e, finalmente, a sua “educação” garantida pela pedagogização dos corpos.

Com “anuência” dos discursos científico e liberal, o Estado, a escola, a segurança pública, as instituições médico-psiquiátricas, as casas de acolhimento dos órfãos reproduzem um esquadramento dos corpos legítimo e necessário aos interesses de uma autoridade que deseja impor-se. Nessa perspectiva, buscar-se-iam, por meio da constituição de personagens legítimos e ilegítimos nessa história, os espaços de visibilidade ou de obscurecimento.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Se, nos discursos produzidos nacional e localmente, essa manobra se configura como um mecanismo que pretender internalizar no sujeito um poder disciplinar sobre ele, Foucault (1999) nos possibilita espriar o entendimento do poder como algo que se exerce, não localizado em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas em toda a estrutura social, e “[...] esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder” (FOUCAULT, 2001, p. 14), pois

[...] o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 2001, p. 183).

Nesse sentido, Foucault (2001) nos auxilia entender as relações produzidas nos espaços sociais como exercícios do poder, mas também nos sinaliza que todos são possíveis de sofrer as suas sanções. Imersos em relações de força, tal qual nos lembra Ginzburg (2002), os sujeitos republicanos – ou candidatos a “se tornarem republicanos” – são alvo de um conjunto de operações sutis que configuraria o drama da vida cotidiana: são submetidos a um novo ordenamento dos espaços, da liberdade, dos modos de compreensão da própria existência coletiva e privada, na busca da conformação e interiorização de uma nova mentalidade. O código de posturas a ser seguido assumia uma dupla função: por um lado, determinava modos de vida socialmente aceitas; e, por outro, constrói e buscava incutir a noção de que essa nova ordem é cientificamente comprovada como eficaz para a vida coletiva, nos aspectos correlatos à saúde, ao lazer ou à educação.

No entendimento de Balandier (1982), a formação das almas republicanas, nesse cenário teatrocrático, requer um aparato de poder que se instaure por meio de arquétipos que as oriente e lhes informe um modelo a ser seguido. Dessa maneira, o discurso que conformaria a “normalidade” também necessita daquilo que a obscurece: se não há a regulação do Estado, quem orientaria a vida ordenada e coletiva? Se não há os personagens modelares, como assumir o que é certo ou o que é errado na vida ordinária? Como definir o que é aceito como normalidade, sem a presença dos comportamentos desviantes?

A relação entre os corpos e a cidade na cena republicana merece destaque na análise dessas questões. De acordo com Lima (2005), a constituição do Estado republicano e o planejamento urbano criam verdadeiras representações educativas no/do espaço geográfico. Nesse sentido, a percepção dos indivíduos sobre o espaço é orientada com base naquilo que a configuração urbana, arquitetural, como realidade espacial metafórica, imprime no imaginário dos sujeitos. Isso permitiria produzir imagens da cidade como monumentos fantasiosos e espetaculares: o espaço projetaria um conjunto de sentidos de urbe a serem interiorizados pelos sujeitos; daí o investimento em sua construção, dada a sua dimensão educativa. Nesse cenário, conformam-se diversos dispositivos que forjariam hábitos e comportamentos agora modernos.

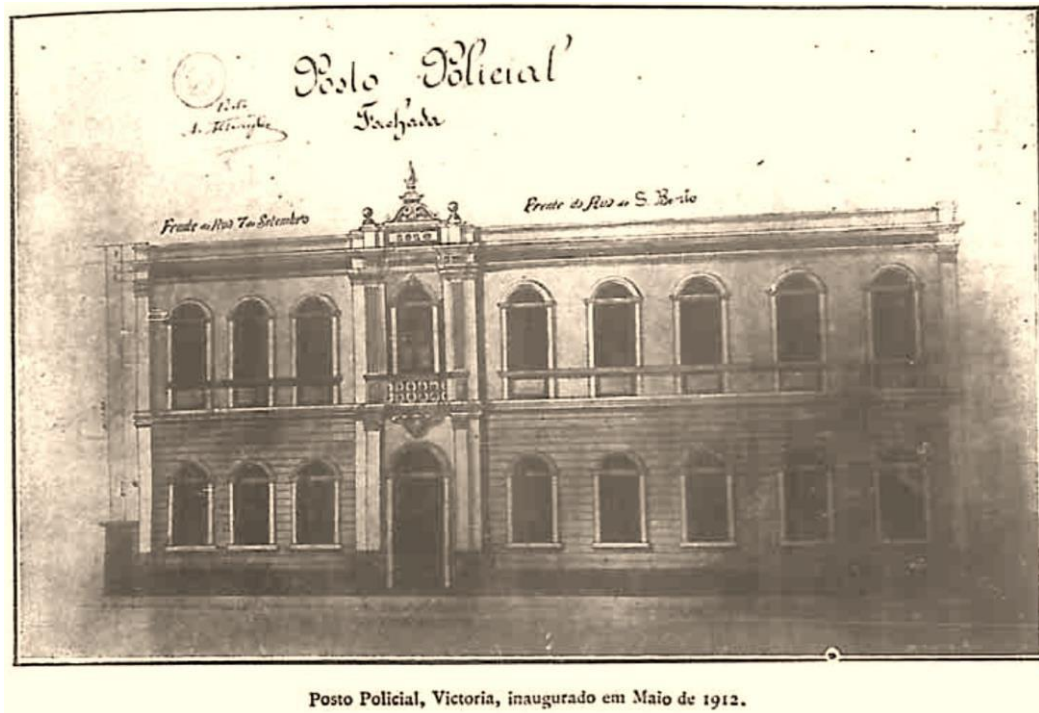
Contudo, conforme afirma Monticelli (2014), a cidade de Vitória, na cena da primeira república, convivia com dois extremos: “[...] de um lado, miséria, falta de cuidados básicos com a vida, e, de outro, ânsia de instrumentos civilizadores como cultura e educação” (p. 58).

Onde habita a desordem, ou a necessidade de impor o seu contrário, se constituem maneiras de instituir normas de convivência social e modos de garantir a materialização dessas prescrições. No período abordado nesta pesquisa, um importante ponto de pauta para garantir a incorporação dessa nova mentalidade são justamente as redes de vigilância policial. Jerônimo Monteiro buscou tanto construir monumentos de guarda e representatividade de força e poder – como os quartéis – quanto formar, educar e instrumentalizar praças, soldados e delegados. A constituição de uma rede jurídica imporia normas de sociabilidade e padrões punitivos.

Convencido de que “as collectividades só dão prova de força e valor, quando dominadas por severo e rigoroso regimento, boa ordem e disciplina segura”, trouxe para o governo o pensamento de dispensar os melhores cuidados á nossa milícia, o de ministrar-lhe instrucção, o ensino especial e o de proporcionar-lhe o bem estar de que é digna, afim de eleval-a ao nivel a que devia ascender para bem corresponder ao fim para que foi organizada e mantida. Assumindo o exercicio do cargo, cogitei immediatamente de pôr em execução medidas tendentes a melhorar nesta Capital e no interior os alojamentos das praças e, em geral, de todo o Corpo Militar de Policia. O Quartel Central nesta Capital estava reclamando serios reparos e os predios que eram destinados a quarteis dos destacamentos no interior, bem como os das prisões, não se prestavam absolutamente a esses misteres. O primeiro, comquanto fosse e seja ainda um edificio de feição moderna, devido aos deffeitos graves na sua construcção, estava necessitando de

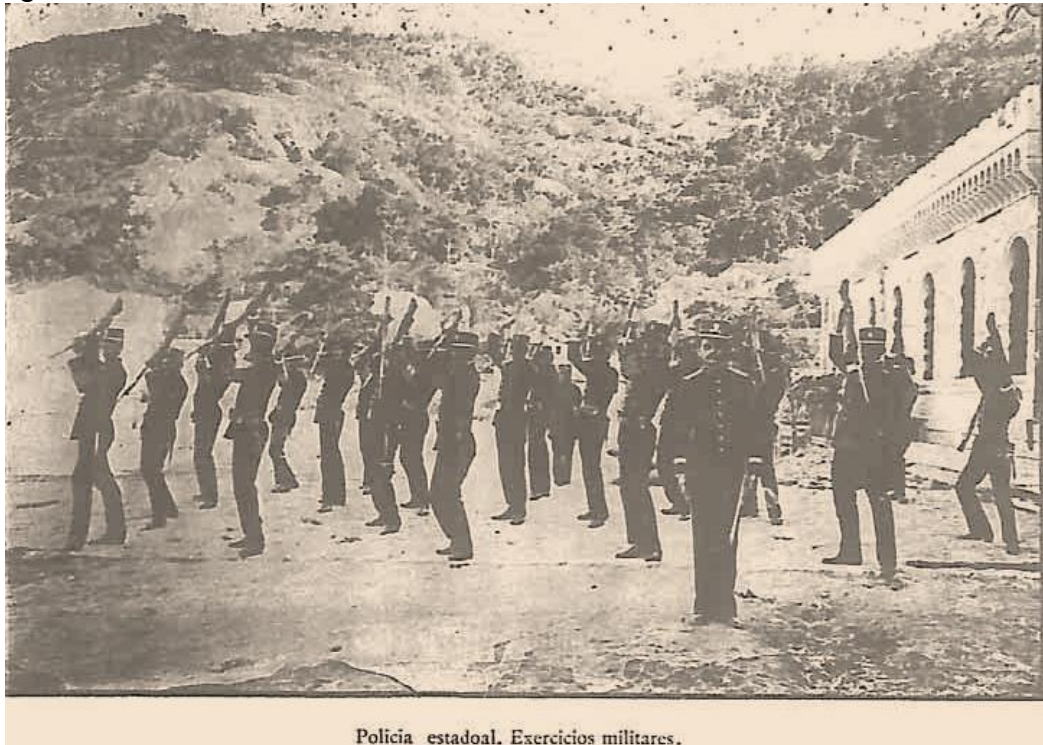
grandes concertos e constituia um fóco perigoso e permanente de infecções. As reformas de que elle carecia eram, porém, de tal ordem que em todo o decurso do meu quatrienio tive para elle voltada a minha attenção, executando sempre obras que não só evitassem a perda completa do edificio, mas tambem que viessem a collocar-o em estado de bem servir aos seus fins (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1913, p. 142).

Figura 6 – Posto Policial, inaugurado em 1912



Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória (1913).

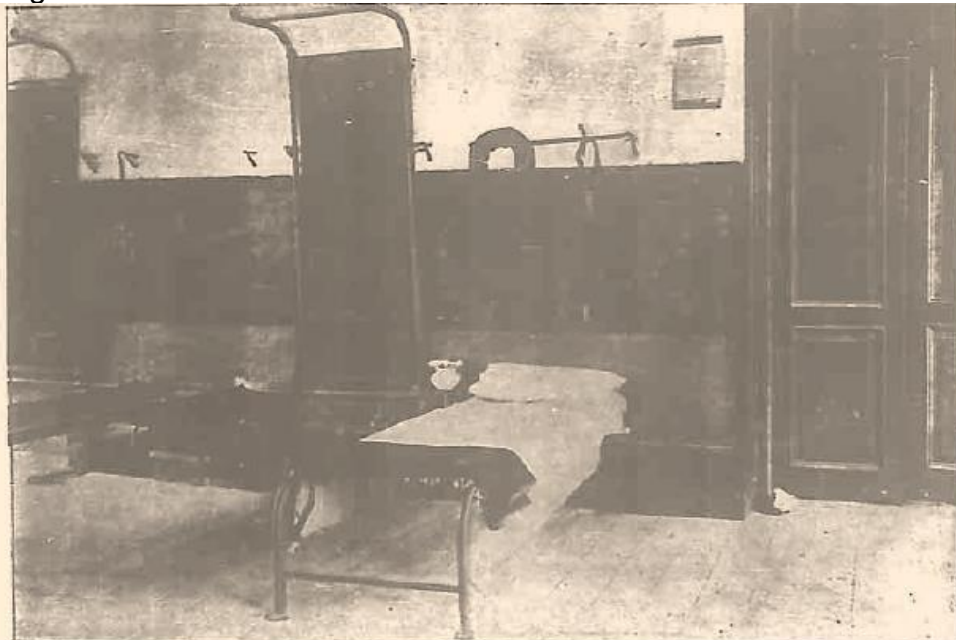
Figura 7 – Polícia estadual em exercícios militares



Polícia estadual. Exercícios militares.

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Vitória (1913).

Figura 8 – Dormitório do Quartel Central da Polícia



Uma das salas do Quartel Central da Polícia; dormitório da primeira companhia, onde se vêem as camas sanitárias, instaladas em 1909.

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Vitória (1913).

Em sua exposição dos negócios do estado (1913), Jerônimo Monteiro informa o esforço em regular e valorizar esse “[...] importante ramo do serviço público”.

Dirá o chefe de policia o grande e indispensável aumento que houve o pessoal da força publica: dirá que o fardamento, cujos pagamentos estavam atrasadissimos quando entrei para o Governo, esta pago em dia, não se devendo senão o fardamento recém-chegado, cujas contas não estão vencidas; dirá os grandes melhoramentos que tem tido o quartel devidos aos esforços de seu brioso commandante; dirá que foi comprada e paga uma excellente casa para a repartição da policia e moradia da família do chefe e o mais que é concernente a esse ramo do serviço publico (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1913, p. 18).

Todavia, a exemplo de outros ramos do serviço público, Jerônimo Monteiro sofreu críticas em relação aos diferentes modos de investimento entre a capital e os municípios interioranos. Abaixo, ele informa uma medida de gracejo e uma crítica a ele encaminhada.

Além disso, como medida de estímulo, iniciei a pratica de distribuir entre os filhos das praças do Corpo Militar, por ocasião das festas do fim do anno, pequenos brindes, proporcionando assim a esses futuros servidores da nossa Patria, aos que hoje a sorte talvez não seja propicia, ligeiros momentos de diversão. Eram constantes as queixas e reclamações a mim dirigidas sobre as más condições das cadeias publicas e dos predios destinados ao aquartelamento das praças no interior do Estado. Tanto quanto me permittiram as circumstancias, tratei de satisfazer essas necessidades [...] (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1913, p. 144).

Os seus opositores não se eximiam de prestar críticas às diferenças de investimos entre os municípios e a capital. O jornal “O Cachoeirano” assim se pronunciou em 5 de março de 1911:

[...] Faz vergonha, faz horror observar-se o que váe por esta cidade, de desleixo, de sujidades, de falta de policiamento. No seio mesmo da cidade [Cachoeiro de Itapemirim] ostenta-se um cercado de réguas apodrecidas chindo aos pedaços no meio de uma esterqueira de capim e detrictos! Quando se trata de festanças ou algum trabalhinho político, oh! Isto é outra cousa. O pessoal fica activo, corre, aparecem serviçaes por todos os cantos, gasta-se dinheiro, solta-se foguetes... Uma belleza! (O CACHOEIRANO, 1911, p. 12).

Apesar de afirmar a necessidade do investimento nos postos policiais e na contratação de praças, Jerônimo Monteiro afirma que a guarda cívica ainda não era uma realidade na capital, pois não há verbas suficientes para que se cumpra o projeto de governo do policiamento de Vitória com os próprios praças do Corpo. Afirma ele que o pessoal menos sobrecarregado era escalado para “[...] fazer a ronda da cidade até as onze horas da noite e a policar as casas de diversões, as reuniões publicas, as praças e jardins, [...] e onde se fizesse necessaria ou

conveniente, no interesse da manutenção da ordem” (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1913, p. 146). O recorte nos permite indiciar o tipo de prática a ser desempenhada pela instituição militar: garantir que a ordem, a disciplina e o atendimento à conduta moral exigida se materializassem na forma de uma educação do corpo – seja individual, seja coletiva.

Com o intuito de ministrar a educação, instrução e disciplina propriamente militares, o presidente estabeleceu um curso obrigatório de esgrima aos oficiais e praças e criou uma escola regimental dentro do próprio Corpo para o ensino de noções inferiores de língua portuguesa. Buscando a equiparação dos saberes e serviços prestados, mandou um oficial e um primeiro-tenente à cidade de São Paulo para ali se instruírem sobre “[...] os ensinamentos da policia daquele Estado, que é incontestavelmente o melhor modelo no Brasil, e adaptarem-nos depois entre nós” (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1913, p. 145).

Assim como observado por Soares (1998), o “paradigma São Paulo” se fazia presente nos ideais preconizados por Monteiro. Como padrão do desenvolvimento e da modernidade mais expressiva em solo brasileiro, o estado paulista serviria como exemplo a ser seguido ou meta a ser alcançada. Nos discursos governamentais se fazia presente a referência a São Paulo e sua boa morigeração republicana em diversos setores do serviço público, incluindo-se aí a arquitetura urbana, o sistema jurídico-militar, a saúde pública e, finalmente, a educação.

3.1 A HIGIENE E OS ESCRITOS MÉDICOS: SABERES, PRESCRIÇÕES E INTERDIÇÕES QUE SÃO POSTOS A CIRCULAR NA CIDADE DE VITÓRIA

A segunda metade do século XIX no Brasil é período marcante na história das cidades. Entendido como período de transição política nos modos de governo do país, reflete mudanças significativas na sociedade e nas suas relações com o espaço urbano.

Compreender o processo de construção da cidade de Vitória implica a necessidade de *rebobinar o filme* e dar visibilidade a diversos movimentos iniciados no século XIX que contribuiriam para o projeto urbanístico capixaba. Nos documentos e no

cruzamento com outros estudos, é possível perceber como se conformaram políticas que, ao fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, intervieram, por meio de propostas de reorganização urbanística, na difusão de um discurso que acusaria a população de viver em condições precárias, devido ao vício, à imoralidade e à falta de disciplina. Para erradicar esses transtornos sociais, o governo afirmava a necessidade de garantir às classes mais pobres a saúde, a educação higiênica e a formação de hábitos morais. Esse discurso incorpora a necessidade de promover a assepsia social, viabilizar a educação higiênica e moralizar os hábitos, como já havia observado Soares (2004) na obra “Educação Física: raízes europeias e Brasil”.

De acordo com Góis Júnior (2005), o movimento intitulado “Higienismo” envolveu intelectuais de diversas áreas, como a Medicina, a Engenharia, a Arquitetura, a Educação, a Educação Física, que se esforçaram em criar preceitos pautados numa racionalidade científica, os quais objetivaram “[...] promover novos hábitos saudáveis para o aprimoramento da saúde individual e coletiva” (GÓIS JÚNIOR, 2005, p. 227).

Esse movimento não surgiria ao acaso, ele é impulsionado pela conjectura social historicamente construída com o advento do capitalismo, particularmente na Inglaterra, Alemanha e França, que, à medida que produz o crescimento da indústria, evidencia a pobreza e as questões sociais a ela entrelaçadas, tais como as condições sanitárias, a gestão dos espaços urbanos e a proliferação de doenças. Segundo Góis Júnior (2005), essa é

Uma demanda que não é ignorada pelos médicos, que defendem diferentes formas de prevenir e tratar as moléstias. Situação que demanda o desenvolvimento da ciência no campo da Medicina e da saúde pública. Sendo assim, a ciência passa a determinar a melhor forma para cada um cuidar de seu corpo, em um projeto de mudanças de hábitos em relação a ele. O movimento tem uma ideia central que é a de valorizar a população como um bem, como capital, talvez como recurso principal da Nação (GÓIS JÚNIOR, 2005, p. 228).

Ao analisar esse movimento no contexto nacional, os estudos de Gondra (2003), Paiva (2003) e Soares (2004) mostram que a instituição médica constrói paulatinamente sua legitimidade por meio da medicina social, que intervinha, entre outros aspectos, nas normas sanitárias para a construção de espaços e organização

das cidades e nas regras de cuidados com o corpo, por meio de medidas preventivas contra as doenças e outros males.

Os escritos médicos vão sendo incorporados ao discurso oficial como medida de implementação da civilidade. Essa produção buscava conferir um caráter científico por meio de medidas que promulgassem a vida e os hábitos saudáveis (SOARES, 2004). Parte dessa produção médica discutia assuntos referentes à família, moralidade, sexualidade, intelectualidade, organização da sociedade, prescrevendo normas de conduta social a homens e mulheres, cuidados com recém-nascidos, com o asseio corporal que envolvia temas tão diversos, como banho, exercícios físicos, vestimentas e hábitos alimentares. Em um extremo, visava-se à internalização da racionalidade moderna nos corpos, na cidade e na vida privada dos sujeitos.

De acordo com Paiva (2003), ao investigar, entre outras questões, a formação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, durante um longo período no século XIX e princípio do XX, o principal compêndio adotado na formação de médicos no Brasil na disciplina intitulada Higiene era o *Tratado Elementar de Higiene Privada e Pública*, escrito por Antoine Becquerel. Entre outras contribuições, esse compêndio contemplava matérias que compunham o estudo do sujeito da higiene. As matérias eram as seguintes: *circumfusa*, que cabia o estudo sobre calor, luminosidade, eletricidade, influências siderais, ar atmosférico – aqui incluídos miasmas e doenças epidêmicas –, sol, água, clima, habitações privadas e demais estabelecimentos públicos – igrejas, hospitais, penitenciárias; *applicata*, em que a atenção era dada às vestimentas, aos cosméticos, aos banhos e aos vírus; *ingesta*, que abordava estudos sobre alimentos, bebidas e regime alimentar; *gesta*, na qual eram estudados os exercícios e movimentos do corpo; *percepta*, em que sentidos externos (visão, audição, olfato, tato e paladar) e internos (fome, sede e coito) do corpo eram estudados com a faculdade intelectual, as paixões e o sono; *funções genitais*, cuja seção se destinava ao estudo sobre o casamento e o celibato, a fecundidade e esterilidade, a prostituição e pederastia; e, por fim, estudava-se a *excreta*, que tratava da eliminação dos resíduos corporais (PAIVA, 2003).

Paiva (2003) informa que, já na última década do século XIX, foi aprovado um programa que dividia esses conhecimentos em três grandes blocos, a saber: a higiene geral, que tem por objeto de estudo os grandes modificadores cósmicos; a higiene individual, que tem por foco de estudos a idade, exercícios e vestimentas; e a higiene social, que concerne ao estudo da higiene em diferentes espaços públicos, endemias e epidemias e suas profilaxias, além do estudo da demografia, assistência pública e a organização dos serviços sanitários. Essas matérias constituíam parte dos saberes médicos que se valiam como autoridade para formulação de leis sociais higiênicas que visavam interferir na vida social brasileira. Segundo Gondra (2003), esse lugar especial criado na agenda médica para dar fim aos problemas de ordem social coincide com o próprio processo de consolidação da ciência médica. A higiene, como ramo da medicina, ocupou-se da descrição e redescritção dos objetos sociais em conformidade com os cânones dessa ciência.

No Espírito Santo, desde a década de 1860, era constante, nos relatórios de governo, a presença da *higiyene* como uma ciência que deveria ser consultada para a realização da construção da cidade, mediando a configuração de espaços, bem como a sua salubridade, a construção de pontes, estradas, o recolhimento do lixo, a construção de fontes para fornecer água potável à população e as normas de conduta.

Contudo, os relatórios de governo e as mensagens presidenciais nos fornecem pistas de que o investimento que buscou equacionar os ditos “problemas” urbanos só viria a se materializar com o advento da república e de modo pulverizado pelo estado, privilegiando os grandes polos econômicos capixabas, como as cidades de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim.

Esse contexto foi marcado por uma instabilidade política, que, entre 1889 e 1892, gerou um contexto em que se buscou, entre três governos,¹⁶ legitimar a república e seus ideais ante as tentativas de uma retomada do governo monárquico. Nos anos que se seguiram a esse período de instabilidade, emerge um conjunto de governos que visava instituir e dar visibilidade às suas ações por meio de projetos de

¹⁶ A saber: Afonso Cláudio (1889-1890), Constante Gomes Sodré (1890-1891) e Antônio Aguirre (1891).

modernização e reconfiguração dos espaços urbanos, ampliação das relações comerciais intra/extraprovíncia, consolidação de vias de comunicação e o incentivo à imigração.

Segundo indicam Sueth e Franco (2005), com a estabilização do movimento republicano no Espírito Santo, emergem duas significativas agremiações políticas, ainda não autônomas em relação ao poder federalizado, que se revezariam no governo do estado: o Partido Republicano Espírito-Santense e o Partido Republicano Construtor. Os autores ressaltam:

Na composição dos interesses que norteavam as políticas desses dois partidos, no início do século XX, vê-se que o Partido Republicano Espírito-santense articulava-se mais diretamente com as forças ligadas às classes produtoras, especialmente as do café do sul do estado. Por sua vez, o Partido Republicano Construtor representava as classes ligadas ao capital mercantil exportador, constituídas especialmente pela expansão da economia cafeeira após o incentivo à imigração estrangeira na região central, vinculando-se, assim, ao capital comercial, enquanto o PRES articulava-se com o capital produtor (p. 9).

Dentro desse cenário, dois grandes representantes partidários chegam ao poder: José de Mello Carvalho Moniz Freire do Partido Republicano Construtor (PRC), de 1892 a 1896 e 1898 a 1904, e Jerônimo de Souza Monteiro do Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), entre 1908 e 1912.

Para Vasconcellos (1995, p. 166-167),

Jeronymo era um produto do coronelismo, ao qual estava profundamente ligado. Mas é bom lembrar que ele era um doutor, com uma formação das mais avançadas para o Brasil da época; era um modernizador. Entretanto, a modernização conduzida pela geração de Jeronymo Monteiro era incompleta e inacabada, pois era gerada por um imaginário e pelas representações que ele havia engendrado [...] Tratava-se, na época, de modernizar alguns elementos da vida pública, como a gestão do Estado, sem modificar a estrutura mais larga dos privilégios da sociedade, entre as quais a dos latifúndios. Mostrou-se um administrador audacioso, símbolo da modernidade possível aos coronéis. Foi símbolo também do casamento entre as velhas práticas políticas herdadas do período colonial e as novas demandas de uma sociedade que se urbanizava. Caso a modernização que as elites pareciam portar fosse um sucesso, elas morreriam politicamente. Era preciso ter visibilidade de um moderno, a imagem de um renovador, sem perder o controle da situação que produzia o poder. Sem modificar a estrutura de privilégios.

Ao observarmos esse momento de transição política, podemos localizar indícios da tentativa de inculcar o “novo” ideário republicano que buscava, a um só tempo, fazer circular a imagem do homem moderno, deslegitimar e desvalorizar o período

imperial como aquele regido por preceitos arcaicos e não condizentes com a nova ordem.

Somado a esse movimento, Casagrande (2011, apud ALMEIDA, 2012, p. 80) sinaliza o investimento do governo em criar políticas de cuidado e ampliar o perímetro na cidade de Vitória, tendo o engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito como principal interlocutor, que, durante a gestão de José de Mello Carvalho Moniz Freire, criou e implementou o projeto “Novo Arrabalde”. Esse projeto responde ao empenho da administração pública em dar à cidade um desenvolvimento adequado, em terreno saneado dentro dos preceitos da higiene e dos predicados estéticos das cidades modernas. Consistia

[...] na elaboração de um projeto de bairro cuja área era cinco a seis vezes maior do que aquela onde estava erguida a Capital, na região central, então coração político e econômico de Vitória. Trata-se, portanto, não de uma reforma da cidade então existente, mas de sua expansão para a região leste, onde se situavam as praias, até então desabitadas (ALMEIDA et al., 2014, p. 80).

Em 17 de janeiro de 1908, Jerônimo Monteiro publica, no jornal “Diário da Manhã”, o texto intitulado *Manifesto Político*, em que, em nome do Partido Republicano Construtor, anuncia a sua candidatura à presidente do estado. Por meio do manifesto, Jerônimo Monteiro informa a sua trajetória política que parece confundir-se com a própria vida. Na fala do político, os melhores anos de sua vida foram dedicados ao Espírito Santo com devoção, empenho e confiança de que a valorização do esforço individual é o caminho para alcançar a prosperidade do estado. Em sua plataforma de governo, aponta a urgência em equilibrar os gastos públicos e a necessidade de contratação de técnicos que, por meio dos saberes específicos, contribuiriam para o avanço político e econômico; pois “[...] o pessoal tecnico, competente e habilitado falta por completo” (p. 1). Afirma ainda a necessidade de investimento na educação por meio da ampliação de oferta e qualidade do ensino e dá pistas que evidenciam a valorização da formação para o trabalho industrial e agrícola. Para Monteiro, ainda no mesmo manifesto, esses assuntos são de interesse imediato “[...] a preocupar merecidamente a atenção dos Governos, não podendo ser relegados para segundo plano e entre elles sobressahem: a educação e instrucção popular e a hygiene publica” (p. 1).

Em sua proposta, há a promessa de planejamento e execução de obras relativas à cidade, urbanização e mobilidade urbana, particularmente no estabelecimento de redes de bondes para a circulação na cidade e seus arredores. Chama a atenção ainda para a continuidade dos serviços em prol das condições higiênicas da saúde pública que trazem à população capixaba tanto a defesa da saúde quanto o embelezamento da cidade.

Sendo eleito para gerir o governo de 1908 a 1912, Jerônimo Monteiro se esmerou em pôr em prática suas promessas de campanha: o Espírito Santo na rota do comércio e a sua preocupação com a reestruturação e o embelezamento da cidade são frequentes nas suas mensagens de governo que retratam algumas de suas ações, conforme podemos observar em sua fala dirigida à Assembleia Legislativa:

[...] necessito de vossa autorização para levar a efeito tão grande empreendimento nos limites de nossos recursos. Os demais serviços de embelezamento da Victoria serão feitos, gradativamente, na medida das nossas forças (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1908, p. 25).

Nesse sentido, houve construção de quartéis, rede de esgoto, distribuição de água, alargamento de ruas e avenidas, calçamento, estabelecimento de via férrea, iluminação pública, novas linhas de bondes, apoio à industrialização; além do investimento na expansão da rede de escolarização, fortes indícios da incorporação da racionalidade moderna, necessária à nova ordem republicana: o espaço organizado e produtivo. Num primeiro momento, Jerônimo Monteiro buscou construir uma imagem representativa na cena capixaba: parece-nos que o seu esforço em verbalizar e registrar textos escritos e imagéticos sobre os seus “feitos” foram intencionalmente produzidos ao longo de sua gestão. Ele assumiria para si, no âmbito do drama republicano local, o personagem do político servil incansável, incorruptível e vigilante aos gastos públicos.

Na sequência de três mensagens de governo por ele produzidas, as quais falam das atividades desenvolvidas ao longo de sua gestão, é notório um tom de lamento, ao constatar a impossibilidade de verbas e pessoal habilitado para o cumprimento de suas promessas de campanha. Contudo, ao analisar esse conjunto de fontes, esse discurso parece atribuir uma culpabilidade ao contexto das condições precárias do

estado a ele entregue. Desse modo, as intempéries assumem um tom de desafio a ser transposto pelo *servil político* na trama do governo capixaba rumo ao progresso.

Pouco pude fazer no concernente a melhoramentos da Capital. Alguns vestígios, porem, ahi ficam da minha passagem pelo Governo, e, se iniciiei esses melhoramentos, dispondo de tão reduzidos recursos, como todos sabem que assim eram os de que podia lançar mão, foi devido ao poderoso auxilio do Director de Obras e Emprehendimentos que, imprimindo aos innumerados serviços a seu cargo a maior honestidade, a mais rigorosa economia, conseguiu, com muito pouco dinheiro mudar completamente o aspecto horrível de certos pontos da cidade, especificamente o largo do Palácio até a ladeira Maria Ortiz, tornando-o ao menos mais hygienico e aprazível (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1913, p. 16-17).

Por outro lado, ele afirma categoricamente que, apesar do estado ruinoso em que o Espírito Santo se encontrava – endividado, mal desenvolvido, não higiênico, afastado da modernidade e do progresso –, ele busca dar visibilidade e valorizar todos os empreendimentos por ele liderados. Esse movimento sinaliza um esforço de deixar a sua marca na história política do estado. Nas palavras do próprio Jerônimo Monteiro, na “Exposição sobre os Negócios do Estado no quadriênio de 1909 a 1912” (p. 523-524), há esta afirmação:

Procurei manter sempre um serviço regular de propaganda do Estado, não só no paiz, pelos órgãos de publicidade de maior circulação, como também no estrangeiro, nos principais centros financeiros. Com taes trabalhos (publicações diversas pondo em evidência o nosso Estado e suas riquezas naturaes, a fertilidade de seu solo, a variedade e abundancia de produção de gêneros, cuja cultura não é entre nós usada; photographia dos melhoramentos introduzidos; assignaturas de jornaes principalmente de revistas de agricultura, etc. etc.) Ainda como actos de propaganda procurei fazer representar o meu Governo na grande Exposição Nacional inaugurada no Rio de Janeiro em 11 de agosto de 1908 (aliás executando as deliberações de meu digno antecessor), e nos Congressos Juridico, Agricola, de Medicina e de Geografia, reunidos naquella Capital respectivamente na mesma data [...]. **Também por meio de albuns**, em que foram registrados os progressos do Espirito Santo e as vantagens que nelle encontram os que aqui procuram exercer a sua actividade, procurei manter a propaganda do nosso Estado [grifo nosso].

A propaganda parece surtir efeito na tentativa de reconhecimento de seus empreendimentos. Na ocasião da visita do presidente da República marechal Hermes Rodrigues da Fonseca em 22 de julho de 1911, Jerônimo ofereceu um jantar de gala e discursou sobre a importância do lisonjeiro reconhecimento do seu trabalho. Registrou, em seu relatório pelo governo do estado, o discurso proferido pelo marechal.

Sejam de reconhecimento á maneira cavalheirosa e fidalga com que fui acolhido pelo povo desta cidade as minhas primeiras palavras em resposta á saudação com quem me honrou o illustre e operoso Governador deste

Estado. [...] Essas manifestações traduzem o empenho dos membros da federação em prestigiar o Chefe do Estado, empenhado em fazer o bem publico e manter os credits já firmados do Brasil no meio das Nações civilisadas. Não devo calar a impressão agradável que levo desta visita. Ainda que rapida, deixou em meu espirito a convicção de que uma administração bem orientada e patriótica assegura o desenvolvimento progressivo do Estado pela solução racional que vão tendo os varios problemas que sob o nosso regimen devem preoccupar os responsáveis pela direcção dos negócios publicos. [...] **Além dos melhoramentos materiaes desta bella e pittoresca cidade, sente-se que se dirigem as suas bem inspiradas atenções para a disseminação da instrucção – base primordial do nosso progresso e para a assistencia á infancia, – sementeira do futuro grandioso do Brasil.** [...] As significativas seguranças de applausos á orientação do meu governo exprimem o empenho que felizmente se revela de perfeita solidariedade entre os Estados e a Republica, dispostos por uma remodelação patriótica dos costumes políticos e administrativos a conduzirem o Brasil no apogeu de seu desenvolvimento e de sua riqueza. Pequenos e grandes Estados commungam á mesa da mesma fé republicana e dão-se as mãos na obra commum de assegurar a conquista de um brilhante futuro. E é por isso que, desvanecido por esse apoio e por essa solidariedade e satisfeito com a orientação asministrativa do illustre Governador do Espírito Santo, ergo com entusiasmo a minha taça pela prosperidade pessoal do Sr. Dr. Jeronymo Monteiro e de seu fecundo governo (p. 48- 49).

Figura 9 – Banquete oferecido ao presidente marechal Hermes da Fonseca, 1912



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Aparentemente, o governo de Jerônimo Monteiro é avaliado, de forma positiva, pelo presidente do Brasil, que afirma, em seu discurso, a consonância das ações de governabilidade capixaba ao projeto republicano brasileiro. Na esteira desses

registros, contamos um acervo de imagens que, com os registros textuais, possibilitam uma via de interpretação sobre o desenvolvimento da cidade de Vitória.

Segundo Lima (2005) a grande preocupação que compunha a agenda dos governantes atrelava-se à ideia de que a ação urbanística sobre a cidade consistia privilegiadamente em solucionar problemas da ordem, da circulação e do saneamento. Jerônimo não fugiria a essa lógica ao longo de seu governo. Tal qual previsto em seu “Manifesto”, construiu imponentes prédios em substituição a simplórias e insalubres construções. Com a implementação desse projeto, buscava o realinhamento da cidade e a sua equiparação aos centros mais “avançados”.

Abaixo, podemos perceber parte desse movimento de construção de uma “cidade projetada”. Engenheiros e sanitaristas foram convocados a modelar uma nova cidade em curso, produtiva, de circulação e acessibilidade eficiente. Uma das primeiras medidas, por exemplo, foi a reconstituição da “Rua da Alfândega”, importante ponto de encontro para comerciantes na capital.

Figura 10 – Rua da Alfândega, 1912



Fonte: Lopes (2002, p. 17).

Na tentativa de compor a eloquência de seu personagem, Jerônimo Monteiro busca apoio nas obras públicas por ele autorizadas para legitimar as suas ações a favor da modernidade.

Dirá o director de Obras e Empreendimentos quantas pontes e estradas foram construídas e estão em construção: quanto se tem gasto nos melhoramentos da Capital: qual a importância e quanto se tem gasto em saneamento da Villa Moscoso, reducto de immundicies e foco de epidemias: dirá que estão promptos os lineamentos, plantas e orçamento da ligação da alludida Villa Moscoso com a praça Paula Castro: dirá que contratei e em que bases a ligação por meio da via ferrea de S. Pedro d'Itabapoana ao Veado e de Iconha ao Rodeio e dirão os outros meus dignos auxiliares o que de notavel ha nos serviços publicos a seu cargo (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1913, p. 18).

Contudo, Lima (2005), ao investigar as intervenções urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro no contexto republicano, revela que o processo de urbanização implica também uma violência simbólica aos desprovidos de condições de acompanhar o “avanço” da urbe: “[...] as desapropriações tornavam-se imprescindíveis e as camadas sociais mais baixas eram virtualmente empurradas pra locais menos nobres, afastadas pelos locais atingidos pelas intervenções” (LIMA, 2005, p. 2). Nesse sentido, a constituição da paisagem urbana pode ser lida como

[...] um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo; como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço; como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, *locus* de interação entre materialidade e as representações simbólicas (RIBEIRO, 2007, p. 9).

A cidade de Vitória não ficaria imune ao processo de desapropriação a favor das intervenções urbanísticas. Na “Exposição sobre os Negócios do Estado no quadriênio de 1909 a 1912”, o presidente do Estado assim informa:

Julguei de necessidade indeclinável a conservação das mattas circumvizinhas daquelle arrabalde, para o que baixei o decreto n. 722, de 26 de agosto de 1910, declarando de necessidade e de utilidade publica os terrenos denominados – Chacara da Piedade e Mulundú – para o effeito de serem desapropriados. O processo dessa ultima desapropriação corre judicialmente, por não ter sido possível ao Governo realizar por meios amigaveis a aquisição desses immoveis, estando affecta a questão ao Sr. Dr. Procurador Geral do Estado (p. 132).

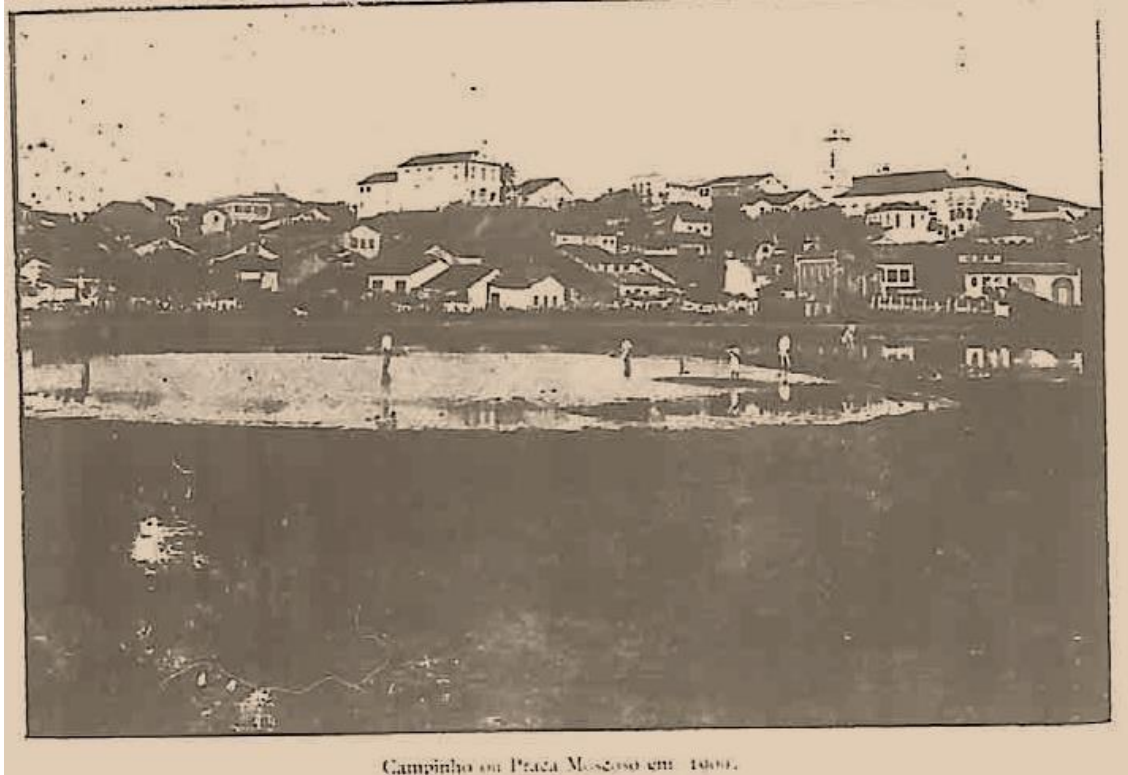
Ainda que, no discurso do estado, o embelezamento e a ampliação da cidade de Vitória sejam pontos nevrálgicos da campanha de Jerônimo Monteiro, ela parece não dar visibilidade aos desejos do seu eleitorado. Travestido pela anunciação da ordem e do desenvolvimento, o poder alija e incapacita – ou busca alijar – a voz dos sujeitos marginalizados e “postos a controle”.

No mesmo ano, em 1910, Jerônimo Monteiro solicitou a desapropriação de um importante terreno na cidade de Vitória. Próximo ao Palácio do Governo e principais pontos de comércio da capital, buscou desfazer acordos estabelecidos no mandato anterior para tomar posse do ocupado e então chamado “Campinho” para a construção da “Villa Moscoso”. No lugar de um terreno em que o governo já havia cedido aos moradores, Jerônimo buscou a desapropriação por meio do discurso da insalubridade do espaço. Mas, afinal, se o discurso higiênico já circulava nos escritos governamentais, por quais razões esse terreno se tornou “impróprio” para uso de moradia da população?

Sendo indispensavel a bem da saude publica e do embellezamento da cidade, o aterro e a drenagem do Campinho (Villa Moscoso), resolvi mandar executar essa obra, extinguindo assim um foco permanente de infecção, como era aquella extensa área. Mandei proceder previamente a uma vistoria por uma comissão de oito engenheiros, para verificar se havia necessidade de construir a rêde de drenos, para fazer em seguida o aterro. Essa missão aconselhou a drenagem e aterro, obra que estimou em cerca de 200 contos de réis. Estando toda a área do Campinho dividida em lotes aforados pela administração passada, foi mister decretar a desapropriação dos mesmos, o que foi feito pelo decreto de 21 de maio de 1910. Para tornar effectiva essa desapropriação, encontrou o Governo a melhor bôa vontade em parte dos foreiros, sendo toda ella feita por meio de accôrdos, assignando os foreiros a desistencia dos aforamentos, mediante indemnisação dos fóros pagos e das despezas de locação, sellos, emolumentos, etc. (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1913, p. 287).

Adiante, segue a imagem do Campinho antes da aquisição do terreno por Jerônimo Monteiro.

Figura 11 – Campinho ou Praça Moscoso em 1908



Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória (1913).

O saneamento da Capital, iniciados pelo serviço de abastecimento d'agua e de exgotto que lhes era indispensaveis, abriu á cidade nova phase de progresso, promissora de rápido desenvolvimento, facto que tem sido assignado, sobretudo pelo progressivo augmento da população. Crescendo sensivelmente o numero de habitantes pela Capital, pela população adventícia que aqui continua a se installar, as necessidades do meio augmentavam na mesma proporção. De modo que o Governo deparava a cada passo com um problema a resolver para facilitar o desenvolvimento da Cidade com a realização dos serviços que as suas necessidades exigiam. Dentre esses problemas, um era e ainda é de urgente solução, pois que constitue um verdadeiro entrave ao progresso da capital. É o da falta de casas. Para estimular a iniciativa particular por um lado e por outro para attender ás difficuldades que a população sentia pela falta de habitação, havendo casas occupadas por 2 e 3 familias reunidas, contractei o Sr. Coronel Antonio Jose Duarte a construcção de 50 a 100 casas no Campinho, as quaes ele iria construindo por grupos parciaes. Destas casas acham-se concluidas vinte e oito, em excellente condições de hygiene, servidas de água e exgotto e quasi todas com installação de luz electrica. Estas 28 casas custaram 179:000\$000, que o Governo já recebeu e applicou em outros melhoramentos. Sob os auspicios do Governo do Estado foi fundada no anno passado a Sociedade Constructora de Victoria, que certamente muito ja tem contribuido e ainda contribuirá para o augmento das casas de habitação dessa Capital. Os edificios levantados por essa sociedade no Campinho, ao lado dos 28 construidos em virtude do contracto A. Duarte, transformaram inteiramente a face norte da Villa Moscoso, onde já foram abertas duas novas ruas. Felizmente, as construcções novas e as reconstrucções na cidade se vão succedendo, observando-se em toda a parte obras em andamento. Este facto sem

duvida é em grande parte resultante da iniciativa do Governo (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1913, p. 313).

Figura 12 – Grupo de casas do Campinho, 1911



Grupo de casas do Campinho. 1911.

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória (1913).

Figura 13 – Tipo de casas construídas no antigo Campinho, 1912



Typo de casas construídas no antigo Campinho hoje Praça Moscoso, Victoria. 1912

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória (1913).

O recorte do documento acima, assim como as imagens, permite-nos indiciar ao menos duas questões: a primeira faz referência à tomada do espaço que já havia sido cedido a um conjunto populacional ao qual não foram concedidas as condições sanitárias e salubres previstas pela cidade republicana higiênica. Há também indícios de que, anteriormente à concessão do espaço do Campinho a essas famílias, já se sabia das condições do terreno: o alagamento, a proliferação de moléstias, etc. Essa leitura nos dá a possibilidade de, pela leitura de brechas e do *hors-texte* (GINZBURG, 2002), indiciar uma segunda pista: o terreno só se torna de interesse do governo e, conseqüentemente, o seu resquadrinhamento no momento em que esse espaço se torna lugar de centralização de uma elite capixaba. Dado o alto custo de venda das casas recém-construídas e longe das condições anteriormente paupérrimas, a Villa Moscoso se torna espaço de conglomeração habitacional de uma elite política e econômica. No entorno da Villa do Moscoso, posteriormente outros modos de “regalias urbanas” se fazem presentes; por exemplo, a criação do principal parque de lazer da capital capixaba: “o Parque Moscoso”, que podemos conferir abaixo.

Figura 14 – Campinho ou Praça Moscoso em maio de 1912, depois de concluídos os trabalhos de drenagem, aterro e ajardinamento



Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória (1913).

Ainda sobre os melhoramentos da capital, Jerônimo Monteiro (1913) informa que o governo do estado se esforçava em auxiliar as reformas arquitetônicas necessárias ao remodelamento da cidade, como a reforma de prédios antigos, o melhoramento de diversas ruas e praças por “[...] sua própria conta e iniciativa” (p. 319). Segundo o relatório, para que essas reformas se tornassem possíveis, fez-se necessária a desapropriação de diversos prédios. O balanço geral de gastos e as imagens retratam o esforço em empreender uma mudança no cenário da capital. Entre diversas iniciativas, informa que

Mandou executar o nivelamento da praça Dr. João Climaco; a construção das escadas que dão passagem para a rua do Egypto e para as escolas Normal e Anexas; o alargamento da rua da Alfândega; o prolongamento da rua do Oriente até a praça Marechal Floriano; a ligação da rua da Alfandega coma praça do Theatro; o alargamento da rua Maria Ortiz; a balaustrada e escada de acesso do antigo cães do Imperador, hoje praça Marechal Hermes; o calçamento das ruas da Lapa e do Sul; o aterro e abaulamento das avenidas da Republica e Cleto Nunes; a reconstrução do calçamento das ruas José Marcelino, da Alfandega, do Presidente Pedreira, do Ocidente, 23 de Maio e Sete de Setembro; dos drenos das ruas do Ocidente e da Lapa (p. 319).

Esses investimentos somam um significativo dispêndio de verbas dos cofres capixabas. Ainda que esteja de acordo com o projeto/processo de republicanização

da cidade, é visível a discrepância em relação aos poucos investimentos em espaços circunvizinhos à capital e principalmente campesinos. Na leitura, a contrapelo dos documentos oficiais, é perceptível a predominância dos investimentos na cidade à medida que localizamos brechas que informam certa despreocupação com os sujeitos afastados da urbe. Nos registros do próprio relatório, assim encontramos:

O contribuinte do interior pedia escolas que foram suprimidas: pediam pontes, estradas, tudo. Se durante esses quatro anos nada se fez, eram justificados os pedidos, num Estado como este, em que as grandes enchentes arrastam pontes e pontilhões, damnificando as estradas. Não fiz tudo, mas fez-se muita coisa, como se poderá ver no relatório do Director de Obras. [...] a esforços seus a Victoria vai se embellezando e tomando o novo aspecto, podendo já manter em boas condições os serviços de iluminação e limpeza publica, além de outros. Seria para desejar que uma tal instituição se estendesse a cada um dos municipios do Estado. [...] (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1913, p. 20-40).

Para Balandier (1982), a construção das cidades ocorre no longo período histórico que compõe, por meio de regimes de governo sucessivos, várias cenas em que abundam as suas funções simbólicas. Conforme ressalta o autor, as cidades “[...] são os teatros onde se apresenta a sociedade „oficial” e, inversamente em que se „manifesta” o protesto popular. A topografia simbólica de uma grande cidade é uma topografia social e política” (BALANDIER, 1982, p. 12). Desse modo, a análise do processo de construção dos espaços urbanos de uma cidade não deve pautar-se numa visão reducionista do seu processo histórico, mas incluir necessariamente a interpretação da sociedade que a constrói.

Nesse sentido, a cena republicana na cidade parece constituir um espetáculo como um conjunto de imagens, práticas, signos e insígnias que se propunham expor um esforço de tornar a capital um exemplo modelar, mas que, ao mesmo tempo, escamoteia outros universos. Nesses simplórios, escondidos entre as dobras da opulência republicana, residem os marginalizados: “bárbaros” que não acessam o progresso em curso, pois a eles é relegada a necessidade de se submeter à ordem. Essa “inacessibilidade da opulência republicana” é visibilizada nos próprios documentos oficiais; eles próprios informam o descompasso entre a capital e o restante do Espírito Santo.

Figura 15 – São José do Calçado



Fonte: Lopes (2002, p. 119).

A imagem acima representa uma rua do município de São José do Calçado, localizado a 236 km da cidade de Vitória. A imagem contrasta com a configuração da cidade: não há bondes, não há afiação que corresponda à energia elétrica, não há edificações verticalizadas e, em um dos raros momentos de registro, há a presença de sujeitos negros no registro. Chama-nos a atenção que parte significativa das imagens representa o universo do espaço geográfico de Vitória, ainda que, nos relatórios de governo, os núcleos populacionais que circundam a capital, bem como os espaços campestinos, se façam presentes. Isso mostra, por um lado, um esforço de construir a cena da urbe como modelar aos outros espaços; por outro, representa um descompasso entre o investimento nos espaços de ocupação da elite e os espaços de sobrevivência dos menos favorecidos.

Ainda em relação aos padrões higiênicos da/na vida social, a Inspetoria de Higiene se responsabilizaria em visitar espaços públicos, comerciais e domiciliares para verificar o andamento da salubridade dos espaços públicos e privados. A inspetoria atuava como dispositivo de controle e punição do cumprimento ou descumprimento das obrigações particulares e coletivas a favor da salubridade da cidade.

No jornal governista “Diário da Manhã”, publicado em 6 de junho de 1908, informa que o Sr. Dr. Inspetor de Higiene visitou todos os hotéis, restaurantes, casas de pasto e hospedarias do bairro comercial. Segundo ele, todos se mantinham em boas condições de funcionamento, exceto a casa de pasto de propriedade do espanhol Raphael D. A. Fernandes, que considerou um “[...] verdadeiro foco de imundicies, vergonhosa e immoral” (p. 2). Como medida punitiva, recebeu uma intimação e a promessa de uma visita no prazo de dois dias, a fim de verificar se os ajustes necessários foram atendidos.

Segundo a nota divulgada no jornal, a inspetoria tem produzido impressos de intimação aos donos de prédios que não se acham em condições favoráveis de higiene, aos quais foi dado o prazo improrrogável de 30 dias para a limpeza e asseio dos espaços. Passado esse período, caso tenham atendido às solicitações da inspetoria, receberiam novamente as suas licenças de funcionamento.

Os jornais publicam uma via de interpretação interessante: os impressos, além de comunicar atos oficiais, produzem modos de exercitar o poder sobre o imaginário social como medida preventiva ao não atendimento das prescrições higiênicas. Além do comunicado sobre o resultado da vigilância e punição, informa:

A autoridade sanitaria requisitou, hontem, do Exmo. Sr. Dr. Chefe de Policia, 4 praças, a fim de auxiliá-la, hoje, pela manhã, em uma diligencia que julga de utilidade para a saude publica. A autoridade superior da policia deu imediatamente as necessarias ordens no sentido da requisição (DIÁRIO DA MANHÃ, 1908, p. 2).

O encarregado da polícia e inspetor de higiene Dr. Olympio Corrêa Lyrio parece estar atento às ações desviantes da política sanitário-higienista do Espírito Santo. Em 24 de agosto de 1908, é divulgado o seguinte comunicado por meio do jornal “Diário da Manhã”:

Illmo. Sr. Delegado de hygiene da comarca de Benevente. – Tendo esta inspetoria conhecimento de que nessa localidade existem pharmacias não licenciadas e além disso indivíduos que clinicam e receitam sem as formalidades da lei, chamo a vossa atenção para as seguintes disposições do decreto n. 5, de 4 de julho de 1902: - Art. 12 tit. II cap. I – As pessoas que desejarem exercer a arte medica ou pharmaceutica deverão matricular-se mediante apresentação do respectivo titulo ou licença na inspetoria de hygiene, a fim de serem esses registrados. Art. 17. – Nenhuma pharmacia será aberta ao publico sem licença da inspetoria de hygiene. §1º do art. 26. A pessoa que exercer a profissão medica ou pharmaceutica sem titulo legal registrado na inspetoria de hygiene, será multada em cem mil reis e no dobro na reincidencia. §4 O pharmaceutico que sem licença da inspetoria

abrir pharmacia incorrera na multa de 200\$000 e ser-lhe-á fechada a pharmacia até que obtenha a licença. Assim sendo, espero que essas disposições sejam rigorosamente cumpridas (p. 1).

A leitura do jornal “Diário da Manhã” durante o período analisado (1908-1912) mostra indícios de como se legitimaria a ação médica e farmacêutica na capital capixaba. Há um conjunto extenso de propagandas que põem em circulação os sujeitos autorizados ao exercício da profissão, bem como divulgam diversos tipos de medicamentos e artefatos de embelezamento que, na leitura a contrapelo, nos informam sobre os padrões estéticos e saudáveis previstos para os corpos na cidade. O corpo saudável e belo, afastado da doença e outros males, representaria um corpo estandarte do discurso higiênico. O interessante nas publicações é notar como são produzidas as tentativas paulatinamente, por meio dos impressos, de se instaurar uma lógica de que é possível adquirir, consumir, viver o corpo nos moldes modernos: a racionalidade e a ciência trazem a possibilidade, a disponibilidade e a acessibilidade ao consumo dessa nova ordem: a doença e a feiura tornam-se contornáveis, a sua “correção” é facilmente adquirida em consultórios e balcões farmacêuticos. Abaixo seguem alguns exemplos.

Figura 16 – Anúncio “Casa Verde”



PROCURAM A BELLEZA?

Então, devem cuidar de ter sempre limpa a cutis, como macias e brancas as mãos, condições essenciaes da verdadeira belleza.

Lavagens diarias com o **Sabonete de Ray** extrahido do ovo da galinha e preparado por processo privilegiado, tem provado excellentemente e dado nesse particular os mais extraordinarios resultados.

Graças á grande quantidade que elle contém de albumina, cuja benéfica influencia sobre a pelle já conhecida na antiguidade conhecida e proclamada pelas bellas Romanas, o **SABONETE DE RAY**, mesmo depois de curta empreg, torna a pelle branca e lisa, eliminando della quaesquer manchas.

Uma lavagem com o **SABONETE DE RAY** proporciona, pela particular qualidade de sua espuma, uma frescura agradávelissima, um bem-estar, em summa, de todo especial.

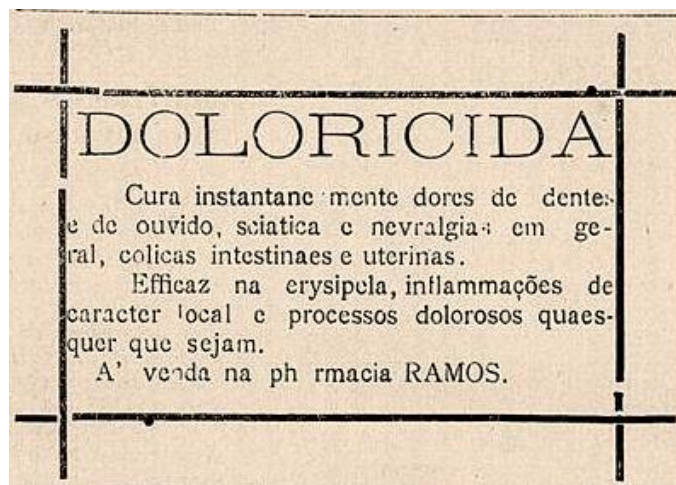
A' VENDA NA

CASA VERDE

CRUZ, DUARTE & COMP. — Victoria

Fonte: “Diário da Manhã” (de junho de 1908, p. 3).

Figura 17 – Anúncio “Pharmacia Ramos”



DOLORICIDA

Cura instantaneamente dores de dentes e de ouvido, sciatica e nevralgia; em geral, colicas intestinaes e uterinas.

Efficaz na erysipela, inflamações de caracter local e processos dolorosos quaesquer que sejam.

A' venda na ph rmacia RAMOS.

Fonte: “Diário da Manhã” (6 de junho de 1908, p. 3).

Figura 18 – Propaganda “Elixir Depurativo das 3 Salsas”, Dr. Ramos e Irmão

PREPARADO VEGETAL
DE
Ramos & Irmão
VICTORIA
Estado do Espírito Santo

DOSE: adultos, 2 a
3 colheres de sopa
por dia.
Crianças: 2 a
3 colheres de
chá por dia.

BA. E
de
Salsa da praia
salsa bomboniera
e Salsa parrilha.
Fórmula do pharma-
ceutico
Joaquim Ramos

Cura reumatismo chronico e
agudo, molestia de pelle, darthros,
empigens, bobas, ulceras, eczemas,
feridas chronicas, suores fetidos e to-
das as molestias syphiliticas.

Fonte: “Diário da Manhã” (6 de junho de 1908, p. 3).

Figura 19 – Propaganda de medicamentos para todas as moléstias

Curasthma
Cura bronchites asthmaticas
e asthma por mais antiga
que seja

Essencia Odontalgica
Instantanea contra as dores
de dentes

Parturina
Medicamento destinado a
acelerar sem inconveni-
entes, e portanto sem pe-
rigo, o trabalho do parto

Chloroformo antelmintico
Para expellir os vermes das
creanças sem causar irri-
tação intestinal

**Medicamentos em In-
jecturas, lozulas, etc.**

Drogeria e Pharmacia Homoeopatia
COELHO BARBOSA & C.
Quitanda 74 F e Orives 86 - Rio de Janeiro

Allium Sativum marca «COELHO» cura
influenzas, constipações infecções e
grippes em 1 a 3 dias

MORRHUINA
Oleo de figado de bacalhão, em homoeopathia,
sem gosto, sem cheiro e sem dieta

Flouresina
Remedio heroico para flores
brancas, cura certa e radi-
cal

Variol no
Preservativo contra as
bexigas

Palustrina
Contra o impaludismo, pri-
sação de ventre, molestia do
figado e insomnias

Liga-Caso
Poderoso remedio que liga
imediatamente os côrtes
e estanca as hemorrhagias

**Completo o fornecimento
de boticas**

PEZAE-VOS
ANTES 30 DIAS DEPOIS

A VENDA EM TODAS PHARMACIAS

Representante -- JOSE RIOS

Fonte: “Diário da Manhã” (17 de setembro de 1908, p. 3).

Figura 20 – Propaganda “Pharmacia Silva”



Fonte: “Diário da Manhã” (24 de janeiro de 1910, p. 4).

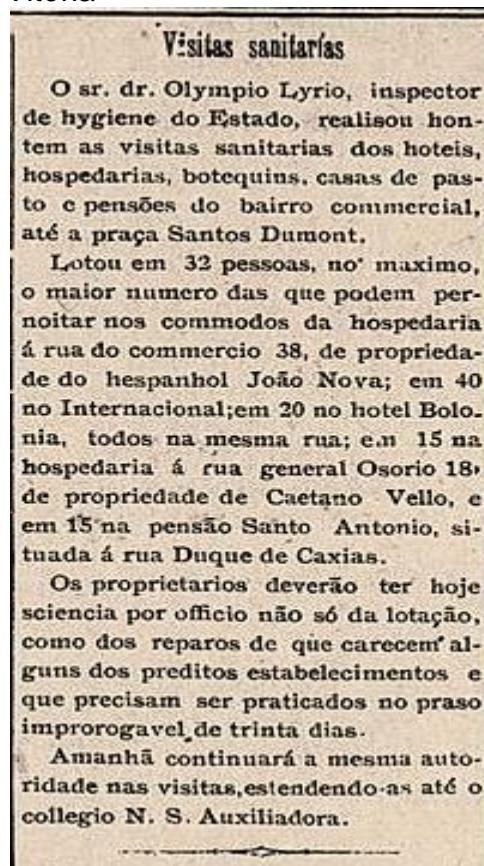
Em relação ao controle domiciliar das condições higiênicas, de acordo com o documento “Exposição sobre os Negócios do Estado no quadriênio de 1909 a 1912”, expedido por Jerônimo Monteiro, as visitas, inspeções e desinfecções domiciliares são regularmente efetuadas na capital capixaba “[...] sem nenhum obstaculo por parte da população” (p. 132). Segundo ele, a população inteligente e compenetrada havia compreendido, sem dificuldades, que o governo necessitava de auxílio na manutenção da ordem higiênica que zelava pela cidade e pela saúde e bem-estar de todos os concidadãos. A exposição afirma ainda:

Diariamente, o órgão oficial registra esse movimento, declinando quaes as casas visitadas, inspeccionadas ou desinfectadas. Para esse serviço foi organizado um corpo de guardas que se entregam exclusivamente a esse trabalho, com bons resultados para o publico (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1913, p. 132).

É importante ressaltar que a Inspetoria de Higiene era comandada pelo próprio “encarregado do serviço de policia”, segundo informa o jornal “Diário da Manhã” em 21 de julho de 1908. Essa informação dá pistas para perceber o tom de vigilância e institucionalização da higiene não só como prescrição de hábitos, oriundos do

governo, mas também como controle das ações privadas e coletivas atravessadas pela educação dos corpos, sua materialidade e sua relação com os espaços físicos. Essa vigilância é acompanhada pelo jornal governista que se imbuí de pôr em cena uma espécie de ameaça velada que se apresenta sistematicamente nas edições do impresso.

Figura 21 – Nota sobre as visitas sanitárias na cidade de Vitória

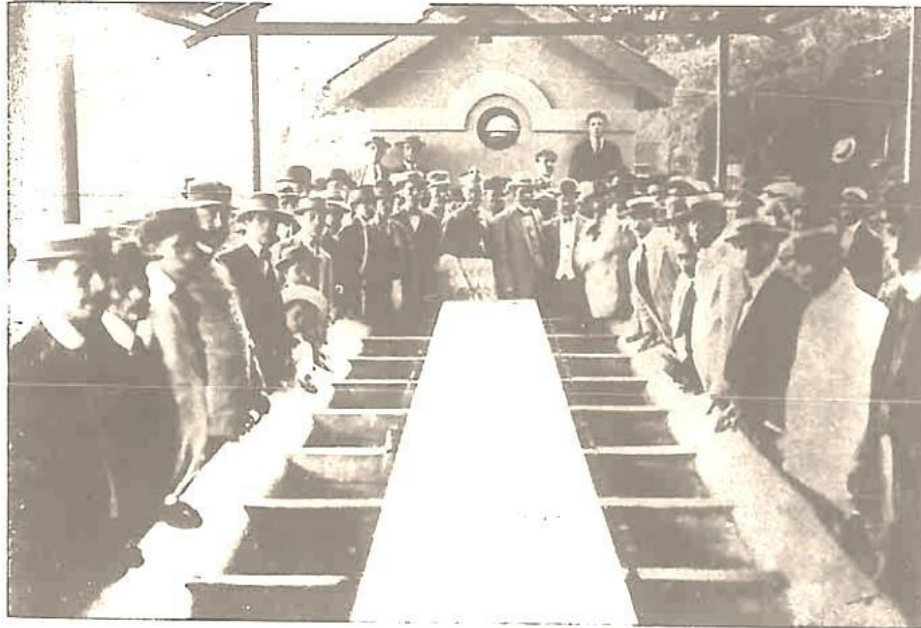


Fonte: "Diário da Manhã" (30 de agosto de 1910, p. 2).

Chama-nos a atenção ainda a recorrência de imagens que registram a inauguração de serviços implementados em prol da "limpeza sanitária" em sua gestão. Essas inaugurações são acompanhadas por encontros oficiais entre os políticos locais, famílias socioeconomicamente representativas e privilegiadamente por homens, a exemplo da inauguração da lavanderia pública em 1912. Impostos os preceitos higiênicos dos cuidados com a casa, salubridade, alimentação e vestimentas, tornou-se necessário criar um espaço específico do trabalho das lavadeiras. Apesar de constituir um espaço particularmente feminino, as mulheres não são convidadas a compor essa cena. Sobre as lavanderias públicas, Jerônimo Monteiro afirma:

Para melhor serviço prestar ao publico, mórmente ás classes menos favorecidas da fortuna, mandei construir na Capital, duas lavanderias situadas, uma na Villa Moscoso, dispondo de quarenta tanques para lavagem e a outra no arrabalde “Santo Antonio”, dispondo de vinte tanques. Nessas lavanderias a agua é abundante e tem escoamento rapido por meio de drenos solidos e bem acabados (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1913, p. 339).

Figura 22 – Inauguração da lavanderia pública, em 1912



Inauguração da lavanderia publica da Villa Moscoso. Victoria 1912

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória (1913).

Na esteira da preocupação com o controle das moléstias, epidemias ou ações que não coadunassem com as políticas higiênicas previstas, diversos discursos, ainda no século XIX, produziam-se na pauta governamental. Parte deles discutia a urgência em construir um cemitério público na capital e nas demais localidades; bem como a necessidade de otimizar o atendimento médico da população no cuidado aos enfermos.

Em relação aos cemitérios, essa demanda já era sinalizada nos oitocentos por meio da fala dos presidentes de província, já que a designação espacial dada ao enterro de indivíduos já não era suficiente diante da demanda, que incontestavelmente crescia com as epidemias impiedosas.¹⁷

¹⁷ As doenças mais graves geralmente causavam grandes epidemias no século XIX capixaba. Era constante a falta de cirurgiões vacinadores responsáveis pela produção e aplicação do *pûs vaccinico*,

Durante os oitocentos, os cemitérios do Espírito Santo eram mantidos por organizações que formavam as ordens religiosas da província, havendo poucos cemitérios públicos para a população. Era necessário que os indivíduos fossem componentes de alguma ordem para serem enterrados no respectivo cemitério que geralmente ficava próximo às igrejas. Sobre essa questão, assim se pronunciou Jerônimo Monteiro:

Como tive ocasião de salientar neste relatório, os cemiterios existentes eram sitoados em logar muito central da capital e eram todos pertencentes a Irmandades e de area sobremodo defficiente. Impumna-se, pois, a necessidade de se construir um novo cemitério em local apropriado e com a extensão precisa para attender o serviço de nossa população. Mandeí construir, então, no arrabalde de Santo Antonio, a cerca de dois kilometros da cidade, um vasto cemiterio, aproveitando para isso os alicerces que o Governo Municipal de 1896 começou a lançar naquelle mesmo sitio (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1913, p. 373).

Desse modo, a criação e expansão dos cemitérios se tornaram uma medida necessária às políticas sanitárias higienistas na reconfiguração da cidade, levadas a cabo no advento do realinhamento da capital republicana; de outro modo, era preciso equacionar e homogeneizar – higienicamente – o descarte de corpos na cidade, refletindo cuidadosamente a constituição de espaços públicos projetados.

Já em relação à saúde pública da população e aos serviços médicos e hospitalares, assim se pronunciou Jerônimo Monteiro sobre as suas ações durante o seu mandato:

Capitulo VI – Departamento do Serviço Sanitario – o que era e que medidas foram tomadas no sentido de melhora-lo

Graças a seu clima privilegiado, a Victoria tem se conservado ao abrigo das grandes epidemias que, em geral, quando não dizimam populações inteiras, reduzidas muitas vezes a miseria ou á situação afflictiva as que sobrevivem. Estas condições especiaes de salubridade me não animaram, porém, a

que, mesmo quando administrado, não era suficientemente produzido para atender a toda a população. O presidente Silva Coito assim comunica em 1840: "Fui informado de que as únicas moléstias que alli reinão são as febres intermitentes em geral benignas, as quaes são originadas das extalações putridas dos pântanos, e do uso d"agua, a qual eh insalubre pelo pouco asseio e cuidado, que della há. Parece não ser outra a origem destas moléstias por quanto sabe-se que em annos de grande seca ellas não tem aparecido, e hum Professor daquella Villa diz que tendo por muito tempo pessoas de sua família doentes, melhorárão depois que começárão a usar d"agua filtrada por carvão e areia. Essas febres complicão-se ordinariamente com inflammações do baço, e outras enfermidades mais graves, que não terião tanto desenvolvimento, se fossem tratados por Facultativos intelligentes, e com medicamentos apropriados: desgraçadamente assim não succede; o vulgo confia muito nos seus curandeiros e só depois de esgotados todos os remédios caseiros, e quando o mal já não tem cura, he que recorrem ao Cirurgião para sobre elle pesar a imputação da morte do doente. Além destas causas concorrem muito para a aggravação do mal os alimentos salgados, e as bebidas alcoholicas, a que se entregam principalmente os homens da vida marítima, como tem sido occasião de observar o Professor do Hospital da Santa Casa da Misericórdia".

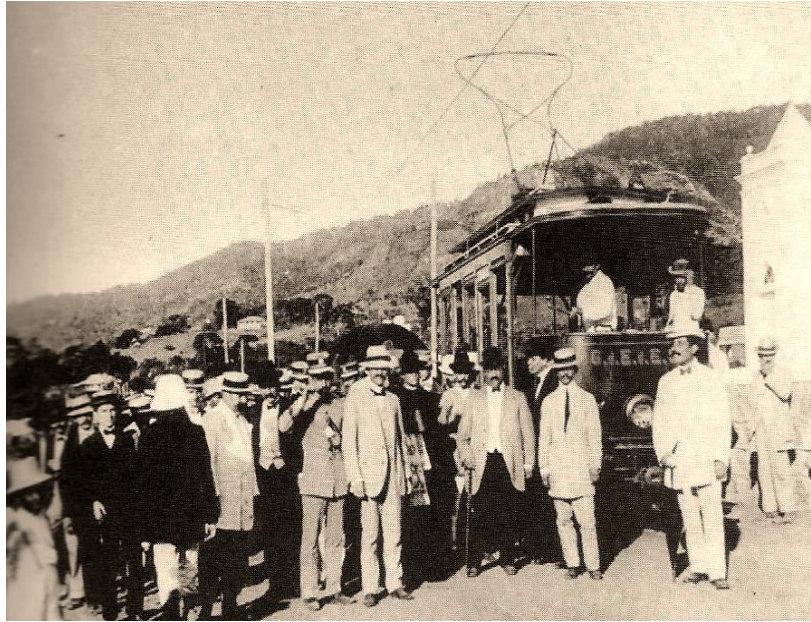
deixar para serem tomadas as providencias que, em relação a saúde pública, tinha o pensamento de realizar, conforme promessa do meu programma, pois que a solução desse importantíssimo problema estavam visceralmente ligados a nossa propria existencia e o desenvolvimento da nossa Capital, onde, como já tive a occasião de dizer, a absoluta carencia do mais rudimentar conforto era o maior empecilho a que os melhores elementos de progresso aqui se viessem installar.

A saúde aparece nos escritos oficiais como algo a ser perseguido em combate às doenças e moléstias que assolaram o período imperial capixaba. Vencer a carência de condições sanitárias em prol do progresso aparece no programa do presidente desde a sua ocupação no cargo de chefe do Estado. Contudo, é interessante observar que, apesar de ele afirmar o clima favorável presente em Vitória, em outras ocasiões afirma que, nos municípios afastados da urbe, as condições climáticas impõem limites no investimento das obras públicas de saneamento e vias de circulação. Essa e outras informações, acessadas nas brechas do discurso oficial, nos sinalizam o modo como o seu governo se coloca diante das demandas da população carente e/ou afastada da capital – a exemplo das próprias desapropriações já evidenciadas anteriormente.

A própria aquisição e implantação do sistema de deslocamento por meio dos bondes elétricos dão a conhecer uma dualidade da proposta: por um lado, permitem aquilo que ele denomina

[...] passeio hygienico”; e, por outro, informam que ele se torna necessário ao deslocamento dos trabalhadores que atuam na cidade, pois, “aproveitando-se da excellente linha de bonds, encontra lenitivo e auxilio para a labutação diária” (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1913, p. 14).

Figura 23 – Inauguração do bonde elétrico de acesso ao arrabalde de Santo Antônio



Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória (1913).

Em relação à assistência pública e à defesa sanitária, Jerônimo Monteiro afirma que o Espírito Santo estava efetivamente desprovido das mais urgentes necessidades. Segundo ele, a repartição de higiene não contava com instrumentos, aparelhos e instalações adequadas à importância do seu serviço. Todavia, mesmo com poucas condições, o presidente antecessor instaurou junto a essa repartição atendimento médico e medicamentos gratuitos à população pobre que desses serviços necessitasse. Ainda que afirme ser uma iniciativa “louvável”, Monteiro afirma que tomou a seguinte medida:

Reconheci, porém, ser necessario supprimir esse serviço, não só porque os resultados com elle obtidos não eram dos mais satisfactorios, como ainda porque acarretava ao Governo não pequeno dispendio que não podia e não devia estar a cargo do Estado, uma vez que existia na Capital **uma casa de Caridade por elle subvencionada, e que tinha exactamente o mesmo objetivo** humanitario (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1913, p. 129, grifo nosso).

Esse registro, objectualizado como pista, dá indícios de uma sinuosa trama construída no cenário que compunha a saúde pública capixaba. Percorrendo os dados estatísticos e cruzando as informações oficiais sobre o estado da oferta de atendimento médico aos menos afortunados, é possível uma via de interpretação que nos leve a perceber como o discurso teatrocrático do governo encontra diversos

pontos questionáveis. Se houve a abertura dessa assistência, havia também a demanda? A exclusão dessa assistência, de fato, não modificaria ou diminuiria a oferta de atendimento da população carente? Se há uma plataforma de governo que constrói um forte discurso a favor dos cuidados privados e coletivos da saúde como necessária as condições de possibilidade para o progresso e a ordem, por quais razões diminuir essa oferta de atendimento? Seria, então, a casa de caridade subvencionada suficiente para cobrir a demanda populacional?

Na tentativa de entender as relações de força que se estabeleciam entre as prescrições e as práticas em prol do dos corpos saudáveis, buscamos, nos documentos, pistas para compreender de que modos essas questões foram – ou não – enfrentadas por Jerônimo Monteiro e sua equipe de governo.

O estado de ruínas em que se achava, as pessimas condições hygienicas de que dispunha o velho casarão onde funcionava a Santa Casa de Misericordia, aliados à preemente necessidade de dotar o nosso meio de um instituto bem aparelhado e compativel com o nosso gráo de adeantamento e prosperidade determinaram que se procurasse construir sem demora um novo hospital, com accomodações amplas e installações apropriadas. **Nos primeiros dias do meu quatrienio, a 15 de junho de 1908**, em companhia do respeitavel Chefe de Igreja espirito santense e do digno Sr. Provedor da Santa Casa, ambos, tanto quanto eu, sinceramente empenhados em Beneficiar a pobreza com um estabelecimento de caridade de primeira ordem, visitei na praia de Suá os alicerces alli mandados fazer por um dos Governos transactos, afim de verificar si podiam ser, porventura, aproveitados para sobre elles levantar-se o edificio hospitalar (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1913, p. 133, grifo nosso).

Enquanto, na fala anterior, o presidente afirmava que o atendimento por meio da repartição de higiene poderia ser descartado por já existir uma casa de caridade subvencionada que atende a população, na sequência afirma as condições precárias desse atendimento já constatadas ao início do seu mandato; afirma, ainda, que está a ser reformado ou construído um novo edifício hospitalar, cujo início das obras só seria autorizado em 30 de maio de 1910. Nesse ínterim, qual o atendimento médico seria ofertado à população carente? Os documentos revelam uma invisibilização da população pobre da cidade de Vitória: informam as interdições, a vigilância da vida privada, afirmam a necessidade de uma vida higiênica, mas não oferecem condições para que a população desafortunada acompanhe a rota do progresso republicano. República para quem? Há uma ausência de registros que nos contam sobre o cotidiano de vida ou a participação de mulheres, crianças, pobres, negros e índios na vida pública.

Figura 24 – Santa Casa de Misericórdia, antes e depois da construção

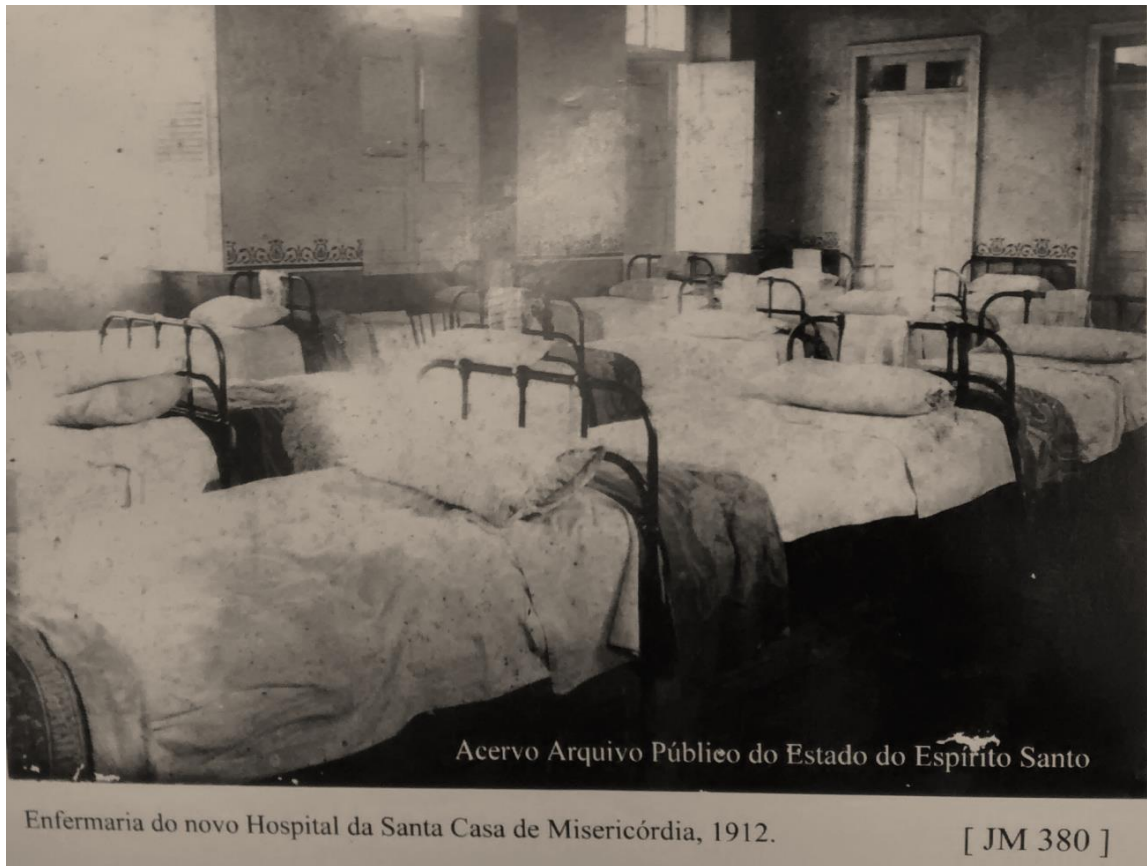


Santa Casa de Misericórdia. Antes e depois da construção.

[JM 372]

Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 25 – Enfermaria do novo Hospital da Santa Casa de Misericórdia, 1912



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

O relatório de governo apresentado na sessão extraordinária do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em 1908 informa que, mesmo com a situação precária das condições sanitárias, o número de óbitos havia decaído consideravelmente dado o investimento no saneamento da cidade. Contudo, Olympio Corrêa Lyrio, diretor do Serviço Sanitário, em seu relatório endereçado ao presidente do Estado em 1910, ressalta que, apesar de apenas uma alma ter sido acometida pela varíola na capital, o mesmo não se afirmaria em municípios afastados da urbe, em que houve 136 casos.

Além de tratar das moléstias, concorria a necessidade de recolher dos sujeitos considerados mentalmente perturbados. O presidente afirma que o Espírito Santo sempre se ressentiu da falta de um estabelecimento destinado a internação e tratamento dos “dementes”. Segundo ele, sempre buscou vagas no Hospício Nacional de Alienados, contudo nunca foi possível localizar vagas disponíveis pelo excesso de internações. Desse modo, determinou, como saída a essa situação, que

os “loucos” fossem encaminhados às cadeias civis e que ali permanecessem. Para Jerônimo Monteiro,

[...] não é absolutamente o melhor lugar para a conservação e tratamento desses infelizes. Para remediar esse mal, e depois de haver tentado a execução de varios projectos, um dos quaes me foi obsequiosamente fornecido pelo Sr. Dr. Juliano Moreira, illustre Director do Hospicio Nacional, resolvi combinar com a irmandade da Santa Casa, para tomar a si o tratamento dos loucos que forem recolhidos ao manicomio, que de accôrdo com o projecto deverá ser construido junto aos pavilhões so novo hospital (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1913, p. 147).

Monticelli (2014), ao analisar as distorções sociais e políticas da primeira república capixaba, afirma que os sujeitos que não gozavam de plena saúde nos moldes republicanos eram “[...] taxados de inabilitados, anormais, pois representavam riscos às pessoas, a qual vivia sob a subjetivação do discurso higienista. A saúde estava na simetria, na padronização, na disciplina” (MONTICELLI, 2014, p. 59). Esses registros nos dão a possibilidade de perceber que os sujeitos desviantes – pobres, loucos, órfãos, marginalizados de diversas ordens – das práticas higiênicas só podiam ser notados no discurso oficial por meio da leitura em suas entrelinhas; a loucura, nesse enxerto do documento, evoca um estado de não racionalidade, daí talvez a impressão de Jerônimo de que esse não seria o melhor local de guarda desses sujeitos. Contudo, o seu isolamento é inquestionável.

Com Foucault (2001), podemos acompanhar como o poder médico, particularmente psiquiátrico, exerceu controle sobre os comportamentos sociais e fixou padrões de normalidade e a noção de anormalidade para enquadrar os sujeitos desviantes. Esse movimento produziu a noção da necessidade de retiro, isolamento, exclusão social dos sujeitos que necessitavam de correção. Junto com a modernidade, a loucura se associa a um problema mediante a razão. No âmbito de um contexto histórico, o autor nos ajuda a encetar a ideia de que a loucura não é sinônima de doença mental, mas fruto de um processo de medicalização da sociedade.

Assim como a reclusão dos “dementes”, aos sujeitos que iriam contra o regime jurídico a mesma pena seria impetrada: a exclusão dos círculos sociais e a constante vigilância como medida repressiva. A crença era a de que, por meio do afastamento e da ausência de contato com os seus pares, somados às práticas de controle e educabilidade, os desvios de comportamento poderiam ser corrigidos. Na

cena republicana, a institucionalização das cadeias, hospitais e escolas trariam o controle minucioso sobre os corpos: seus gestos, hábitos, atitudes, comportamento (FOUCAULT, 1999).

3.2 O CORPO EN(CENA): A RUA, AS FESTIVIDADES E AS PRAÇAS COMO ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE REPUBLICANOS

Segundo Locatelli (2012), a constituição da concepção de modernidade no Brasil, inspirada em tendências europeias, inicia-se na república e teve as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo como referências culturais, políticas e econômicas. Para a autora, essas transformações constituíram as condições de possibilidade para que se forjasse uma nova identidade da população que se deu mediante a incorporação de valores constituídos também a partir da materialidade das novas formas arquitetônicas dos edifícios públicos e particulares da cidade.

Nos espaços citadinos, os “homens modernos” passaram a constituir cenários para desempenhar a encenação dos novos papéis sociais do drama republicano. Balandier (1986) nos dá instrumentos para uma leitura desse momento como um exercício da teatocracia política no Espírito Santo, particularmente na capital, que se pretendia para outros espaços do/no território capixaba.

A atuação dos atores sociais no desempenho dos seus papéis ocorreu por meio da incorporação de hábitos modernos. Segundo Pires (2006), ao discutir a constituição da cidade de Vitória em princípios do século XX para a elite em ascensão, a denominação de “moderno” era fundamental na expansão e consolidação das atividades industriais e comerciais que se desenvolviam. Com isso

Urgia romper com qualquer elo de ligação com a antiga sociedade agrária e adotar uma postura urbana que adequasse esses espaços aos novos anseios. Devido à ausência de uma industrialização efetiva, como demonstradora do nível de modernização alcançado pelas cidades, as mudanças na arquitetura urbana, no “aformoseamento” da cidade, na higienização e nos costumes sociais foram privilegiadas (PIRES, 2006, p. 95).

Ferreira (2009, p. 139) ressalta:

No desejo de orientar os melhoramentos urbanos, pelo Código de Posturas Municipais, formulado a partir da constituição do Conselho Municipal (1892), houve a preocupação em se normatizar as construções particulares requerendo de seus proprietários a apresentação da planta para se expedir a licença municipal autorizando a obra. No mesmo Código, foi previsto a padronização da caixa das ruas a serem abertas, ficando ao encargo do Engenheiro Municipal a fiscalização do alinhamento das mesmas. As avenidas e ruas principais tiveram seus traçados modificados, além de surgirem novos logradouros, acarretando em desapropriações e demolição de prédios por utilidade pública.

Figura 26 – Prédios construídos e reconstruídos em Vitória, entre 1908 e 1912

| ANO | CONSTRUÍDOS | REFORMADOS | TOTAL* |
|--------------|-------------|------------|------------|
| 1908 | 3 | — | 3 |
| 1909 | 14 | 15 | 29 |
| 1910 | 16 | 18 | 34 |
| 1911 | 23 | 15 | 38 |
| 1912 | 35** | 10 | 45 |
| TOTAL | 91 | 58 | 149 |

Relação dos prédios construídos e reconstruídos nos exercícios de 1908, 1909, 1910, 1911 até abril de 1912.

*Nesta relação não estão incluídos os prédios construídos por conta do Governo do Estado, nem os grupos de prédios construídos pelos Srs. Antonio Duarte & Companhia, sítios no Campinho. **Não foram incluídos 30 prédios em construção bastante adiantada.

Fonte: Arquivo Geral do Município de Vitória, Ofícios Expedidos, 10 de maio de 1912.

Fonte: Ferreira (2009, p. 153).

Partindo do estudo de Ferreira (2009) e do conjunto de documentos mobilizados, entre relatórios de governo e a imprensa, é possível indiciar que, no governo do presidente Jerônimo Monteiro (1908-1912), há um forte investimento nos espaços urbanos que, a um só tempo, promoveriam o embelezamento da cidade e gerariam uma aproximação ao ideário da modernidade. O processo de modernização no período requeria que a racionalização dos espaços simbolizasse a necessária configuração de uma sociedade republicana. As melhorias ainda incluíram a presença dos bondes movidos a eletricidade que alterariam o cotidiano capixaba. Por meio deles, a possibilidade de deslocamento da cidade aos espaços próximos ao mar criou condições favoráveis à conformação de práticas de sociabilidade da população.

Esta transformação teve como alvo introdutório os transportes terrestres. As cadeirinhas de arruar, palanquins e serpentinas do começo do XIX foram, gradualmente, sendo substituídas pelas seges particulares, pelos bondes de burro e posteriormente, maxambombas, dando outro aspecto ao cotidiano da cidade. Valorizou inicialmente o comércio que passou a ter uma freguesia acrescida e freqüente durante todo o dia graças ao transporte

fácil, tornando fundamental, também, a modificação do aspecto das lojas e ruas para torná-las convidativas ao novo público (PIRES, 2006, p. 99).

Dessa maneira, há um massivo investimento na reconfiguração da cidade. Microfisicamente pensado por médicos, engenheiros sanitaristas e arquitetos, os espaços da urbe se tornam um monumento representativo que orienta, prescreve e exige um conjunto condizente de comportamentos e hábitos com a nova postura moderna. Segundo Pires (2006), visto que a população podia contar com os bondes, mais corpos passaram a ocupar as ruas da cidade, apreciando as benfeitorias arquitetônicas construídas no período, incluindo o Palácio Anchieta. Somada à oferta dos bondes, a substituição dos armazéns, antes mistos para um comércio especializado, auxiliou no engendramento de uma cultura de “passeio”. O abastecimento de água, inaugurado em 1909, e a oferta de rede elétrica passaram a ser associados à ideia de conforto, ainda que não acessível a todos os segmentos sociais. Ferreira (2009, p. 153) informa:

Os transeuntes se deslocavam entre ruas, praças e avenidas, não somente para a realização rotineira dos compromissos, mas também transferiam para espaços públicos os encontros com amigos, a conversa de fim do dia, o passeio com a família, ou simplesmente, a apreciação de um bom café a céu aberto.

Figura 27 – Café Rio Branco, situado na Rua da Alfândega



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

De acordo com Ferreira (2009),

[...] Rodolpho Ribeiro de Souza, proprietário do Café Rio Branco, mantinha mesas e cadeiras a frente de seu estabelecimento comercial, desde 1910. O comerciante assinou contrato com a Prefeitura Municipal, em 22 de janeiro desse ano, que o autorizou a utilizar o espaço público do jardim da Praça Santos Dumont para vender café, refrescos, bebidas e outras mercadorias, durante seis anos. O contratado se comprometia a não impedir o trânsito público e garantir a limpeza das ruas que iria utilizar. O mesmo contrato obrigava o comerciante a zelar pela Praça, passando a ser sua responsabilidade a limpeza, a 151 varredura, a irrigação e cultivo de plantas, bem como a manutenção da fonte e lâmpões do jardim.

Figura 28 – Café Globo



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

A construção de espaços de sociabilidade na cidade de Vitória, bem como a valorização dos espaços “saudáveis” para divertimentos coletivos, foi assunto recorrente em diversos documentos. Como observam Almeida et al. (2012), entre os empreendimentos construídos, encontravam-se as praças e parques, paisagisticamente preparados e ligados a uma noção de urbanística sanitária, que “[...] visavam a domesticar o olhar da população para a importância da salubridade e construir um novo referencial para a vida urbana” (ALMEIDA et al., 2012, p. 8).

Figura 29 – Praça Santos Dumont e Rua do Comércio



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 30 – Praça 8 de Setembro, 1912



Fonte: Lopes (2002, p. 203).

Figura 31 – Parque Moscoso, 1912



Fonte: Lopes (2002, p. 91).

As ruas, praças e avenidas compunham, além da sua funcionalidade no trânsito citadino, uma materialização dos discursos que romperiam com a “fragilidade e incipiência” imperial dos espaços. Pretendiam caracterizar-se como um novo ponto de vista da vida social na/da cidade e buscavam legitimar-se como bandeira de civilidade que se adequaria aos novos modos de vida moderna e republicana de novos espaços funcionais que implicavam a constituição de novas redes de sociabilidade. Nesse sentido, Caldeira (2007) afirma que

[...] as praças marcam a estrutura das cidades. Diferenciam-se de outros espaços por constituírem vazios na malha urbana. Associadas a conjuntos arquitetônicos, funcionam como pontos de descompressão ao proporcionarem uma ruptura na paisagem conformada pelas edificações. [...] A leitura do espaço praça ocorre segundo duas linhas de orientação: a primeira tem como fio condutor o desenvolvimento dos espaços coletivos perante os processos urbanísticos ocorridos na civilização ocidental, em particular o desenvolvimento do capitalismo; a segunda fundamenta-se na trajetória da praça brasileira, atrelada ao desenvolvimento dos processos urbanos no nosso território. Nesse sentido, a praça – como manifestação de espacialidade urbana – reflete uma forma de ocupação, organização e apropriação do espaço próprio da nossa cultura urbana (CALDEIRA, 2007, p.14-15).

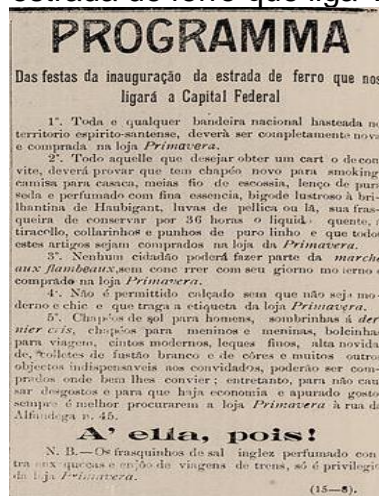
A praça se configura, desse modo, em espaço de convívio e de lazer; contudo, também expressa um investimento na educação dos corpos e dos imaginários

sociais à medida que, como espaços projetados e instituídos como plano de governo, reforça a presença da cidade higiênica, dos espaços coletivos e privados, do traçado racional e ordenado da cidade.

Paralelamente, o governo de Monteiro empenhou-se em expandir a educação sanitária, invadindo a esfera privada dos sujeitos por meio de medidas restritivas de cunhos higiênico e moral. Na própria mensagem de governo, publicada em 1913, o então presidente dá a conhecer o seu empenho em instrumentalizar e formar a sua força policial para a vigilância de comportamentos considerados desviantes dos padrões “aceitáveis” de comportamento. Pires (2006) afirma que determinados tipos sociais, como os considerados loucos, bêbados, moradores de rua e “capoeiras”, foram considerados nocivos à sociedade por serem portadores de *atitudes reprováveis* para o pleno desenvolvimento da cidade.

Nesse sentido, os autores, aqui mobilizados, sinalizam um investimento de duplo movimento: se, por um lado, era necessário constituir um novo espaço urbano calcado nos preceitos higiênicos e da modernidade, por outro, produziam-se modos de circular o investimento sobre os corpos e dar visibilidade a eles em espaços exógenos à vida privada; seria preciso investir em códigos de postura que garantissem a moralidade e civilidade dos gestos, sentidos e movimentos.

Figura 32 – Programa das festas de inauguração da estrada de ferro que liga Vitória ao Rio de Janeiro¹⁸



Fonte: “Diário da Manhã” (17 de junho de 1910, p. 3).

¹⁸ Na impossibilidade da leitura dos escritos do documento, optei por transcrevê-los quando necessário. Essa ação foi produzida nas figuras 32, 41, 71 e 84.

Programma das festas da inauguração da estrada de ferro que nos ligará a
Capital Federal

1º Toda e qualquer bandeira nacional hasteada no território espirito-santense, deverá ser completamente nova e comprada na loja *Primavera*.

2º Todo aquelle que desejar obter um cart o de convite, deverá provar que tem chapéo novo para smoking, camisa para casaca, meias fio de escossia, lenço de pura seda e perfumado com fina essencia, bigode lustroso à brilhantina de Haubigrant, luvas de pellica ou lã, sua frasqueira de conservar por 36 horas o liquido quente, á tiracollo, collarinhos e punhos de puro linho e que todos estes artigos sejam comprados na loja *Primavera*.

3º Nenhum cidadão poderá fazer parte da marche aux flableaux, sem concorrer com seu giorno no terno e comprado na loja Primavera. 4º Não é permitido calçado sem que não seja moderno e chic e que traga a etiqueta da loja *Primavera*.

5º Chapéos de sol para homens, sombrinhas á dernnier Cris, chapéos para meninos e meninas, bolcinhas para viagem, cintos modernos, leques finos, alta novidade, tolletes de fustão branco e de cores e muitos outros objectos indispensáveis aos convidados, poderão ser comprados onde bem lhes convier; entretanto, para não causar desgostos e para que haja economia e apurado gosto, sempre é melhor procurarem a loja Primavera à rua da Alfandega n. 45.

Á ella, pois! N. B. – Os frasquinhos de sal inglez perfumado contra enxaquecas e enjôos de viagens de trens, só é privilegio da loja *Primavera* (DIÁRIO DA MANHÃ, 17 de junho de 1910, p. 3).

O “Programma das festas da inauguração da estrada de ferro que nos ligará a Capital Federal”, publicado no jornal “Diário da Manhã” (1910), permite-nos uma das vias de acesso aos modos possíveis de propaganda desses costumes autorizados. A prescrição de vestimentas consideradas apropriadas ao evento político, na leitura a contrapelo daquilo que ela não diz, indicia os sujeitos autorizados e não autorizados a compor a festividade – ou até mesmo espetáculo. Esse documento dá visibilidade a uma cena construída e moldada à luz daquilo que a postura urbana moderna pretendia: construir nos sujeitos uma identidade agora atrelada ao consumo, material ou imaterial, para dar o “acesso” a esse espaço privilegiado e evidenciar a imagem de um corpo educado, republicano e, portanto, moderno.

Nas cidades, locais viáveis para encenação das práticas e variantes modernas, o conflito entre estes dois estados de espíritos, o tradicional e o moderno, significou o alijamento de muitos da cena principal e na manutenção de poucos sob as luzes dos refletores, atendendo aos preceitos tradicionais que mantêm na história apenas os detentores do poder. Em Vitória, como na maioria das metrópoles modernas, o projeto da modernidade promovido pelas instituições públicas foi alicerçado no discurso proferido por intelectuais, através da imprensa, e acatado pela elite local, embora confrontado cotidianamente pela memória viva da sociedade (PIRES, 2006, p. 104).

Nessa esteira, Pires (2006) afirma que essas mudanças se processam de modo local e global no espaço geográfico. Tratou-se de um movimento, guardadas as suas particularidades temporais,¹⁹ de metamorfosear identidades que, naquele momento, se espelhava em perspectivas ideológicas emergentes.

A construção dessa identidade metamorfoseada ocorreu por meio da incorporação de valores até então estranhos. Desse modo, fez-se necessário constituir representações de personagens e tramas emblemáticas para formalizar a criação de valores comuns, pois “[...] os mitos ajudam a organizar os fatos dispersos e a modernidade, nesse sentido, precisou vir cercada de mitos de forma a reunir, ao redor de si, personagens antes dispersos” (PIRES, 2006, p. 95).

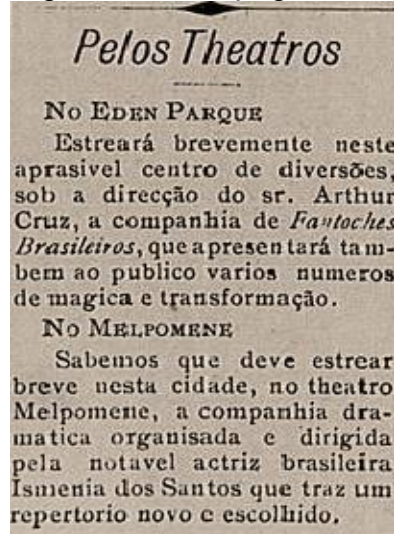
As manifestações dos festejos sinalizados por Pires (2006) foram identificadas nos arquivos do APEES, no impresso “Diário da Manhã” e nos relatórios de governo. A presença das festividades e os encontros sociais parece enveredarem-se ao discurso higiênico como medidas de exercício da civilidade. Na esteira desse cenário, há um paulatino avanço na construção de espaços que objetivavam alimentar a alma e educar o corpo à luz dessa nova cultura.

O “Diário da Manhã” forneceu sinais do burburinho formado sobre a presença do corpo na cena urbana e dá visibilidade à valorização do teatro como templo educativo, que era palco de diversas formas socializadoras. Os capixabas são convocados a participar de encontros sociais, de bailes com *jazz band*, a visitar os espaços culturais para prestigiar atividades circenses, musicais e teatrais. Nesse cenário, ascende a proliferação de eventos sociais na elite capixaba e parte desse movimento é possível acessar no catálogo de imagens do governo Jerônimo Monteiro, disponíveis no acervo do APEES.

¹⁹ Para Pires (2006, p. 96-97), “[...] é no interior deste processo de transformação de valores políticos, urbanos, sociais e econômicos que se visualiza a formação de um imaginário que defendia a inevitabilidade da realização de reformas nas principais capitais brasileiras, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo, identificando-as com o propósito modernizador que emanava da Europa. A capital do Espírito Santo não podia ficar alheia às novas diretrizes modernizadoras nacionais. Até então Vitória se encontrava numa condição de expressivo isolamento das demais regiões do Espírito Santo, em virtude da precariedade dos transportes, bem como desenvolvia uma tímida participação na economia local. Esses aspectos se refletiram na sua estrutura urbana, que se mostrava bastante restrita”.

Esses espaços foram utilizados tanto para eventos abertos à sociedade, quanto aos eventos sociais que constituíam a agenda do governo. Circulam, com regularidade, informações sobre as atividades festivas do Teatro Melpomene, inaugurado em 1896, que possuía iluminação própria no local e acomodava assentos para até 800 pessoas, e sobre o Éden Parque, inaugurado em janeiro de 1907.

Figura 33 – Propaganda “Pelos Theatros”



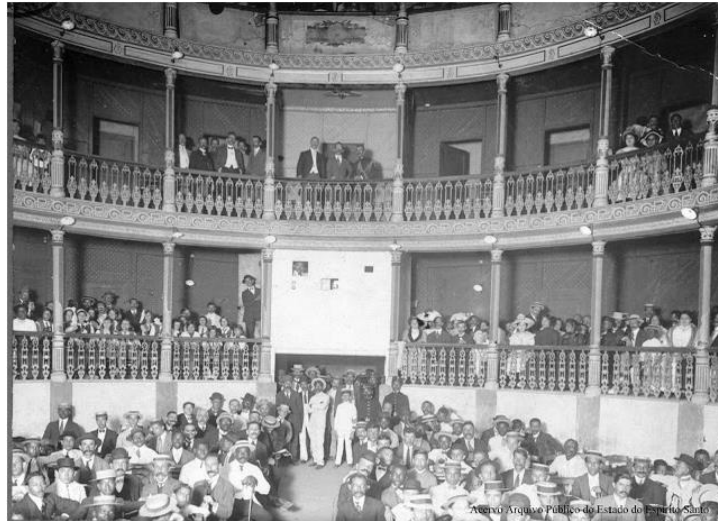
Fonte: “Diário da Manhã” (16 de junho de 1910, p. 3).

Figura 34 – Banquete no Teatro Melpomene. Destaque a Jerônimo Monteiro proferindo discurso, 1912



Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória (1913).

Figura 35 – Teatro Melpomene e seu interior no governo de Jerônimo Monteiro



Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória (1913).

Figura 36 – Teatro Melpomene



Fonte: Lopes (2002, p. 53).

Figura 37 – Propaganda de peça teatral a ser realizada no Teatro Melpomene

THEATRO MELPOMENE

GREMIO DRAMATICO "ARISTIDES FREIRE"

Quarta-feira, 22 de junho !

Primeira e ultima representação do applaudido drama em 3 actos e 1 quadro, extrahido do romance «A culpa dos paes», pelo distincto escriptor espirito santense A. Freire, intitulado

Julio ou o Engeitado

Terminará o espectáculo com a chistosa comedia em 1 acto, original de Baptista Machado

UMA EXPERIENCIA

Abrilhanará o espectáculo a applaudida banda CA-RAMURU'.

Preços das localidades

| | |
|---------------------------|---------|
| Camarotes..... | 10\$000 |
| Varandas..... | 2\$000 |
| Cadeiras de primeira..... | 2\$000 |
| Cadeiras de segunda..... | 1\$000 |
| Entrada geral..... | 500 |

Secretaria do Gremio Dramatico Aristides Freire, em 17 de junho de 1910.—*Agenor de Oliveira.*

Fonte: "Diário da Manhã" (20 de junho de 1910).

Figura 38 – Propaganda de exibição cinematográfica a ser realizada no Teatro Melpomene

THEATRO MELPOMENE.

CINEMA VICTORIA

HOJE ! --- Domingo, 16 de Janeiro de 1910 --- HOJE !

Grandioso programma composto de oito bellissimas tas escolhidas a cap richo.

PRIMEIRA PARTE

| | |
|--------------------------|----------|
| 1—Falso Herdeiro | (comico) |
| 2—Vingança do Ferreiro | (drama) |
| 3—Presentes de Fada | (magica) |
| 4—Historia de um paletot | (comico) |

SEGUNDA PARTE

| | |
|-----------------------------|-----------|
| 5—Uma lição de Caridade | (drama) |
| 6—Inconveniencias do Cinema | (comico) |
| 7—Caça do Veado | (natural) |
| 8—O Manequim | (comico) |

Preços e horas do costume

Fonte: "Diário da Manhã" (16 de janeiro de 1910).

Já o Éden Parque não possuía a suntuosidade do Teatro Melpomene. Com sua estrutura em madeira e coberto de folha de zinco, com capacidade para 150 pessoas, foi considerado tanto um local para festividades quanto cinema, era frequentado prioritariamente por homens e considerado importante ponto de encontro social. Ele possuía usos diversos aos seus clientes, os quais podiam beber, jogar, ouvir música, assistir a pequenas orquestras que exibiam óperas ou valsas, pois algumas vezes fazia a função de cinema. Malverdes (2008) afirma que o Éden Parque mobilizou um público cujo acesso era estimulado pelo baixo preço da entrada e que os filmes exibidos eram mudos e do tipo documentário.

Chama-nos a atenção a significativa presença da propaganda a favor do carnaval na capital. O jornal “Diário da Manhã” registra, em diversos momentos, com humor e “pilhéria”, comunicados sobre a organização e preparação dos carnavais organizados na cidade.

Figura 39 – Comunicado de reunião sobre o carnaval

S. Phenix Carnavalesca
 Domingo, 12 do corrente, ás 5 1/2
 horas da tarde, haverá sessão para
 resolver-se sobre a proxima festa
 Carnavalesca.
 O Sr. Presidente pede o compa.
 recimento de todos os S-s. asso.
 ciados á caverna do costume.—
 O Secretario, Com. *Bitú*.

Fonte: “Diário da Manhã” (11 de janeiro de 1908, p. 2).

Figura 40 – Propaganda Phenix Carnavalesca

PUBLICAÇÃO LIVRE

PHENIX CARNAVALESCA

O grupo dos MASSADOS considerando que apenas trinta e poucos dias nos separam do esticamento completo das gambias, resolve fazer uma SARACOTEACÃO hoje, sabbado, no salão da caverna.

O Barão, Presidente, acha-se habilitado a dar as instruções áquelles que quizerem tomar mais essa... lição... Excepção feita das odorosas nymphas que como sempre, os convites lhes são dispensados.

O Secretario, *Pralávay*.

Fonte: "Diário da Manhã" (17 de janeiro de 1908, p. 2).

Figura 41 – Propaganda de produtos vendidos para o carnaval na Casa de Victor



CARNAVAL

.... CASA DO VICTOR

Evohé! ←-----→ **Evohé!**

Atroadores ZÉ PEREIRAS annunciam a aproximação das populares festas do poderoso REI MOMO, que promettem ser de uma animação desusal.

A CASA VICTOR que acompanha sempre de perto as evoluções do commercio, apparelhou-se com um colossal e fino sortimento de objectos para o Carnaval, não temendo competidores!

Alegrae-vos, foliões ♦♦♦♦♦♦♦♦♦♦

♦♦♦♦♦♦♦♦♦♦ **Alegrae-vos, amantes do Momo!**

Pelos últimos paquetes recebeu a CASA VICTOR um sortimento completo de mascaras de papelão de todas as qualidades e tamanhos; mascaras de arame, de seda, setineta, etc.; narizes com e sem barbas, barbas, cabelleiras, gaitas, pandeiros, tambores, guisos, estrllinhas, franjas douradas, arminho, lança, perfumes, gangas, metim, fitas etc., etc.

Fonte: "Diário da Manhã" (23 de fevereiro de 1908, p. 3).

Carnaval Casa do Victor

Atroadores ZÉ PEREIRAS annunciam a aproximação das populares festas do poderoso REI MOMO, que promettem ser de uma animação desusal. A CASA VICTOR que acompanha sempre de perto as evoluções do commercio, apparelhou-se com um colossal e fino sortimento de objectos para o Carnaval, não temendo competidores!

Alegrae-vos, foliões. Alegrae-vos amantes do Momo!

Pelos ultimos paquetes recebeu a CASA VICTOR um sortimento completo de mascaras de papelão de todas as qualidades e tamanhos; mascaras de arame, de seda, setineta, etc.; narizes com e sem barbas, barbas, cabelleiras, gaitas, pandeiros, tambores, guisos, estrllinhas, franjas douradas, arminho, lança, perfumes, gangas, metim, fitas etc., etc. (DIÁRIO DA MANHÃ, 23 de fevereiro de 1908, p. 3).

Figura 42 – Éden Parque, 1910. Acervo de José Tatagiba



Fonte: Disponível em: <<http://www.morrodomoreno.com.br/materias/cine-edem.html>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

Figura 43 – Baile de Carnaval no Éden Parque, 1912



Edem Parque no 3º dia de carnaval - 1912.

IJM 216 I

Fonte: Disponível em: <<http://blogs.vitoria.es.gov.br/carnaval2013/index.php/o-carnaval-capixaba/#>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

Figura 44 – Baile de Carnaval no Édén Parque, 1912



Edem Parque na 3ª noite de carnaval - 1912.

[JM 106]

Fonte: Disponível em: <<http://blogs.vitoria.es.gov.br/carnaval2013/index.php/o-carnaval-capixaba/#>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

Figura 45 – Édén Parque na noite do segundo dia de carnaval, 1912



Edem Parque na noite do 2º dia de carnaval - 1912

[JM 104]

Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 46 – Praça 8 de Setembro na noite do segundo dia de carnaval de 1912



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 47 – Praça 8 de Setembro na noite do segundo dia de carnaval de 1912



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Percorrer as pistas sobre as festividades populares e as suas relações com as festividades elitistas, em princípios do século XX na cena capixaba, não é uma tarefa fácil. No estudo de Pires (2006), percebemos que, por meio das imagens e

das publicações nos impressos, é possível entrever indícios de aproximações e distanciamentos entre os divertimentos sociais numa perspectiva de classe. Contudo, são indícios fugidios que pouco nos auxiliam no processo de encontro com a verossimilhança (GINZBURG, 2002).

Todavia, ao recorrer aos relatórios da gestão do governo e particularmente da segurança pública, é possível notar que houve a tentativa de controlar as manifestações culturais das camadas populares. Parece-nos que a tentativa foi a de criar espaços circunscritos ao lazer para os pobres e para as classes economicamente favorecidas de modo a favorecer a não interferência de uma sobre a outra. Pires (2006, p. 102) assim analisa:

Neste sentido, buscou-se coibir o lazer e a manifestação cultural das camadas populares como uma forma de preservar o lazer e a atuação das elites, a estas últimas foi dada a voz e às massas a mimese, na medida em que lhes foi imposto a recriação de suas formas de lazer a partir do modelo apresentado pelas elites urbanas. Através da persistência das camadas populares em manter os seus festejos (nem sempre produto das diversões das elites), elas demonstraram sua repulsa ao papel secundário em que foram colocadas continuamente em todos os setores da sociedade, antes restrito ao setor econômico e político, agora se estendendo ao campo cultural. Criaram formas de se incorporarem aos novos costumes e de ter acesso às informações construindo, desse modo, uma identidade social.

Figura 48 – Grupo de mascarados no Éden Parque, carnaval de 1912



Grupo de mascarados no Eden Parque durante o carnaval de 1912 - Vitória.

[JM 306]

Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 49 – Baile de Carnaval oferecido a Jerônimo Monteiro, 1912



Baile oferecido ao Dr. Jerônimo Monteiro no Congresso - pelo carnaval em abril de 1912.

[JM 311]

Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

As imagens acima nos permitem notar nítidas diferenças entre os festejos de carnaval vivenciados entre grupos distintos. Enquanto, no Éden Parque, há uma predominância da pilhéria, das fantasias, de certa “leveza” no encontro entre as pessoas desse espaço, no carnaval vivenciado como festividade oriunda de uma raiz de cultura europeia massificada no Brasil como “bailes de elite”, encontramos a presença da orquestra, da austeridade e formalidade nos gestos. Nas palavras de Pires (2006, p. 105):

Isto significa que as ordens imperativas de um progresso massificante esbarraram com a característica fluida, informal e improvisada das camadas populares que soube se apropriar dos signos e sentidos próprios da modernidade, ajustando-os às suas demandas próprias.

O jornal governista “Diário da Manhã” possui espaços disponíveis para o envio de notas e contribuições à sua publicação. Não é raro encontrar escritos que caminham em defesa de um comportamento social ancorado na disciplina e na alegria, as quais aparecem como traços da personalidade republicana que, se, por um lado, fortalece o discurso da responsabilidade, o amor à inteligência e ao trabalho, por outro busca dar visibilidade à importância da constituição das redes de sociabilidade.

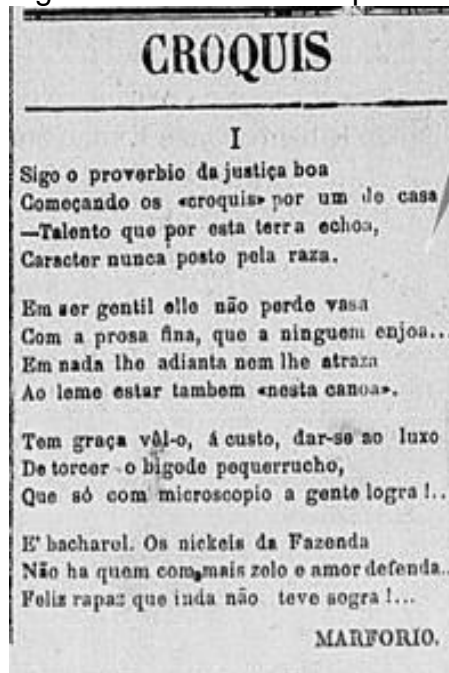
Sobre a presença dos jornais em meio a esses discursos, Pires (2006, p. 105)

afirma:

Neste contexto de transformações e de construções de mitos e opiniões se insere o papel do intelectual que, através da literatura moderna (a imprensa) definiu suas opções ideológicas, baseadas nas idéias importadas da produção cultural européia, instituindo formas de pensamento, interferindo tanto no âmbito político como no social.

Sobre essa questão, é inaugurada, em 23 de janeiro de 1908, a coluna *Croquis* no jornal “Diário da Manhã”. Segundo os redatores, ela seria publicada às quintas-feiras e domingos e estaria a cargo do colaborador sob o pseudônimo de *Marforio*, que esboçará “os perfis, não só de cavalheiros em evidencia no nosso meio, cujos traços for observando, mas também de senhoritas que não lograrem escapar às suas vistas”. Quanto ao seu conteúdo, é caracterizado como “[...] pilheria leve, dentro dos limites do humorismo fino e inofensivo, sem o menor vislumbre de ataque a quem quer que seja” (p. 1).

Figura 50 – Coluna Croquis



Fonte: “Diário da Manhã” (23 de janeiro de 1908).

O impresso parece incentivar o humor em diversas ocasiões. Em 20 de junho de 1910, há uma nota assinada por Arthur Orlando que evidencia o “riso” como “o mais expressivo e gracioso dos movimentos estheticos”. Segundo o autor da nota, o riso define a própria condição humana e nos diferencia dos animais irracionais. Contudo,

ressalta que nem toda forma de humor é “saudável”, corroborando a própria definição da coluna *Croquis*, que afirma a necessidade de manter a pilhéria de forma leve. Desse modo, não há espaços para o “extravazamento” do corpo, o riso é possível; contudo, contido. No âmbito do drama, na construção da teatrocracia, o personagem ordinário da cidade é atento à necessidade da vida coletiva; todavia, os impressos, imbuídos dos saberes e orientações higiênicas, parecem intervir nos velados avisos que buscam criar comportamentos circunscritos a um *script* higiênico. Desse modo, a ação sobre os corpos impera em diversas esferas do comportamento humano, age de modo microfisicamente constituída e busca incorporar-se nos gestos, nas respostas aos estímulos ora orgânicos, ora sociais. *Sorria, mas não em demasia.*

3.3 A ESCOLA COMO MONUMENTO: A CONSTITUIÇÃO DO PROJETO/PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE AO “ATRASO NO DESENVOLVIMENTO”

Produções no âmbito da História da Educação e da História da Educação Física, emergidas na década de 1990, demonstram um novo cenário na historiografia brasileira. Essas pesquisas estão apoiadas nos mais diversos tipos de documentos, oficiais ou não, e se propuseram a rastrear em que condições a escola brasileira foi pensada e organizada como instituição e quais significados foram paulatinamente sendo apropriados pela escola, bem como aqueles por ela produzidos. Contudo, Oliveira e Linhales (2011, p. 1) afirmam:

Parece-nos haver uma dimensão ainda pouco explorada nos estudos históricos relativos ao processo de escolarização primária ou elementar. Trata-se daquilo que chamamos de *educação do corpo*, uma das marcas mais tangíveis da difusão mundial da educação primária entre as décadas finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

O estudo de Carvalho (1997), “Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas”, nos leva a acessar um caminho de compreensão e análise da forma escolar – ou fôrma – como dispositivo disciplinador e estratégia socializadora que transborda para além dos espaços da escola. Essa afirmação é importante para compreender que, como instituição, a escola também se projeta no cenário da república como um dos lugares de vigilância da ordem e propagação dos “bons costumes”; pois se apostava que, por meio da razão

esclarecida forjada nos moldes da escolarização, se produziria a educação dos sentidos, das sensibilidades – dos corpos que a abrigam.

Ciência, progresso, nacionalidade e trabalho comporiam um quadro que justificava a profusão de discursos e práticas sobre a educação escolar do corpo, o qual deveria levar, da experiência da escolarização, a herança de um mundo civilizado em franco e irrefreável desenvolvimento, orientado pelo saber científico (OLIVEIRA; LINHALES, 2011, p. 10).

Mirar o olhar para as práticas de educação do corpo no âmbito da história da escola, implica, segundo Oliveira (2005, p. 2), problematizar

[...] a disciplina (no sentido emprestado de Michel Foucault, de tecnologia de controle); castigos corporais; disciplinas escolares (no sentido de construtos curriculares); formação de professores; relações e/ou definições de gênero; métodos de ensino.

Nesse sentido, investigar a presença da corporalidade no âmbito da escola se torna, sem dúvida, um desafio ao campo da História da Educação e das disciplinas escolares, pois “[...] a estes temas foi agregado mais um: civilização/racionalização/escolarização” (OLIVEIRA, 2005, p. 2). Um caminho de aproximação a essa desafiadora esteira de pesquisa, proposto pelo autor, é situar a relação histórica existente entre educação do corpo e o processo de escolarização. Na sequência, buscamos tatear uma compreensão possível com base em estudos no campo da História da Educação sobre essa relação, pois “[...] inscrita nas ações sobre o corpo estaria a possibilidade dos novos tempos ganharem a "alma" dos alunos” (OLIVEIRA, 2005, p. 4).

Para Faria Filho (2002), o acesso por meio da disponibilidade de vagas a todas as crianças à instituição escolar ocorreu tardiamente na década de 1980 do século XX. Entretanto, aponta que essa parcela populacional à margem da educação sofre influências da instituição escolar, já que sua representatividade foi construída ao longo da história, por meio de pontes de intervenção social, servindo de importante referência na construção de identidades pessoais e coletivas, públicas e privadas, políticas e profissionais (FARIA FILHO, 2002).

Nessa perspectiva, atribui ao menos dois sentidos para a inteligibilidade do fenômeno da escolarização, cujos significados apropriam e produzem diálogo entre si: um primeiro significado definiria o termo como o estabelecimento e a formação de redes de instituições responsáveis por primeiramente instruir, por meio do ensino da

leitura, escrita e cálculo, que posteriormente se complexifica porque admite novos conhecimentos a serem instruídos; um segundo significado atribuí à escolarização os sentidos e significados produzidos pela escola que assumem representatividade social por meio do conhecimento adquirido nessa instituição pelo sujeito (FARIA FILHO, 2002).

É válido evidenciar que a escolarização deve ser entendida como um processo em que a organização da instituição escolar, como concebemos hoje, é historicamente jovem. Somente na última década oitocentista, a escola assumiu características próximas às atuais. Tal conformação se baseia em um conjunto de alterações que foram sendo reconstruídas e ressignificadas nas inter-relações do processo de construção de uma identidade escolar²⁰.

O emprego do sistema de classes com aproximação de idades, dos espaços próprios, sistema vertical de ensino por cursos, proximidade de métodos, equivalência entre um ano de estudos e um ano de progresso, e o estabelecimento de programas de ensino foram resultados de uma lenta adequação da educação ao longo do século XIX, que permitiu a gênese dos chamados grupos escolares (SOUZA, 1998).

Os estudos de Carvalho (1990), Faria Filho (2002) e Souza (1998) apontam que, no contexto brasileiro, os discursos sobre o projeto/processo de escolarização davam visibilidade à emergência em ampliar a intervenção cada vez maior do Estado, que buscava deslegitimar a educação doméstica e chamar para si a responsabilidade de educar as massas estabelecendo o ensino público e de intencional qualidade para a população, a fim de colocar o Brasil na rota do processo civilizatório. Particularmente no contexto de transição entre império e décadas iniciais do século XX, Carvalho (1990) aponta a necessidade de constituir o imaginário da república no Brasil como a “formação das almas”. Com esse estudo, podemos perceber o esforço governamental em constituir diversos dispositivos na construção do novo ideário civilizatório. A escola, como monumento, não passaria ao largo desse discurso.

²⁰ A discussão que se apresenta acerca da constituição das redes de escolarização e do engendramento da forma escolar no Brasil foi realizada em estudo anterior, no âmbito do mestrado. Para acessar o debate completo, consultar Santos (2008).

Somada à discussão sobre o ordenamento da figura docente, a temática referente aos métodos de ensino e a construção dos tempos e espaços na/da escola assumem significativa importância no que se refere às medidas necessárias para tirar a instrução da mocidade do estado de penúria em que se encontrava: era preciso educá-los à luz de uma razão esclarecida que não seria encontrada em outro lugar, senão na escola. Quanto à imposição da disciplina por meio dos métodos, Gondra (2003) conclui que, nas salas de aula do século XIX, a organização espacial e a disposição do mobiliário escolar sempre nos permitem perceber a condição em que a imposição da disciplina corporal era exercida sobre as crianças. O corpo era visto no interior das escolas como um objeto a ser mantido em silêncio, com amarras da disciplina e sempre subjugado a um poder maior: o professor.

Desse modo, são construídos modos de exercício do controle do tempo tanto nos espaços escolares quanto nos espaços extraescolares, pois alunos e professores, como sujeitos estandarte, deveriam manter, com rigor, a moralidade e bons costumes também nos espaços sociais.

Com o discurso da ineficácia dos métodos de ensino empregados pelos professores já no início dos oitocentos, foram pensadas novas formas de instruir, educar moralmente e corporalmente, sendo utilizados estratégias e instrumentos variados, como a elaboração de novas estratégias de ensino, a construção de espaços próprios, uma organização temporal que manteria os alunos por mais tempo na escola, a criação de um órgão responsável pela fiscalização da conduta dos professores e dos alunos (GONDRA, 2003; OLIVEIRA; LINHALES, 2011).

É válido ressaltar que toda a discussão sobre qual método é próprio da escola e como esse fazer pedagógico é definido passa pelo avanço das peculiaridades e complexidades dos métodos estabelecidos nas escolas dos oitocentos, um processo não segmentado, no qual a utilização de um método não excluiria o anterior de imediato. Foram experimentados e, aos poucos, foram sendo apropriados pela instituição escolar como um processo contínuo.

Figurava como uma das principais preocupações no século XIX a utilização de métodos que fossem suficientemente eficientes para instruir a população, com sensível atenção aos menos favorecidos, articulando, nesse período, diversas estratégias para a elaboração de um fazer pedagógico que encaminhasse mais e mais indivíduos ao ideário civilizatório, inclusive a tentativa de algumas províncias de dar obrigatoriedade à instrução elementar. Logo, ao pensarmos a construção da escola oitocentista brasileira, é possível percebermos a evolução do discurso referente aos métodos de ensino, o que implicaria também discutir os espaços e tempos que se adequariam aos novos métodos e seriam utilizados nos saberes e fazeres pedagógicos.

Segundo Faria Filho (2003), todo o debate pedagógico no Brasil, no início do século XIX, foi articulado em torno do método mútuo. A publicação da lei de 15 de Novembro de 1834, em seu art. IV, determinava que “[...] as escolas serão de ensino mútuo nas capitais das Províncias, e serão também nas cidades, vilas e lugares populosas delas, em que for possível estabelecer-se” (FARIA FILHO, 2003, p. 141).

O método que antecedeu o sistema mútuo de ensino foi o modelo individual de ensino. Tal método consistia no emprego de um professor responsável por lecionar a um grupo de crianças, por vezes muito grande, atendendo-os individualmente. Desse modo, era possível que, em uma sala com muitas crianças, o contato com o professor fosse inevitavelmente diminuto. Esse pouco contato podia gerar indisciplina e atraso no aprendizado dos alunos. Faria Filho (2003, p. 140) exemplifica essa dificuldade narrando uma ocasião em que um professor apontou como poderia ser o tempo de ensino aproveitado por um aluno em uma jornada de quatro horas diárias de ensino: “[...] supondo uma multidão de circunstâncias favoráveis, que nunca jamais se podem encontrar, temos que, no sistema individual, cada aluno tem por dia 4 ½ minutos de lição de leitura, 3 de escrita e ½ de cálculo”.

Diante da constatação da inadequação desse modelo de ensino, paulatinamente foi dado lugar, no Brasil, a um método elaborado pelo inglês Joseph Lancaster, denominado ensino mútuo ou – derivado do seu elaborador – lancasteriano. Criado para ocupar o lugar do ineficaz ensino individual, contava com a participação de alguns alunos mais avançados, que recebiam instruções do professor e instruíam os

afazeres de outros alunos. Entretanto, suas funções não se restringiam a auxiliar os alunos; a eles era adjudicada a responsabilidade sobre pequenos grupos de alunos e manutenção da disciplina na classe, que agora trabalharia simultaneamente. Segundo Souza (1998, p. 24), essas

[...] características básicas resultavam em vantagens logo percebidas: baixo custo – um professor podia cuidar de um grande número de alunos ao mesmo tempo –, pequena exigência de qualificação dos professores, estandardização do ensino, manutenção do controle sob um refinado sistema disciplinar e individualização.

Como aponta Gondra (2003), o ensino mútuo produziu uma hierarquização de saberes e posturas no interior da própria classe, já que

Os monitores gerais, alunos-modelos, somente se comunicavam com seus subordinados quando transmitiam ordens diretas do professor; nas demais situações dirigiam-se aos monitores das classes, as "autoridades" imediatas da turma de condiscípulos. Tanto quanto o professor eles eram cortejados e deviam ser admirados (GONDRA, 2003, p. 8).

É válido lembrar que o ensino mútuo perdurou por anos, nas escolas capixabas, tendo por projeto ser utilizado como um mecanismo de estabelecimento da ordem e da vigilância, além de pregar a sua eficácia na economia do tempo. Desse modo, além do emblema da funcionalidade e economia de tempo, era atribuído a esse método o poder de massificar a educação a um baixo custo. Todavia, a experiência foi mostrando que a realidade não era harmoniosa em relação aos planos do discurso político e pedagógico. A má qualidade dos espaços, a insuficiência de material didático e o despreparo dos professores impuseram limites ao bom desempenho do método mútuo (SANTOS, 2008).

Colocava-se, então, uma necessidade de um fazer pedagógico que fosse capaz de preencher as lacunas deixadas pelo ineficiente método. A otimização do ensino se daria mediante a aquisição de materiais específicos, de espaços adequados e da organização temporal durante a permanência na escola. Desse modo, foi gestado o método simultâneo de ensino que vai sendo pensado ao longo das décadas de 1840 a 1860 dos oitocentos.

Pois bem, o método simultâneo traz uma nova vida ao termo "classe", que agora seria entendida como um espaço ocupado por um grupo de crianças sob a responsabilidade de um professor que, por sua vez, lecionaria um mesmo conteúdo

de ensino a todos simultaneamente. Dessa maneira, seria disponibilizado, aos poucos, o emprego de certos objetos que seriam apropriados pela instituição escolar, tornando-se parte da sua cultura própria, como o quadro-negro, livros, cadernos e cartilhas de ensino. E seriam pensados também os novos espaços, agora necessariamente apropriados para instituição do novo método. Porém, essa adequação de espaços para a educação seria um entrave que ainda perduraria até as últimas décadas dos oitocentos.

Próximo da década de 1880, as atenções voltam-se tanto para o fazer pedagógico pensado por meio dos métodos quanto para as relações que se estabelecem no processo de ensino-aprendizagem dos sujeitos.

Ao perceber que ainda persistia o lento aprendizado do aluno e a valorização da capacidade de memorização dos conteúdos pelas crianças, foi racionalizado um modelo de ensino que unisse um eficiente método de ensino que, quando aplicado, convergisse em aprendizado: assim, passa a ser pensada a proposta do método intuitivo, o qual (ou lição de coisas) visava a uma verdadeira revolução pedagógica

[...] que começa a despontar na metade do século passado, tenta investir contra o caráter abstrato e pouco utilitário da instrução, prescrevendo-lhe novo método de ensino, novos materiais, criação de Museus Pedagógicos, variação de atividades, excursões pedagógicas, estudo do meio, etc. (VALDEMARIM, 1998, p. 68).

Essa nova proposta sugeria uma educação de provocações em duas etapas: na primeira, ao aluno era deixado experimentar, observar objetos e a natureza; uma verdadeira educação dos sentidos; na segunda, seria possibilitada ao aluno uma progressiva elaboração mental dos conteúdos por meio da sensibilidade provocada pelo contato com objetos escolares. A discussão sobre o emprego dessa proposta, no Brasil, perdurará ainda até meados da terceira década da República.

Concatenados aos métodos de ensino, os espaços e tempos escolares tomaram parte significativa dos debates governamentais, ora prescrevendo, ora denunciando as más condições. Essa temática é abordada, de modo privilegiado, nos estudos que objectualizam a cultura escolar tanto no século XIX quanto nas décadas iniciais do século XX. Já na introdução do estudo intitulado “Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões”, Antônio Viñao Frago anuncia: “Qualquer

atividade humana precisa de um espaço e de um tempo determinados [...]”, não seria diferente na instituição escolar (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 61).

Os espaços, tempos e objetos escolares constituem um desdobramento da discussão referente à evolução do método de ensino, que requeria espaços próprios, materiais próprios e, finalmente, tempos próprios; são, portanto, elementos básicos e constitutivos da atividade educativa que dão visibilidade à imposição de uma educação (também) corporal, que constituía uma longa pauta de discussões no plano oficial. Diversos pesquisadores (FARIA FILHO, 2002; GONDRA, 2003; OLIVEIRA, 2005) vêm somando esforços para dar inteligibilidade aos sentidos atribuídos a esses elementos próprios da escola, sempre articulando tempos e espaços como inseparáveis na historiografia da cultura escolar.

Históricos eles também, o espaço e o tempo escolares foram sendo produzidos diferencialmente ao longo da nossa história da educação e se constituíram em dois grandes desafios enfrentados para se criar, no Brasil, um sistema de ensino primário ou elementar que viesse atender, minimamente que fosse, às necessidades impostas pelo desenvolvimento social e/ou às reivindicações da população (FARIA FILHO; VIDAL, 2000).

Segundo os autores, ao analisarmos o processo de escolarização primária no Brasil com especial atenção aos tempos e espaços escolares e sociais e aos modelos pedagógicos, temos a possibilidade de “[...] interrogar o processo histórico de sua produção, mudanças e permanências, contribuindo para descobrirmos infinitas possibilidades de viver e, dentro da vida, formas infinitas de *fazer a* e do *fazer-se* da escola e de seus sujeitos” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 21).

Ao pensarmos nos significados possíveis, Viñao Frago (1995, apud VIDAL; FARIA FILHO, 2000, p. 20) já explicava:

Como pedagogias, tanto o espaço quanto o tempo escolar ensinam, permitindo a interiorização de comportamentos e de representações sociais. Nessa perspectiva, atuam como elementos destacados na construção social (e histórica) da realidade.

Com base nessa análise, é necessário que os entendamos não como unidades neutras que não possuem significados próprios ou pormenorizá-los a uma simples formalidade institucional. Esses elementos precisam ser pensados como subsídios responsáveis pela construção de uma cultura escolar e atribuir-lhes propriedade de

intervenção não só na instituição escolar, mas também no organismo social (VIÑAO FRAGO, 1995).

Ainda na análise de Viñao Frago (2001), a escola como instituição ocupa um espaço e um lugar. Apesar de os termos, a um olhar inadvertido, soarem quase homônimos, guardam diferenças significativas. O autor explica: “[...] um espaço projetado ou não para tal uso, mas dado, que está ali, e um lugar por ser um espaço ocupado e utilizado” (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 62). Em outras palavras, a ocupação do espaço e sua utilização supõem sua constituição como lugar. Ao analisar o alcance dos termos, Faria Filho; Vidal (2000, p. 21) esclarecem que

[...] como plurais, espaços e tempos fazem parte da ordem social e escolar. Sendo assim, são sempre pessoais e institucionais, individuais e coletivos, e a busca de delimitá-los, controlá-los, materializando-os em quadros de anos/séries, horários, relógios, campainhas, ou em salas específicas, pátios, carteiras individuais ou duplas, deve ser compreendida como um movimento que teve ou propôs múltiplas trajetórias de institucionalização da escola. Daí a sua força educativa e sua centralidade no aparato escolar.

As escolas-monumento inauguradas com os chamados grupos escolares em meados da última década do século XIX, em São Paulo, condensavam os ideais republicanos para a educação brasileira por meio de um projeto educativo exemplar propondo a monumentalidade. Segundo Souza (1998), os grupos escolares expunham simultaneamente todo um conjunto de saberes, de projetos político-educativos e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século XIX: o das escolas seriadas. Representavam um rompimento com a desorganização, o caos do período imperial, e tentavam imprimir um projeto de futuro baseado no ideal de que a união entre o povo e a nação produziria a ordem e o progresso.

Monumentais, os grupos escolares, na sua maioria, eram construídos a partir de plantas-tipo em função do número de alunos, em geral 4, 8 ou 10 classes, em um ou dois pavimentos, com nichos previstos para biblioteca escolar, museu escolar, sala de professores e administração. Edificados simetricamente em torno de um pátio central ofereciam espaços distintos para o ensino de meninos e de meninas. À divisão formal da planta, às vezes, era acrescido um muro, afastando rigidamente e evitando a comunicação entre os dois lados da escola. Esses prédios tinham entradas laterais diferentes para os sexos. Apesar de padronizados em planta, os edifícios assumiam características diversas, sendo-lhes alteradas as fachadas. Muitos projetos propunham uma variação do tamanho das salas em função da seriação do ensino. As salas das séries iniciais tinham dimensões maiores que as das séries finais do curso primário. Normalmente, os banheiros não faziam parte do corpo do prédio, mas eram a ele ligados por corredores cobertos (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 25).

Na esteira de uma análise sobre os espaços “abertos” e “fechados”, os “autorizados” e os “não autorizados”, Faria Filho (2002) pondera que ao menos há duas dimensões atribuídas aos sentidos dos espaços escolares: na primeira, o autor nos expõe que o espaço **educa**; e, na segunda, adverte que o espaço escolar possui **estratégia educacional**.

Quanto à primeira dimensão, o autor indica que a educação não acontece somente em um espaço determinado, mas os sentidos atribuídos a sua projeção física e simbólica cumpriram uma função educativa de extrema importância. Dessa maneira, “[...] a ocupação do espaço escolar, sua divisão interna, suas aberturas para o espaço exterior, a delimitação de fronteiras entre o interno e o externo, e, mais que isso, dos objetos no espaço, na sala de aula, tudo isso cumpre um papel educativo” (FARIA FILHO, 2002, p. 112).

Em relação à estratégia educacional, Faria Filho (2002) demonstra que a defesa de criar um lugar próprio da escola, pretendido por educadores, médicos e, sobretudo, políticos, contribuiu para dar lugar à escola na cena social e legitimá-la responsável pela instrução, contribuindo, desse modo, para a construção no Brasil de uma sociedade letrada. Nesse processo de legitimação de um novo espaço para a educação que não mais aquele improvisado dos séculos XVIII e XIX até então, era preciso também inculcar novos tempos e novos ritmos na escola.

Assim como o espaço, o tempo escolar não se limita a um fenômeno neutro; expande-se dos muros da escola e interfere na ordem social. Desse modo, não poderiam ser dissociados da constituição dos tempos e espaços sociais, conforme reforça Arroyo (2004, p. 243):

Una de las dimensiones culturales más significativas de las formas del tiempo social lo constituye el tiempo escolar, el cual se convierte en un instrumento primordial en los “procesos civilizatorios” en la medida en que regula las actividades que el niño y el joven necesitan realizar en un espacio como la institución educativa. Esto implica la organización de los hábitos del trabajo escolar mediante una disciplina que incorpora incentivos, estímulos, saberes, sentimientos, conductas, habilidades, valores e ideas, todo ello en un marco de regulaciones y controles específicos, cuyo objetivo es la configuración de una naturaleza humana.

Viñao Frago (1995), ao dialogar também com a temática, classifica o tempo escolar como condicionante e condicionado por outros tempos sociais, um tempo que seria

uma construção cultural e pedagógica; um momento em que se distribuem os processos e ações educativas que são aprendidas e interiorizadas.

Apresenta ainda o tempo escolar como um tempo institucional e organizativo, sendo um dos mais importantes para legitimar o tempo na sociedade como um tempo mensurável, fragmentado e objetivo que traz consigo as ideias de meta e futuro. Partindo da premissa de um tempo institucional, o tempo escolar se mostra prescrito e uniforme.

[...] desde una perspectiva individual, es un tiempo plural y diverso. No hay un solo tiempo, sino una variedad de tiempos. El del profesor y el del alumno, por de pronto. Pero también el de la administración y el de la inspección, el reglado. En cuanto tiempo cultural, además, el tiempo escolar es una construcción social históricamente cambiante, un producto cultural que implica una determinada vivencia o experiencia temporal. Un tiempo que es organizado y construido social y culturalmente como tal tiempo específico, pero que, a la vez, es vivido no sólo por los profesores y los alumnos sino también por las familias y la comunidad en su conjunto, mediante su inserción y relaciones con el resto de los ritmos y tiempos sociales (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 72).

Desse modo, não seria possível condicionar o tempo escolar a uma singularidade, e sim tomá-lo como múltiplos ou **tempos escolares**. A eles é atribuída uma organização, de certo modo complexificada e hierarquizada, em que os tempos escolares se multiplicam e se apresentam por meio de estruturas maiores (o calendário escolar ou ano acadêmico) ou menores – o bimestre ou a aula onde sua expressão “[...] material y escrita son los cuadros horarios y los de distribución temporal de tareas y programas” (VIÑAO FRAGO, 1995; p. 73).

Nesse tempo inventado, apropriado e ordenado pela razão humana, novos objetos foram recrutados no intento de organizar os tempos da escola e passou a fazer parte da rotina escolar o uso dos relógios, das campainhas e das sinetas como material básico dos grupos escolares. No interior desse movimento,

A cultura escolar elaborada tendo como eixo articulador os grupos escolares atravessou o século XX, constituindo-se em referência básica para a organização seriada das classes, para a utilização racionalizada do tempo e dos espaços e para o controle sistemático do trabalho das professoras, dentre outros aspectos. É, grosso modo, nesse e com referência a esse caldo de cultura que ainda hoje se elaboram as reflexões pedagógicas, mesmo aquelas que se representam, mais uma vez, como de costas para o passado e antecipadoras de um futuro grandioso (FARIA FILHO, VIDAL, 2000, p. 26).

Apesar de os grupos escolares terem sido construídos em São Paulo em fins do século XIX, ainda nos anos de 1920 e 1930 do século XX, a construção dos grupos era reclamada por diversas capitais da Federação. Esse é o cenário do terceiro momento que marcou a periodização da escola brasileira identificado por Faria Filho e Vidal (2000) intitulado Escolas Funcionais. Os autores informam que os grupos escolares tiveram uma história muito diferenciada nos diversos estados brasileiros e esse panorama seguiu a evolução da organização dos sistemas públicos de ensino até o período do Estado Novo, quando foram produzidas pelo Ministério da Educação e Saúde as diretrizes gerais sobre a educação no Brasil, na tentativa de homogeneizar os conteúdos, métodos, espaços e tempos escolares que passam por um processo de ressignificação inspirado em ideais escolanovistas.

No horizonte da produção das políticas públicas para a educação no Brasil, percebeu-se que, de fato, havia a necessidade de expandir o ensino público em ambientes rurais e urbanos, o que reordenaria as concepções sobre os espaços escolares e o lugar da escola na sociedade brasileira, pois,

[...] no lugar da suntuosidade exibida no início da República, a luta pela democratização da escola fazia-se sentir em prédios funcionalistas, tecnicamente projetados para uma educação rápida e eficiente, com lugares específicos para acolher maquinário, como mimeógrafo, e propiciar um controle do corpo docente através de mecanismos administrativos cada vez mais capilares, e nas soluções mais rústicas, que associavam ensino formal à casa do professor, nas zonas rurais (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 32).

Por fim, também os tempos escolares foram modificados em relação à duração dos cursos e também na grade de horários que garantiriam a permanência dos alunos na escola que seria alterada com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases 5.692/1971 e com a extinção dos grupos escolares.

Com base nessas noções introdutórias sobre o processo de escolarização no Brasil, foi possível acompanhar o paulatino avanço das instituições escolares e a produção do discurso que lhes auferia legitimidade como única instituição capaz de promover a educação letrada. Na produção desse lugar legítimo, foi possível observar as estratégias pelas quais se conformou e produziu a cultura escolar que hoje vivenciamos.

3.3.1 O processo de escolarização no cenário capixaba (1908-1912)

[...] Salve o povo espíritossantense
Herdeiro de um passado glorioso
Somos nós a falange do presente
Em busca de um futuro esperançoso

Saudemos nossos pais e mestres
A Pátria que estremece de alegria
Na hora em que seus filhos reunidos
Dão exemplo de amor e de harmonia
(Hino do Espírito Santo, 1894)

Em relação ao processo de escolarização no contexto capixaba, parte significativa dos estudos encontrados advém do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, criado em 1978, que, como apontam Simões e Franco (2005), respondia pela produção interna das poucas pesquisas sobre a história da educação no Estado até 2004. Contudo, destacam que, naquele momento, em relação aos trabalhos produzidos fora do âmbito da pós-graduação, havia uma carência de estudos que abordassem especificamente a pesquisa histórica da educação capixaba, pois

Se, por um lado, evidencia-se a necessidade e a importância de investimentos nesse campo, por outro lado multiplicam-se os obstáculos a serem superados quando pesquisadores e pesquisadoras enfrentam problemas de ordem material que, muitas vezes, resultam na inacessibilidade das fontes, questões inerentes ao processo de produção da pesquisa acadêmica como, por exemplo, o tempo da conclusão dos estudos comparado às exigências da pesquisa histórica e, por último, mas não menos importante, as questões de ordem epistemológica acesas na tensão local/global (SIMÕES; FRANCO, 2005. p. 349-350).

Desse modo, os autores observam que “[...] avançar nesses caminhos promissores e igualmente minados permanece o desafio a ser enfrentado por pesquisadores e pesquisadoras capixabas hoje” (SIMÕES; FRANCO, 2005, p. 350), pois “[...] ainda há a escassez da produção de historiográfica dirigida ao Estado como um todo e à realidade educacional em particular” (SIMÕES; FRANCO, 2004a, p. 4). Em relação à precariedade e dispersão de fontes, um profícuo movimento foi realizado por esses pesquisadores na tentativa de localizar, organizar e registrar os documentos armazenados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, que culminou na produção de um catálogo de fontes sobre a História da Educação no Espírito Santo (SIMÕES; FRANCO, 2004b).

Quanto à produção, foram localizados ao todo 17 trabalhos que nos auxiliaram na aproximação ao contexto histórico da educação capixaba, entre os quais cinco artigos publicados, no Congresso Brasileiro de História da Educação, por autores vinculados aos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); oito dissertações, das quais sete autores vinculados aos programas de pós-graduação da Ufes e um autor do programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; e quatro teses, das quais três oriundas do programa de pós-graduação em Educação da Ufes e uma do programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nesse momento, desse conjunto de produções, destacamos quatro trabalhos que mais se aproximam desta proposta de pesquisa, por abordarem o período eleito e por possuírem contribuições ao tema.

O primeiro trabalho é a tese de Maria Alayde Alcântara Salim (2009), intitulada “Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas capixabas na Primeira República”, que, ao analisar as práticas de leituras na Escola Normal e no Ginásio do Espírito Santo, contribui para a compreensão do projeto de governo na formação de professores. Especificamente aborda os saberes que circulavam no processo de formação de professores e professoras, bem como as práticas ali empreendidas, o que nos dá a possibilidade de uma aproximação à Escola Normal durante a primeira república.

Nesse sentido, a tese de Salim contribui, por um lado, para compreender o momento que o Espírito Santo atravessava, na transição entre o período imperial e a república; e, por outro, por meio das escolhas e da narrativa histórica construída pela autora, coloca-nos perto do cenário de constituição dos primeiros movimentos republicanos em prol da formação de professores/as. Ambas as contribuições nos permitem uma interlocução aos modos de circulação e apropriação dos saberes sobre o corpo, presentes na Escola Normal.

Um segundo trabalho é a dissertação de Jaklane Almeida Bonatto, intitulada “A construção histórica da profissionalidade docente no Espírito Santo (1908-1930): um estudo sobre as reformas educacionais de Gomes Cardim e Attilio Vivacqua”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes, em 2005. Ela se

dedicou a compreender a organização da educação pública no ES e atentou aos saberes e estratégias políticas e pedagógicas de formação de professores que circularam entre as duas reformas de ensino. Essa dissertação, ao atentar às reformas educacionais, auxilia-nos na compreensão dos projetos educacionais postos em cena e particularmente nos aproxima da transição de um modelo do ensino da ginástica enrijecido e pautado pelo exercício da disciplina, que vemos em Cardim, às inovações propostas pela reforma empreendida por Vivacqua, contagiada pela perspectiva escolanovista. Essa transição, elemento importante nesse projeto, conta-nos sobre a centralidade atribuída ao aluno no processo educativo e o lugar do corpo nesse processo: o corpo que experimenta, o corpo ativo, o corpo como lugar de potência na produção do conhecimento e na relação com a natureza.

A tese construída por Isabel Cristina Novaes (2001), intitulada “República, Escola e Cidadania: um estudo sobre as três reformas educacionais no Espírito Santo (1882-1908)”, ao investigar as reformas entre 1882 e 1908, faz um estudo comparativo de seus pontos de convergências e divergências, com especial atenção às suas propostas pedagógicas.²¹ A autora faz observações importantes sobre o cenário político-econômico do Espírito Santo, informando e discutindo a conformação do quadro intelectual formado por bacharéis que aqui se estabeleciam naquele período (1882-1908), buscando problematizar como esse novo grupo assumia a liderança nas transformações educacionais pretendidas ao longo da transição do período imperial para o republicano.

Segundo a autora, é preciso demarcar que, na construção desse novo ideário da educação capixaba – e também brasileira – de um modelo ainda organizado no império para o patamar republicano, nos moldes pretendidos pelos “modernizadores” daquela época, não houve um caráter de continuidade das propostas educacionais colocadas até então, pois “[...] cada processo de reforma iniciava como se partisse do nada, tanto no que diz respeito ao processo de formalização burocrática de uma nova instituição, quanto no que se refere à normatização de seus procedimentos” (NOVAES, 2001, p. 13). Essa operação de negar as fundamentações anteriores foi

²¹ Herculano Marcos Inglês de Souza em 1882, José de Mello Carvalho Moniz Freire em 1892 e, finalmente, Jerônimo Monteiro em 1908 (NOVAES, 2001).

uma tentativa de fazer valer a ideia de que os ideais republicanos se colocavam na educação – e não só nela – como uma “novidade absoluta”.

Mediante a leitura desse estudo, percebemos que as duas últimas décadas do século XIX no Espírito Santo foram palco de relações de força entre o modelo de instrução proposto pelo ideário republicano e a impotência do modelo construído ao longo do período imperial que se configurava, para os modernizadores da república, como confuso e ineficiente, devendo ser superado por meio do fortalecimento dos vínculos intelectuais e da doutrina positivista. Diante disso, a autora explica:

Com novos princípios organizativos, assentados na ideia da racionalidade científica, de nova estruturação pedagógica e administrativa, buscaram afirmar-se como o novo diante da chamada arcaica e ultrapassada escola existente, que na visão dos modernizadores republicanos, não tinha condições de atender a toda uma gama de problemas sociais que se haviam tornado mais complexos naquele período de transição (NOVAES, 2001, p. 130).

A pesquisa realizada por Novaes (2001) informa ainda, por meio da análise das reformas e o cotejo com demais documentos,²² um mapa da tensa construção e estabelecimento de um novo currículo a ser estabelecido no plano educacional capixaba. Com a contribuição de bacharéis de outros estados, numa tentativa de legitimar nacionalmente os ideais republicanos, observa-se a circulação de ideias e de modelos que confeririam à educação local uma pretensa homogeneidade à educação no âmbito nacional. Um exemplo é a reforma promovida durante o governo de Jerônimo Monteiro em 1908, que, como já evidenciamos, visava a um modelo paulista de educação.²³ Nela, a ação pedagógica passa a centrar-se na disciplina, na moral e nos valores cívicos.

A reforma realizada em 1908 no Espírito Santo tinha as dimensões da disciplina, da moral e dos valores cívicos não como fatores para formar o homem ilustrado no final do século XIX. Esses fatores compunham agora o tripé da cidadania que o século XX pretendeu construir. As normas que

²² Além dos documentos que registram as reformas educacionais de 1882, 1892 e 1908, foram utilizados, neste estudo como fonte documental, relatórios dos presidentes da província do Espírito Santo; relatórios da diretoria de instrução pública; mensagens e exposições dos presidentes dirigidos à Assembleia Provincial; e, por fim, parte dos exemplares dos jornais capixabas: *A Província do Espírito Santo* (1882-1889), *Diário da Manhã* (1902), *Commercio do Espírito Santo* (1905), *O Cachoeirano* (1882-1905) e *Horizonte* (1881-1885).

²³ Segundo Novaes (2001, p. 132), Gomes Cardim foi um diplomado normalista, redator do estatuto da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo. Lecionou na Escola Modelo de São Paulo, foi professor auxiliar e inspetor técnico da Escola Normal de São Paulo. Em 1908, acompanhou a visita do presidente eleito do Espírito Santo ao presidente paulista Jorge Tibiriçá, onde certamente surgiu o convite para assessorar Jerônimo Monteiro em suas ações reformistas em terra capixaba.

enquadrariam os cidadãos deveriam construir os pilares de uma sociedade industrial com a de uma nova noção de ordem (NOVAES, 2001, p. 131).

O último trabalho que gostaríamos de evidenciar, sem pretender esgotar o assunto, é a recente tese de Andréa Brandão Locatelli, intitulada “Espaços e tempos de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: arquitetura, memórias e história”. Nele, há o esforço em dar visibilidade à constituição histórica dos projetos arquitetônicos para os grupos escolares e sua implantação no Espírito Santo nos anos iniciais do século XX, focalizando o modo por que se traduziam as articulações entre o projeto republicano e os ideários pedagógicos que aqui se constituíam. Nas palavras da autora,

A criação e a implantação dos grupos escolares no País e no Espírito Santo, entre o final do século XIX e início do XX, foi aspecto central na pretendida organização e ordenação dos cidadãos para o progresso desejável do cenário social. Assim como foi idealizado no Estado de São Paulo, o projeto arquitetônico dessas modelares instituições de ensino colaborou por meio da inculcação de suas informações visuais e temporais para as intenções do governo de “alavancar” a sociedade brasileira, no que diz respeito aos seus aspectos econômicos, urbanos e industriais, distintos da forma agrária que vinha ocorrendo. Nesse sentido, a educação foi idealizada como peça central no processo de instauração do regime republicano no País, por meio das novas relações estabelecidas entre espaço e tempo para a escolarização primária e requereu formação diferente dos sujeitos envolvidos no processo, professores e alunos (LOCATELLI, 2012, p. 18).

Nesse sentido, falar na construção de espaços escolares modelares, que seriam os “estandartes” da república na rua, nos dá pistas para problematizar como ao corpo se imprime uma educação dos gestos, dos sentidos e dos movimentos a partir de um espaço projetado para a um só tempo moralizar hábitos e incutir saberes.

O sentido do moderno foi expresso para a população, principalmente, nas relações estabelecidas entre os espaços da escola, tanto interior quanto exterior, nas informações visuais e temporais do novo local do ensino primário, chamando-nos à atenção para a representação dos novos prédios escolares na cena urbana e no imaginário do povo com vistas à nova ordenação do exercício social (LOCATELLI, 2012, p. 83).

Como nos alerta Locatelli (2012), a idealização projetada nas escolas republicanas se pautava na constituição da referência pública na ordenação das cidades. A autora observou que

[...] os elementos constitutivos do conjunto de edifícios apresentados podem ser associados às transformações políticas, culturais e sociais capixaba das primeiras décadas do século XX [...] Trazem as marcas das mudanças que vinham ocorrendo no período, em se tratando dos fundamentos que proclamavam os valores e ideais requeridos para a sociedade (LOCATELLI, 2012, p. 159).

Assim, a pesquisa da autora nos auxilia no entendimento da conformação dos grupos escolares como um projeto político que punha em circulação a tentativa de imprimir um projeto basilar à nova organização escolar no Espírito Santo. Em outro extremo, é preciso perceber a função educativa desses espaços especificamente projetados: “abertos” e “fechados”, os “autorizados” e os “não autorizados”. Desse modo, “[...] a ocupação do espaço escolar, sua divisão interna, suas aberturas para o espaço exterior, a delimitação de fronteiras entre o interno e o externo, e, mais que isso, dos objetos no espaço, na sala de aula, tudo isso cumpre um papel educativo” (FARIA FILHO, 2002, p. 112).

Nesse sentido, a busca pela compreensão do processo de escolarização da infância nos leva ao final da segunda metade do século XIX rumo à década de 1920. Esse movimento de rebobinar o filme, como propunha Bloch (2001), permite-nos acessar o contexto da produção das ideias que se formavam sobre a educação, a saúde e os cuidados com o corpo, o esporte e a cidade. Desse modo, propomos tatear a relação entre a escola e a cidade.

Os documentos visitados ²⁴ registram uma exacerbada preocupação acerca da necessidade de escolarizar a grande massa populacional. Atribuía-se à expansão da instrução pública um papel fundamental na consolidação da educação espírito-santense e declaravam que a educação gratuita, obrigatória e de qualidade seria responsável por instruir, de forma eficaz, toda a população, com especial atenção às crianças e jovens.

Não ha publicista que não tenha dito e esta na intuição geral, que a instrução do povo e a base dos regimens livres. Uma democracia não pode se fundar e muito menos manter sobre a ignorancia popular. O analphabetismo é o maior obstaculo ao desenvolvimento tanto material como político de um paiz. Com elle é absolutamente incompativel o progresso em todas as suas modalidades. Sobre elle não se pódem fundar nem ao menos os rudimentos da civilização. O povo que não sabe lêr é um povo cego. Tateando em trevas é-lhe impossivel marchar para frente. Suas aspirações são obliteradas, seus direitos abolidos. Convertido em rebanho humano só se póde mover pelo graul do absolutismo. Assim como o primeiro cuidado do architecto é lançar e consolidar os alicerces sobre os quaes vai erguer o seu edificio, assim o primeiro dever dos responsaveis pelos regimens democraticos é o de divulgarem a instrucçõ entre o povo. Sobre massas analphabetas não se póde edificar senão uma democracia apparente (DIÁRIO DA MANHÃ, 6 de abril de 1912, p. 1).

²⁴ Trata-se das mensagens de governo apresentadas pelos presidentes do Estado entre 1892 e 1920 e pelo jornal governista “Diário da Manhã” entre 1908 e 1912.

A respeito da educação, o governo de Jerônimo Monteiro buscou desenvolver uma estratégia centralizadora na tentativa de instituir medidas que homogeneizassem o sistema de ensino. Nesse intento, duas ações foram promovidas: a criação do Departamento de Ensino em 1908 e a contratação do educador paulista Carlos Alberto Gomes Cardim, que dirigiu a instrução pública de junho de 1908 a julho de 1909. Nas palavras do então presidente,

É dever primordial do governo ministrar aos seus subordinados, mesmo com obrigatoriedade, a verdadeira instrução que os prepare para as lutas da vida. Com tal orientação e sentindo o peso das graves responsabilidades della decorrentes, não vacilei em submeter-me ao pezadissimo encargo de reformar, por completo, o servio de instrução entre nós. Para isto convidei, de S. Paulo, o emérito educador Dr. Carlos Alberto Gomes Cardim, cuja competência e preparo são assás conhecidos, e cujo zelo e deidicação pela causa da instrução constituem o seu melhor e mais precioso padrão de gloria. Com elle tenho procurado levar a effeito esse trabalho, que reputo de maxima relevância (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1908, p. 20).

Gomes Cardim dava centralidade em sua reforma à necessidade da formação específica de sujeitos aptos a compor o serviço docente. Para ele, o investimento na Escola Normal equacionaria parte das dificuldades enfrentadas em otimizar tanto a expansão das escolas quanto a qualidade do ensino ofertado. Além do investimento de capital humano e intelectual nesse espaço de formação, havia, mesmo que de difícil acesso, a disponibilização dessa escola para a formação específica de docentes leigos. Igualmente, ela funcionaria como lócus de propagação dos novos ideais sobre a educação, abarcando os métodos de ensino “inovadores” formulados por pensadores paulistas, aqui representados na figura de Gomes Cardim.

Sob a direcção de tão distincto professor, reorganizou-se a Escola Normal e fundaram-se uma Escola Modelo, tres escolas reunidas – nocturnas, um Grupo Escolar e escolas isoladas que funcionam com regularidade, obedecendo aos methodos e processos intuitivos e racionais da pedagogia hodierna. Esta reforma introduzida num estreitissimo período de dous mezes, tem encontrado a melhor accitacao do publico, constituindo as novas escolas o centro de attração e convergencia da população infantil de nossa Capital (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1908, p. 20).

Sobre essa questão, assim se expressa Gomes Cardim em seu relatório de 1909:

Graças à illustração, competência technica e boa vontade dos seus lentes e professores, esse estabelecimento, regularmente aparelhado, funciona com toda ordem, e obedece a rigorosa disciplina, seguindo cada lente ou professor o programa em vigor. O ensino é ministrado sob o ponto de vista inteiramente prático, procurando tirar das questões práticas a theoria correspondente [...] Ahi os professorandos, assistindo as aulas dos respectivos professores e leccionando por designação do lente de pedagogia, habilitam-se convenientemente para o exercicio da nobre função

de difundir o ensino por todo o Estado, obedientes aos métodos e processos hodiernos (ESPIRITO SANTO, 1909, p. 5-7).

Sobre a contratação de professores, Bonatto (2005) trata dos questionamentos direcionados a esse processo evidenciando as críticas sobre a preparação insuficiente dos professores examinadores dos concursos. A autora ainda esclarece que as críticas sobre a questão eram controversas, já que

[...] ora exigia-se a formação dos professores para o ingresso no magistério estadual, ora que estes se habilitassem em concurso público para o exercício, mesmo já atuando como professores provisórios, medida que também foi alvo de críticas por ser considerada incoerente, visto que o Estado, ao expedir um atestado de exercício para os professores provisórios, o negaria posteriormente, se exigisse habilitação em concurso (BONATTO, 2005, p. 80).

A Lei nº. 545/1909, que visou homogeneizar a Instrução Pública primária e secundária no Espírito Santo, trata da localização das escolas no estado, entre outras questões,²⁵ mantendo a classificação delas por “entrâncias”, tal qual a reforma de 1892. Essa classificação designava as sedes onde as escolas estavam localizadas: primeira entrância – escolas localizadas no município da capital; segunda entrância – escolas situadas num raio de 6 km do centro da capital, das cidades de Cachoeiro de Itapemirim, Porto do Cachoeiro, São Mateus e Espírito Santo; terceira entrância – escolas localizadas nas sedes de outros municípios; e quarta entrância – as demais escolas. Sobre essa organização, Locatelli (2012) afirma:

É possível compreendermos que esta organização proposta em Lei sobre a localização das escolas capixabas foi um dos exercícios do discurso oficial para identificar o movimento de modernização das escolas com o da crescente racionalização do mundo e das relações sociais, uma vez que a lógica utilizada para a designação das entrâncias tinha como referência inicial a Capital em seu espaço urbano. O processo de modernização no período requeria que a espacialização racional das localidades simbolizasse, dentre outros elementos, os avanços necessários para a configuração de uma sociedade republicana (LOCATELLI, 2012, p. 89-90).

²⁵ Também na Lei n.º 545 de 1909, outra classificação era dada à escola primária onde o ensino seria ministrado: escolas isoladas, mistas, noturnas, reunidas, grupos escolares e Escola Modelo, anexa à Escola Normal. A criação das escolas era determinada pelo número de alunos nas localidades: onde houvesse 40 alunos analfabetos, seria criada uma escola isolada mista; as escolas isoladas para cada sexo seriam criadas mediante um grupo de 45 alunos para cada uma delas; e mais de 40 alunos analfabetos, maiores de 12 anos, seriam criadas as escolas noturnas. As escolas de um mesmo lugar poderiam funcionar em um único prédio, sendo denominadas reunidas ou grupos escolares, de acordo com o número de escolas da região: reunidas, onde o número de escolas isoladas de cada sexo fosse inferior a quatro; e os grupos escolares, quando o número de escolas de cada sexo fosse superior a três (LOCATELLI, 2012, p. 90).

Nesse sentido, um dos meios de propagação desses ideais se constituiria no Congresso Pedagógico, realizado em Vitória, em junho de 1909, que revelou uma tentativa de investimento na educação, pois, ao apostar na formação de professores e professoras, via nesse espaço um modo de dar visibilidade às propostas pensadas pelas secretarias de educação, fazer circular diretrizes para o ensino no Brasil, propagandear estratégias de ensino que potencializassem o projeto educativo. Sobre o Congresso Pedagógico, Jerônimo Monteiro (1913, p. 63) afirma:

Por iniciativa do illustre Sr. Inspector Geral do Ensino, com o intuito de despertar no Magisterio Publico espirito-santense maior gosto e interesse pela elevada missão a seu cargo, foi instituido o Congresso Pedagogico composto do professorado publico e destinado a reunir-se periodicamente nessa Capital ou em outro ponto do Estado, para tratar de assumptos que de perto interessam á sciencia e arte pedagogicas. A primeira reunião do congresso realizou-se em junho de 1909, nesta capital, e pelo mesmo successo alcançado, deu ensejo a que todos nós nos convencessemos de como foi feliz a lembrança, em tão boa hora posta em pratica. Além de terem realizado varias sessões em que muitos dos Srs. Professores dissertaram sobre varios assumptos, todos de natureza pedagogica, houve occasião principalmente para os do interior de frequentarem as aulas das Escolas Normal e Modelo, de acompanharem os progressos do ensino e de praticarem os novos methodos, aqui adoptados. Este constitue sem duvida um dos meios mais efficazes de se preparar pessoal adequado ao exercicio da espinhosa e elevadissima função social que desempenha o professor.

Soares (1998) observa que o Congresso Pedagógico, ocorrido no salão nobre da Escola Modelo, se constituiu no evento mais representativo de professores já realizado até então. Ao dialogar com o jornal “Commercio do Espirito Santo”, registra que os debates foram organizados em sete sessões e contou com a participação de 16 palestrantes. Foram temas das palestras:²⁶ Educação cívica e moral na escola (Dr. João Lordello dos Santos Souza); A palavra (João Sarmento); A educação em geral e o ensino da pedagogia (José Nunes Ferreira da Silva); A reforma do ensino no Espírito Santo (D. Maria de Freitas Calazans); História segundo a concepção moderna (Diocleciano N. de Oliveira); A educação cívica na escola (Amancio Pereira); Generalidades sobre a educação (Francisco Loureiro); Ensino analytico nas línguas (Carlos Mendes); Duas palavras sobre a educação (João Pinto Bandeira); As qualidades indispensáveis para um bom professor (Teophilo Paulino da Silveira); A indução (D. Osmedia Borges Fonseca); A escola antiga e a escola moderna (Manoel Franco), Um dia lectivo (Archimino Mattos); O terceiro anno da

²⁶ Apesar da participação dos professores no evento, não há o registro de perguntas ou opiniões desses na ata do congresso, e é preciso evidenciar que os temas das palestras não foram por eles escolhidos.

escola primária (D. Maria Camilla Rios Motta); O ensino de arithmetica na escola primária (Dr. Joaquim Fernandes de Andrade) (ESPÍRITO SANTO, 1909).

O salão estava quase cheio, com professores da Capital e do interior. Assinaram as listas de presenças, incluindo algumas autoridades, 61 homens e 39 mulheres. Entre os professores, 36 eram da capital e pertenciam às escolas Normal, Modelo e ao Grupo Escolar Gomes Cardim (SOARES, 1998, p. 47).

Em relação à organização do ensino, o novo regulamento instituiu o ensino primário como dever do estado, o qual é oferecido em escolas isoladas diurnas e noturnas, nas escolas rurais e reunidas, com duração de três anos. No grupo escolar e na Escola Modelo, presentes na cidade de Vitória, a duração do ensino primário se estenderia aos quatro anos. Essa organização não equacionaria a diferença na oferta de ensino entre os centros urbanos e rurais.

Conforme podemos perceber em sua mensagem à Assembleia Legislativa, o presidente anuncia que lamentavelmente houve atraso na construção de duas novas escolas, mas o que nos chama a atenção são os novos investimentos nas escolas do centro urbano, as quais já construídas e em funcionamento. Na análise dos registros que apontam os investimentos do estado na construção de novas escolas, verificamos, inclusive por meio de fontes imagéticas, o descompasso entre as escolas próximas a Vitória e, na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, as escolas afastadas desse centro urbano.

Sómente agora me foi possível iniciar a construção do predio para o grupo escolar na cidade de Cachoeiro de Itapemirim e concluir o destinado ao mesmo fim na cidade de Santa Leopoldina. Vêm estes estabelecimentos satisfazer uma sensível falta, em centros de apreciavel população infantil. Do mesmo modo, só este anno pude melhorar o aspecto do edificio da escola Modelo e do grupo escolar Gomes Cardim, dando-lhes um typo de architectura simples e mais elegante, typo este que sera tambem o dos demais estabelecimentos de ensino no Estado (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1911, p. 21).

Tal situação é evidenciada pelo seu sucessor, o presidente Marcondes Alves de Souza, que, em 1912, declara:

Bem installadas como actualmente se acham, as escolas Normal e annexas do Estado constituem um estabelecimento que honra os nossos créditos e os fóros de civilização de que gozamos, pela sua capacidade, pelas condições higiências a que satisfaz e pelo modo como distribue o ensino. Neste particular não temos a invejar as installações congeneres dos maiores Estados, nos quaes a instrucção primaria haja attingido um grande desenvolvimento. O mesmo não posso, porém, dizer com relação aos predios ou antes ás salas em que funccionam as escolas isoladas do interior. Estas são geralmente acanhadas e não obedecem ás prescrições

da hygiene (ESPÍRITO SANTO, PRESIDENTE MARCONDES ALVES DE SOUZA, 1912, p. 16).

No encontro com as fontes, percebemos que encontra sentido a observação do presidente Marcondes Alves de Souza sobre as diferenças encontradas entre as escolas da cidade de Vitória e as do interior. Vejamos.

Figura 51 – Escola Normal, 1912



Fonte: Lopes (2002, p. 92).

Figura 52 – Escola Modelo, ao lado da ladeira do Palácio, em 1908



Escola Modelo, lado da ladeira do Palácio, em fim de 1908.

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Vitória (1913).

Figura 53 – Escola Modelo, em 1909, (foto frontal)



Frente da Escola Modelo em 1909 (lado do Palácio do Governo).

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória (1913).

Figura 54 – Escola Modelo, ao lado do Palácio, em 1912



Escola Modelo, lado da ladeira do Palácio, em 1912

Fonte: ESPÍRITO ANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória (1913).

Figura 55 – Sala de aula do Grupo Escolar Gomes Cardim, 1910



Sala de aula do Grupo Escola Gomes Cardim - 1910.

[JM 367]

Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 56 – Dr. Jerônimo Monteiro e alunas da Escola Modelo, 1912



Dr. Jerônimo Monteiro e alunas da Escola Modelo - Jerônimo Monteiro - 1912.

[JM 219]

Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 57 – Escola Modelo, em 1912



Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória (1913).

Figura 58 – Formatura dos alunos do Grupo Escolar Gomes Cardim, 1912



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 59 – Parada dos alunos de uma escola do interior do estado, 1908



Parada dos alunos de uma escola do interior do estado - 1908.

[JM 256]

Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 60 – Alunos da Escola de Fundão



Grupo de alunos da Escola de Fundão.

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória (1913).

Figura 61 – Alunas da Escola da Vila do Alegre (atual Alegre), em 1911



Grupo de alunas da escola da Vila do Alegre. 1911.

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória (1913).

Figura 62 – Alunos da Escola de Boa Vista, em 1912



Grupo de alunos da escola de Boa Vista. Março de 1912.

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória (1913).

Figura 63 – Escola Córrego da Ponte – Município de Colatina, 1910



Acervo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Escola do Córrego da Ponte - Município de Colatina - 1910.

[JM 304]

Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 64 – Alunos das escolas masculinas e femininas de Cariacica quando foram cumprimentar Jerônimo Monteiro, 1912



Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Alunos das escolas masculinas e femininas de Cariacica quando foram cumprimentar o Exmº. Sr. Dr. Presidente do Estado pela passagem por essa vila, além de inaugurar os filtros em pau amarelo - 9-02-1912.

[JM 316]

Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 65 – Escolares em Anchieta, 1910



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 66 – Escola pública do interior do estado, 1908

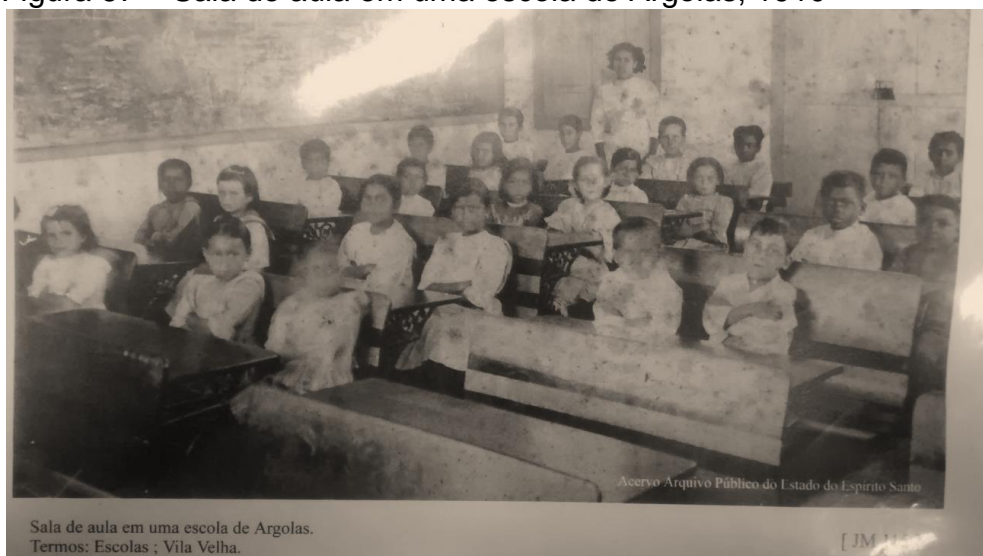


Escola pública no interior do Estado do Espírito Santo - 1908.

[JM 349]

Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 67 – Sala de aula em uma escola de Argolas, 1910



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 68 – Alunos da Escola de Vila Velha, 1912



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

A tese de Locatelli (2012), ao abordar a relevância social na abertura e localização das escolas, acena para a compreensão de que as instituições de ensino republicanas estiveram associadas ao processo de um novo engendramento social e se basearam nos princípios da racionalização dos espaços e ordenação da população. Nas palavras da autora,

É possível compreendermos que esta organização proposta em Lei sobre a localização das escolas capixabas foi um dos exercícios do discurso oficial para identificar o movimento de modernização das escolas com o da crescente racionalização do mundo e das relações sociais, uma vez que a

lógica utilizada para a designação das entrâncias tinha como referência inicial a Capital em seu espaço urbano. O processo de modernização no período requeria que a espacialização racional das localidades simbolizasse, dentre outros elementos, os avanços necessários para a configuração de uma sociedade republicana (LOCATELLI, 2012, p. 89).

Mesmo com a existência e funcionamento de uma escola de formação de professores no cenário local, o número de homens e mulheres formados anualmente ainda seria inferior ao de escolas e insuficiente à demanda imposta pela oferta da instrução. Esse problema seguiria a Diretoria de Ensino por todo o período da primeira república.

Apesar de todo o entusiasmo que envolveu a Reforma Cardim, Salim (2011) afirma que a estrutura educacional obteve poucas alterações. Segundo a autora, um indício desse desdobramento são os requerimentos e abaixo-assinados encaminhados à Secretaria de Instrução que informam sobre as escolas ainda sem professor, com ausências de materiais ou das “condições básicas de hygiene”.

Esses problemas, herança ainda do governo imperial, afligiam tanto as localidades rurais quanto os locais que circundavam a cidade de Vitória, berço da propagação dos ideais modernos em nosso estado. Desse modo, é possível entrever as contradições presentes no discurso educacional republicano. Locatelli (2012) localizou um abaixo-assinado²⁷ mobilizado por um professor primário do distrito de

²⁷ “[...] Venho respeitosamente expor a Vossa Excelência, o seguinte: que devido a falta de recursos dos senhores pais de família, havendo por este lado dificuldade da compra dos livros necessários, adoptados para o ensino primário deste Estado, e que devido também a isso os senhores pais de família não poderão ter seus filhos na escola, assim eles ficarão às escuras, quero dizer, na ignorância, obrigando-os à lavoura, sem ao menos dar-lhes o saber; e sendo a educação o pharol e a base da civilização, que preparará para o futuros homens que possam bem servir a pátria. [...] Sendo assim, desejo que Vossa Excelência me possa enviar alguns livros para o referido ensino” (ABAIXO-ASSINADO, 1911, apud LOCATELLI, 2012, p. 161).

Itabapoana, interior do estado, que reporta às dificuldades encontradas pelas famílias para a obtenção de material de ensino.

Ao aproximarmos o contexto de escolarização espírito-santense e as práticas de educação do corpo exercidas nos/pelos sujeitos escolares, encontramos elementos interessantes para a problematização, dos quais o primeiro se refere aos modos como os termos “disciplina”, “comportamento” e “docilidade” se fazem presentes no conjunto de documentos visitados. Esses termos se conformam no discurso da instrução pública como tentativa de formalizar hábitos, costumes e modos de vivenciar a urbanidade no interior das escolas. É perceptível uma aproximação aos discursos sobre a educação dos sujeitos em espaços dentro e fora das instituições escolares.

Como já discutido anteriormente, os espaços escolares, no âmbito do debate sobre a forma escolar, colocam-se como uma “tela porosa” em relação ao lugar não escolar. Com esta expressão, queremos evidenciar que, guardadas as devidas particularidades que engendram a escola, o conjunto de normas imateriais que habitam as prescrições para o corpo na cena urbana e no chão da escola é fruto de uma mesma fôrma: a educação como ferramenta de ordem rumo ao progresso.

Figura 69 – Sala de diversões das Escolas Normal e Modelo



Sala de diversões das escolas Normal e Modelo

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quatriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória (1913).

Na figura acima, podemos visualizar um registro imagético da sala de diversões utilizada pelas escolas Normal e Modelo. Embora seja considerada como sala de diversões, é notável que a disposição espacial, apesar de ampla e iluminada, é tomada por cadeiras em todo o seu espaço disponível. Isso nos provoca a questionar: quais os divertimentos previstos e autorizados pela instituição escolar? Divertimentos seriam associados aos prazeres possíveis das práticas corporais? Quais manifestações corporais ali se materializavam? Ao acompanhar as mensagens de governo e os relatórios dos diretores da instrução pública (198-1912), é possível indiciar que os “divertimentos” estavam associados à poesia, à leitura, à proclamação de livros, cartilhas e poemas autorizados. Desse modo, é preciso mirar com cuidado aquilo que os documentos nos apontam. Essa imagem nos alerta sobre a necessidade de evitar anacronismos quando esbarramos em referências que podemos, no tempo presente, associar às práticas corporais ou ao jogo. No contexto dos anos iniciais do século XX, o lazer aparece como prática de “divertimentos” no chão da escola; contudo, as cadeiras nos permitem sinalizar os modos de contenção existentes em prol da manutenção do ordenamento e disciplina desses corpos quando em liberdade cerceada.

O segundo elemento trata da relação estabelecida entre o emissor desse conjunto de normas – o governo – e o receptor a quem se destinam essas prescrições. Comumente percebemos nos documentos falas que se dirigem não somente às *crianças em idade de aprender*, mas também aos professores que são situados nessa encenação como personagens fundamentais para a materialização do projeto de escolarização.²⁸

Em relação aos modos como os termos “disciplina”, “comportamento” e “docilidade” se fazem presentes, pudemos encontrá-los de diversas maneiras nos documentos, ainda que sejam atravessados pelos mesmos sentidos e significados, ao longo do período analisado (1908-1912).

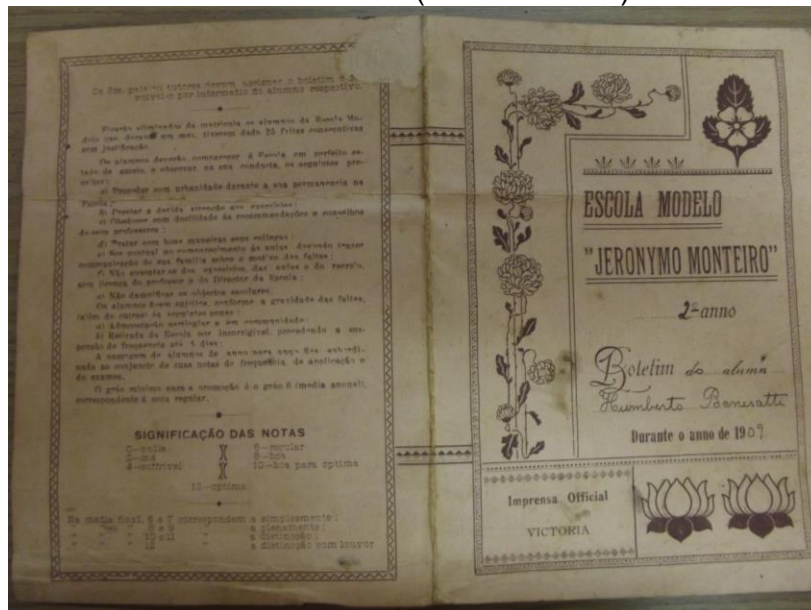
²⁸ Sobre esse tema, um estudo interessante foi produzido por Locatelli, Bezerra e Simões (2011).

Figura 70 – Boletim escolar de um aluno do 2.º ano da Escola Modelo Jerônimo Monteiro em 1909



Fonte: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo (1909).

Figura 71 – Boletim escolar de um aluno do 2.º ano da Escola Modelo Jerônimo Monteiro em 1909 (frente e verso)



Fonte: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo (1909).

O único exemplar de boletim escolar encontrado no Fundo de Educação, anexado ao pedido de matrícula para 1910, tornou-se, no período pesquisado, importante para compreender a complexidade da relação entre os saberes apropriados pelos

alunos e o comportamento esperado pela escola. Nele, há o conjunto de prescrições e normatizações, as quais deveriam ser seguidas pelos alunos.

Os senhores pais ou tutores devem assignar o boletim e devolve-lo por intermedio do alumno respectivo

Ficarão eliminados da matricula os alumnos da Escola Modelo que durante um mez, tiverem dado 25 faltas consecutivas sem justificação. Os alumnos deverão comparecer á Escola em perfeito estado de asseio, e observar, na sua conducta, os seguintes preceitos:

- a) Proceder com urbanidade durante a sua permanencia na Escola;
- b) Prestar a devida atenção aos exercícos;
- c) Obedecer com docilidade ás recommendações e conselhos de seus professores;
- d) Tratar com boas maneiras os seus collegas;
- e) Ser pontual no comparecimento ás aulas devendo trazer communicação de sua família sobre o motivo das faltas;
- f) Não ausentar se dos exercicios, das aulas e do recreio, sem licença do professor ou Director da Escola;
- g) Não danificar os objectos escolares;

Os alumnos ficam sujeitos, conforme a gravidade das faltas, (além de outras) ás seguintes penas:

- a) Admoestação particular ou em commuidade;
- b) Retirada da Escola por incorrigível; precedendo a suspensão da frequencia por até 5 dias;

A passagem de alumnos de anno para anno fica subordinada ao conjunto de suas notas, de frequencia , de applicação e de exames. O gráo minimo para formação é o gráo 6 (media annual), correspondente á nota regular.

Significação das notas

| | |
|---------------|-------------------------------------|
| 0 – nulla | 6 - regular |
| 2 – má | 8 - boa |
| 4 – soffrivel | 10 – boa para optima (APEES, 1910). |

Por meio desse conjunto de prescrições, é possível perceber a preocupação significativa em relação ao comportamento no interior dos espaços da escola e a necessidade de afirmar a noção da escolarização como compromisso a ser honrado pelas famílias e seus filhos. A obediência e a docilidade aparecem nesse documento como termos que orientam a conduta que o aluno deve assumir durante a sua permanência na instituição, indiciando que, junto às outras prescrições, o comportamento e a moralidade dos hábitos somados à apresentação higiênica dos corpos assumem destaque e quiçá centralidade no projeto de escolarização.

Figura 72 – Boletim escolar de um aluno do 2.º ano da Escola Modelo Jerônimo Monteiro em 1909 (imagem interna)

| MESES | Aplicação | Nota Exames | Comportamento | Compparecimento | Faltas | Horas tarde | Enteado | Nome do pai ou tutor | Residência na Capital |
|-------------|-----------|-------------|---------------|-----------------|--------|-------------|---------|----------------------|------------------------|
| Março... | 6 | 6 | 4 | 26 | 0 | | | Constante Benedito | rua Jose Marcellino 38 |
| Abril... | 6 | | 4 | 18 | 2 | | | Constante Benedito | rua Jose Marcellino 38 |
| Mai... | 4 | 4 | 4 | 24 | 1 | | | Constante Benedito | rua Jose Marcellino 38 |
| Junho... | 10 | | 4 | 8 | 0 | | | Constante Benedito | rua Jose Marcellino 38 |
| Julho... | 10 | 10 | 2 | 21 | 3 | | | Constante Benedito | rua Jose Marcellino 38 |
| Agosto... | 12 | | 6 | 25 | 5 | 0 | 0 | Constante Benedito | rua Jose Marcellino 38 |
| Setembro... | 12 | 12 | 4 | 20 | 1 | | | Constante Benedito | rua Jose Marcellino 38 |
| Outubro... | 12 | | 6 | 21 | 3 | | | Constante Benedito | rua Jose Marcellino 38 |
| Novembro... | 12 | 12 | 6 | 20 | 1 | | | Constante Benedito | rua Jose Marcellino 38 |

Director: Carlos Gomes Carlini. Professora: Adélia Lyrio.

Fonte: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo (1909).

No boletim localizado, há o registro da média das notas nos objetos de avaliação: “Aplicação”, “Media de exames”, “Comportamento”; “Compparecimento” e “Faltas”. Apesar de a média geral do referido aluno ser de 9,2 pontos, a qual, dentro dos parâmetros avaliativos, representa uma nota elevada, notamos que, no quesito “Comportamento”, são atribuídos ao aluno os adjetivos “Má”, “Soffrível” ou “Regular”. Em julho, por exemplo, podemos verificar que, apesar de o aluno ter recebido a nota máxima nos exames e aplicação, o seu comportamento foi avaliado como “má” [sic]. Isso nos conta sobre a importância do corpo educado na cena da sala de aula e na escola: não bastaria ao projeto de escolarização que o aluno se impregnasse dos saberes na lógica prevista pela racionalidade; tornou-se imprescindível a incorporação e o exercício de um conjunto de comportamentos higiênicos, escolarizados e urbanizados. Nas palavras do presidente Jerônimo Monteiro, “[...] é mais fácil governar um povo culto, cioso de suas prerrogativas e direitos, que tem nítida compreensão de seus deveres, que um povo **ignorante, indócil, sem iniciativa** e inimigo do progresso” (ESPÍRITO SANTO, PRESIDENTE JERÔNIMO MONTEIRO, 1912, p. 61, grifo nosso).

Mediante o Decreto n.º 43/1910, no capítulo II “Do Ensino Primario”, secção I “Dos Alumnos”, foi possível aproximarmo-nos das expectativas geradas pelo governo em relação à construção do *personagem aluno*. Vejamos.

Art. 265. São deveres dos alumnos:

- a) Observar os preceitos da hygiene quanto ao asseio proprio e o das roupas;
- b) Esperar, na escola, o signal para a entrada;
- c) Tratar com delicadeza e urbanidade o director, professores e mais funcionarios do estabelecimento;
- d) Cumprir as determinações do director e professores;
- e) Zelar pela conservação de tudo que diz respeito á escola;
- f) Tratarem-se como irmãos, não praticando delações nem denuncias, a não ser quando se tratar de um facto grave, que se tenha dado e sobre o qual haja inquirição (DIÁRIO DA MANHÃ, 13 de março de 1910, p. 1).

Esses “deveres” apontados indicam um comportamento que atenda aos preceitos higiênicos que orientavam as práticas e saberes da urbanidade, que, de certa maneira, se plasmam ao próprio entendimento do que significa ser um sujeito cidadão: a limpeza, o asseio, o controle das ações do corpo mediado por uma hierarquia de poderes. Localizamos, no Fundo de Educação, um ofício que nos auxilia no processo de compreensão dos modos pelos quais o governo constrói um refinamento das suas ações disciplinadoras. O sistema de “recompensas” se torna útil para antever ou minimizar a necessidade das punições. Trata-se de um ofício emitido pelo secretário de Jerônimo Monteiro em 1912, que comunica ao inspetor de ensino o envio de 34 medalhas de prata a serem distribuídas aos alunos que mais se distinguem pelo amor ao estudo. Essas medalhas foram um presente do então presidente da República, Nilo Peçanha, durante visita ao estado do Espírito Santo, consideradas uma homenagem necessária ao investimento dos alunos e o amor à educação.

O próprio processo de matrícula já nos permite perceber o movimento de escolarização dos corpos antes mesmo da sua entrada na instituição, o que nos faz lembrar uma das formas que Faria Filho sinaliza para a compreensão desse fenômeno: a escolarização é um processo que não se atém aos espaços da escola; para escolarizar corpos, é preciso que se torne, cada vez mais, poroso o distanciamento entre o dentro e o fora da escola. Trata-se, portanto, de uma escolarização da própria sociedade. Ainda sobre a matrícula, são requisitos obrigatórios da sua realização:

SECÇÃO II
DA MATRICULA

Art. 266. Para a matricula nas escolas primarias exige-se certidão ou documento que prove ter a creança a idade minima de 7 annos, bem como attestado medico, que prove não sofrer de molestia contagiosa e certificado de vaccinação com resultado favoravel.

Art. 267. É gratuita a matricula nas escolas publicas do Estado para todas as creanças maiores de 7 annos e menores de 12.

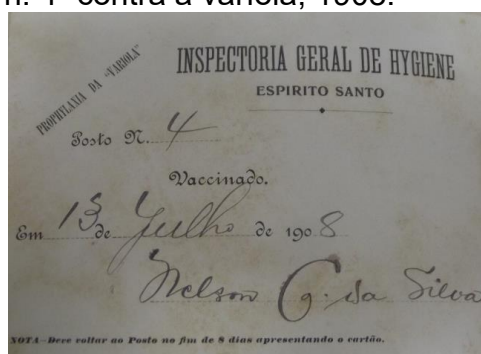
Art. 268. A matricula será feita pelos directores quando se tratar de escola reunida e de grupos escolares e pelos professores, quando se tratar de escolas isoladas.

Art. 269. A matricula será feita em livro especial e com os seguintes esclarecimentos para cada alumno:

- a) Numero de ordem.
- b) Nome.
- c) Data de nascimento.
- d) Filiação.
- e) Nacionalidade.
- f) Residência (DIÁRIO DA MANHÃ, 13 de março de 1910, p. 1).

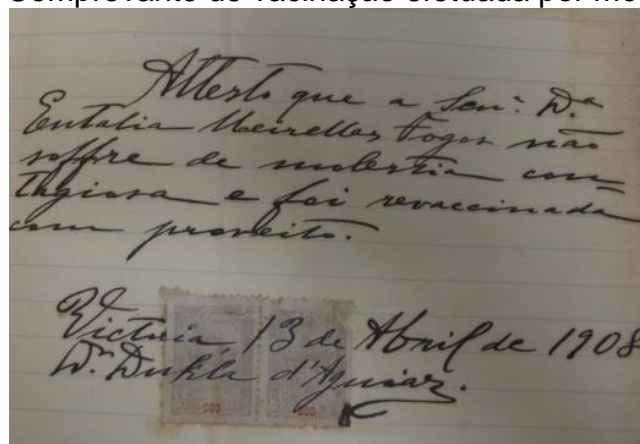
No Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, ao consultarmos o “Fundo de Educação”, encontramos diversos documentos que registram os movimentos de matrícula dos alunos nas escolas Modelo, Complementar e Normal da capital. Parte desses documentos, armazenados como registro comprobatório das exigências de matrícula, é interessante para indiciar alguns elementos. Antes mesmo de entrar em vigor o novo regulamento, já se encaminhava à inspetoria a comprovação de que o aluno foi vacinado. Essa comprovação se daria pela própria *inspetoria de hygiene* ou por um médico particular. Isso nos permite refletir sobre as diferenças sociais que poderiam habitar nesse espaço.

Figura 73 – Comprovante de vacinação efetuada no “posto n. 4” contra a varíola, 1908.



Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo (1908).

Figura 74 – “Attesto que a Srta. D. Eulalia Meirelles Fogos não soffre de molestia contagiosa e foi vaccinada com proveito”. Comprovante de vacinação efetuada por médico particular, 1908



Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo (1908).

É interessante notar a quantidade de documentos produzidos entre 1908 e 1912, privilegiadamente após a divulgação do decreto. Os documentos viriam não somente para regularizar diversos ramos do governo, mas também para institucionalizar processos e uma rede burocrática para aparelhamento do estado. Na instrução, particularmente, toda e qualquer movimentação necessitava de um caminho que consistia na formulação de um requerimento anexo ao conjunto de comprovantes exigidos, ao aguardo da resposta da inspetoria. Em ocasiões específicas, o pedido era encaminhado ao presidente de Estado que determinava a aprovação ou não do requerimento. Esse caminho homogeneizaria práticas e instituiria controle sobre as ações e demandas do estado, importantes para o disciplinamento dos sujeitos que faziam uso da instrução pública e o disciplinamento e ordenamento do próprio estado. Adiante temos o exemplo da certificação emitida que comprovaria a formação na Escola Modelo, assinada pelo próprio diretor de Ensino; nesse caso, o próprio Gomes Cardim.

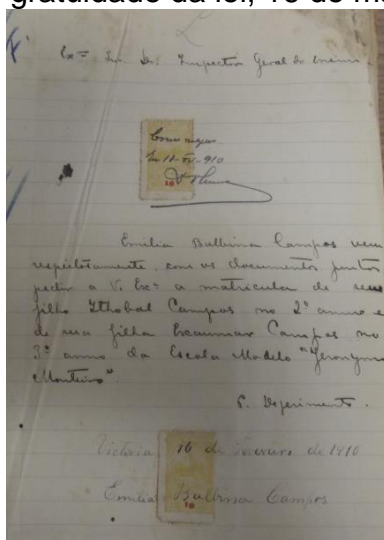
Figura 75 – Certificado de conclusão do ensino primário na Escola Modelo Jerônimo Monteiro, 1908



Fonte: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo (1908).

O Decreto n.º 43, publicado no Jornal “Diário da Manhã”, ratifica que a circulação do novo regulamento e suas prescrições de algum modo chegou à população. São incontáveis os pedidos de requerimento para matrícula no ensino primário oferecido pela Escola Modelo Jerônimo Monteiro, para o ensino complementar e para a Escola Normal. Os pedidos seguem acompanhados pelos documentos necessários à implementação da matrícula. Segue adiante um exemplo de requerimento de uma senhora que afirma estar com os documentos anexos e solicita a matrícula para os seus dois filhos, respectivamente, no 2.º e 3.º anos, na Escola Modelo, nos termos da gratuidade.

Figura 76 – Requerimento de matrícula nos termos de gratuidade da lei, 16 de março de 1910



Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo (1910).

Assim sendo, é possível afirmar que esse esforço em redimensionar a oferta da educação solucionaria problemas antigos no regime social do país. Ela seria tanto a solução quanto a modernização e o controle dos sujeitos, pois não bastava que a instrução e todos os seus saberes e práticas fossem incorporados somente pelos alunos, era também preciso que ela se espraiasse pelas famílias e pelos espaços da própria cidade. Segundo Carvalho (2003, p. 13),

[...] o papel da educação foi hiperdimensionado: tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de vitalizar o organismo nacional, de constituir a nação. Nele se forjava projeto político autoritário: educar era obra de moldagem de um povo, matéria informe e plasmável, conforme os anseios de ordem e Progresso de um grupo que se auto-investia como elite com autoridade para promovê-los.

A reforma empreendida, com seu início em 1908, por Gomes Cardim teve como mote a tentativa de criar diversas práticas “modernas” de visibilidade do seu projeto de escolarização. Entre as medidas que merecem destaque neste trabalho estão as manifestações públicas que se materializavam em apresentações e desfiles em datas comemorativas, por meio das quais Cardim tornava pública aos extramuros da escola a produção a favor do civismo, do patriotismo e da ordem, não como um poder disciplinador repressivo, mas travestido de toda pompa festiva que acompanhava essas manifestações. Tratava-se, portanto, de uma estratégia de encenação da teatrocracia republicana: não bastaria compor a cena sem um público expectante.

Figura 77 – Escola Normal na ocasião da exposição dos trabalhos anuais, 1911



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 78 – Festa de Natal e exposição. Salão da Escola Normal, 1912



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 79 – Festa das escolas



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Soares (1998) informa que, mediante sua experiência com a reforma da instrução no estado de São Paulo, Gomes Cardim buscou produzir a remodelação do ensino capixaba. Entre muitas ações, explorar a função educativa do teatro para plasmar

práticas de cunho militarista à formação cívica dos alunos. Ao investigar o jornal “O Comercio do Espirito Santo”, localizou algumas ações que representam o movimento da encenação como estratégia de inculcação de sentidos e significados governamentais e institucionais.

Foi nesse ambiente sócio-político que Gomes Cardim, com seu gosto pela música e amor ao teatro, construiu uma verdadeira liturgia escolar, através de manifestações nas ruas, que sintetizaram em visual público as reformas que só a elite conhecia dentro das escolas (SOARES, 1998, p. 39).

Nessa esteira, os desfiles escolares assumiram um importante papel de estender o espaço da escola aos espaços fora dela. Segundo Bencostta (2006), por estarem no centro do calendário escolar, os desfiles não podem ser considerados uma mera descontinuidade do tempo da escola, “[...] mas eram intercalados por ele, tornando necessário reunir o empenho e os sentimentos de adesão e alunos e professores” (BENCOSTTA, 2006, p. 301). Esse movimento tornava possível projetar tanto as ações quanto os desejos produzidos pela lógica escolar; desse modo, tornavam-se públicos os novos comportamentos calcados na ordem, na racionalidade, na modernidade e no corpo limpo e educado, a fim de contribuir na constituição da encenação republicana. Para Bencostta (2006, p. 301),

[...] os desfiles escolares entendidos como festa são uma construção social que se manifesta, em seu espaço, significações e representações que favorecem a composição de uma certa cultura cívica inerente aos seus atores: nos facilita entender a identidade que é dada pela compreensão que esse grupo possui acerca do símbolo que justificou a realização do desfile e que registrou de modo duradouro na memória social um sentimento que se propunha ser coletivo pela união dos anseios de seus atores, delimitada em um tempo e em um espaço histórico.

Todo esse simbolismo, não desencarnado de uma teleologia, forjaria um conjunto de ritos e signos necessários à construção dos discursos republicanos. Somado aos bustos na praça, às construções ordenadas, à política “ordeira” para o progresso, esse modelo da escola “na rua” era imbuído da intenção de forjar memórias que perpetuariam narrativas sobre o governo cidadão, a exemplo do próprio serviço de registros imagéticos implantado no governo de Jerônimo Monteiro.

Em 1909, a Festa da Árvore, pela manhã, levou o Batalhão Infantil e outros alunos, com uniformes vermelhos e branco, acompanhados pelos professores, a atravessarem a baía para chegar à Pedra D’Água. Lá ficava a antiga hospedaria onde os imigrantes europeus cumpriam a quarentena antes de seguir para as terras doadas pelo governo. Comemoraram com cantos, teatro, e hinos. À tarde, o presidente do estado chegou para plantar uma árvore. Em outras ocasiões ocorria o contrário: em vez de ir ao local, Jerônimo Monteiro recepcionava os alunos, que terminavam a comemoração no Palácio do Governo. (O decreto 2 201, de junho de 1909,

tornou obrigatória a comemoração do Dia da Árvore nas escolas públicas, tal como ocorria em São Paulo) (SOARES, 1998, p. 43).

Figura 80 – Desembarque dos alunos da Escola Modelo em Pedra D'Água, em 30 de novembro de 1909, para a realização da festa da árvore



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 81 – Desfile dos alunos da Escola Modelo na festa da árvore, em 1909



Desfile dos alumnos da Escola Modelo para a festa das arvores. Novembro de 1909

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória (1913).

Figura 82 – Embarque dos alunos da Escola Modelo para a festa da árvore, em 1909



Embarque dos alunos da Escola Modelo para a festa das árvores. 1909

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do Estado do Espírito Santo. Victória (1913).

Para Gomes Cardim, as festas cívicas eram indispensáveis ao processo educativo e iam além da escola, sendo

As únicas capazes de exterminar o indiferentismo que campea entre o povo pelas cousas patrias. É mister collocar bem alto os factos nobilitantes da nossa brilhante historia e destacar os vultos que nelles tomaram parte [...]. Só assim, por meio da propaganda ardorosa na escola, conseguiremos despertar e fortalecer o amor e o respeito que devemos a tudo que resume a grandeza da Nação Brasileira (CARDIM, 1907 apud SOARES, 1998, p. 44).

Figura 83 – Praça da Misericórdia, em frente ao Palácio Anchieta, em 1908



Fonte: Disponível em: <<http://fotosantigasdevitoria.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

Na figura acima, podemos perceber o caráter simbólico assumido pelo desfile escolar. Ele é realizado em uma praça forjada nos preceitos republicanos, na capital do Estado, em frente ao Palácio Anchieta, espaço que confluía os signos da modernidade: a urbanidade, a construção/monumento, os sujeitos ordenados; de outro modo, junto a Balandier (1998), o palco, a cena e os personagens.

A imagem ilustra um conjunto de personagens que exercem o simbolismo da marcha cívica e aqueles que colaboram como expectadores do espetáculo. Por meio da fotografia, compreendida como documento, podemos encontrar sinais interessantes sobre os modos pelos quais se engendravam, no imaginário social, comportamentos a serem seguidos pela população. O uso do branco nos uniformes, os instrumentos de marcha espelhados na cultura militarista e o alinhamento dos corpos buscam projetar aos expectadores tanto a afirmação da escola republicana quanto o instrumento disciplinador e formativo, que é a materialização diante dos expectadores do que representa os princípios da ordem e progresso.

4 O PROJETO DE ESCOLARIZAÇÃO DA GINÁSTICA EM ESCOLAS CAPIXABAS

Apesar de a historiografia da Educação Física ter produzido um número significativo de estudos que evidenciam a materialização dos programas de ginástica nos currículos escolares no cenário brasileiro, localmente encontramos poucos trabalhos que têm por temática a constituição da ginástica no Espírito Santo. Conforme já dito anteriormente, em 2008 produzi uma dissertação no âmbito do programa de pós-graduação em Educação Física no Centro de Educação Física e Desportos da Ufes, na linha “História Cultural da Educação Física e do Esporte”, em que investiguei as condições de possibilidade para o surgimento da ginástica/EF como conhecimento escolarizado. Com esse estudo, aproximei-me da História da Educação capixaba em que pude perceber as práticas de educação do corpo que aqui se constituíam no século XIX.

Mais recentemente foi publicado, nos anais do Congresso Brasileiro de História da Educação, o artigo “Educação, ginástica e educação física: apropriações da pedagogia moderna no Espírito Santo entre as décadas de 1910 e 1930”, assinado por Alvarenga, Bruschi e Schneider (2011). A pesquisa objetivou compreender o movimento educacional que

[...] procurava prescrever que os saberes relacionados aos cuidados com o corpo, a higiene, a saúde, a ginástica e a educação física deveriam fazer parte da proposta de uma *Pedagogia Moderna*, capaz de colocar o Estado do Espírito Santo no concerto civilizatório ao modernizar a sua instrução pública (ALVARENGA; BRUSCHI; SCHNEIDER, 2011, p. 2).

Esse artigo, de uma das autoras ainda em 2011, derivou-se da monografia de conclusão do curso de licenciatura em Educação Física da Ufes. Tanto no artigo quanto no trabalho monográfico de Alvarenga (2011), intitulado “As reformas da instrução pública na primeira república no Espírito Santo e a escolarização da Educação Física”, observamos um esforço em localizar as fontes oficiais que registraram o momento político de constituição da cadeira de Ginástica. Contudo, o estudo abordou o tema por meio do discurso oficial sem investigar as relações de força que se constituíam, naquele momento, entre a escola e os outros espaços de sociabilidade em que o corpo também assumia centralidade.

Conforme anunciado no início deste texto, a proposta busca, entre outros objetivos, compreender o projeto de educação do corpo nas escolas capixabas, focalizando o ensino da ginástica com base em um conjunto de fontes oficiais, a saber: as mensagens presidenciais dirigidas à Assembleia Legislativa, as reformas de ensino, os programas de ensino e a legislação, entrecruzados com fontes que nos permitam aproximar de vestígios, marcas, sinais das práticas dos sujeitos no tempo e suas relações com a cidade.

Parte desses vestígios foi localizada em um conjunto de documentos emanados do impresso “Diário da Manhã”, entre 1908 e 1912. Por meio da imprensa, localizamos diversas notas, informativos, publicações em defesa da prática da ginástica, que mostram um cenário que forneceu condições de possibilidade para o fortalecimento em prol do seu ensino nas escolas capixabas.

Trabalhamos com um conjunto de documentos que nos contam sobre a tentativa de engendrar essa prática corporal nas Escolas Normal e Modelo, os quais, conforme já apontado, representavam materialmente todo o ensejo de investimento na formação de um novo homem moderno: o homem republicano.

O trato da criança em idade escolar era visto no discurso médico como uma brusca reordenação do curso da infância. As escolas exerciam um papel fundamental por reunir as condições necessárias de um tipo de socialização considerada civilizada que, até então, segundo os médicos, não era aproveitada da forma que deveria. Partindo desse entendimento, buscou-se influenciar a construção da escola também como lugar social: a Higiene julgava ter os meios de potencialização dessa prática educativa; já a ginástica seria a impregnação nos corpos desse ideal higiênico.

Na sequência, passamos a apresentar as maneiras por que o campo da Educação Física tem problematizado o enraizamento da ginástica nas escolas brasileiras e os sentidos e significados a ela atribuídos no processo de pedagogização republicana dos corpos. Partimos dos estudos de Soares (2004, 2005) para compreender a conformação do pensamento e práticas atreladas ao ensino da ginástica, para depois problematizar de que forma a Ginástica se materializaria no contexto capixaba.

4.1 ESCRITOS SOBRE A HISTÓRIA DA GINÁSTICA: RAÍZES EUROPEIAS E SUAS MATERIALIZAÇÕES NO BRASIL

“Os corpos que se desviam dos padrões de uma normalidade utilitária não interessam.” (SOARES, 2005, p. 18).

Procurar, na historiografia da Educação Física, vestígios do processo de enraizamento da ginástica nos espaços escolares brasileiros remonta aos estudos que objectualizam o corpo como lugar em que o Estado deseja exercer o controle e o poder. Muitos desses estudos partem das pesquisas da professora Carmem Lúcia Soares, que abriu caminhos para esclarecer os modos de apropriação e circulação dos saberes e significados do ensino da ginástica em sua forma escolar, por meio da disciplina Educação Física.

Em busca de uma gênese da institucionalização da ginástica, Soares (2005) se volta à Europa oitocentista para problematizar a criação de sistematizações em torno da prática da ginástica que genericamente foi intitulada “Movimento Ginástico Europeu”, no qual buscou pistas para entender os sentidos e significados que acompanhavam as campanhas a favor da sua prática como medida pedagógica. Segundo a autora, a ginástica científica afirmou-se como parte dos novos códigos de civilidade, pois ela “[...] exhibe um corpo milimetricamente reformado, cujo porte ostenta uma simetria nunca antes vista. Nada está solto ou largado. Nada está fora do prumo” (SOARES, 2005, p. 17).

Nessa esteira, a autora afirma que, no encontro com os estudos e os documentos, há um discurso pautado na crença de que, calcados numa racionalidade científica, os exercícios físicos detinham a capacidade de moldar e adestrar os corpos, instaurando uma ordem coletiva. Essa possibilidade de ordenamento e disciplinarização dos corpos, pretendidos pela ginástica, ganha apoio da burguesia em sua aproximação à mentalidade científica, baseada na técnica como forma específica de saber. Essa ideologia cientificista acaba por impregnar a vida dos indivíduos, grupos e classes, transformando a sociedade em um organismo vivo que “[...] tende a evoluir do inferior ao superior, do simples ao complexo, e onde tudo

pode (e deve) ser medido, classificado, comparado, definido e generalizado a partir da descoberta constante de leis” (SOARES, 2005, p. 19).

A ginástica é constitutiva desta mentalidade. Destaca-se pelo seu caráter ordenativo, disciplinador e metódico. E possível afirmar que, ao longo do século XIX, surgem inúmeras tentativas de estender sua prática ao conjunto da população urbana cada vez mais numerosa e potencialmente "perigosa" para os objetivos do capital. Havia ainda mais uma vantagem na aplicação da ginástica: a suposta aquisição e preservação da saúde, compreendida já como conquista/responsabilidade individual, podia ocorrer como decorrência de sua prática sistemática, afirmavam higienistas e pedagogos, como críticos dos "excessos do corpo" vividos por acrobatas e funâmbulos (SOARES, 2005, p. 19).

Desse modo, esse movimento constituiu um momento em que se cultivaram e imprimiram as diferenças entre as práticas corporais festivas, circenses e alegóricas da ginástica. Enquanto as primeiras foram vistas como um dispêndio em excesso e desnecessário de energia, a ginástica julgou ter os saberes técnicos e o argumento científico para afirmar que as práticas corporais deveriam ser vivenciadas ante o controle dos gestos, da economia de energia e a racionalização do movimento. Esse ordenamento oferecido pela ginástica oferecia a “fôrma” ideal para que se forjassem corpos e espíritos fortalecidos, necessários ao mundo moderno, industrialmente em ascensão. Abarcando uma significativa gama de práticas corporais, o termo ginástica, cunhado pelos círculos científicos, passou a abranger exercícios militares de preparação para a guerra, jogos populares e da nobreza, acrobacias, saltos e corridas, equitação, esgrima, danças e cantos. Apesar de incorporar esses elementos diversos da cultura corporal, desejava-se fazer dela um objeto científico apartado dos seus vínculos populares.

A atividade física fora do mundo do trabalho devia ser útil ao trabalho. A atividade livre e lúdica, encantatória do acrobata devia ser redesenhada no imaginário popular. Em seu lugar e a partir daquele universo gestual, nasceriam as "séries de exercícios físicos", pensados, exclusivamente, a partir de grupos musculares e de funções orgânicas, a serem aplicados com finalidades específicas, úteis, e não como mero entretenimento. Instalava-se, também, com força nunca antes vista, um desejo de controlar o divertimento do povo, o tempo fora do trabalho (SOARES, 2005, p. 25).

Ao observar especificamente o modelo ginástico francês, a autora nota que, na segunda metade do século XIX, a ginástica se volta às finalidades estabelecidas por uma sociedade que preconizava a retidão de postura e hábitos de vida que passaram a ser considerados saudáveis; desse modo, a ginástica é considerada uma estratégia de profilaxia e cura dos males corporais. Nesse cenário, surgem os

grandes “ginásios” para a prática de exercícios ginásticos. Esses ginásios se tornariam

[...] “palco” onde ocorriam verdadeiros “espetáculos” de demonstração de força física e destrezas, portanto, em espaço oficial de divulgação de um modelo de treinamento do corpo e da vontade: o lugar onde se aprende a fazer o correto uso das forças físicas e morais. [...] Deles sairiam os homens e mulheres fortes, vigorosos e bons (SOARES, 2005, p. 36).

No contexto brasileiro, com uma cultura de elite que buscava espelhar-se na modernidade europeia, esses ideais preconizados pela ginástica também se enraizariam (SOARES, 2004). Particularmente em relação à educação das elites, apesar de já circularem saberes sobre as contribuições da ginástica na formação humana, com o advento da república se pôs em prática, por meio de ações intervencionistas apoiadas pelo Estado, todo um discurso que constituiria as noções de vida saudável e o “[...] pleno funcionamento da sociedade”.

Não por acaso, os médicos higienistas elegem as cidades “[...] este lugar contraditório de riqueza e miséria, como um dos alvos principais de seu controle, objeto de meticulosa intervenção higiênica” (SOARES, 2004, p. 97).

A higiene e, como parte dela, a Ginástica ou Educação Física, continuam a integrar as propostas pedagógicas, sendo consideradas em leis e reformas educacionais. Elas se tornaram, desse modo, a expressão concreta dos “cuidados corporais” normatizados pelo pensamento médico-higienista que concede um maior espaço em seus congressos aos temas e teses relativos a Educação Física e, particularmente, a sua importância na escola (SOARES, 2004, p. 101).

Na esteira dos estudos empreendidos por Soares (2004, 2005) e com base na tese de Paiva (2003) de que é possível ver na escolarização a gestão da marca identitária da Educação Física brasileira, procuramos estudos que focalizaram o processo de enraizamento da ginástica nas instituições escolares.

Nesse processo de mapeamento, foi possível perceber que, desde a década de 1990, emerge um quadro de farta produção sobre a história da EF no Brasil. Parte dela enfatiza o processo de enraizamento da ginástica, de origem médica e militar, que daria condições de consolidar a EF como disciplina escolar no Brasil, entre o fim do século XIX e as décadas iniciais do século XX. Assim, as pesquisas produziram visibilidade à Educação Física no contexto nacional republicano como espaço de disseminação do poder estatal, para docilizar, higienizar, evitar e corrigir “desvios”

da mocidade em “idade de aprender” (CAPARROZ, 1997; BRACHT, 1999; VAGO, 1999; PAIVA, 2003). Desse modo,

A escola foi autorizada a inscrever nos corpos das crianças – particularmente das crianças empobrecidas economicamente – maneiras julgadas superiores, modos considerados civilizados, orientando-as para assumir condutas corporais inteiramente distintas daquelas que possuíam. [...] O corpo das crianças foi colocado no centro das práticas escolares: constituí-lo, ou reconstituí-lo, racionalmente, tornou-se atribuição da escola (VAGO, 1999, p. 184).

No diálogo com os autores, podemos afirmar que há produções de fôlego que caminham para considerar a Educação Física como filha da modernidade, como *espaçotempo* de interiorização de uma educação dos sentidos, necessária à produção de um “sujeito estandarte” dos ideais preconizados pela República. Bracht (1999), em um esforço de síntese sobre as teorias pedagógicas constituintes do campo da EF, afirma que

[...] o nascimento da EF se deu, por um lado, para cumprir a função de colaborar na construção de corpos saudáveis e dóceis, ou melhor, com uma educação estética (da sensibilidade) que permitisse uma adequada adaptação ao processo produtivo ou a uma perspectiva política nacionalista, e, por outro, foi também legitimado pelo conhecimento médico-científico do corpo que referendava as possibilidades, a necessidade e as vantagens de tal intervenção sobre o corpo (BRACHT, 1999, p. 73).

Outro estudo de referência construído por Soares (1994) aponta que é indispensável afirmar que o espaço dado ao ensino da EF nas escolas foi atravessado pelo seu caráter utilitarista que objetivava a disciplinarização dos movimentos, a domesticação dos corpos, à medida que “[...] se configurava como mais um canal, absolutamente dominado pela burguesia para veicular o seu modelo de corpo, de atividade física, de saúde... a sua visão de mundo” (p. 62). Segundo a autora,

A Educação Física, filha do liberalismo e do positivismo, deles absorveu o gosto pelas leis, pelas normas, pela hierarquia, pela disciplina, pela organização da forma. Do liberalismo, forjou suas “regras” para os esportes modernos (que, não por acaso, surgiram na Inglaterra), dando-lhes a aparência de serem “universais” e, deste modo, permitindo a todos a ganhar no jogo e vencer na vida pelo seu próprio esforço. Do positivismo, absorveu, com muita propriedade, sua concepção de homem como ser puramente biológico e orgânico, ser que é determinado por caracteres genéticos e hereditários, que precisa ser “adestrado”, “disciplinado” (SOARES, 1994, p. 62).

Segundo Soares et al. (1992), as práticas pedagógicas em EF foram postas em ação porque correspondiam aos interesses da classe social hegemônica naquele

período histórico, ou seja, “[...] a classe social que dirige política, intelectual e moralmente a nova sociedade” (p. 51).

Ao visitar o campo da historiografia da Educação Física nas últimas três décadas, ampliando a revisão sobre a história da EF nos anos 2000, chama-nos a atenção o aumento notório de investimento acadêmico de pesquisadores e instituições. Segundo esclarecem Moreno et al. (2007), há um número significativo de trabalhos produzidos por historiadores da Educação Física que abordam “[...] estudos sobre a educação física, esporte e corpo, e suas relações com a educação, com a cidade, com as instituições, informados por um campo conceitual da história da cultura” (MORENO et al., 2007, p. 126).

Segundo os autores, ao mirar o Grupo de Trabalho Temático (GTT), Memórias da Educação Física e do Esporte, do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), e perspectivá-lo como espaço para análise da produção da historiografia da EF, o cenário é promissor. Apesar de o primeiro trabalho, em diálogo com a matriz histórica, ter sido publicado em 1989,²⁹ há um aumento de pesquisadores e instituições que tomam a história da EF e das práticas esportivas e culturais como objeto a ser investigado, em interlocução com a história e a história da educação, produzindo trabalhos sobre a constituição das teorias pedagógicas da EF, seus sujeitos no tempo, sua constituição como campo, suas relações com a saúde, o esporte e a formação dos espaços urbanos.

Em outro extremo, nessa ampliação de produção, particularmente expressiva nos anos 2000, despontam análises ao legado da produção historiográfica sobre a EF. Na esteira das observações realizadas por Caparróz (1997) e Moreno et al. (2007), Oliveira (2007) observa que ainda há espaço para estudos que busquem questionar as tensões existentes entre o mundo da escola e a sociedade.

A tese de Vago (1999), ao tomar como ponto de partida os anos iniciais do século XX na cidade de Belo Horizonte, traz importantes contribuições para a compreensão

²⁹ Não se trata de negar produções anteriores a esse período. Tomamos aqui, por meio de Moreno et al. (2007), esse marco temporal com base nos estudos produzidos no âmbito do GTT vinculado ao CBCE, que há 29 anos aglutina um número representativo de professores e professoras no Brasil.

das práticas silenciadas – ou não – na conformação do ensino da *gymnastica*. Na primeira parte da pesquisa, intitulada *Cultura Escolar como Educação Physica*, o autor argumenta que, por meio de uma importante reforma do ensino primário em 1906, foi potencializado o discurso que veria a escola como uma instituição fundamental para o progresso do Estado. A escola assumiria outras responsabilidades além do ensino da leitura e escrita – reproduzir e fixar os princípios republicanos de organização da sociedade –, pois, assim, esperava-se que a instauração dessa cultura escolar repercutisse nas práticas sociais. Desse modo, o autor informa que, com efeito,

A escola foi autorizada a inscrever nos corpos das crianças – particularmente das crianças empobrecidas economicamente – maneiras julgadas superiores, modos considerados civilizados, orientando-as para assumir condutas corporais inteiramente distintas daquelas que possuíam. [...] O corpo das crianças foi colocado no centro das práticas escolares: constituí-lo, ou reconstituí-lo, racionalmente, tornou-se atribuição da escola (VAGO, 1999, p. 184).

Numa segunda parte, *Enraizamento da “Gymnastica” na Cultura Escolar de Belo Horizonte*, o autor discute as representações sobre a Ginástica no ensino primário de Belo Horizonte e o processo pelo qual ela vai sendo configurada como um campo disciplinar. Segundo ele, “[...] a ginástica foi sendo escolarizada como uma prática representada já na letra da lei como fundamental tanto para o “desenvolvimento physico[...]” como para o “[...] aperfeiçoamento dos sentidos humanos” (VAGO, 1999, p. 289). Dada a importância a ela atribuída – a ginástica –, buscou-se sistematizar o seu ensino, seja pelos manuais, seja pela especialização docente no ensino da ginástica (VAGO, 1999).

A tese intitulada “Corpo e ginástica num Rio de Janeiro – mosaico de imagem e textos”, defendida por Andrea Moreno em 2001, na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, põe em cena questões de pesquisa que nos auxiliam na problematização do corpo como lócus de interiorização da racionalidade disciplinar.

A autora questionou o alcance do projeto de proliferação da ginástica nos espaços urbanos e procurou localizar no cruzamento de diversas fontes, com Walter Benjamin, a relação do homem ordinário com o discurso em prol da ginástica que o governo pretendia instituir. Moreno (2001) nos dá pistas, ao demonstrar que o sujeito

ordinário, que circulava entre as ruas do Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX, pouco se deixou seduzir pelo discurso higiênico das práticas ginásticas. Segundo ela, a prática ginástica pouco se instalou na vida cotidiana dos sujeitos; logo, não foi hegemônica, tal qual se previa, no Rio de Janeiro.

A tese de Andrea Moreno nos mostra os documentos oficiais que revelam uma intenção, forjada no papel, a favor da ginástica como prática que higienizaria os corpos da cidade carioca. Segundo ela, há que se compreender que as práticas ginásticas não necessariamente “[...] retratam uma realidade [...]. Essas práticas corporais, a ginástica particularmente, não falava ao corpo e à alma daquele povo” (MORENO, 2001, p. 247). A rejeição à ginástica era justificada por aquilo que a preconizava: a disciplina. Para a autora, a não aceitação da ginástica pelos homens e mulheres ordinários nos conta sobre os modos como esses sujeitos se relacionavam com os seus corpos na cena urbana, em que havia espaço para a dança, as manifestações populares, a alegria, e não para a “ginástica da tristeza” que esquadriharia os movimentos.

Desse modo, ao chamar a atenção para a não hegemonia da ginástica como prática corporal na cena urbana carioca, a autora corrobora a constituição desta pesquisa no momento em que pomos em xeque o triunfo da *ginástica que exercita e disciplina o corpo com alegria*, como é possível localizar em uma mensagem de governo do presidente Jerônimo Monteiro em 1908, em solo espírito-santense.

Em período anterior à Reforma Cardim nas escolas, localizamos algumas pistas de que a ginástica já se fazia presente em solo local; há indícios de que o Espírito Santo estava atento tanto ao discurso a favor da ginástica no contexto europeu quanto a sua circulação em outros estados brasileiros. O jornal “O Estado do Espírito Santo”, em 17 de julho de 1890, já nos sinalizava essa circulação de ideias por meio da matéria enviada pelo correspondente J. A. de Faria sob o título *Carta de Pariz á Redacção do Estado*.

Nessa matéria, o correspondente inicia sua narrativa descrevendo o grande espetáculo que Paris oferece por meio da corrida de cavalos que, no páreo entre as cidades francesa e inglesa, parece “ter o patriotismo pregado nas patas”. Após

narrar as festas que povoaram a cidade, particularmente a do *Jockey Club*, descreveu como a discussão sobre o ensino da ginástica nas escolas estava sob a análise de um senador:

Discutiu-se ante-hontem no senado a questão da gymnastica escolar que os homens prudentes da antiga escola receiam ver invadir os collegios e lyceus, com prejuizo das verdadeiras disciplinas universitarias. O Sr. Chalamet continuando a interpellação do Sr. Comber sobre a organização da instrucção secundaria, fez algumas considerações muito sensatas. Disse que não fazia grande questão do bacharelado, e que estava disposto a fazer concessões as idéas modernas e lembrou a criação de collegios destinados aos moços que não querem e nem podem seguir os estudos classicos dos lyceus antigos. O que elle não admite é que se repita tanto aos estudantes que elles são sobrecarregados de estudos. "E ainda não é tudo", continuou o grave senador, e Inventou-se o *Lendil* (semana de jogos athleticos), instituição recente que interessa tanto como as corridas de cavallos e que está em vias de fazer concurrencia ao grande premio. Sou partidario dos exercicios physicos; **mas ha necessidade de dar aos nossos collegiaes em espetaculo?** [grifo nosso].

Esse registro permite que nos aproximemos daquilo que Soares (2005) sinalizava em seus estudos sobre a imagem do corpo educado no contexto europeu. Era urgente a necessidade da conformação do campo da ginástica científica tanto quanto o afastamento dela com outras formas de exercitação corporal. Discutia-se o erro em transformar a ginástica e a educação physica em espetáculo, pois, desse modo, se perderia o caráter utilitário dos gestos ginásticos: a ordem, o disciplinamento, a limpeza e a circunspecção. Nesse sentido, buscava-se uma certa distinção entre quaisquer outras práticas corporais que não se enquadrassem nos métodos ginásticos elaborados e exercidos em locais apropriados.

O presidente da república e todas as auctoridades civis e militares são convidados para assistir a "esses exercicios. Os jornaes descrevem a roupa dos vencedores, fazem a sua biographia, **despertam perniciosamente a sua vaidade. Todo este ruido, em vez de bem, só pôde fazer mal, desviando os exercicios physicos da sua destinação, que é corrigir por meio do desenvolvimento muscular** – a inervação excessiva e a debilitação, que o estudo aturado produz nos corpos já de si fracos dos estudantes que atraz de si têm seculos de afinação, de civilização." E o orador observa que o principal inconveniente d"essas justas publicas é o abandono dos alumnos mais fracos pelos professores de gymnastica que só cuidam d"aquelles que nos jogos possam fazer honra ao collegio a que pertencem. **Entretanto, é preciso não esquecer que os exercicios physicos não são destinados a formar hercules de feira, nem acrobatas de circo** [grifo nosso].

Nesse fragmento é possível indiciar o caráter utilitário dos exercícios físicos, que seria a correção por meio do desenvolvimento muscular. A palavra *correção* permite entrever que essa noção assumiria significados diversos: poderia aplicar-se à

correção tanto dos desvios do corpo (a fraqueza muscular, as anomalias) quanto dos sentidos (a indisciplina, a fraqueza moral, a subversidade). Por outro lado, ele dá visibilidade à valorização do desempenho como algo a ser combatido, pois ele provocaria o abandono daqueles alunos que não responderiam, com eficiência, à lógica da *performance*.

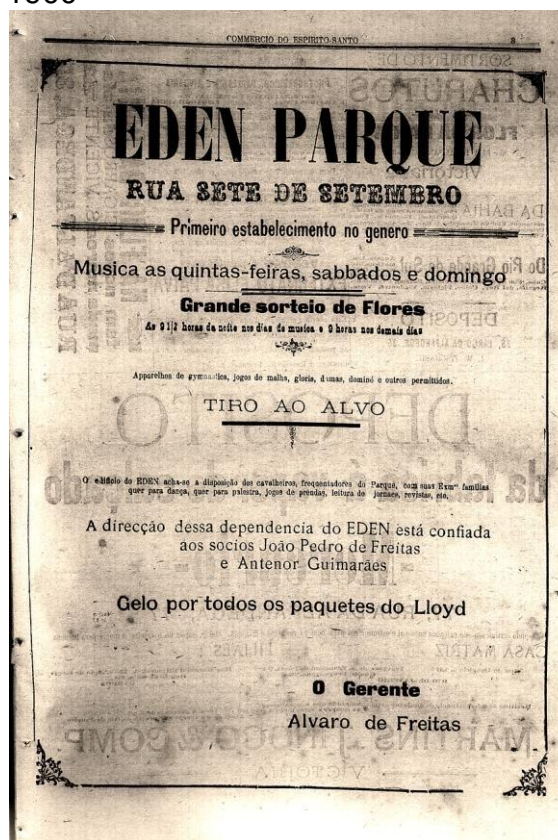
Na continuidade de sua narrativa, o correspondente J. A. de Faria informa que foi dada a palavra ao ministro da Instrução Pública. Em sua fala, o senhor Borgeois anuncia que não possui saberes aprofundados sobre a questão dos exercícios físicos, mas que garantiria o perfeito equilíbrio entre a educação intelectual e física no regulamento de ensino para não prejudicar a formação dos alunos em seus colégios.

Outro indício da circulação da ginástica no contexto capixaba foi localizado no jornal “O Estado do Espírito Santo”, de 2 de setembro de 1890. Desta vez, o jornal dá visibilidade a uma nota de comunicado advinda da criação do “Club Militar Espírito-Santense”. A nota comunica a realização da sua segunda reunião, o agendamento da terceira, e divulga ao público o primeiro capítulo do seu estatuto. Nele, encontramos, no § 4.º do art. 1.º do Capítulo 1, o seguinte objetivo do *Club*:

Advogar a adopção no paiz da educação militar, isto é, da educação physica, moral e intellectual convenientemente combinada, estabelecendo-se nos lyceus a gymnastica, o jogo das armas e os exercicios elementares, que tanto contribuem não só para a disciplina necessaria á vida social como para a vitalidade dos cidadãos (O ESTADO DO ESPIRITO SANTO, 2 DE SETEMBRO DE 1890, p. 2).

A preocupação em legitimar a ginástica aparece também no discurso militar que, a exemplo do senador de Paris, preocupa-se em indicar o caráter utilitário das suas práticas. A institucionalização da ginástica nas escolas, prevista como objetivo no estatuto, permite-nos observar como diferentes espaços passaram a mobilizar a ginástica e os exercícios corporais como medida pedagógica favorável à produção e manutenção da ordem e disciplinamento, individual ou coletivamente.

Figura 84 – Propaganda do Éden Parque, em 24 de março de 1900



Fonte: Jornal “O Comercio do Espirito Santo” (1900).

Acima temos outro documento localizado em meio aos jornais. Trata-se de uma propaganda que ocupa toda a página 3 do jornal “O Comercio do Espirito Santo” em 24 de março de 1900. Nele está divulgado que o Éden Parque, já evidenciado em outro momento do texto, é o “primeiro estabelecimento do gênero” e possui, em sua programação, “musica as quintas-feiras, sabbados e domingo” com “grande sorteio de flores”. Estão disponíveis: “aparelhos de gymnastica, jogos de malha, gloria, damas, dominó e outros permittidos”, além do “tiro ao alvo”. Segundo a nota, o edifício do Éden Parque “[...] acha-se a disposição dos cavalheiros, frequentadores do Parque, com suas Exm^o familias quer para dança, quer para palestra, jogos de prendas, leitura de jornaes, revistas, etc.”.

Nesse sentido, percebemos dois elementos: primeiro, que há uma confluência de discursos e instituições a favor da ginástica (a escola, a ciência médica, a instituição militar); segundo, que há no Espírito Santo, mesmo de maneira pulverizada, um reconhecimento da ginástica e suas “utilidades” em período anterior à Reforma de

Gomes Cardim.³⁰ Esses elementos colocam o Espírito Santo na rota do projeto civilizatório/modernizador que incluiria a ginástica como ponto de pauta dos interesses governamentais e criaria as condições de possibilidade para o seu engendramento no espaço escolar. Salvo as particularidades que o Estado apresenta, queremos aqui argumentar que o ES não estava alheio ao debate que se produzia local e globalmente.

4.2 A REFORMA GOMES CARDIM E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GINÁSTICA: SABERES, PRÁTICAS E PROPOSTAS CURRICULARES

Na esteira da tentativa de compreender os modos como circularam os saberes sobre a ginástica, agora especificamente no contexto escolar, acessamos a ata do Congresso Pedagógico realizado em Vitória, em junho de 1909, sob a coordenação de Gomes Cardim, que o percebia como importante instrumento para difundir saberes e estratégias de ensino que potencializassem o projeto instituído pela reforma da instrução pública capixaba. Podemos acessar esse documento de dois modos: primeiro, pela própria ata lavrada por José Corrêa Lyrio, secretário da Inspeção Geral do ensino no ES; segundo, por meio das publicações que circularam sobre o congresso nos jornais “Diário da Manhã” e o “Commercio do Espírito Santo”. Ambos os jornais se preocuparam em narrar as sessões que foram realizadas ao longo do evento; contudo, as informações divulgadas nesses três espaços – a ata e os jornais – se mostraram complementares.

Após a abertura do evento por Jerônimo Monteiro, Gomes Cardim sobe à tribuna e inicia a sua fala ressaltando a honra em abrir os trabalhos pedagógicos no congresso. Na sequência, afirma que o amor à infância o fazia passar “[...] com desdem sobre vermes peçonhentos e desprezíveis que procuravam entibiar o ardor que o anima em tudo que se relaciona com o ensino” e que “[...] se conseguisse despertar no professorado a mesma convicção [...] ficaria plenamente recompensado” (1909, p. 3).

³⁰ No plano nacional, 1873 foi marcado pela criação e aprovação de uma lei pela Assembleia Legislativa que introduzia a ginástica nas escolas primárias e normal da província do Rio de Janeiro. Esse movimento era calcado no entendimento de que a instrução pública deveria espelhar-se nas escolas europeias e americanas por tê-las como referência do ensino moderno.

Na sequência, em 7 de junho de 1909, inicia-se a segunda sessão do Congresso Pedagógico aberta por Jerônimo Monteiro, que passa a palavra ao professor doutor João Lordello dos Santos Souza, que dissertou sobre a sua tese intitulada “Educação moral e cívica na Escola”. O narrador da ata, José Corrêa Lyrio, anuncia que o trabalho foi dividido em duas partes: na primeira, um resumo da evolução moral infantil; na segunda, ligeiras considerações sobre a educação moral e cívica. Em relação à primeira parte, afirma que “[...] delicado e complexo é o mecanismo da evolução moral” (p. 10). Apoiado em saberes que discutem a influência orgânica e exógena à criança na formação da moral da criança, o professor João Lordello buscou demonstrar a

[...] influencia dos sentimentos affectivos, do temor, da docilidade, da sympathia e termina dizendo que a creança não póde completar a sua evolução moral sem auxilio das relações domesticas e sociaes para desenvolver os germens que lhe são transmittidos por herança (1909, p. 10).

Desse recorte, podemos observar maneiras como o Estado se propõe a evidenciar a importância da presença das relações entre os sujeitos no processo da constituição da moralidade da criança. A efeito, visou, por meio desse discurso, produzir uma noção de legitimidade da instituição escolar no cuidado para com a criança, pois ela, a escola, detém normas, valores e condutas escolarizadas que objetivam também a educação das sensibilidades. É válido lembrar que os temas discutidos nas *theses* do Congresso Pedagógico não foram escolhidos pelos seus autores e que nem todos os professores expuseram os seus trabalhos no evento. Isso também indicia o controle das ações e saberes dos professores pelo estado.

O que queremos afirmar com isso é que os próprios professores também assumem lugar de personagens a controle do estado. Na argumentação de Villela (2003), os professores poderiam até ser mal instruídos, mas certamente seriam bem vigiados. Compreendidos como personagens fundamentais na cena escolar, eles são instrumentos que fazem incidir sobre as crianças saberes, prescrições e interdições sobre os modos de vida na sociedade. Essa valorização do “exemplo” também aparece na fala do referido professor:

Entra no estudo da educação moral, provando que os diversos moveis observados na creança são preciosos auxiliares da sua educação; entre outros cita a afeição que tão valioso concurso presta ao mestre, a imitação que a pedagogia hodierna considera um dos mais efficazes de cultura

moral; salienta o valor do exemplo no mesmo sentido, bem como o dos hábitos (LYRIO, 1909, p. 10).

Em relação à educação cívica, a exposição não foge à abordagem realizada sobre esse tema anteriormente com Bencostta (2006). A educação cívica torna-se mote para instituir uma educação dos sentidos que se preocupa em, por meio de um conjunto de símbolos e signos, constituir, no imaginário social, uma representação sobre essa identidade patriótica e ordenada, construída pela república. É interessante notar a afirmação de que essa estratégia se manifesta de modo materializado por meio dos ritos.

[...] Entrando em consideração sobre a educação cívica como meio de preparar no alumno o futuro cidadão, declara não ter necessidade de encarecer sua importancia em um paiz regido pelo systema republicano em que todos os cidadãos têm de intervir mais ou menos directamente nos negocios publicos; mostra a necessidade que ha em dar á creança uma noção geral da sociedade e dos beneficios extraordinarios que ella nos presta e nos vem prestando nas sucessivas gerações. Esses conhecimentos elementares, diz, **não devem ser transmittidos sob a fôrma de generalidades theoricas**, porém como applicação ás circumstancias da vida. Demonstra que todas as disciplinas da escola primaria se prestam a educação cívica, nas lições de historia, de geographia, de cousas, na commemoração das grandes datas nacionaes, sempre tendo como principal objectivo dotal-a dos elementos para que ella possa encarar os direitos que mais tarde tiver de exercitar, como outros tantos deveres para com a sua consciencia e sua Patria; **fala da necessidade de desenvolver na creança o precioso sentimento do amor da Patria, de demonstrar os beneficios que ellas auferem da serie interminável de esforços effectuados por seus grandes vultos, de modo a constituir um thesouro de tradições nobres, de feitos gloriosos, de alevantados ensinamentos, que a creança deve guardar como um legado precioso no sacrario** de suas mais caras afeições (LYRIO, 1909, p. 11-12, grifo nosso).

Aqui encontramos uma questão importante: a valorização do espetáculo do civismo. Não bastariam as “generalidades teóricas”; é preciso tornar materiais e incorporadas ao imaginário da criança e dos expectadores as noções associadas ao civismo. Desse modo, a exposição dos corpos ordeiros, por meio de desfiles em festas cívicas na cidade, constitui espetáculo necessário à propaganda dessa nova ordem moderna em curso, que se distingue, sobremaneira, dos espetáculos populares condenados, conforme já evidenciou Soares (2005). Junto ao ensino da ginástica, as práticas de exercitação cívica tornaram-se a representação material do projeto de governabilidade, uma propaganda republicana.

No mesmo ano, em 9 de dezembro de 1909, o jornal “Diário da Manhã” publica o discurso da colação de grau das/os normalistas proferido por Cardim. Entre tantas temáticas possíveis, como o método analítico – caro ao reformador –, Cardim assume a tribuna como paraninfo da turma e discursa sobre nada mais nada menos que o “exercício physico e suas vantagens”.

O homem, meus senhores, a mais sublime obra da mão de Deus, o ser mais perfeito da serie animal, a concentração do mundo em miniatura, não é mais que um relógio artisticamente elaborado e genialmente combinado. As manifestações intellectuaes são meramente physiologicas, são a resultante de um trabalho bem elaborado e de combinações admiraveis de phenomenos inteiramente ligados. [...] Havendo uma relação de dependencia mutua entre os diversos systemas formando os aparelhos, entre os diversos aparelhos formando o individuo, necessariamente o cerebro, como elemento desta grande machina, será dependente do individuo. [...] Achando-se dest”arte todos os órgãos intimamente ligados, o seu desenvolvimento deve ser forçosamente progressivo e uniforme; sendo assim o cerebro não pode ser desenvolvido sem que seja o corpo (DIÁRIO DA MANHÃ, 9 de dezembro de 1909, p. 1).

Ele inicia a sua fala ressaltando o avanço da ciência e dos saberes médicos, particularmente ligados ao aparelho neurológico. Na perspectiva de Cardim, a alusão à máquina como elemento comparativo do corpo humano não se distancia das metáforas do “corpo máquina” tão explorados no nascimento da ciência moderna. Para ele, o corpo é um conjunto fisiológico de ações ordenadas que não pode dissociar-se da inteligência. Desse modo, ele passa a discutir a importância de fundamentar a instrução com base nos seus três pontos basilares: a educação intelectual, moral e física. A seguir, Cardim passa a explicar de que maneira esses três pilares educativos se entrecruzam.

Meus senhores, Para que o resultado do trabalho intellectual e seu consequente – o moral, seja satisfactorio, é necessário que o exercicio physico não seja descurado e até não serei rigoroso se disser que penso o exercicio physico deva ser mais demorado que o intellectual, desde que se attenda não só á delicadeza da organização cerebral, bem como tendo em vista que o centro de todas as sensações nervosas não deixa de funcionar nem mesmo durante o somno. [...] E, meus senhores, os exercicios das boas acções, a execução dos pensamentos nobres e altruistas, dependem naturalmente, de um cerebro bem constituido, de uma educação intellectual bastante pronunciada, para fazer o bem expontaneamente, para pôr em pratica o bem pelo bem. Ha, pois, relação reciproca de dependencia entre os trabalhos physicos, intellectuaes e moraes. Os deveres civicos e moraes não podem subsistir se não encontrarem apoio em um cerebro predisposto e os exercicios intellectuaes não têm uma execução facil e prompta se encontrarem um campo de acção [...] Para que haja uma educação perfeita, e necessario que haja verdadeiro equilibrio entre os diversos exercicios; não deve haver predominio do exercicio physico, porque o individuo torna-se bruto; não pode haver predominio do exercicio intellectual, porque ficará necessariamente rachitico (DIÁRIO DA MANHÃ, 9 de dezembro de 1909, p. 1).

Na sequência de sua exposição, passa a apresentar as virtudes do exercício físico que se aplicam tanto ao bem-estar físico proporcionado pelo fortalecimento muscular quanto ao efeito auxiliar de “descanso” após as práticas fatigantes do estudo intelectual: “[...] o banho de água fria, a gymnastica, o salto, a carreira, o passeio, são indispensáveis para evitarem as sobreexcitações que podem resultar um intenso trabalho mental” (DIÁRIO DA MANHÃ, 9 de dezembro de 1909, p. 2). Cardim, baseado em uma matéria publicada na imprensa, expõe a sua crença de que a atividade física metodicamente controlada tem por vantagens o fortalecimento do organismo e, em longo prazo, produz o *atleta formoso*:

Meus senhores, é o Decano da imprensa brasileira em bem elaborado artigo sobre a *educação physica na infancia*, elevando brilhantemente a gymnastica sueca que affirma: <Todo o musculo que não é exercitado e movimentado de accordo com a sua physiologia, traz defeito de forma e desordem de funcção para o organismo que o movimento: é esta a chave da theoria e dos estudos de Ling>. De accordo, pois, com a physiologia e a analyse dos movimentos musculares providenciando para que as três grandes funcções organicas recebam desta gymnastica o melhor lucro possivel na infancia e adolescencia é que se deve instituir a serie de exercicios progressivos sempre uteis e nunca exhaustivos: quem assim praticar durante muitos annos desde pequena idade será um athleta formoso, ao mesmo tempo que um cerebro materialmente bem constituido para nelle desenvolver as melhores sementes intellectuaes. As tres grandes funcções a que me refiro são a respiração, a circulação sanguinea e a digestão; quem desempenhar com methodo a gymnastica sueca, terá estas principaes pontos de energia physica para servir de incentivo ás qualidades moraes e á cultura intellectual que queira se entregar (DIÁRIO DA MANHÃ, 9 de dezembro de 1909, p. 2).

O método ginástico sueco foi eleito por Cardim como modelar ao ensino da ginástica em sua reforma. Segundo Moreno (2015), a ginástica sueca concebida por Pier Henrik Ling (1776-1839) estava presente em terras brasileiras nos discursos de políticos e intelectuais; todavia, não impactava a vida do homem ordinário que era impregnado por outras sensibilidades mais relacionadas aos divertimentos do que à retidão que a ginástica implicava. Desse modo, a ginástica sueca³¹ foi acolhida pela instituição escolar por proporcionar elementos associados à racionalidade e à simetria necessária à educabilidade dos corpos nos discursos pedagógicos.

³¹ Segundo Moreno (2015), encontramos o sistema lingiano de ginástica sob os diversos nomes: método sueco, ginástica sueca, método racional, ginástica racional, ginástica respiratória. “As diferentes denominações, de algum modo, revelam não só a origem, mas os princípios do sistema criado por Ling que permitiram agrupar os movimentos ginásticos em lições, com um ou mais exercícios de cada grupo na ordem numerada: 1) Introdutórios; 2) Arcoflexões; 3) Movimentos de braços; 4) Movimentos de balanço; 5) Movimentos de escápula; 6) Exercícios abdominais; 7) Movimentos laterais do tronco; 8) Movimentos lentos das pernas; 9) Pulos e saltos e 10) Exercícios respiratórios” (MORENO, 2015, p. 131).

O método era considerado racional por existir um argumento científico em tudo que era adotado e usado; e prático porque possível de ser aplicado independentemente de aparato, constituído de exercícios simples que poderiam ser praticados em qualquer lugar e momento, com „espaço e oxigênio“ suficiente no ar (MORENO, 2015, p. 131).

Como evidenciado, o governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912) foi palco da institucionalização da ginástica escolar no Espírito Santo. O documento que regulamenta o ensino da ginástica na Escola Normal foi publicado, já em seu primeiro ano de mandato, no jornal “Diário da Manhã” e divulga o Decreto 116, de 8 de julho de 1908, que “aprova as matérias do curso Secundario da Escola Normal do Estado”. As matérias que compunham o curso se organizavam do seguinte modo:

Quadro 1 – Distribuição das matérias de ensino na Escola Normal

| Curso Secundário | |
|---|---|
| Distribuição das matérias de ensino | |
| Secção Masculina | Secção Feminina |
| Primeiro anno | Primeiro anno |
| Portuguez, Francez, Arithmetica e Algebra, Geographia e Cosmographia, Caligraphia e Desenhos, Trabalhos Manuaes, Gymnastica | Portuguez, Francez, Arithmetica e Algebra, Geographia e Cosmographia, Caligraphia e Desenhos, Trabalhos Manuaes, Gymnastica |
| Segundo Anno | Segundo Anno |
| Portuguez, Francez, Inglez, Geometria, Historia do Brazil, Physica, Chimica, Calligrafia e Desenho, Trabalhos Manuaes, Gymnastica e Exercicios Militares | Portuguez, Francez, Inglez, Geometria, Historia do Brazil, Physica, Chimica, Calligrafia e Desenho, Trabalhos Manuaes e Gymnastica |
| Terceiro Anno | Terceiro Anno |
| Literatura portugueza, Inglez, Historia Natural, Historia Universal, Pedagogia e Educação Civica, Musica, Exercicios de Ensino na Escola Modelo, Gymnastica e Exercicios Militares | Literatura portugueza, Inglez, Historia Natural, Historia Universal, Pedagogia e Educação Civica, Musica, Exercicios de Ensino na Escola Modelo e Gymnastica |

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

É possível perceber que os trabalhos manuais e o ensino da ginástica para homens e mulheres se encontram presentes no novo currículo do ensino do primeiro ano do curso de formação, sendo alterado no segundo e terceiro anos, em que para os homens são acrescentados os chamados “exercícios militares”. Essa diferença, longe de nos passar despercebida, faz-nos lembrar o estudo de Souza (1997). A autora, ao analisar a escolarização da ginástica na escola normal e primária de Belo Horizonte,

alertava sobre a necessidade de compreender que, apesar de se inaugurar um novo investimento sobre o corpo, que se consolida nos espaços da escola, é preciso atentar para aquilo que o projeto previa na distinção entre os gêneros. Nas palavras da autora, “homens à marcha, mulheres à sombra”.

Em 25 de março de 1910, o jornal “Diário da Manhã” publica, em suas páginas, o Decreto n.º 43, que “dá regulamento aos diversos ramos da administração do Estado”. Nessa publicação, entre outros atos, aparecem os programas disciplinares do curso de formação de professores/as da Escola Normal do Espírito Santo. Em relação ao ensino da ginástica na Escola Normal, informa que são conteúdos:

Quadro 2 – Conteúdos do ensino da ginástica na Escola Normal

| Secção Masculina | Secção Feminina |
|---|--|
| <p>Masculino – Gymnastica:</p> <p>1. Da gymnastica escolar: sua definição, suas divisões, vantagens do seu ensino e resultados physiologicos da mesma. Regras a observar no ensino: o canto applicado á gymnastica; passos rhythmicos; a gymnastica nos bancos das escolas; marcha e efeitos physiologicos da mesma; saltos e corridas. Da gymnastica pratica e da applicação: dos apparatus moveis e fixos de gymnastica e desenvolvimento muscular por meio dos mesmos. Das medicas para observar o desenvolvimento physico dos alumnos.</p> <p>2. Pratica sem apparatus: formaturas diversas para exercicios; tomar distancia; formar cadêas; posições fundamentaes.</p> <p>Exercicios: a) Cabeça e tronco; b) Membros superiores; c) Membros inferiores.</p> <p>3. Pratica com apparatus: a) Alteres; b) Bastão gymnastico; c) Vara gymnastica; d) Tracções com o elástico; e) Massas; f) Barras parallelas; g) Cavallo gymnastico; h) Escada horisontal; i) Barra fixa; j) Argolas.</p> <p>4. Gymnastica Applicada: Exercicios preliminares de aprendizagem da natação e canoagem: - Corrida veloz; saltos; transporte de feridos; - exercicios com a viga vertical; escada obliqua de corda e pau; Corda de nós e lisa; viga horisontal – equilíbrios e marchas diversas. – Generalidade sobre esgrima.</p> <p>Exercicios militares.</p> <p>1. Ensino sem arma. Definições: posição de soldado firme; das fileiras e das filas do alinhamento. Dos descanços; das voltas; dos passos; fazer alto; trocar passos; formatura a dois e quatro; de costado e de frente; de marcha directa; das voltas marchando; da</p> | <p>1. Gymnastica na sala. Entrada com ordem na aula e nos bancos; estabelecimento das distancias nos bancos; posição de atenção; de pé; continencia; numerar; sahida da aula. – Bater com a palma das mãos, com a cadencia, sobre as carteiras; compasso acentuado; sem accentuação; compasso variado. Marcar passo com ou sem interrupção; com ou sem accentuação; combinação dos exercicios cadenciados das mãos com os pes. – exercicios elementares dos braços; dos ante-braços e mãos; do tronco; das pernas e pés; da cabeça. Posições; extensões; circundações; reflexões; voltas; inclinações; movimentos combinados.</p> <p>2. Gymnastica ao ar livre. Formação de fileiras e filas; alinhamentos á direita ou á esquerda; distancia; numeração e verificação dos numeros. Exercicios preparatorios para marchar; posições; passos diferentes; marcha variada; conversões; jogos. Exercicios elementares sem aparelhos: cabeça e tronco; membros superiores; membros inferiores; posições fundamentaes; extensões; circundações; etc; equilibrio sobre a ponta dos pes; com os calcanhares; variantes do equilibrio; combinações diversas de movimentos diferentes. Exercicios elementares com apparatus: bastão gymnastico; elástico para tracção.</p> |

| | |
|---|--|
| <p>marcha oblíqua; da marcha de costado; mudança de frente em linha de pé firme ou marchando; abrir e unir fileiras; continência.</p> <p>2. Ensino com arma: Manejo de arma; exercício de fogo; fogos diversos. Esgrima de bayoneta; ensino contra a infantaria e contra a cavallaria. – Obrigações de soldados e cabos nas guardas. Obrigações geraes das sentinellas; ensino pratico das guardas e sentinellas. – Tiro ao alvo.</p> <p>3. Ensino de companhia: Formação e divisão. – Alinhamentos. – Da ordem cerrada; da ordem aberta. – Posição de official com a espada. – Posições dos corneteiros e tambores. – Da ordem extendida. – Voltas , diminuição e augmento de frente na formação do costado. – Mudanças de frente. – Marchas: directa, oblíqua e costado. – Carga. – Quadrados. – Fogos. – Assalto. – Unir, reunir e assembléa. – Disposições especiaes contra a cavallaria. – Elementos de instrucção e táctica de combate. – Noções geraes sobre o ensino de batalhão.</p> | |
|---|--|

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

Na esteira do debate empreendido por Souza (1997), podemos perceber que o programa curricular que pretende exercitar e inculcar saberes sobre a educação do corpo na formação de professores/as fornece indícios importantes para produzirmos a hipótese de que um dos elementos importantes no ensino da ginástica é justamente reproduzir um sentido de feminilidade – calcado na preservação do corpo por meio de atividades de baixo dispêndio energético e de exposição do corpo em ambientes livres – e o sentido de masculinidade – que aponta a produção do corpo forte, atlético e atento aos ditames militares de ordenamento do corpo, do comportamento, de valorização e proteção da “pátria”.

Na imagem adiante, podemos observar as alunas da Escola Normal em exercício de ginástica sueca, orientadas pelo professor doutor Diocleciano de Oliveira,³² inspetor geral do Ensino e diretor da Escola Normal em 1910. A ginástica sueca era recomendada para as meninas, pois, calcada no princípio das particularidades físicas existentes entre os dois sexos, havia a crença de que, dada a delicadeza e fragilidade das mulheres, nas aulas deveriam prevalecer os gestos mais contidos sem desmedido esforço físico.

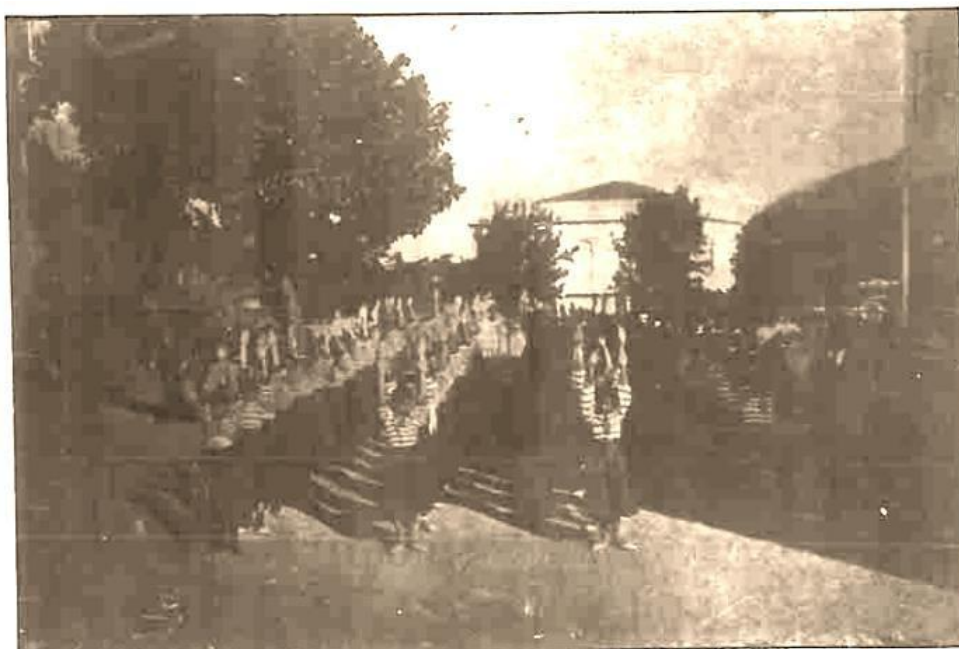
³² São professores de ginástica em 1909: D. Emilia Franklina Mullulo, Alferes Antonio Lino e capitão Francisco Carvalho da Silva.

Figura 85 – Alunas da Escola Normal em exercício de ginástica sueca ao ar livre, no recreio da escola



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 86 – Alunas da Escola Normal, em exercício de ginástica sueca ao ar livre, no recreio da escola, em 1911



Alumnas da Escola Normal em exercício de gymnastica sueca ao ar livre no recreio da Escola, em 1909.

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória (1913).

Outro documento nos chamou a atenção durante o mapeamento do ensino da ginástica calcado nos preceitos da “Educação Physica, Moral e Intellectual”. Trata-se do programa da disciplina de “Pedagogia”, presente no terceiro ano do curso, que, no ponto “II – Analyse Pedagogica”, informa que seus conteúdos são os seguintes:

Educação Physica

4. Das aptidões physicas e fins da educação physica

5. O meio physico – Hygiene escolar

6. Processos de educação physica

7. Methodo da educação physica

b) Da educação intellectual

8. Aptidões intellectuaes, fins da educação intellectual

9. Especies da educação intellectual e da educação technica

10. A educação esthetica

11. A educação scientifica

12. O meio intellectual

13. Processos de educação intellectual

14. Methodo da educação intellectual

c) Da educação moral

15. Aptidões Moraes e fim da educação moral

16. O meio moral

17. Processos da educação moral

18. Methodo da educação moral (DIÁRIO DA MANHÃ, 25 março de 1910, p. 3).

A educação *physica*, moral e intelectual, como já apresentado no encontro com outros documentos, é parte do projeto da chamada “tríade da educação integral”, em que esses saberes caminhariam juntos no projeto/processo de higienização dos sujeitos escolarizados. Arquitetada pelos médicos, a educação integral previa a educação do corpo, da mente e da moralidade como basilares à formação do novo homem. Apesar de guardarem suas particularidades, Paiva (2003) observou que, pelo menos em três sentidos, os médicos perspectivavam que a *educação physica* poderia interagir com a educação intelectual:

[...] de modo preparatório, moldando o corpo – e as vontades – de forma a predispor-lo à disciplina escolar; de modo compensatório, servindo como tempo de recreio para as árduas atividades intelectuais; e, numa certa inserção “metodológica”, chamando a atenção dos professores para a importância do “lúdico” no desdurecimento de suas atividades didáticas. Destacadamente, *educação physica* e educação moral se entrelaçaram e mesmo se misturaram no projeto de educação integral produzido, veiculado e difundido pelos médicos, ao numa perspectiva inibidora e limitante, ora liberalizante (PAIVA, 2003, p. 290).

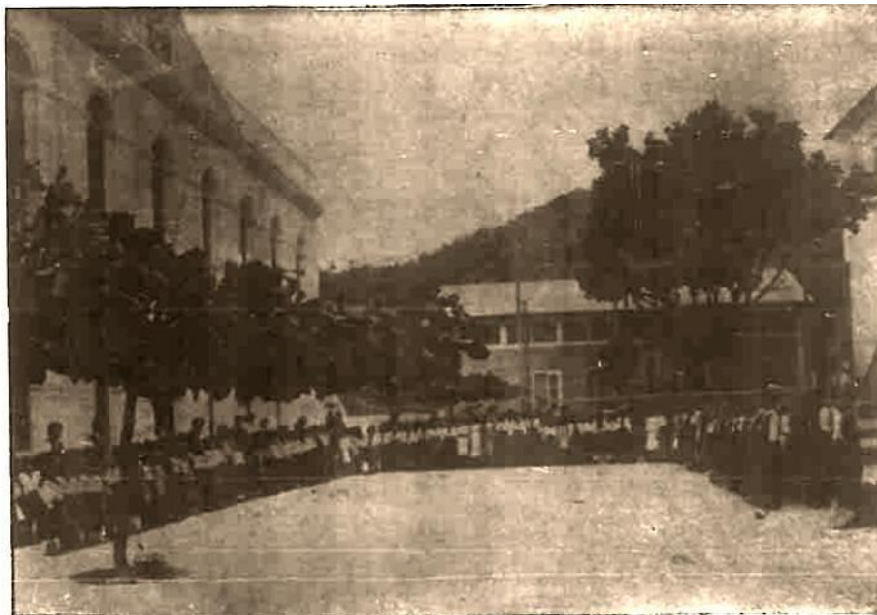
A mensagem de Jerônimo Monteiro, dirigida ao Congresso do Espírito Santo, em 1910, informa-nos os primeiros desdobramentos do ensino da ginástica em circulação no ensino primário. Nas palavras do presidente:

Ao lado da instrução litteraria é ministrada a educação physica do alumno que, pelos exercicios variados, intelligente e methodicamente executados,

mantem sempre o seu organismo em favorável formação. O sentimento cívico é despertado constantemente pela recordação dos nossos grandes feitos e dos nossos dignos e venerados antepassados. Os exercicios phisicos, militares para os alumnos e de gymnastica para as alumnas, os canticos e as solemnisações das nossas grandes datas conservam o animo da creança sempre bem disposto para o estudo, facilitam-lhe a comprehensão e a levam a receber a instrucção com facilidade e com agrado, sujeitando-se alegremente á disciplina escolar e sympathisando-se com a escola (1910, p. 20).

O fragmento acima permite-nos vislumbrar os modos pelos quais os saberes basilares da formação integral no âmbito da formação de professores se traduziriam nas práticas escolares, ou, de outro modo, ao menos indicia um desejo emanado do governo do que se pretende incorporar nos sujeitos escolares. O documento indicia a conformação da ideia de que o corpo educado, metodicamente educado, manteria o organismo disposto ao estudo. Além dessa noção, podemos identificar um enraizamento do discurso de que a escola é responsável pela produção da disciplina, mas que a criança a ela se sujeita “alegremente”.

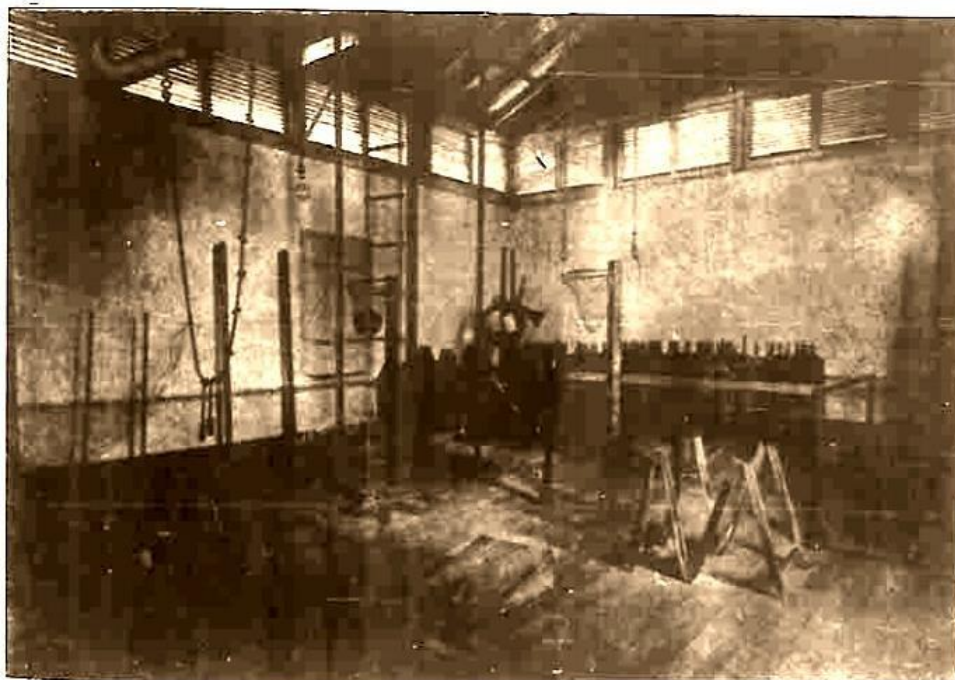
Figura 87 – Alunos da Escola Modelo, em frente ao pavilhão de ginástica, em 1911



Grupo de alumnos da Escola Modelo em 1911.
Em frente está o pavilhão para gymnastica.

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória (1913).

Figura 88 – Sala de ginástica das Escolas Normal e Modelo, em 1909



Sala de gymnastica das Escolas Normal e Modelo, em 1909.

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do Estado do espírito Santo. Victória (1913).

Em relação à presença do ensino da ginástica na Escola Modelo Jerônimo Monteiro, localizamos documentos que nos permitem conhecer a sua organização, os materiais disponíveis, a carga horária semanal disponível para a sua prática. Por outro lado, encontramos, nos jornais, pistas sobre o apoio à sua institucionalização nas escolas, bem como as críticas sobre a sua implementação. O relatório de Gomes Cardim (1909), entregue ao presidente do Estado, assim registrou a produção dos professores na Escola Modelo:

Os professores do Estado tem, para campo de experiencia e necessario preparo technico, a escola modelo, devidamente aparelhada. Ahi os professorandos, assistindo as aulas dos respectivos professores e leccionando por designação do lente de pedagogia, habilitam-se convenientemente para o exercicio da nobre funcção de diffundir o ensino por todo o Estado, obedientes aos methodos e processos hodiernos. Tem, pois, esse estabelecimento modelo o duplo fim de prodigalisar o ensino preliminar e servir de campo experimental, onde os professorandos da Escola Normal e os candidatos ao magisterio publico, após o exame de habilitação, vão conquistar a pratica indispensavel. A escola modelo está dividida em duas secções: masculina e feminina. A primeira é dirigida por dous professores e a segunda por seis professoras, accusando a matricula de 329 alumnos, que dão uma frequencia média de 260 (CARDIM, 1909, p. 7-8).

A Escola Modelo ocupou um espaço em uma das alas do próprio prédio da Escola Normal. Na avaliação de Cardim, esse “improvisado” estava longe de poder ser julgado, pois as salas de aula contavam todos os aparelhos e mobiliários mais modernos disponíveis, o que *causaria espanto até aos observadores mais exigentes*.

Em relação à organização do ensino da ginástica na Escola Modelo, encontramos, no relatório de Cardim, o mapa de horários e disciplinas. Os dias letivos se estendiam de segunda-feira a sábado, e o horário das 11h às 16h. As aulas se organizavam da seguinte maneira: a) a primeira parte, que compreendia a chamada com o canto; b) as “classes”, que compreendiam as aulas diversas distribuídas em disciplinas; c) o recreio; d) chamada e canto; e) demais classes; f) por fim, a saída. Eram aulas da Escola Modelo nas sessões feminina e masculina:

Quadro 3 – Aulas na sessão feminina na Escola Modelo Jerônimo Monteiro

| Sessão Feminina | | | |
|------------------------|--|--------------------------|-----------------------|
| 1.º ano | 2.º ano | 3.º ano | 4.º ano |
| Aritmética | Carta de Parker | Aritmética | Leitura |
| Botânica | Números | Leitura | Aritmética |
| Caligrafia | Ciências Físicas e Naturais | Geografia | História do Brasil |
| Canto | Geografia | Ginástica | Geografia |
| Carta de Parker | Historia Pátria | História do Brasil | Geometria |
| Desenho | Ginástica | Linguagem Escrita | Noções de Agricultura |
| Educação Cívica | Caligrafia | Ciências Físicas | Ginástica |
| Geografia | Taboada com torno | Caligrafia | Música |
| Geometria | Problemas | Geometria | Cosmografia |
| Ginástica | Linguagem Escrita | Noções de agricultura | Moral |
| Higiene | Desenho nas lousas | Música | Física |
| Leitura | Marcha , Canto Recitativo e Trechos | Leitura e Linguagem oral | História Natural |
| Letra de Canto | Trabalho manual | Desenho | Química |
| Linguagem Escrita | Geometria | Problemas | Instrução Cívica |
| Linguagem Oral | | Ensaio de Canto | Ensaio de Canto |
| Marchas | | Trabalho Manual | Declamação |
| Moral | | Declamação | Desenho |
| Poesia | | | Cartografia |
| Trabalhos de agulhas | | | Linguagem Escrita |

| | | | |
|-----------------------------|-------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| Zoologia | | | Trabalho Manual |
| Professora Thereza Calazans | Professora Arminda Lyrio dos Santos | Professora Corina Salles | Professora Luiza Otten Soares Pinto |

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Quadro 4 – Aulas na sessão masculina na Escola Modelo Jerônimo Monteiro

| Sessão Masculina | | | |
|---|--------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 1.º ano | 2.º ano | 3.º ano | 4.º ano |
| Números | Leitura | Aritmética | Aritmética |
| Escrita | Cópia | Trechos | Caligrafia |
| Leitura | Aritmética | Geometria | Leitura |
| Trechos e recitação de pequenas poesias | Geografia | Leitura | Linguagem Oral |
| Tabuada na carta de Parker | Geometria | Geografia | Linguagem Escrita |
| Modelagem | Caligrafia | História | Geografia |
| Música | Problemas | Linguagem Oral | História |
| Ciências Físicas e Naturais | Modelagem | Modelagem | Marcenaria |
| Linguagem Oral | Linguagem Escrita | Cálculo Rápido | Ciências |
| Geografia | Ciências Naturais | Caligrafia | Canto no Salão Nobre |
| Noções de História Pátria | Desenho | Desenho | Agricultura |
| Desenho | Problemas | Ciências | Modelagem |
| Caligrafia | Recitativo | Tabuada | Ginástica |
| Ginástica | Ensaio de Canto | Agricultura | Música |
| Ensaio de Canto | Ginástica | Canto no salão nobre | História |
| | | Música | Geometria |
| | | Marcenaria | Cartografia |
| | | Ginástica | Educação Cívica |
| | | Exercícios Militares | Recitativo |
| | | Recitativos | Desenho |
| | | | Exercícios Militares |
| | | | Cálculo Rápido |
| Professora Olga Coutinho | Professora Adelina Lyrio | Professor Arnulpho Mattos | Professor Amâncio Pereira |

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Na *Exposição dos Negócios do Estado* em 1912, apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, Jerônimo Monteiro expõe detalhes sobre a rotina de exercícios nas escolas primárias da capital que dão visibilidade às práticas corporais como mote de interiorização do civismo e do patriotismo:

O sentimento cívico é despertado constantemente pela recordação dos nossos grandes feitos e dos nossos dignos e venerados antepassados. De conformidade com a prática nesse sentido estabelecida nas escolas Normal e Modelo, no Grupo Escolar Gomes Cardim e em todas as escolas do

Estado realizam-se comemorações cívicas das datas que lembram os factos principais da história nacional. Essas comemorações tem-se feito por meio de sessões nas quais o professor profere uma allocução adequada ao assumpto e em seguida os allumnos recitam poesias e trechos allusivos e cantam os hymnos nacional, espírito-santense, da bandeira e da república e canções patrióticas (EXPOSIÇÃO DOS NEGÓCIOS DO ESTADO, PRESIDENTE JERÔNIMO MONTEIRO, 1912, p. 59).

Carvalho (1990) nos chama a atenção para a constituição do imaginário da República no Brasil, por meio da análise das correntes ideológicas que balizaram as justificativas republicanas. Entre os discursos em prol da modernidade, da ordem e do progresso, com base positivista, ele aponta a necessidade da, nas palavras do autor, “formação das almas”. Seria preciso inculcar os heróis, as cantigas, os registros imagéticos que retratavam um cenário em que a República era posta no centro do palco. Esse movimento não se afastaria da escola, por ver nessa instituição, agora legitimada e regulada pelo estado, como locus privilegiado da formação de um espírito gestado junto aos ideais cívicos e patrióticos. O corpo não escaparia a esse audacioso projeto.

No documento “Exposição dos negócios do Estado, em 1909”, Jerônimo Monteiro assim afirmou:

Na Escola Modelo o batalhão infantil organizado para o preparo do futuro cidadão, com a sua banda de música e todo o aparato necessário, faz evoluções militares e exercicios de esgrima em homenagem á data que se commemora. Há uma parte da comemoração que é escripta e na qual os allumnos copiam trechos e fazem mesmo pequenas composições dictadas pelos professores sobre o facto que se solemniza. Esses trabalhos são inseridos depois nas columnas de pequenos jornais escolares – A Pátria e A Escola, órgãos da Escola Modelo e do grupo escolar. Á noite realiza-se no theatrinho, construido com o necessario capricho no salão nobre da escola, representações de pequenas comedias ou revistas em prosa e em verso, recitativos de poesias ou monologos, cantos de hymnos, cançonetas ou canções a duas ou tres vezes, sempre adequadas ao objectivo em vista que é a instrucção da criança (EXPOSIÇÃO DOS NEGÓCIOS DO ESTADO, PRESIDENTE JERÔNIMO MONTEIRO, 1912, p. 59).

Outra proposta constituída durante a gestão de Cardim foi o “Batalhão Infantil Jerônimo Monteiro”. Segundo o reformador, o batalhão foi criado com o intuito de preparar o futuro cidadão, defensor e consciente da pátria, obreiro forte e resolutivo do patriotismo. Para ele, o batalhão, em 1909, já apresentava aproveitamento e possuía materiais necessários, como as carabinas de imitação Mauser, banda de tambores, cornetas e Bandeira Nacional. Com esses instrumentos, “[...] os alumnos fazem exercicios, com relativa precisão, de escola de recruta e escola de companhia. O

entusiasmo que reina entre esses pequeninos defensores da Patria é indescriptivel” (CARDIM, 1909, p. 9). Aliado ao Batalhão, Cardim ainda cria, sob a autorização de Jerônimo Monteiro, a “Banda do Batalhão Jerônimo Monteiro”.

Visando o complemento da educação dos alumnos da escola modelo e Normal e desejando dar á musica um destino inteiramente pratico, propuz a V. Exa. A criação de uma banda de musica infantil. Com a prompta acquiescencia de V. Exa., organizou-se a banda infantil, composta de 22 figuras, sendo os exercicios iniciados sob a competente direcção do distincto militar capitão João de Barros que, com a autorisação do Dr. Orozimbo Lyrio, dignissimo commandante do Corpo Militar de Policia do Estado, gentilmente acceitou o encargo da instrucção musical dos alumnos, encargo em que se tem tornado notavel pela sua dedicação e constancia (CARDIM, 1909, p. 9).

Figura 89 – Batalhão Infantil Jerônimo Monteiro, em evolução em uma rua de Vitória, 1911



Acervo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Batalhão Infantil "Jerônimo Monteiro", em evolução rua de Vitória - 1911.

[JM 213]

Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

O batalhão escolar é um elemento importante no pensamento pedagógico de Cardim. Para ele, o uso do teatro e do “espetáculo cívico” na rua são instrumentos importantes para interiorizar os significados cívicos no processo de educação da sensibilidade das crianças e cria as condições de popularizá-las nos espaços

exógenos à escola. Dada a sua importância, Cardim não se furtou a solicitar uma série de materiais necessários tanto ao batalhão quanto ao ensino da ginástica. Em seu relatório, em 1909, ele descreve as aquisições para ambos.

Figura 90 – Lista de materiais adquiridos para o armamento e instrumentalização do Batalhão Infantil Jerônimo Monteiro

| <i>Armamento e instrumental do Batalhão Infantil "Jerônimo Monteiro"</i> | | |
|--|---------------------------------------|------------|
| 199 | Carabinas com cinturões e sabres..... | |
| 5 | Tambores | |
| 6 | Cornetas | |
| 6 | Espadas | |
| 1 | Bandeira | |
| 1 | Flautim em ré bemol..... | |
| 1 | Requinta em mi bemol..... | |
| 4 | Clarinetes em si bemol..... | |
| 1 | Clarinete em la bemol..... | |
| 2 | Pistons em si bemol..... | |
| 1 | Bugle em si bemol..... | 1:300\$000 |
| 3 | Trombones em dó bemol..... | 1:300\$000 |
| 1 | Barytono em si bemol..... | |
| 1 | Bombardão em si bemol..... | |
| 1 | Dito em mi bemol..... | |
| 5 | Saxes | |
| 1 | Bombo | |
| 2 | Pratos | |
| 1 | Caixa tarol | |
| 1 | Bombardino | |
| 1 | Flauta ré bemol | |
| 1 | Saxophone soprano em si bemol..... | |

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do Estado do Espírito Santo. Victória (1913).

Figura 91 – Lista de materiais adquiridos para as aulas de ginástica

| <i>Apparelhos de gymnastica</i> | | |
|---------------------------------|--|----------|
| 49 | Bastões | |
| 5 | Obstaculos para pulos | |
| 3 | Varas para pulos..... | |
| 4 | Hastes para corridas de resistencia..... | |
| 1 | Apparelho graduado para pulos de altura..... | |
| 1 | Viga horizontal | |
| 2 | Parallelas | |
| 2 | Escadas | |
| 96 | Alteres | |
| 8 | Hastes verticaes | 200\$000 |
| 2 | Trampolins | 200\$000 |
| 1 | Barra fixa | |
| 1 | Par de argolas | |
| 1 | Escada de corda..... | |
| 1 | Corda lisa | |
| 1 | Corda de nós..... | |
| 1 | Apparelho completo para basket-ball..... | |
| 1 | Apparelho completo para law-tennis..... | |
| 11 | Bandeiras para corridas | |

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória (1913)

A aproximação entre a escola e o militarismo otimizaria as práticas cívicas, já que a instituição militar é representativa do patriotismo, da ordem e da moralidade. Para Soares (1998), enquanto em São Paulo Cardim enfrentou críticas sobre essa aproximação entre as instituições militar e escolar, mediada pela ginástica e civismo, no Espírito Santo ele não enfrentaria resistência. A exemplo do que foi apresentado pelo corresponde de Paris sobre o posicionamento de um senador – que condenava a ginástica na escola por alimentar a vaidade e o espetáculo –, outras críticas também se apresentaram em território capixaba, o que dá visibilidade as tensões que circularam favorável ou desfavoravelmente à sua inserção no currículo das escolas primárias e secundárias do estado.

Sobre as críticas, localizamos escritos nos jornais que discutem a presença da ginástica como conteúdo da escola. A seção “De Palanque” no jornal “Diário da Manhã” recebe artigos de opinião variados e, em 10 de dezembro de 1909, publica um texto assinado por J. Machado, que realiza severas críticas ao modelo pedagógico empregado após a reforma. Segundo ele, não há necessidade em despende “[...] rios de dinheiro com a instrução publica”. Nas palavras do autor,

Plantação de arvores com cantorias, corridas de agulhas, jogo de bastão, colectivo de bayonetas, canções, hymnos, dramas e uma porção de cousas novas, acho tudo desnecessario, porque é luxo e quem é pobre não tem luxo. Dizem que o novo methodo exige aquellas historias todas, em que o alumno não se adeantar. Pois sim! De que serve o Estado despende contos e contos de reis para educar um menino e no fim da educação carissima ele dar simplesmente para predeiro, carpinteiro e sapateiro? E para algumas destas profissões é necessario saber-se gymnastica sueca e jogo de bayoneta? Está claro que não (DIÁRIO DA MANHÃ, 10 de dezembro de 1909, p. 2).

No texto de J. Machado, percebemos certo saudosismo em relação aos modelos mais tradicionais de ensino. Além da crítica ao ensino da ginástica, que considera ilegítimo como elemento de cultura pedagógica, afirma que o coleguismo existente entre professores e alunos só enfraquece o dever do ensino. Para ele, a instrução deve ser pautada na seriedade, no disciplinamento dos alunos e na formação enciclopédica. Em seus escritos, afirma que a ginástica em nada contribui para a formação intelectual e a formação para o trabalho, pois, segundo ele, não há relações com a vida prática dos sujeitos.

Localizamos ainda, no jornal “O Estado do Espírito Santo”, publicado em 3 de dezembro de 1910, na coluna “Carta ao X” assinada por Lauret Jaburuna, uma crítica à sistematização do ensino da ginástica e à inaptidão dos professores em materializar os preceitos da ginástica sueca.

O ensino da gymnastica, tal como é applicado entre nós, constitue antes perenne origem de defformações e depauperamento, que base de uma geração de fortes, destinados ao desenvolvimento da nossa rachitica raça. Não sou, em absoluto, adverso da cultura physica [...]. Nos paizes que marcham á testa do movimento pelo culto da educação physica, os governos se preocupam primordialmente d’aquelles que são encarregados de ministrall-a, escolhendo-os entre especialistas, no seio dos que d’ella fazem arduo magisterio, responsabilizando-os pelos maleficios resultantes da má applicação dos ensinamentos. E nem se diga que assim não deva ser, pois é sabido que a má direcção da gymnastica traz funestas consequências, transformam os proventos em perspectiva, no envenenamento da organização, dest’arte minada por lesões precoces. [...] Assim, porém, não entendem os nossos grandiloques pedagogos e, senão, olhes para os professores de gymnastica que teem peslustrado pelos nossos cursos! Nenhum d’elles é capaz de explicar o porque de um movimento; nem um só d’entre elles frequentou ou pelo menos, assistiu a uma aula de gymnastica; entretanto, por meio de compendios baratos, após simples e mal digerida leitura, eil-os lecionar movimentos de Pyrrhus, exercicios suecos(!) exercicios com applicação de aparelhos, exercicios em grand air... tudo, tudo; os pobres que d’aquilo nada pescam. Accrescentes a esse menosprezo pela saúde dos nossos filhos, o máo aparelhamento existente para o bom andamento da cultura physica, a ignorancia da tabôa de Quintillet – imprescindivel n’uma escola de moças já feitas e que, obrigadas por um regulamento carnavalesco, se entregam, infelizes, a defformações certas que lhes trarão males indescriptiveis, e terás, meu X, o espetaculo do que vai de perfectibilidade por essa Babel, que as gaitas de folhas do governo não se cançam de exaltar as pedras de toque do descalabro reinante! (O ESTADO DO ESPIRITO SANTO, 3 de zembro de 1910, p. 1-2).

Esse documento nos permite sinalizar que algumas questões remetem à formação e à prática de professores normalistas em relação ao ensino da ginástica. Do aparelhamento à má formação, as críticas são direcionadas ao regulamento de ensino da reforma de Gomes Cardim, que, segundo a autora, é considerado “carnavalesco”. Para ela, o modo como se aplica o ensino da ginástica, mal aparelhado e com professores mal formados, é, antes de tudo, maléfico à saúde e à educação das crianças. Na busca por documentos que nos oferecessem registros e narrativas sobre o ensino da ginástica fora da Escola Normal e Modelo, de fato o cenário é de escassez. Alguns esparsos foram localizados sobre o bairro de Jucutuquara, próximo à capital, e sobre uma escola primária no município de Cariacica. Sobre esses dois espaços, os documentos informam festividades realizadas em dias cívicos em que alunos e alunas realizaram apresentação de

marchas, ginástica sueca e exercícios com baionetas; contudo, as informações são derivadas do jornal governista que apoia o governo de Jerônimo.

Desse modo, podemos apenas indiciar que o número de materiais e aparelhos adquiridos após a reforma se revelava insuficiente em relação ao número de matrículas informado pelo estado e que ainda não havia se constituído um curso específico de formação de professores de Educação Física no período, contando apenas com a formação na Escola Normal. Entre 1909 e 1912, também verificamos, no Fundo de Educação do APEES, um número significativo de requerimentos de licença e exoneração por parte dos professores de ginástica das Escolas Normal e Modelo, inclusive o falecimento da primeira professora Franklina Mullulo, que demandou a demorada contratação de uma substituta. Os militares, considerados detentores do saber prático dos exercícios ginásticos, pouco figuraram nos documentos. Apesar desses indícios, o jornal “Diário da Manhã” continuou a defender e afirmar o sucesso da reforma da instrução, bem como os ganhos conquistados com a inclusão da ginástica em seus currículos de ensino.

Encontramos 125 escolas com 2.700 alunos matriculados, o [governo] de Jeronymo Monteiro, deixou 271 com 7.300 alunos. É ainda insuficiente, e muito pouco ainda; mas os seus censores de hoje, com muitos melhores elementos de acção, e durante muito mais longo período, não fizeram a quarta parte. E póde se dizer que ninguem, dentro dos recursos do Estado, seria capaz de conseguir mais [...] É natural, pois, que o despeito, insinuando-se por entre essa obra benemérita, fechasse os olhos ás suas excellencias, para só enxergar-lhe os senões. E achou-os: a introdução da gymnastica na Escola Normal e no ensino do Desenho, com o instituto de Bellas artes! Essa critica foi formulada, no tom superior de ironia, de uma cadeira do Senado (DIÁRIO DA MANHÃ, 6 de abril de 1912, p. 1).

No diálogo com as fontes mobilizadas, buscamos compreender o momento da constituição da cadeira de Ginástica no Espírito Santo perspectivando focalizar os saberes que constituíram esse novo conteúdo escolar. Já era esperado que, assim como outros estudos empreendidos em outros estados, a Ginástica se faria presente somente no advento da República. Igualmente tínhamos como hipótese que os conhecimentos abarcados por essa disciplina em solo capixaba acompanhariam o discurso nacional pautado na hygiene e na propagação de ideais modernizadores.

Nesse sentido, se caminhamos para uma aparente reiteração de estudos já produzidos, por outro lado caminhar *pari passu* aos movimentos em prol da ginástica das grandes cidades, como Belo Horizonte e Paraná, é um indício que reafirma a

necessidade de uma nova leitura da história do Espírito Santo, que, no passado, fartamente acusou o estado de viver sob o ranço do atraso político, econômico, cultural e educacional.

5 O CORPO NA CIDADE E A ENCENAÇÃO ESPORTIVA: NOTAS PARA COMPREENDER A TEATRALIZAÇÃO DO ESPETÁCULO ESPORTIVO

Na continuidade de busca por espaços de “ocupação” dos corpos na cidade e pelas práticas de educação para ele forjadas, observamos, com George Balandier (1982), a conformação do corpo como lócus de investimento material e imaterial que, por meio de um conjunto de símbolos e práticas que se manifestam nos discursos, nas imagens, nas festividades, é evidenciada a propagandeação de uma nova mentalidade.

Nessa esteira, busquei por estudos, no banco de teses e dissertações da Capes, que nos fornecessem pistas para compreender a configuração desse novo ethos – discutido anteriormente nesse texto. Foi privilegiado nessa busca o conjunto de estudos que deram visibilidade às relações constituídas entre o esporte e a cena urbana na construção dessa nova mentalidade, pautada na valorização dos investimentos sobre o corpo para promoção do ideal republicano.

Ao investigar a constituição da “cidade esportiva” no contexto do Rio de Janeiro, Victor Andrade de Melo apresenta como a capital do país, que, entre o século XIX e XX, se modela em prol da “civilização esportiva”. O autor aponta que, por meio dos interesses da elite carioca e do crescente investimento da imprensa como mediadora da propaganda esportiva, paulatinamente se instauram, na cena urbana, a presença de clubes e a adesão das camadas populares ao discurso em prol do esporte como atividade “moderna”.

Melo (2001) chama a atenção para os impactos da vinda da família real portuguesa para o Brasil e para os seus desdobramentos em relação às influências culturais europeias que passam a se fortalecer no cenário brasileiro. O Rio de Janeiro, capital do país, se torna palco de investimentos que paulatinamente criou um processo de busca de consonância com os países da Europa, a fim de civilizar o Brasil e torná-lo “moderno”.

Nesse cenário, Melo (2001) identifica o esporte como um campo relativamente autônomo que não se reduz a aspectos econômicos ou políticos, mas que precisa

ser compreendido, enveredado em sua complexidade. Com base nessa compreensão do fenômeno esportivo, leva-nos a perceber o contexto favorável para a implementação do esporte no *drama* brasileiro, que produziu uma nova educação estética.

Desse modo, em prol da modernidade, foi preciso agenciar, com o esporte, outros códigos sociais que comporiam o discurso a favor dos investimentos nas práticas corporais – a beleza, a robustez, as práticas higiênicas, a educação, a disciplina, a produtividade – que se tornam um modo de vida desejável e possível. Todavia, o investimento não se produz somente na esfera individual. Diversos mecanismos e estratégias foram necessários para a produção de uma legitimidade do esporte na cena urbana, a exemplo da reformulação da cidade, o transporte de bondes e a acessibilidade na cidade, a construção de espaços próprios para a cena esportiva e a constituição de hábitos urbanos que favoreceriam a instituição das práticas corporais, a exemplo dos banhos de mar.

Melo (2001) ainda chama a atenção para os diferentes significados atribuídos ao esporte e suas relações com as elites e minorias sociais. Para o autor, o espetáculo esportivo assume lugar na elite carioca como dispositivo de divertimento e interiorização de um modo de vida aristocrático. Os *clubs* construídos à imagem dos grupos esportivos europeus tornavam-se berço de exercício e propagação de um modo de vida esportivo. Isso implicou a distinção entre as práticas corporais autorizadas à elite e àquelas que, no contexto brasileiro, se associariam às práticas tradicionais brasileiras, agora marginalizadas, como as brigas de galo e as touradas.

[...] com o decorrer do tempo, tratava-se de apresentar o esporte como um substituto moderno e adequado para as antigas práticas tradicionais da população. De fato, os jogos ligados às camadas populares eram frequentemente proibidos (como a víspora, a roleta e o loto), enquanto aqueles presentes nos fóruns das elites gozavam de reputação e muitas vezes eram mesmo denominados de esporte (como o xadrez e a dama). Se era frequente entre as camadas populares, logo era considerado motivo de ação policial, algo pernicioso, ligado a uma consideração pejorativa do “jogo”. Já se as elites os praticavam, ganhavam um caráter aristocrático, logo se constituindo em um possível sinal de *status* (MELO, 2001, p. 109).

A tese *A escola, o esporte e a “energização do caráter”: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935)*, defendida por Meily Assbú Linhares em 2006, aborda as relações estabelecidas entre o esporte e a

educação escolar, focalizando as práticas discursivas e institucionais produzidas e realizadas pela Associação Brasileira de Educação (ABE) nas décadas de 1920 e 1930.

Apesar de avançar para além do recorte temporal desta pesquisa, o estudo de Linhales (2006) é fundamental para compreender a disseminação do discurso de que as práticas esportivas constituíam experiências modernas e urbanas. Para a autora, esse discurso cria as condições de possibilidade para a institucionalização do esporte no cenário escolar; desse modo, estabelece pontes de interlocução entre os processos de escolarização e da esportivização da sociedade.

Assim sendo, a autora se esmerou em entender o projeto cultural que apostava na eficiência da escola como possibilidade de organização e disciplinarização da vida social. Nas palavras da autora, “[...] interessou-me compreender as maneiras pelas quais signos e códigos esportivos compuseram ordenamentos e enunciações que pretendiam modelar a *forma escolar* moderna como tempo/espço privilegiado na socialização das futuras gerações” (LINHALES, 2006, p. 7), pois

Ao “revolucionar” necessidades e expectativas relativas às experiências corporais, o fenômeno esportivo apresenta-se como uma espécie de *ethos* moderno. Aderir a ele ou rejeitá-lo torna-se, em alguma medida, elemento de balizamento sobre o ser ou não ser moderno. A escola moderna parece incluir e atualizar recorrentemente em sua pauta esse *plebiscito* (LINHALES, 2006, p. 25).

Nesse cenário, a autora sinaliza que o esporte passou a se apresentar como importante elemento educativo que contribuiria na materialização do sentido de coletividade e do aprendizado da vida social moderna. Seria, portanto, “[...] uma promessa de aperfeiçoamento do povo ou, dito de outra forma, de „energização do caráter” dos brasileiros, por vezes representados como „sem nenhum caráter”” (LINHALES, 2006, p. 244). Por outro lado,

[...] a escolarização das práticas esportivas apresentava-se também como medida corretora do curso civilizatório, pois o esporte praticado pelo povo era considerado repleto de vícios e deformações. Assim, a escola teria como responsabilidade civilizar os costumes esportivos existentes, tomando pra si a tarefa de melhor apresentá-los às novas gerações (LINHALES, 2006, p. 244).

Guardadas as devidas particularidades entre os estudos de Melo (2001) e Linhales (2006), podemos afirmar que ambos concordam com o papel educativo e

pedagógico assumido pelo esporte na sociedade. Melo (2001), ao evidenciar o conjunto de investimentos a favor de uma cidade esportiva, ajuda-nos a compreender esse movimento na cidade de Vitória.

Apesar do notório investimento na historiografia sobre o engendramento das práticas esportivas nas cidades brasileiras, como os estudos de Melo (2001), Lucena (2001) e Sevcenko (1992), ainda há espaço para as pesquisas que não focalizem as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. À guisa de primeiras considerações, foi possível perceber alguns fios que compõe essa trama no contexto capixaba. Assim como a cidade do Rio de Janeiro, o Espírito Santo também buscou construir um discurso esportivo que referenciava os clubes internacionais como modelares à sociedade local.

Não foi difícil encontrar alusões ao investimento realizado no contexto europeu e na América do Norte como mola propulsora no investimento desse mesmo sentimento: os jornais dão a conhecer a necessidade de nos equiparmos ao mundo desenvolvido e moderno. O esporte nessa tapeçaria se colocava como peça fundamental na composição da sociedade moderna, seja como divertimento saudável, seja como uma prática necessária à formação do caráter e do sujeito republicano.

5.1 OS SPORTS NA CIDADE DE VITÓRIA: POR UMA JUVENTUDE NÃO TRANSVIADA

Como evidenciamos até aqui, a cidade de Vitória foi palco para o exercício da teatocracia governamental, que buscou compor uma encenação que produzisse visibilidade aos ganhos material e imaterial provocados pela modernidade. Em face de um conjunto de discursos científicos, médico-higienistas, escolares, o governo de Jerônimo Monteiro assumiu para si a responsabilidade de colocar a capital na rota do processo civilizatório. Entre tantas medidas de saneamento, ordenamento, embelezamento e civilidade que acompanharam o governo nos anos iniciais do século XX, os *sports* também encontrariam espaço para forjar um novo personagem, a figura do *sportman*, o qual confluía todos os avanços oferecidos pela imagem

republicana, como o cuidado com a saúde, a robustez, o corpo produtivo, o caráter, a disciplina, os exercícios metódicos e o *fair play*.

Percorrer os caminhos de uma gênese esportiva na cidade de Vitória – e no Espírito Santo – se mostrou um árduo exercício. Enquanto outros estudos (LUCENA, 1997; MELO, 2001) apontam o fim do século XIX como um momento de conformação dos clubes esportivos, nos anos iniciais do século XX a capital Vitória passa a constituir uma mentalidade esportiva. Há sinais de que essa nova mentalidade se constituiu no desencadeamento da urbanidade em solo capixaba, evidenciada pelas mudanças arquitetônicas e sanitárias que possibilitaram a maior circulação de pessoas pelos espaços públicos. Associadas a essas mudanças, a criação de parques e praças e as festividades também constituíram importantes agenciamentos de educabilidade e visibilidade dos corpos na cena urbana, uma vez que acessar essas criações “modernas” implicava assumir novos valores e reordenamentos na conduta individual e coletiva.

Na tentativa de percebermos como o esporte se consolidaria em solo espírito-santense, procuramos por documentos que nos permitissem encontrar vestígios no tempo. Contudo, ao contrário das demais temáticas aqui abordadas, os documentos governamentais pouco puderam contribuir nesse movimento. Desse modo, foi preciso recorrer aos jornais em circulação no mesmo período (1908-1912) e até mesmo em princípio do século XX para compreender como o *ethos* esportivo “chega” à cidade de Vitória.

No trabalho com as fontes, encontramos sinais de que a efervescência esportiva ganha espaço mediante uma mobilização da juventude que acessava os estados do Rio de Janeiro e São Paulo e da criação de dois clubes esportivos em 1902. Em relação aos estudos sobre o esporte na cena republicana capixaba, deparamos uma escassez de investimentos. O trabalho desenvolvido por Lucena (2001) inicialmente procurou investigar a cidade de Vitória; contudo, após o investimento inicial, o estudo voltou o olhar à cidade do Rio de Janeiro para investigar a gênese do esporte naquela capital e suas relações com a cidade.

Mais recentemente, desde 2009, o Laboratório de Estudos em Educação Física (LESEF) do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), um programa de pesquisa que objetiva investigar o advento, a proliferação e a massificação de práticas corporais em Vitória, com base em uma análise comparada entre as cidades de Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo, busca narrar o papel que o esporte desempenhou no desenvolvimento da cidade, nas décadas iniciais do século XX. Apesar de evidenciar em suas publicações as produções esportivas das décadas de 1920 a 1940, foi um importante suporte para a interrogação às fontes.

Dessa maneira, buscamos localizar estudos que tratassem de narrativas sobre o esporte capixaba e livros de memórias diante da impossibilidade de acessar outros documentos que se aproximem do cotidiano dos sujeitos. Entretanto, só localizamos escritos que deram visibilidade às décadas de 1960 em diante, por meio de um projeto da Prefeitura de Vitória que buscou “contar” fatos sobre a história esportiva da capital.

Os estudos que tratam da conformação de práticas esportivas nos centros urbanos nas décadas iniciais da república (LUCENA, 1997; MELO, 2001; ALMEIDA et al., 2012) indicam que a circulação de práticas corporais ligadas ao lazer e ao esporte demandava uma reorganização espacial da cidade para dar condições de possibilidade às experiências corporais.

Almeida et al. (2012), ao se referirem especificamente à cidade de Vitória, afirmam que a reforma empreendida por José de Mello Carvalho Muniz Freire (1892-1896), conhecido como “O novo arrabalde”, se configura como um primeiro grande investimento que possibilitaria as práticas ligadas ao ócio, ao lazer e ao esporte, visto que viabilizou o acesso às praias e popularizou os banhos de mar. Com a oferta do transporte por meio de bondes no século XX, esse acesso foi ampliado. Em 20 de julho de 1911, o jornal “Diário da Manhã” informa:

A contar de 1º de setembro, bondes diretos para a Praia do Suá, com horários especiais apropriados aos senhores banhistas. Passagens reduzidas, especialmente para os assinantes mensais. Informações no escritório à rua do Comércio, n. 58, e no ponto principal dos bondes, Praça Santos Dumont, Café Rio Branco.

Nesse cenário, ganha fôlego o discurso que consubstanciaria todo um debate sobre a necessidade de investir sobre os corpos. A hygiene, como ciência normativa dos corpos e espaços privados e urbanos, viria a propagandear toda a constituição de um *ethos* ainda a ser inaugurado: o exercício corpóreo não mais como atividade laboral, mas como práticas legítimas de limpeza do corpo e, conseqüentemente, o fortalecimento do espírito. Sendo assim, a constituição desse novo *ethos* se proliferaria tanto no discurso médico quanto nas escolas e espaços do urbano.

O jornal Estado do Espírito Santo (1902) traz, em sua primeira página, uma fala sobre esse novo espírito *sportivo*:

Reside nos Estados Unidos, não longe de S. Francisco, um milionario, cuja existencia é exclusivamente consagrada aos diversos „sports“. Possui doze cavallos, tem em sua residencia uma sala onde diariamente dedica algumas horas ao „box“ e á esgrima. Dispõe de grande lago artificial, onde rema determinado momento do dia, e assim por diante. O seu solar que os estrangeiros curiosamente visitam, é construido em estylo...sportivo. No interior, como no exterior, toda a ornamentação se relaciona de algum modo com os „sports“. Nas linhas da fachada, como nos adornos das salas, são representados o cyclismo, o automobilismo, a caça, o „foot ball“, etc. A sportmania com dinheiro jámais chegára a tao alto gráo.

Sobre o tema de que trata esse recorte do jornal, vale recuperar o estudo de Silva e Varnier (2011) que evidenciou que, à semelhança do que aconteceu com o Rio de Janeiro e com São Paulo, a cidade de Vitória também presenciou toda uma agitação em torno das práticas esportivas, nas primeiras décadas do século XX. De acordo com as autoras, já em 1902 são fundadas duas instituições que divulgariam e popularizariam o remo em terras capixabas: o Clube de Regatas e Natação Álvares Cabral e o Clube de Regatas Saldanha da Gama. Segundo as autoras,

As regatas, desse modo, se apresentam como a consolidação da vida na cidade, incitando o comportamento urbano. Isso porque o remo é o esporte *par excellence* do exercício físico, a escola mais completa da educação do corpo e da sua saúde, atendendo perfeitamente às imagens de progresso e de modernidade que se procurava consolidar em Vitória, conforme indicam nossas fontes. Tratava-se, com sua prática, de demonstrar, no próprio corpo, forte e rijo, os sinais do novo tempo, incorporando o próprio estilo de vida individual à nova cultura esportiva dos frementes anos que assim se iniciavam. Não surpreende que, paulatinamente, o remo tenha ganhado fama e prestígio na cidade, a ponto de se tornar, em pouco mais de duas décadas, tradição entre os capixabas (SILVA; VANIER, 2011, p. 2).

Para Almeida et al. (2014), certamente a localização geográfica da ilha de Vitória foi um dos elementos que criaram as condições para o desenvolvimento do remo capixaba. “A constituição de um território banhado pelo mar e o clima quente e

úmido fizeram da cidade um lugar propício para a prática desse esporte” (ALMEIDA et al., 2014, p. 28).

O sucesso do remo se justifica graças à sua capacidade de agregar elementos que o qualificam como uma prática esportiva importante para a saúde e para o bem-estar da sociedade. Valores como o desafio em frente ao mar, a manutenção da saúde, a solidificação de um corpo estético musculoso e viril e a educação moral são algumas das propriedades que permeiam a prática do remo, considerada uma verdadeira “escola de virtudes” (MELO; DEL PRIORE, 2009, apud ALMEIDA et al., 2014, p. 30).

A mobilização social em torno das práticas corporais é divulgada, em jornais do período, como uma festividade que deveria contar com a presença dos capixabas, conforme podemos observar em nota publicada pelo “Diário da Manhã” (1909, p. 2), na seção de notícias:

Promette revestir-se dos maiores encantos e atractivos a festa nautica promovida pelo conselho superior de regatas e marcada para o proximo domingo, na formosa bahia dessa capital. No brilhante certamen tomam parte os denodados campeões do nosso Sport nautico – Saldanha da Gama, Internacional e Sport Club Victoria, os quaes já destacaram os associados a compor as guarnições dos pareos constantes do programma que esta sendo publicado. O capricho com que todos elles se entregam aos exercicios, pela manhã e á noite, no meio do maior entusiasmo, nos leva a crer que todos os pareos sejam disputados com galhardia e denodo, offerecendo ao nosso publico um festival attrahente e encantador.

A criação desses clubes particulares desencadeou

[...] importantes modificações na geografia da cidade. Essas alterações na paisagem urbana se intensificaram ainda mais nos anos seguintes, com o surgimento dos clubes de futebol e de outras modalidades, como o tênis, a natação, o *water-polo* e o basquete (ALMEIDA et al., 2012, p. 23).

Contudo, o acesso a esses clubes era estritamente voltado à elite capixaba e somente fariam parte do seleto grupo os sujeitos com condições financeiras favoráveis, capazes de custear a sua entrada e permanências nesses espaços, e ainda dependiam da aprovação da diretoria. Esse conjunto de requisitos garantiria a manutenção da distinção social entre os seus membros.

Figura 92 – Saldanha da Gama no início do século XX



Fonte: Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/semesp.php?pagina=forte_sao_joao>. Acesso em: 18 mar. 2013.

Figura 93 – Saldanha da Gama antes do aterro da Beira-Mar na década de 1930



Fonte: Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/semesp.php?pagina=forte_sao_joao>. Acesso em: 18 mar. 2013.

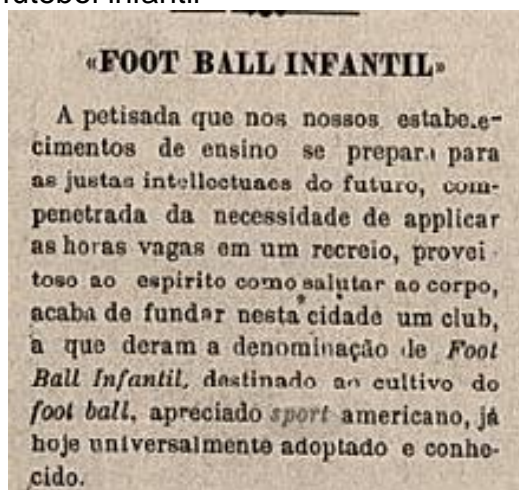
Figura 94 – Lateral do Clube Saldanha da Gama e o futebol de várzea



Fonte: Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/semesp.php?pagina=forte_sao_joao>. Acesso em: 18 mar. 2013.

Os jornais da época, particularmente o “Diário da Manhã” e o “Commercio do Espírito Santo”, noticiavam, com frequência, a realização de regatas e competições, a abertura de clubes, narravam as competições e os respectivos resultados, registravam palpites em relação aos possíveis vencedores esportivos, realizavam propagandas a favor do espetáculo e a sua importância na formação da juventude. Particularmente nesse impresso, chamou atenção a quantidade de notícias sobre as atividades esportivas na cidade de Vitória. As notas e reportagem evidenciavam a importância dos esportes e das práticas corporais para a saúde, o caráter e a energização do espírito, imprescindíveis para o novo homem republicano. Desse modo, há diversas mensagens que convocavam a população a assistir às competições esportivas em diversos espaços da cidade, privilegiadamente o remo na baía de Vitória, bem como incentivam a sua participação em clubes recém-criados e convocavam os seus agremiados a participar das suas reuniões.

Figura 95 – Propaganda da fundação do primeiro clube de futebol infantil



Fonte: “Commercio do Espirito Santo” (9 de julho de 1908).

O jornal “Diário da Manhã”, certamente, foi o que mais noticiou sobre as atividades esportivas na cidade. Como partidário governista, compreende-se que buscou alinhar os interesses do estado no projeto de constituir uma educabilidade dos corpos na cena urbana e abraçou o esporte e a sua divulgação como uma das estratégias possíveis de pôr em circulação os saberes e a importância do esporte para a saúde do corpo individual e social.

Pelo Remo

Dentro de quatro dias, a população desta capital terá mais uma vez ensejo de avaliar do devotamento e da galhardia cada vez mais crescentes com que os nossos *rowers* continuam a trabalhar pelo desenvolvimento do mais symphatico e proveitoso dos *sports* – o Sport nautico. [...] O certamen de 30 do corrente será mais uma *Victoria* para os nossos distinctos *rowers*, que sem encarar difficuldade buscam com admiravel denodo manter a mesma linha de sempre, **identificando-se com a alma popular que os aprecia e os estima pelo muito que não despendido em beneficio do progresso** (DIÁRIO DA MANHÃ, 26 de agosto de 1908, p. 1, grifo nosso).

Por meio dos jornais, é possível acompanhar a crescente exaltação do personagem esportivo que paulatinamente vai sendo adjetivado nas campanhas a favor do esporte. “Devotos”, “distintos”, “admiráveis”, “brilhantes” são expressões utilizadas com regularidade para representar os modos pelos quais os sujeitos se empenhavam não somente a favor das práticas esportivas competitivas, mas também como heróis da modernidade que buscam o progresso.

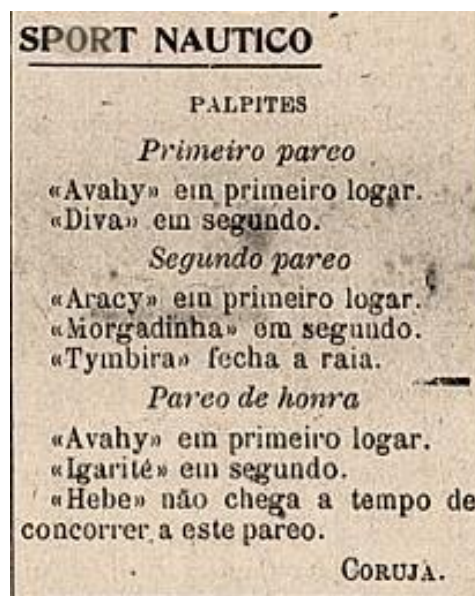
A população desta Capital, profundamente interessada nas pelepas do mar, vae ter amanhã, ainda uma vez, occasião de assistir e participar de uma das mais favoritas e brilhantes festas do nosso meio, a que empresta desusado movimento, no mar como em terra, a onda volumosa dos curiosos e dos innumeraveis adeptos de cada um dos tres valentes competidores, e

a que soem engalanar, com a graça natural dos seus sorrisos e das suas toilettes, as nossas gentis patricias, em bandos alviçeiros pela nossa bahia, como pelas vias da nossa pacata urbs (COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO, 29 de outubro de 1909, p. 2).

Dessa maneira, constrói-se um modelo republicano que condensa todas as qualidades do sujeito moderno. Junto aos personagens do político de boa morigeração, dos docentes empenhados e amáveis, dos alunos dóceis e amigos da ciência, o *sportman* se colocava como importante catalizador dessa nova mentalidade. Logo, assim como os desfiles e festividades civis, é preciso que a população esteja presente nos espaços públicos como espectadores do espetáculo, pois relacionar-se com ele implicava a possibilidade de uma educação dos sentidos, mediada pela interiorização de signos e símbolos esportivos. Para Melo (2009), a consolidação dessa civilidade consistia em uma união de considerações sobre o estilo de vida (um *gentleman*) e a representação social por ele assumida e para ele atribuída.

Em meio à divulgação esportiva, a imprensa se colocava como importante veículo de difusão de informações e como incentivador da participação popular. O jornal “Commercio do Espirito Santo”, em 25 de agosto de 1909, divulgava uma nota sobre os “palpites” dos integrantes do jornal sobre os possíveis ganhadores do páreo do remo.

Figura 96 – Palpites sobre a competição esportiva



Fonte: “Commercio do Espirito Santo” (25 de agosto de 1909, p. 2).

No processo de mapeamento e categorização temática dos jornais, foi possível localizar dois importantes indícios: primeiro, mesmo que de modo esparso, há pequenas aproximações entre o esporte vivenciado na cidade e o ensino da educação física nas escolas; segundo, junto ao discurso a favor do esporte na cidade, conviviam críticas aos perigos da exercitação da juventude.

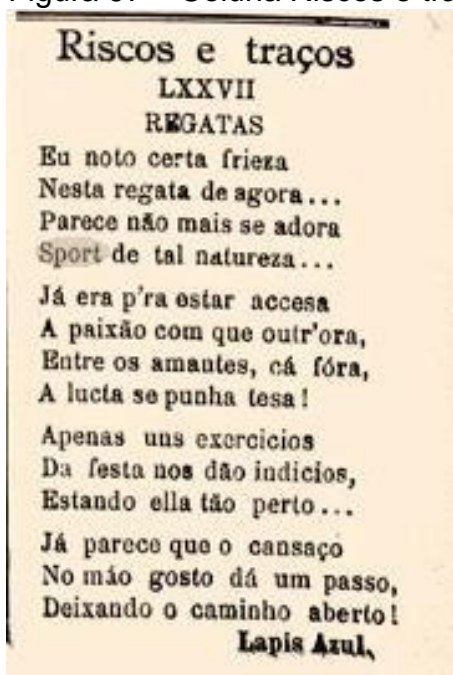
Em relação ao primeiro indício, foi publicado no jornal “Commercio do Espirito Santo”, em 22 de novembro de 1909, que com prazer a capital sediaria uma regata nos próximos dias e afirmava que toda essa movimentação era importante para os clubes e para a mocidade que “[...] tanto expressa o seu amor pela educação física” (p. 1).

Já no jornal “Diário da Manhã”, em 30 de agosto de 1908, há a divulgação de que

[...] a população da capital irá assistir em plena bahia, sulcada de embarcações, uma das nossas festas mais interessantes – **a regata, que nos paizes cultos faz parte de quasi todos os programmas de ensino e que para nós é já um dos generos de sport mais familiares**, o que explica facilmente a alacridade, o entusiasmo vivo observado especialmente entre os nossos denodados rowers, que desde muito se vêm preparando para o brilhante prelio que ha de garantir a Victoria a uma das tres associações representadas no conselho. A julgar pelo que temos visto, a regata de hoje escreverá na historia do Sport nautico dessa cidade uma pagina fulgentissima, **relembrando o esforço, o ingente esforço de uma cohorte de moços decididos e que não descançam quando se trata do progresso e do desenvolvimento do nosso caro torrão** (DIÁRIO DA MANHÃ, 30 de agosto de 1908, p. 1, grifo nosso).

Todavia, dois anos depois, o jornal “Commercio do Espirito Santo” publicava um poema assinado por “Lapis Azul” na coluna “Riscos e traços”. Segundo o poema, parece haver um desinvestimento em torno das regatas de remo, o que causa tristeza ao autor. Não foi possível localizar uma série de notícias que permitiriam a criação de um índice comparativo de eventos; contudo, os jornais continuariam, até 1912, a informar a população sobre as regatas na baía de Vitória.

Figura 97 – Coluna Riscos e traços



Fonte: "Commercio do Espirito Santo" (14 de outubro de 1910, p. 1).

Em relação à crítica às práticas esportivas, localizamos uma matéria intitulada "O pessimismo e suas causas", publicada no "Diário da Manhã", em 29 de junho de 1911, assinada por Ernesto Penteado. Nela, o autor afirma que era preciso encontrar um modo de abordar os esportes e os exercícios físicos de modo a não corromper a juventude.

Graças a acção altamente humanitaria de philantropicos sacerdotes da sciencia, já vamos comprehendendo o fatal erro em que nos achamos. Por toda a parte recrudescce o amor aos sports; os exercicios grandemente salutaes á nossa organisação, vão sendo introduzidos não só nas escolas como tambem entre os adultos. Oxalá que saibamos manter o equilibrio com o preciso critério anthropologico! Não fôra essa tendência deploravel que todos temos de fugir do <<termo médio>>, adoptando implicitamente a divisa – *ou tudo ou nada* – podiamos contar com a regeneração, num praso relativamente curto, porém receiamos muito que novamente voltemos atraz...O delirio pelos *sports* autorisa-nos a termos as nossas duvidas a este respeito (DIÁRIO DA MANHÃ, 29 de junho de 1911, p. 2).

O que torna interessante esse conjunto de críticas é o modo como elas se colocam contra os preceitos anunciados pelas vantagens oferecidas pelo esporte à juventude. Para o autor, o que se havia produzido era uma supervalorização do esporte que causava "delírio" na juventude.

Concordamos com Almeida et al. (2014, p. 71), quando afirmam que

[...] pudemos concluir que a prática do esporte em Vitória adquiriu algumas particularidades. Por exemplo: a) a configuração do campo esportivo em Vitória se iniciou com o remo, e não com o turfe, ao contrário, desse modo, do que aconteceu em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre; b) há uma demora nessa configuração quando comparada com cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, cujo início da organização esportiva data do século XIX; c) a prática de esporte, antes da virada para o século XX, era escassa em Vitória (e as fundações dos clubes de remo, somente em 1902, são boas evidências disso); d) o futebol demorou a se popularizar em Vitória, se comparado com o desenvolvimento dessa prática em outros locais; e) durante algum tempo, até a *footbalmania* (PEREIRA, 2000) tomar conta da cidade, o remo foi considerado o esporte predileto da juventude de Vitória, a escola mais adequada para a educação esportiva pretendida.

Os excertos aqui evocados mostram que, paralelamente às constituições de práticas corporais no interior das escolas, estavam sendo gestadas na cidade modos de experienciar o corpo por meio das práticas esportivas e gímnicas. Em outro momento de pesquisa e com fontes que nos permitam interrogar o passado de modo mais aprofundado, a análise sincrônica da produção desse contexto histórico pôde fazer emergir significados mais profundos sobre os modos de apropriação desse conhecimento nas escolas, pois coexistem, nesse cenário, práticas corporais autorizadas e ressignificadas nos espaços sociais extramuros da instituição. Dito de outro modo, a análise, em seu contexto, pode permitir-nos compreender as relações entre as práticas corporais escolarizadas e não escolarizadas, já que ambas parecem compartilhar um mesmo discurso higiênico: a inteligência, a disciplina, a robustez.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao fim da elaboração de um trabalho nos leva a uma retomada das questões que balizaram o seu processo. O primeiro deles implica dar visibilidade ao seu princípio.

Ao início do doutoramento, partia de uma proposta de investigação que tinha por objetivo explorar e compreender a constituição do ensino da ginástica nas escolas capixabas, durante o período de sua institucionalização na reforma do educador paulista Gomes Cardim. Esse empreendimento inicial, por si só, já nos possibilitaria uma experiência de pesquisa interessante; contudo, no encontro com os escritos de Carlo Ginzburg, mediado pelo Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (NUCAPHE), percebi que abordar a história do ensino da ginástica, desencarnado do seu contexto e de outros movimentos que circulavam na cidade a favor de uma educação dos corpos, seria uma reiteração de estudos já produzidos.

Desse modo, atenta às avaliações sobre a historiografia da Educação Física e do Corpo no Brasil, produzidas por Moreno (2007) e Oliveira (2007), busquei relacionar a história da ginástica à história da própria cidade, da escola, do aparelhamento do estado republicano.

No momento de levantamento dos estudos que tratam da educação do corpo no contexto da cidade de Vitória, nas décadas iniciais da República, deparei uma escassez de produções que pudessem auxiliar a constituição dessa pesquisa. Apesar de localizar escritos importantes sobre a cidade, o esporte e a ginástica, evidenciados ao longo dos capítulos, pouco se discutiu sobre o período escolhido e sobre as prescrições e interdições que pretenderam interiorizar os sentidos republicanos e modernos nos corpos dos homens e mulheres ordinários.

Isso nos levou à necessidade de localizar documentos que nos permitissem entrever sinais, pistas e indícios de como se constituíam, em solo espírito-santense, os discursos que nos interessaram neste estudo. No encontro com as fontes, deparei uma riqueza de informações sobre o período elencado; entretanto, tratou-se de um conjunto de documentos oficiais emanados do governo de Jerônimo Monteiro que

acenava como uma das possibilidades de interpretação do passado. O próprio documento precisou ser colocado como objeto de análise. Entendendo-o como produção humana, marcada pelos vestígios do tempo, as fontes oficiais dão a conhecer aquilo que interessa àqueles que a produziram, pois elas, como construções discursivas guardadas como registro dos atos oficiais, permitem-nos indiciar parte das condições de produção da educação do corpo que objetivamos investigar.

Esses documentos deram pistas não só a partir daquilo que nos diziam, mas também daquilo que silenciavam (GINZBURG, 2002): pouco informam, com riqueza de detalhes – tal qual a capital –, sobre os espaços circunvizinhos, a população carente, as mulheres, os negros, os índios, os imigrantes. Os registros desses sujeitos parecem sempre estar imbuídos de prescrições e interdições calcadas nos princípios da racionalidade científica e da modernidade. Desse modo, foi preciso recorrer às produções da imprensa capixaba na tentativa de fazer ecoar, por meio da interrogação às fontes, outros discursos.

Sendo assim, a pesquisa se propôs analisar, sob a perspectiva histórica, a visibilidade dada ao corpo na cena urbana da cidade de Vitória entre 1908 e 1912, no contexto do governo de Jerônimo de Souza Monteiro. Buscou compreender a constituição de um novo *ethos* em produção no contexto brasileiro em escala local. Esse novo *ethos* deslocaria o pensamento de o exercício corpóreo não mais ser somente associado ao trabalho, mas como práticas legítimas de engrandecimento do espírito, limpeza dos vícios e imoralidades, do seu disciplinamento, do seu fortalecimento orgânico que não só impactaria “ganhos” individuais, mas otimizaria as relações no “corpo social” (SOARES, 2004).

Ademais, procurou evidenciar a construção de discursos a favor da visibilidade que o corpo passa a assumir na cena urbana como prática favorável e confluyente aos discursos em prol da modernidade e do progresso. A materialização desses discursos se produziu por meio das práticas de encenação experienciadas na urbe: a ocupação dos espaços públicos, a praça, os parques, as festividades, o teatro. Pensados no processo de reforma, urbanização e embelezamento da cidade, esses elementos foram postos na agenda republicana como espaços favoráveis à

circulação de uma nova mentalidade plasmada aos ideais modernos, necessários ao progresso e à correção do atraso. Nas palavras de Carvalho (1990), estava em curso “a formação das almas”.

Na esteira dessa proposta, voltamo-nos ainda ao processo de constituição do ensino da ginástica na Escola Normal do Espírito Santo e na Escola Modelo Jerônimo Monteiro a ela anexa. A tentativa foi compreender como saberes, práticas, prescrições e interdições foram produzidos por meio da forma escolar mediada pelo ensino da ginástica.

No contexto extraescolar, também buscamos pelas práticas corporais esportivas nos clubes e agremiações, investigando processos que objetivavam produzir a educabilidade dos corpos na cena urbana.

Para a produção desses movimentos, esforçamo-nos em compreender:

- a) a constituição dos discursos sobre o “corpo educado” projetado pelo Estado, em que apresentamos os modos pelos quais o estado, com outras instituições agenciadoras da educação do corpo, constituiu discursos que objetivavam inculcar saberes, prescrições e interdições sobre os/nos corpos na cena urbana. Percorrer esse caminho deu visibilidade às maneiras como os escritos médicos constituem as políticas sanitárias para a cidade de Vitória, bem como prescrevem modos autorizados de vida nas redes de sociabilidade do urbano. Por meio do diálogo com a higiene, as festividades, a constituição das praças e parques na urbe, o debate que produziria a noção de corpo educado por meio da *educação física* no interior das escolas, acompanhamos a circulação de ideias que pretendiam colocar o Espírito Santo na rota do processo modernizador, evidenciado no governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912).
- b) o projeto de escolarização da ginástica em escolas capixabas, focalizando os programas de formação na Escola Normal e Escola Modelo de modo atento aos sentidos e significados produzidos a favor do disciplinamento, ordenamento e limpeza dos corpos. Partimos dos escritos sobre a história da Ginástica (PAIVA, 2003; SOARES, 2004; VAGO, 1999) para entender de que maneira os saberes, as práticas e as propostas curriculares para o ensino da ginástica se materializaram no Brasil e, em um segundo momento,

compreender como a reforma da instrução pública de Gomes Cardim (1908-1909) previa o ensino da ginástica e os seus objetivos no contexto capixaba, tentando localizar pistas que nos contassem sobre possíveis tensões em sua institucionalização.

c) as relações que se estabeleciam entre a constituição da Educação Física e a escola, e da escola com outros espaços sociais, a saber: os espaços públicos e privados para as práticas corporais esportivas e de visibilidade dos corpos. Propus reunir um conjunto de pistas e sinais sobre como ocorreu no estado o espraiamento do fenômeno esportivo em efervescência no Brasil. No encontro com os documentos e no cruzamento com os estudos produzidos em outros estados, foi possível perceber que o Espírito Santo possui particularidades no processo de esportivização da/na cidade de Vitória. Por meio de um conjunto de matérias publicadas nos jornais “Diário da Manhã” e o “Commercio do Espirito Santo”, localizamos informações esparsas sobre o ethos esportivo e a institucionalização de práticas corporais e esportivas na criação de clubes na capital. Contudo, a escassez de demais documentos limitou a investigação.

Em face da investigação, percebemos a constituição de uma rede de instituições que, partindo de um mesmo discurso a favor da ordem, das práticas higiênicas, da formação de um novo homem que incorpora a mentalidade moderna e republicana, construiriam modos materiais e imateriais que objetivavam a educabilidade dos corpos, projetando-os, de modo que alcançasse individual e coletivamente todos os sujeitos.

Essa nova “ordem” não se colocaria somente e diretamente de modo opressivo e coercitivo, ainda que essa se fizesse presente por meio da presença militar nas ruas, do conjunto de prescrições sanitárias que balizaram a vigilância aos estabelecimentos comerciais e privados, da desapropriação de casas, de medidas de manutenção da ordem nas escolas.

As estratégias de propaganda dos princípios republicanos – os desfiles cívicos, a festa esportiva, as práticas culturais e festividades – foram, no discurso governamental, importantes maneiras de inculcar, por meio de símbolos e signos, a cena do drama constituído em meio à teatrocrazia (BALANDIER, 1986). Desse

modo, surgem os sujeitos modelares: o aluno que se dispõe ao estudo com amor, interesse e disciplina; o político que não mede esforços em trazer toda a modernidade e a racionalidade científica a um estado em situação de “severo atraso”; os heróis esportivos, sujeitos que plasmavam todos os ideais preconizados pela nova ordem: o brilhantismo, o cuidado com o corpo, a compreensão de que é necessário equilibrar a formação intelectual à formação física, à representação do caráter. Esses personagens republicanos tornam-se modelares, exemplares, aos sujeitos que compõem a ordem social.

Outro elemento importante é a compreensão de que há uma indissociabilidade entre os escritos a favor da escolarização, da ginástica e do próprio esporte: esses discursos, produzidos em rede, elucidam uma confluência de ideias que nos permitem indiciar que estavam em curso diversos agenciamentos que visavam à formação de um novo homem, tal qual já sinalizava Linhales (2006).

Chegar ao final de um trabalho também implica apontar as suas limitações. A opção em operar com diversas frentes de investigação sobre os modos de educabilidade dos corpos produzidos na cena urbana da cidade de Vitória, entre 1908 e 1912, acabou por se tornar um processo investigativo difícil na amarração de seus fios. Possivelmente cada objetivo proposto por essa pesquisa ainda carece de investimento analítico e de esforço no inventariar de novas fontes que nos permitam produzir maiores incursões sobre a história do corpo no Espírito Santo. Por outro lado, pode abrir um caminho de investigação porvir. Com isso quero dizer que essa história se inicia aberta e termina com novas interrogações a serem produzidas; portanto, assim como nos ensina Ginzburg (1990, p. 4), “[...] penso que não se deve ter medo de ser ignorante, e sim procurar multiplicar esses momentos de ignorância”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Felipe Quintao; VARNIER, Thácia Silva; GOMES, Ivan Marcelo; ALMEIDA, Ueberson Ribeiro; MORAES, Cláudia Emília Aguiar. A emergência dos clubes esportivos em Vitória: contexto e representações. **Esporte e Sociedade**, v. 20, p. 97-121, 2012.

ALMEIDA, Ueberson et al. O surgimento dos clubes esportivos em Vitória. In: GOMES, Ivan Marcelo et al. (Org.) **O esporte na cidade: capítulos de sua história em Vitória** – Vitória: EDUFES, 2014. p. 23-49.

ALMEIDA, Ueberson et al. Esporte na cidade: Novos espaços, novos objetos... Uma nova paisagem em Vitória (1896-1940). In: GOMES, Ivan Marcelo et al. (Org.) **O esporte na cidade: capítulos de sua história em Vitória** – Vitória: EDUFES, 2014. p. 77-116.

ALVARENGA, Jeizibel Alves; BRUSCH, Marcela; SCHNEIDER, Omar. Educação, ginástica e educação física: apropriações da pedagogia moderna no Espírito Santo entre as décadas de 1910 e 1930. In: **VI Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2011, Vitória. Invenção, tradição e escritas da História da Educação no Brasil. Fortaleza: Itarget, 2011. v. 1. p. 1-15.

ALVARENGA, Jeizibel Alves. **As reformas da instrução pública na primeira república no Espírito Santo e a escolarização da educação física**. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

ARROYO, Antonio Padilla. De jóvenes a estudiantes: la forja del tiempo y el orden escolares. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 8, jul./dez. 2004. p. 223-243.

BALANDIER, Georges. **As dinâmicas sociais: sentido e poder**. São Paulo: Difel, 1976.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v. 1).
BEZERRA, Ariadny; LOCATELLI, Andrea Brandão; SIMOES, Regina Helena Silva. Controle, regulação e resistência na configuração da profissão docente no Espírito Santo no início do século XX: a lição da professora Joanna Passos. In: **VI Congresso Brasileiro de História da Educação**, Vitória-ES: SBHE-UFES, 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONATTO, Jaklane de Souza Almeida. **A construção histórica da profissionalidade docente no Espírito Santo (1908-1930)**: um estudo sobre as reformas educacionais de Gomes Cardim e Attilio Vivacqua. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

BRACHT, Valter. A criança que pratica esportes respeita as regras do jogo...capitalista. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, n. 7(2), p. 62-68, 1986.

BRACHT, Valter. **Educação física & ciência**: cenas de um casamento (in)feliz. Ijuí: Unijuí, 1999.

BRACHT, Valter. A Constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 48, agosto de 1999.

CALDEIRA, Junia Marques. **A Praça Brasileira**: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade. Tese (DOUTORADO EM HISTÓRIA) – Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 2007.

CAPARRÓZ, Francisco. Eduardo. **Entre a Educação Física na escola e a Educação Física da escola**: a Educação Física como componente curricular. Vitória: CEFD-UFES, 1997.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: Edusf, 1998.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: Freitas, Marcos Cezar (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: EDUSF, 1997.

CUNHA JUNIOR, Carlos. Fernando. Cultura escolar e formação da boa sociedade: uma história do Imperial Collegio de Pedro Segundo. In: GOUVÊA, Maria Cristina Soares de.; VAGO, Tarcísio Mauro. (Org.) **Histórias da Educação**: histórias de escolarização. Belo Horizonte: Edições Horta Grande, 2004. p. 93-104.

DEBORTOLI, José Alfredo; LINHALES, Meily Assbú; VAGO, Tarcísio Mauro. Infância e conhecimento escolar: princípios para a construção de uma Educação Física. **Pensar a Prática** (UFG), Goiânia-GO, v. 5, n. 1, p. 92-105, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira. FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Chyntia Greive (Org.) **500 anos de Educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 135-150.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães. et. al. (Org.) **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FHC/FUMEC, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, ma./jun./jul./ago., n. 14, p. 19-34, 2000.

FERREIRA NETO, Amarílio. A pedagogia no exército e a escolarização da educação física brasileira. In: **IV Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2006, Goiânia-GO. A Educação e seus Sujeitos na História. Goiânia-GO: SBHE/UCG, 2006. p. 1-10.

FERREIRA, Gilton Luis. **Um desejo chamado metrópole**: a modernização da cidade de Vitória no limiar do século XIX. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, vitória, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis, Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRANCO, Sebastião Pimentel; SUETH, José Cândido Rifan. A dependência do Espírito Santo entre três mandatos e duas políticas: as administrações Moniz Freire e Jerônimo Monteiro. **Revista Ágora** (Vitória), v. 2, p. 1-31, 2005.

GINZBURG, Carlo. História e Cultura: Conversa com Carlo Ginzburg. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 1990.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica e prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOIS JUNIOR, Edivaldo. Higienismo. In: GONZÁLES, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (Org.). **Dicionário crítico de educação física**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005, p. 227-228.

GONDRA, José Gondra. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive (Org.) **500 anos de Educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 519-550.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. Cidade e cultura: práticas e representações de espaços urbanos espetaculares. In: **XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 2005, Salvador.

LINHALES, Meily Assbu. **A escola, o esporte e a energização do caráter: Projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935)**. Tese (Doutorado em História da Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2006.

LOCATELLI, Andrea Brandão. **Espaços e tempos de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: arquitetura, memórias e história**. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Vitória, Espírito Santo, 2012.

LOPES, Almerinda da Silva. **Memória aprisionada: a visualidade fotográfica capixaba: 1850/1950**. Vitória: Edufes, 2004

LUCENA, Ricardo. Para uma história do esporte em Vitória. In: FERREIRA NETO, Amarelho. (Org.). **Pesquisa histórica na educação física**. Vitória: UFES, 1997.

LUCENA, Ricardo. **O esporte na cidade**. Campinas: Autores Associados, 2001.

MALVERDES, André. **No escurinho dos cinemas: a história das salas de exibição na Grande Vitória**. Vitória: A. Malverdes, 2008.

MELO, Victor Andrade. **Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MELO, Vitor Andrade de. **Cidade "sportiva": primórdios do esporte no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2001.

MONTICELLI, Fernanda Ferreyro. Processos de exclusão da/na escola no período da primeira república (1889-1930) no estado do Espírito Santo. 2014. 222f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

MORENO, Andrea. A propósito de Ling, da ginástica sueca e da circulação de impressos em língua portuguesa. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte, On line**, v. 37, Issue 2, Abr./Jun., 2015. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S010132891500027X>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

MORENO, Andrea. **Corpo e ginástica num Rio de Janeiro: mosaico de imagens e textos**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2001.

MORENO, Andrea; ROSA, Maria Cristina; SEGANTINI, Verona Campos. O GTT memórias da educação física e esporte do CBCE: uma análise a partir das práticas e da produção (1989-2005). In: CARVALHO, Yara Maria; LINHALES, Meily Assbú (Org.). **Política Científica e Produção do Conhecimento em Educação Física**. 1. ed. Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007.

NOVAES, Isabel Cristina. **República, Escola e Cidadania**: um estudo sobre as três reformas educacionais no Espírito Santo (1882-1908). 2001, 180f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda. Escolarização e educação do corpo: história do currículo da instrução pública primária no Paraná (1882-1926). In: **28.ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, 2005, Caxambu/MG. 40 anos de Pós-Graduação em Educação no Brasil. Caxambu/MG: ANPEd, 2005. v. 1. p. 2-21.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda; LINHALES, Meily Assbu. Pensar a educação /do corpo na e para a escola. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio/ago. 2011.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda; VAZ, Alexandre. Educação do corpo: teoria e história. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 22, Edição Especial, jul./dez. de 2004, p. 13-19.

OLIVEIRA, Marcus. Aurélio Taborda. Renovação historiográfica na educação física brasileira. In: Carmen Lucia Soares (Org.). **Pesquisas sobre o corpo**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2007, v. 1, p. 112-129.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes. **Sobre o pensamento médico-higienista oitocentista e a escolarização**: condições de possibilidade para o engendramento do campo da educação física no Brasil. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2003.

PAIVA, Fernanda; LOPES, Simone; SANTOS, Karen. Calegari. Notas sobre a escolarização (da Educação Física) na província do Espírito Santo In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006, Goiânia. **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação – A Educação e seus Sujeitos na História**, 2006.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da história**. Nove entrevistas. São Paulo: Editora. UNESP, 2000.

PIRES, Maria da conceição Francisca. Vitória no começo do século XX: Modernidade e modernização na construção da capital capixaba. **Revista de História SAECULUM**. João Pessoa, jan./jun. 2006.

SALIM, Maria Alayde Alcantara. **Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas**

capixabas na Primeira República. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

SANTOS, Karen Calegari. **Escolarização e Educação Física:** aproximações a província do Espírito Santo. Dissertação 140 f. (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole:** São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Cecília Nunes; VARNIER, Thácia. O Esporte, A Imprensa e o Processo de Modernização Capixaba: uma análise nas décadas de 1920 e 1930. In: **XVII CONBRACE / IV CONICE.** Porto Alegre: Ciência e Compromisso Social, 2011.

SIMÕES, Regina Helena Silva; BERTO, Rosianny Campos; BOREL, Tatiana. O COLÉGIO PEDRO II NÃO ERA AQUI: O OLHAR IMPERIAL E OUTRAS FALAS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO E A DOCÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO NAS DÉCADAS DE 1850 E 1860. In: **VI Congresso Brasileiro de História da Educação,** 2011, Vitória-ES. Invenções, tradições e escritas da história da educação no Brasil. Vitória-ES: SBHE-UFES, 2011.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel (Org.). **História da Educação no Espírito Santo:** catálogo de fontes. 1. ed. Vitória: EDUFES, 2004.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel. A produção acadêmico-científica sobre a história da educação no Estado do Espírito Santo (1992-2002). In: José Gonçalves Gondra (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil.** 1. ed. v. 1, Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 341-352.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel. Arquivos, fontes e historiografia capixabas: tecendo espaços/tempos de reflexão, produção, socialização e investigação histórica da educação no Espírito Santo. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004, Curitiba. **Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação:** a educação escolar em perspectiva histórica, 2004. v. 1.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel; SALIM, Maria Alayde Alcântara. História da educação no Estado do Espírito Santo: o que se produz na academia. In: SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel; SALIM, Maria Alayde Alcântara (Org.). **História da educação no Espírito Santo:** vestígios de uma construção. 1. ed. v. 1, Vitória, ES: EDUFES, 2009, p. 15-25.

SOARES, Carmen Lúcia; TERRA, Vinicius. Lições da Anatomia: geografias do olhar. In: Carmen Lúcia SOARES (Org.). **Pesquisas sobre o corpo:** ciências humanas e educação. Campinas: Autores Associados, 2007.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física:** raízes européias e Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2004.

SOARES, Carmen Lúcia. **Imagens da educação no corpo**: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

SOARES, Renato Viana. **Paradigma São Paulo**: a exportação do “modelo” paulista republicano de ensino, no início do Século XX. São Paulo: Lei Rubem Braga-Darwin, 1998.

SOUZA, Eustáquia Salvadora de. **Meninos à marcha, meninas à sombra**: a história da Educação Física em Belo Horizonte – 1897/1994. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 1997.

SOUZA, Rosa de Fátima. Espaço da Educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares (Org.). **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: Unesp, Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura Escolar, Cultivo de Corpos**: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças do ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura Escolar, Cultivo de Corpos**: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças do ensino público primário de Belo Horizonte (1897-1920). Tese 315 f. (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1999a.

VAGO, Tarcísio Mauro. Início e fim do século XX: maneiras de fazer educação física na escola. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 48, p. 30-51, agosto, 1999b.

VALDEMARIM, Vera Tereza. Método Intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIM, Vera Tereza; ALMEIDA, Jane Soares. **O Legado Educacional do século XIX**. Araraquara: UNESP-Faculdade de Ciências e Letras, 1998. p. 63-106.

VASCONCELLOS, João Gualberto. **A invenção do coronel**: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: UFES/SPDC, 1995.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, set./out./nov./dez., n. 21, p. 90-103, 2002.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Chyntia Greive (Org.) **500 anos de Educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 95-134.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, set./out./nov./dez., n. 0, p. 63-82, 1995.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE ESTADO

ESPIRITO Santo (Estado). Presidente de Estado (1908-1912: Monteiro) **Mensagem enviada ao Congresso Espirito-Santense em 24 de setembro de 1908 [por] Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espirito Santo.** Vitória: Imprensa Oficial, 1908.

ESPIRITO Santo (Estado). Presidente de Estado (1908-1912: Monteiro) **Mensagem dirigida por Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espírito Santo ao 212 Congresso do Espirito Santo em 23 de setembro de 1910.** Vitória: Imprensa Oficial, 1910.

ESPIRITO Santo (Estado). **Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do Estado do Espirito Santo.** Vitória, 1913.

ESPIRITO Santo (Estado). Presidente de Estado (1912-1916: Souza) **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo por Marcondes Alves de Souza, Presidente do Estado do Espirito Santo em 15 de outubro de 1914.** Vitória: Imprensa Oficial, 1914.

RELATÓRIOS DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

ESPIRITO SANTO (Estado). **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espirito Santo, pelo Snr. Inspector Geral do Ensino Dr. Henrique A. Cerqueira Lima em 13 de agosto de 1908.** Vitória, Imprensa Oficial, 1908.

ESPIRITO SANTO (Estado). **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espirito Santo, pelo Snr. Inspector Geral do Ensino Carlos A. Gomes Cardim em 28 de julho de 1909.** Vitória, Imprensa Oficial, 1909.

ESPIRITO SANTO (Estado). **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro pelo Inspector Geral de Ensino Dr. Deocleciano Nunes de Oliveira em 30 de julho 1910.** Vitória: Imprensa Estadual, 1910.

LYRIO, José Corrêa. **Acta apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado do Espirito Santo pelo Snr Carlos A. Gomes Cardim na sessão de encerramento dos trabalhos do Congresso Pedagógico Espiritossantense.** Vitória, Imprensa Oficial, 1909.

LEGISLAÇÃO

ESPIRITO SANTO (Estado). **Lei n.º 545, de 8 de novembro de 1909.** Dá nova organização à Instrução Pública Primária e Secundária. Vitória: Typ Nelson Costa, 1909.

JORNAIS

COMMERCIO do Espirito Santo, Vitória, 24 de março de 1900.

COMMERCIO do Espirito Santo, Vitória, 9 de julho de 1908.

COMMERCIO do Espirito Santo, Vitória, 25 de agosto de 1909.

COMMERCIO do Espirito Santo, Vitória, 29 de outubro de 1909.

COMMERCIO do Espirito Santo, Vitória, 22 de novembro de 1909.

COMMERCIO do Espirito Santo, Vitória, 14 de outubro de 1910.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 11 de janeiro de 1908.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 17 de janeiro de 1908.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 23 de janeiro de 1908.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 23 de fevereiro de 1908.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 06 de junho de 1908.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 24 de agosto de 1908.

DIÁRIO DA Manhã, Vitória, 26 de agosto de 1908.

DIÁRIO DA Manhã, Vitória, 30 de agosto de 1908.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 17 de setembro de 1908.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 9 de dezembro de 1909.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 10 de dezembro de 1909.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 16 de janeiro de 1910.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 13 de março de 1910.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 25 de março de 1910.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 16 de junho de 1910.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 17 de junho de 1910.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 20 de junho de 1910.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 30 de agosto de 1910.

DIÁRIO DA Manhã, Vitória, 29 de junho de 1911.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 20 de julho de 1911.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 6 de abril de 1912.

O CACHOEIRANO, Cachoeiro de Itapemirim, [s/n], 1911.

O ESTADO do Espírito Santo, Vitória, 17 de julho de 1890.

O ESTADO do Espírito Santo, Vitória, 2 de setembro de 1890.

O ESTADO do Espírito Santo, Vitória, [s/n], 1902.

O ESTADO do Espírito Santo, Vitória, 3 dezembro de 1910.